



PREFEITURA DE  
**PATO BRANCO**  
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



# DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL DE PATO BRANCO – PR



**Robson Cantú**

Prefeito Municipal

**Cleuza Chiochetta**

Secretária de Assistência Social

**Sivonei Delgado da Conceição**

Diretora da Gestão Administrativa, Financeira e Orçamentária

**Viviane Martinello**

Coordenadora da Proteção Social Básica

**Renato Gardasz**

Coordenador da Proteção Social Especial

**Carlos Henrique Galvan Gnoatto**

Coordenador do Monitoramento e Avaliação

**Organização:**

Carlos Henrique Galvan Gnoatto

**Grupo de Trabalho para acompanhamento do desenvolvimento do Diagnóstico:**

**Albina Zenaide Veigas Geron**

Educadora Social

**Cláudia Simone Mohr**

Representante do Conselho Municipal de Assistência Social

**Cristiane Ana Casagrande Klein**

Assistente Social

**Darla Rufato Ferrazza**

Psicóloga – Representante do Acolhimento Institucional

**Kamila Bontorim Acker**

Coordenadora do CRAS Paulina Bonalume Andreatta – Assistente Social

**Marina Particheli**

Coordenadora do CREAS - Psicóloga

**Renato Gardasz**

Coordenador da Proteção Social Especial

**Sarah Kusma da Luz**

Psicóloga

**Susecler Pires da Silva**

Coordenadora do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família

**Viviane Martinello**

Coordenadora da Proteção Social Básica



PREFEITURA DE  
**PATO BRANCO**

**PREFEITURA DE PATO BRANCO**

Rua Caramuru, 271 – Centro – Pato Branco – PR

(46) 3320-1544

<https://patobranco.pr.gov.br/>

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Rua Teófilo Augusto Loiola – Bairro Sambugaro – Pato Branco – PR

(46) 3225-5544/ 3224-1951

[secsocial@patobranco.pr.gov.br](mailto:secsocial@patobranco.pr.gov.br)

<https://patobranco.pr.gov.br/assistenciasocial/>

**Agosto/2024**

## LISTA DE SIGLAS

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais  
ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico  
BCC – Benefícios de Composição Criança  
BPC – Benefício de Prestação Continuada  
CADSUAS – Sistema de Cadastro do Sistema Único de Assistência Social  
CADÚNICO – Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal  
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados  
CEAS – Conselho Estadual de Assistência Social  
CECAD – Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único para Programas Sociais  
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica  
CID – Classificação Internacional de Doenças  
CIEE – Centro de Integração Empresa Escola  
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas  
CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde  
COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná  
CONANDA – Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente  
COVID-19 – Coronavírus Disease 2019  
CPF – Cadastro de Pessoa Física  
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social  
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social  
DATASUS – Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde  
EAS – Entidade de Assistência Social  
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente  
EJA – Educação de Jovens e Adultos  
FIC – Formação Inicial Continuada  
FJP – Fundação João Pinheiro  
FUNDABEM – Fundação de Bem-estar Social  
GAMA – Associação dos Amigos de Prevenção ao Câncer  
GPTE – Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos



IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica  
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal  
ILPI – Instituição de Longa Permanência  
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social  
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social  
IPDM – Índice IPARDES de Desenvolvimento Municipal  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada  
ITCG – Instituto de Terras, Cartografia e Geociências  
LA – Liberdade Assistida  
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social  
MC – Ministério de Estado da Cidadania  
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social  
MEC – Ministério da Educação  
MSE – Medida Socioeducativa  
NOB-SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social  
OMS – Organização Mundial da Saúde  
OSC – Organização da Sociedade Civil  
PBF – Programa Bolsa Família  
PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos  
PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família  
PBF – Programa Bolsa Família  
PEA – População Economicamente Ativa  
PIB – Produto Interno Bruto  
PLO – Projeto de Lei Ordinária  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PR - Paraná  
PSB – Proteção Social Básica  
PSC – Prestação de Serviços à Comunidade  
PSE – Proteção Social Especial  
REMAP – Remanso da Pedreira  
RF – Responsável pela Unidade Familiar

RG – Registro Geral

RMA – Registro Mensal de Atendimentos

RMV – Renda Mensal Vitalícia

SADT – Serviço de Apoio Diagnóstico Terapêutico

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

SAGI – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de urgência

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo

SENAD – Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social

SMS – Secretaria Municipal de Saúde

SNAS – Secretaria Nacional de Assistência Social

SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento

SNUC – Sistema Nacional de Unidade de Conservação

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

UC – Unidade de Conservação

UCO – Unidade de Custo Operacional

UNIDEP – Centro Universitário de Pato Branco

UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

UTI – Unidade de Terapia Intensiva

VAB – Valor Adicionado Bruto



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Crescimento Populacional (1970 - 2022).....	27
Gráfico 2 - População censitária, por situação de domicílio e sexo (2010).....	28
Gráfico 3 - Pirâmide etária (2010).....	31
Gráfico 4 - População censitária, por raça/cor (2022).....	32
Gráfico 5 - Pessoas com deficiência (2010).....	32
Gráfico 6 - Nascidos vivos, por sexo (2021/2022).....	33
Gráfico 7 - Consultas pré-natal (2021/2022).....	35
Gráfico 8 - Número de óbitos, por sexo (2021/2022).....	38
Gráfico 9 - Taxa de mortalidade infantil (2017 – 2022).....	40
Gráfico 10 - Esperança de vida ao nascer (2000/2010).....	42
Gráfico 11 - Cobertura Vacinal (2019 - 2023).....	46
Gráfico 12 - População Economicamente Ativa, por sexo e faixa etária (2010).....	53
Gráfico 13 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (2000 / 2010).....	58
Gráfico 14 - Índice Gini (1991, 2000 e 2010).....	59
Gráfico 15 - Faixa de renda familiar per capita, por região.....	71
Gráfico 16 - Pessoas divididas por sexo, por região.....	78
Gráfico 17 - Pessoas em situação de rua, por sexo e cor.....	100
Gráfico 18 - Evolução dos Atendimentos.....	179
Gráfico 19 - Atendimentos por motivo - Secretaria de Assistência Social (2022 - 2023).....	181
Gráfico 20 - Atendimentos por motivo - CRAS Carolina Ferrari Amadori (2022 - 2023).....	182
Gráfico 21 - Atendimentos por motivo - CRAS Paulina Bonalume Andreatta (2022 - 2023).....	183
Gráfico 22 – Quantidade de pessoas participando do SCFV (2022 – 2023).....	185
Gráfico 23 – Sexo dos participantes do SCFV CRAS Carolina Ferrari Amadori (2022 – 2023).....	188
Gráfico 24 - Vínculos dos participantes do SCFV do CRAS Carolina Ferrari Amadori em Serviços e Programas (2022 – 2023).....	189
Gráfico 25 – Sexo dos participantes do SCFV CRAS Paulina Bonalume Andreatta (2022 – 2023).....	192
Gráfico 26 – Vínculos dos participantes do SCFV do CRAS Paulina Bonalume Andreatta em Serviços e Programas (2022 – 2023).....	193
Gráfico 27 – Sexo dos participantes do SCFV do Espaço de Convivência da Pessoa Idosa (2022 – 2023).....	197
Gráfico 28 – Vínculo dos participantes do SCFV do Espaço de Convivência da Pessoa Idosa (2022 – 2023).....	199
Gráfico 29 – Sexo dos participantes do SCFV da FUNDABEM (2022 – 2023).....	202
Gráfico 30 – Vínculos dos participantes do SCFV da FUNDABEM Serviços e Programas (2022 – 2023).....	203
Gráfico 31 – Sexo dos participantes do SCFV do REMAP (2022 – 2023).....	206
Gráfico 32 – Vínculo dos participantes do SCFV do Remanso da Pedreira em Serviços e Programas (2022 – 2023).....	207



Gráfico 33 – Sexo dos participantes do SCFV do Instituto Plural (2022 – 2023) ....	209
Gráfico 34 – Vínculos dos participantes do SCFV do Instituto Plural em Serviços e Programas (2022 – 2023) .....	210
Gráfico 35 – Pessoas do sexo feminino que tiveram os direitos violados, por faixa etária (2022 – 2023) .....	223
Gráfico 36 – Pessoas do sexo masculino que tiveram os direitos violados, por faixa etária (2022 – 2023) .....	224
Gráfico 37 – Violação de direitos, por região (2022 – 2023) .....	227
Gráfico 38 – Crianças ou adolescentes vítimas de violência intrafamiliar, por região (2022 – 2023) .....	229
Gráfico 39 – Crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual, por região (2022 – 2023) .....	231
Gráfico 40 – Crianças e adolescentes vítimas negligência ou abandono, por região (2022 – 2023) .....	232
Gráfico 41 – Pessoas idosas vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual), por região (2022 – 2023) .....	236
Gráfico 42 – Pessoas idosas vítimas de negligência ou abandono, por região (2022 – 2023) .....	238
Gráfico 43 – Pessoas com deficiência vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual), por região (2022 – 2023) .....	239
Gráfico 44 – Pessoas com deficiência vítimas de negligência ou abandono, por região (2022 – 2023) .....	241
Gráfico 45 – Mulheres adultas (18 a 59 anos) vítimas de violência intrafamiliar, por região (2022 – 2023) .....	242
Gráfico 46 - Quantitativo de reincidências em MSE (2017 -2023).....	251
Gráfico 47 - Total de novos adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas (LA e/ou PSC), inseridos em acompanhamento (2017 -2023).....	253
Gráfico 48 - Novos adolescentes em cumprimento de LA, inseridos em acompanhamento (2017 - 2023) .....	254
Gráfico 49 - Novos adolescentes em cumprimento de PSC, inseridos em acompanhamento (2017 -2023) .....	255
Gráfico 50 – Quantidade de adolescentes em cumprimento de LA, inseridos em acompanhamento, por região (2022 – 2023) .....	260
Gráfico 51 – Quantidade de adolescentes em cumprimento de PSC, inseridos em acompanhamento, por região (2022 – 2023) .....	260
Gráfico 52 - Volume de abordagens realizadas .....	267
Gráfico 53 - Atendimentos CREAS (2022 - 2023).....	272
Gráfico 54 - Evolução dos atendimentos - CREAS (2017 -2023).....	273
Gráfico 55 - Vínculos em Serviços e Programas das crianças e adolescentes acolhidos (2022 – 2023).....	282
Gráfico 56 – Número de famílias que demonstraram interesse, pelo número de habilitadas no Serviço de Família Acolhedora (2022 – 2023) .....	286
Gráfico 57 - Vínculos em Serviços e Programas dos usuários acolhidos (2022 – 2023) .....	293
Gráfico 58 - Vínculos em Serviços e Programas dos usuários acolhidos (2022 – 2023) .....	296



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Nascidos vivos, por idade da mãe (2021 - 2022) .....	34
Tabela 2 - Tipo de anomalia congênita em nascidos vivos (2021/2022) .....	36
Tabela 3 - Óbitos, por capítulo CID-10 (2021/2022).....	37
Tabela 4 - Óbitos, por faixa etária (2021/2022) .....	38
Tabela 5 - Óbitos de menores de 1 ano, por CID-10 (2017 – 2024) .....	41
Tabela 6 - Óbitos de menores de 1 ano, por faixa etária (2017 - 2022) .....	42
Tabela 7 - Projeções de expectativa de vida ao nascer, Brasil e Paraná (2019 - 2021) .....	43
Tabela 8 - Tipos de estabelecimentos de saúde (2022 - 2023).....	44
Tabela 9 - Setores, serviços e equipes da SMS (2021) .....	45
Tabela 10 - Número de estabelecimentos de ensino (2023).....	47
Tabela 11 - Instituições de Ensino Superior .....	48
Tabela 12 - Número de matrículas, por nível escolar (2023) .....	49
Tabela 13 - Taxa de rendimento escolar (2021 – 2022).....	50
Tabela 14 - Distorção idade-série (2022 - 2023).....	51
Tabela 15 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (2017 - 2021) .....	52
Tabela 16 - Razão entre o rendimento médio das mulheres em relação aos homens, por raça/cor e faixa etária (2010) .....	54
Tabela 17 - Admissões e desligamentos, por sexo (2022 - 2023).....	54
Tabela 18 - Admissões e desligamentos, por setor econômico (2022 - 2023).....	56
Tabela 19 - PIB a preços correntes, por ramo de atividade (2021) .....	57
Tabela 20 - Índice IPARDES de Desempenho Municipal (2021) .....	59
Tabela 21 - Número de famílias cadastradas CadÚnico (2022 - 2023).....	61
Tabela 22 – Famílias e pessoas inscritas CadÚnico, por região.....	62
Tabela 23 - Bairros e comunidades, por região, CadÚnico (2021).....	62
Tabela 24 – Famílias por bairro e faixa de renda .....	66
Tabela 25 - Ano de cadastramento das famílias no CadÚnico, por região .....	68
Tabela 26 - Ano da última atualização do CadÚnico, por região.....	69
Tabela 27 – Taxa da atualização do CadÚnico .....	69
Tabela 28 – Espécie de domicílio, por região.....	72
Tabela 29 - Material predominante no piso do domicílio .....	72
Tabela 30 - Material predominante das paredes externas do domicílio .....	73
Tabela 31 - Forma de abastecimento de água.....	74
Tabela 32 - Domicílio tem banheiro.....	74
Tabela 33 - Forma de escoamento sanitário .....	75
Tabela 34 - Forma de coleta do lixo .....	75
Tabela 35 - Tipo de iluminação .....	76
Tabela 36 – Grupos populacionais, Tradicionais e Específicos, por região .....	77
Tabela 37 - Relação de parentesco com RF, por região .....	79
Tabela 38 - Responsável Familiar, por sexo .....	80
Tabela 39 - Grau de instrução do RF, por região .....	80
Tabela 40 - Número de pessoas que moram no mesmo domicílio, por famílias .....	82
Tabela 41 - Raça/cor, por região.....	84



Tabela 42 - Faixa etária, por região .....	84
Tabela 43 - Pessoas com deficiência, por região .....	85
Tabela 44 - Faixa etária das pessoas com deficiência, por sexo .....	86
Tabela 45 – Pessoas com deficiência que necessitam de ajuda .....	88
Tabela 46 - Pessoas com deficiência, por bairro.....	88
Tabela 47 – Tipo de deficiência, por região .....	90
Tabela 48 - Pessoas que nasceram em outro país, por região e país .....	91
Tabela 49 - Registro em Cartório de Registro Civil .....	93
Tabela 50 - Pessoa frequenta escola, por região .....	93
Tabela 51 - Crianças e adolescentes com marcação "nunca frequentou" escola, por regiões .....	94
Tabela 52 - Curso que a pessoa frequenta, por região .....	94
Tabela 53 - Grau de instrução, por região.....	96
Tabela 54 - Remuneração não proveniente de trabalho .....	96
Tabela 55 - Principal atividade .....	98
Tabela 56 - Pessoas em situação de rua .....	99
Tabela 57 - Há quanto tempo mora na rua .....	101
Tabela 58 - Principais motivos pelos quais passou a morar na rua .....	102
Tabela 59 - Número de beneficiários BPC (2022 - 2023).....	104
Tabela 60 - Beneficiários do BPC (2023) .....	106
Tabela 61 - Faixa etária dos beneficiários BPC, por sexo (2023) .....	108
Tabela 62 - Pessoas beneficiárias do BPC, por região e faixa etária.....	109
Tabela 63 - Programa Bolsa Família (janeiro de 2022 a outubro de 2023).....	111
Tabela 64 - Benefícios Variáveis (Programa Bolsa Família) .....	113
Tabela 65 - Famílias por bairro, faixa de renda e benefício do Bolsa Família .....	115
Tabela 66 - Faixa de renda per capita das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, antes e após serem incluídas no PBF .....	119
Tabela 67 - Número de integrantes das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, por região .....	121
Tabela 68 - Quantidade de pessoas para acompanhamento e acompanhadas na Educação .....	122
Tabela 69 - Quantidade de pessoas para acompanhamento e acompanhadas na Saúde.....	123
Tabela 70 - Quantidade de pessoas para acompanhamento em 2023, por vigência .....	124
Tabela 71 - Tipo descumprimento, por mês.....	126
Tabela 72 - Cartão Comida Boa (2020 - 2021) .....	127
Tabela 73 - Quantidade de auxílio natalidade concedidos (2022 - 2023) .....	130
Tabela 74 - Quantidade de auxílio funeral concedidos nas unidades (2022 - 2023) .....	131
Tabela 75 – Acesso a documentação, por unidade (2022 - 2023).....	132
Tabela 76 – Acesso a documentação, por tipo de concessão e ano (2022 - 2023).....	133
Tabela 77 – Acesso a documentação solicitado para outros Municípios, por unidade (2022 - 2023).....	134
Tabela 78 - Documentação de outros municípios (2022 -2023).....	135
Tabela 79 – Quantidade de auxílio alimentação, por unidade (2022 - 2023).....	137





Tabela 80 - Auxílio Alimentação, por bairro e região (2022 – 2023) .....	138
Tabela 81 – Auxílio alimentação concedidos, para pessoas imigrantes (2022 – 2023) .....	140
Tabela 82 – Passagens concedidas (2022 – 2023) .....	141
Tabela 83 – Passagens concedidas, para pessoas imigrantes (2022 – 2023) .....	141
Tabela 84 – Benefício Eventual em Situação de Emergência e Calamidade (2022 - 2023) .....	143
Tabela 85 - Benefícios coletivos concedidos a pessoas e famílias (2021 – 2023)..	143
Tabela 86 - Equipamentos públicos socioassistenciais.....	144
Tabela 87 - Rede socioassistencial das EAS .....	145
Tabela 88 - Serviços ofertados pela rede de Proteção Social Básica .....	146
Tabela 89 - Serviços ofertados pela rede de Proteção Social de Média Complexidade .....	147
Tabela 90 - Serviços ofertados pela rede de Proteção Social de Alta Complexidade .....	147
Tabela 91 - Programa ofertado pela rede conveniada .....	148
Tabela 92 - Equipe CRAS Carolina Ferrari Amadori .....	149
Tabela 93 - Equipe CRAS Paulina Bonalume Andreatta .....	149
Tabela 94 - Equipe do Centro de Convivência Genoefa Viganó .....	149
Tabela 95 - Equipe do Centro de Convivência Fundação Patobranquense do Bem- estar .....	150
Tabela 96 - Equipe do Centro de Convivência Remanso da Pedreira .....	150
Tabela 97 - Equipe do Centro de Convivência Instituto Plural .....	151
Tabela 98 - Equipe CREAS.....	151
Tabela 99 - Equipe do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias (APAE) .....	152
Tabela 100 - Equipe da Casa de Acolhimento Proteger .....	153
Tabela 101 - Equipe da Unidade de Acolhimento Família Acolhedora .....	153
Tabela 102 - Equipe da Unidade de Acolhimento Casa de Passagem .....	154
Tabela 103 - Equipe da Unidade de Acolhimento Lar dos Idosos São Francisco de Assis.....	154
Tabela 104 - Equipe da Unidade de Acolhimento Missão Vida Nova .....	154
Tabela 105 - Equipe da Unidade de Acolhimento Associação dos Amigos de Prevenção ao Câncer - GAMA .....	155
Tabela 106 - Famílias atendidas/acompanhadas por ano no PAIF (CRAS Carolina Ferrari Amadori) .....	170
Tabela 107 – Perfil das novas famílias PAIF (CRAS Carolina Ferrari Amadori) .....	172
Tabela 108 - Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF CRAS Alvorada .....	173
Tabela 109 -Famílias atendidas/acompanhadas por ano no PAIF (CRAS Paulina Bonalume Andreatta) .....	174
Tabela 110 – Perfil das novas famílias PAIF CRAS Paulina Bonalume Andreatta .	176
Tabela 111 - Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF CRAS Paulina Bonalume Andreatta .....	177
Tabela 112 – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, por grupos etários (CRAS Carolina Ferrari Amadori – Alvorada) .....	187



Tabela 113 - Pessoas com deficiência SCFV CRAS Carolina Ferrari Amadori (2022 - 2023) .....	188
Tabela 114 - Pessoas participantes por mês no SCFV CRAS Carolina Ferrari Amadori (2022 - 2023) .....	190
Tabela 115 - Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos (CRAS Paulina Bonalume Andreatta - São João) .....	191
Tabela 116 - Pessoas com deficiência SCFV CRAS Paulina Bonalume Andreatta (2022 - 2023) .....	192
Tabela 117 - Pessoas participantes por mês no SCFV CRAS Paulina Bonalume Andreatta (2022 - 2023) .....	194
Tabela 118 - Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos (Espaço de Convivência da Pessoa Idosa) .....	196
Tabela 119 - Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos (Espaço de Convivência da Pessoa Idosa) .....	196
Tabela 120 - Pessoas com deficiência SCFV Espaço de Convivência da Pessoa Idosa (2022 - 2023) .....	198
Tabela 121 – Região de Residência das pessoas participantes do SCFV Espaço de Convivência da Pessoa Idosa (2022 - 2023) .....	198
Tabela 122 - Pessoas participantes por mês no SCFV Espaço de Convivência da Pessoa Idosa (2022 - 2023) .....	200
Tabela 123 - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos FUNDABEM (2022 – 2023) .....	201
Tabela 124 - Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos, por idade (FUNDABEM) .....	201
Tabela 125 - Pessoas com deficiência SCFV Espaço de Convivência FUNDABEM (2022 - 2023) .....	202
Tabela 126 – Região de Residência das pessoas participantes do SCFV FUNDABEM (2022 - 2023) .....	203
Tabela 127 - Pessoas participantes por mês no SCFV FUNDABEM (2022 - 2023)	204
Tabela 128 - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos REMAP (2022 – 2023) .....	205
Tabela 129 - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, por idade REMAP (2022 – 2023) .....	205
Tabela 130 - Pessoas com deficiência SCFV Espaço de Convivência Remanso da Pedreira (2022 - 2023) .....	206
Tabela 131 – Região de Residência das pessoas participantes do SCFV Remanso da Pedreira (2022 - 2023) .....	207
Tabela 132 - Pessoas participantes por mês no SCFV REMANSO DA PEDREIRA (2022 - 2023) .....	208
Tabela 133 - Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos Instituto Plural (2022 – 2023) .....	209
Tabela 134 - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, por idade Instituto Plural (2022 – 2023) .....	209
Tabela 135 – Região de Residência das pessoas participantes do SCFV Instituto Plural (2022 - 2023) .....	210





Tabela 136 - Encaminhamentos realizados pela Secretaria de Assistência Social (2022 – 2023).....	211
Tabela 137 - Encaminhamentos sociais realizados pelo CRAS Carolina Ferrari Amadori (2022 -2023) .....	212
Tabela 138 - Encaminhamentos sociais realizados pelo CRAS Paulina Bonalume Andreatta (2022 – 2023) .....	213
Tabela 139 - Total de casos e novos casos inseridos no PAEFI, por ano .....	215
Tabela 140 - Perfil familiar dos casos no PAEFI, por ano .....	217
Tabela 141 - Tipos de violências (2017 - 2023) .....	222
Tabela 142 - Violações de direitos (2017 - 2023).....	225
Tabela 143 - Crianças ou adolescentes vítimas de violência intrafamiliar (física ou psicológica) .....	228
Tabela 144 - Crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual.....	230
Tabela 145 - Crianças e adolescentes vítimas negligência ou abandono.....	231
Tabela 146 - Crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil (até 15 anos) .....	233
Tabela 147 - Pessoas idosas vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual).....	235
Tabela 148 - Pessoas idosas vítimas de negligência ou abandono .....	237
Tabela 149 - Pessoas com deficiência vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual) .....	238
Tabela 150 - Pessoas com deficiência vítimas de negligência ou abandono.....	240
Tabela 151 - Mulheres adultas (18 a 59 anos) vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual).....	241
Tabela 152 – Série histórica das Medidas Socioeducativas LA e PSC iniciadas e encerradas .....	245
Tabela 153 - Medidas Socioeducativas em acompanhamento (2022 - 2023).....	246
Tabela 154 - Quantitativo de atos infracionais (2017 – 2023) .....	248
Tabela 155 - Quantitativo de atos infracionais (2023 – 2023) .....	250
Tabela 156 - Quantidade de MSE por idade dos adolescentes (2017 - 2023).....	257
Tabela 157 - Quantidade de adolescentes em MSE, por bairros e localidades (2017 - 2023) .....	259
Tabela 158 -Quantitativo de Medidas protetivas aplicadas (2017 – 2023).....	262
Tabela 159 - Quantidade e perfil de pessoas abordadas pelo Serviço de Abordagem Social .....	263
Tabela 160 - Situações identificadas pelo Serviço de Abordagem Social .....	264
Tabela 161 - Pessoas atendidas pela APAE (0 a 6 anos).....	268
Tabela 162 - Pessoas atendidas pela APAE (7 a 12 anos).....	269
Tabela 163 - Pessoas atendidas pela APAE (13 a 17 anos).....	269
Tabela 164 - Pessoas atendidas pela APAE (18 a 59 anos).....	270
Tabela 165 - Pessoas atendidas na APAE (60 anos ou mais).....	271
Tabela 166 - Encaminhamentos sociais (CREAS).....	274
Tabela 167 – Número de acolhidos, por faixa etária (2017 - 2023).....	278
Tabela 168 - Número de acolhidos, por sexo (2017 -2023) .....	279
Tabela 169 - Motivos de acolhimento (2017 -2023) .....	280
Tabela 170 - Motivos de desacolhimento (2017 -2023) .....	281



Tabela 171 – Número de acolhidos, por faixa etária (2022 - 2023).....	283
Tabela 172 – Número de acolhidos, por sexo (2022 - 2023) .....	284
Tabela 173 – Número de acolhimentos, desacolhimentos e que permaneceram em acolhimento (2022 - 2023) .....	284
Tabela 174 - Número de acolhidos, por faixa etária (2022 -2023) .....	287
Tabela 175 - Número de acolhidos, por sexo (2022 - 2023) .....	288
Tabela 176 – Nacionalidade das pessoas acolhidas na Casa de Passagem (2022 - 2023) .....	288
Tabela 177 - Motivos de acolhimentos (2022 - 2023) .....	289
Tabela 178 - Motivos de desacolhimento (2022 - 2023) .....	289
Tabela 179 - Número de acolhidos, por faixa etária (2022 -2023) .....	291
Tabela 180 - Número de acolhidos, por sexo (2022 -2023) .....	291
Tabela 181 - Motivos de acolhimento (2022 -2023) .....	292
Tabela 182 - Motivos de desacolhimento (2022 - 2023) .....	292
Tabela 183 - Número de acolhidos, por faixa etária (2022 - 2023) .....	294
Tabela 184 - Número de acolhidos, por sexo (2022 - 2023) .....	295
Tabela 185 - Motivos de acolhimentos (2022 - 2023) .....	295
Tabela 186 - Motivos de desacolhimento (2022 - 2023) .....	296
Tabela 187 - Número de acolhidos, por faixa etária (2022 -2023) .....	298
Tabela 188 - Número de acolhidos, por sexo (2022 - 2023) .....	299
Tabela 189 - Motivos de acolhimento (2022 - 2023) .....	299
Tabela 190 - Motivo de desacolhimento (2022 - 2023) .....	300
Tabela 191 - Número de acolhidos, por faixa etária (2018 - 2023) .....	301
Tabela 192 - Número de acolhidos, por faixa sexo (2018 - 2023).....	302
Tabela 193 – IDCRAS: CRAS Paulina Bonalume Andreatta (2016 – 2022) .....	306
Tabela 194 - IDCRAS: CRAS Carolina Ferrari Amadori (2016 – 2022) .....	307
Tabela 195 – IDCREAS (2016 – 2022) .....	308



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização de Pato Branco no Estado do Paraná .....	25
Figura 2 - Mapa de Pato Branco e municípios limítrofes .....	26
Figura 3 - Vulnerabilidade social, Situação de risco, Violência e Violação de direitos .....	218
Figura 4 - Mapa da rede socioassistencial .....	310
Figura 5 - Famílias inscritas no CadÚnico zona urbana .....	311
Figura 6 - Famílias inscritas no Cadastro Único que residem no interior .....	312
Figura 7 - Famílias inscritas no CadÚnico com renda per capita de até meio salário mínimo .....	313
Figura 8 - Famílias inscritas no Cadastro Único com renda per capita de até meio salário mínimo residentes no interior .....	314
Figura 9 - Pessoas inscritas no Cadastro Único .....	315
Figura 10 - Pessoas inscritas no Cadastro Único residentes no interior .....	316
Figura 11 - Crianças inscritas no Cadastro Único com idade de até 6 anos .....	317
Figura 12 - Crianças inscritas no Cadastro Único com idade de até 6 anos residentes no interior .....	318
Figura 13 - Crianças e adolescentes inscritas no Cadastro Único com idade entre 7 e 15 anos .....	319
Figura 14 - Crianças e adolescentes inscritas no Cadastro Único com idade entre 7 e 15 anos residentes no interior .....	320
Figura 15 - Adolescentes inscritos no Cadastro Único com idade entre 16 e 17 anos .....	321
Figura 16 - Adolescentes inscritos no Cadastro Único com idade entre 16 e 17 anos residentes no interior .....	322
Figura 17 - Pessoas inscritas no CadÚnico com idade entre 18 e 59 anos .....	323
Figura 18 - Pessoas inscritas no Cadastro Único com idade entre 18 e 59 anos residentes no interior .....	324
Figura 19 - Pessoas inscritas no Cadastro Único com idade igual ou superior à 60 anos .....	325
Figura 20 - Pessoas inscritas no Cadastro Único com idade igual ou superior à 60 anos residentes no interior .....	326
Figura 21 - Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família .....	327
Figura 22 - Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família residentes no interior .....	328
Figura 23 - Pessoas beneficiárias do BPC Idoso .....	329
Figura 24 - Pessoas beneficiárias do BPC Idoso residentes no interior .....	330
Figura 25 - Pessoas beneficiárias do BPC pessoa com deficiência .....	331
Figura 26 - Pessoas beneficiárias do BPC Pessoa com Deficiência residentes no interior (2022 - 2023) .....	332
Figura 27 - Pessoas vítimas de violência (2022 - 2023) .....	333
Figura 28 - Pessoas vítimas de violência residentes no interior (2022 - 2023) .....	334
Figura 29 - Adolescentes que ingressaram no acompanhamento de Medida Socioeducativa (2022 - 2023) .....	335



Figura 30 - Adolescentes que ingressaram no acompanhamento de Medida Socioeducativa residentes no interior (2022 - 2023) .....	336
Figura 31 - Crianças e adolescentes que ingressaram no acolhimento institucional (2022 - 2023).....	337



## SUMÁRIO

<b>LISTA DE SIGLAS</b> .....	3
<b>LISTA DE GRÁFICOS</b> .....	6
<b>LISTA DE FIGURAS</b> .....	14
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	23
<b>2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PATÓ BRANCO</b> .....	25
<b>2.1. DEMOGRAFIA</b> .....	26
2.1.1. População censitária.....	26
2.1.2. População censitária urbana e rural.....	27
2.1.3. Pirâmide etária da população censitária.....	28
2.1.4. População censitária, por raça/cor.....	31
2.1.5. População censitária, por tipo de deficiência.....	32
<b>2.2. SAÚDE</b> .....	33
2.2.1. Natalidade.....	33
2.2.1.1. Idade da mãe de nascidos vivos.....	33
2.2.1.2. Consultas pré-natal.....	34
2.2.1.3. Anomalia congênita em nascidos vivos.....	36
2.2.2. Mortalidade.....	36
2.2.2.1. Óbitos, por sexo.....	37
2.2.2.2. Óbitos, por faixa etária.....	38
2.2.2.3. Mortalidade infantil.....	39
2.2.3. Esperança de vida ao nascer.....	42
2.2.4. Estabelecimentos de saúde.....	43
2.2.5. Cobertura vacinal.....	45
<b>2.3. EDUCAÇÃO</b> .....	46
2.3.1. Número de estabelecimentos de ensino.....	46
2.3.2. Número de matrículas, por nível escolar.....	49
2.3.3. Aprovação, reprovação e abandono escolar.....	50
2.3.4. Distorção idade-série.....	50
2.3.5. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).....	51
<b>2.4. INFRAESTRUTURA URBANA</b> .....	52
<b>2.5. TRABALHO E ECONOMIA</b> .....	52
2.5.1. População Economicamente Ativa.....	52
2.5.1.1. População Economicamente Ativa, por sexo e faixa etária.....	53



2.5.2.	Rendimento médio de mulheres com relação aos homens.....	53
2.5.3.	Admissões e desligamentos, por sexo .....	54
2.5.4.	Produto Interno Bruto (PIB).....	56
2.5.5.	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) .....	57
2.5.6.	Índice Gini .....	58
2.5.7.	Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM) .....	59
<b>3.</b>	<b>INDICADORES DE DEMANDAS POTENCIAIS E OFERTA DE EQUIPAMENTOS, SERVIÇOS E POLÍTICAS PÚBLICAS .....</b>	<b>60</b>
<b>3.1.</b>	<b>CADASTRO ÚNICO .....</b>	<b>60</b>
3.1.1.	Famílias por bairro e faixa de renda.....	63
3.1.2.	Data de cadastramento da família.....	67
3.1.3.	Data da última atualização da família e taxa de atualização cadastral 68	
3.1.4.	Faixa da renda familiar <i>per capita</i> .....	70
3.1.5.	Espécie de domicílio.....	71
3.1.5.1.	Material predominante no piso do domicílio .....	72
3.1.5.2.	Material predominante na construção das paredes externas do domicílio	73
3.1.5.3.	Água canalizada no domicílio.....	73
3.1.5.4.	Forma de abastecimento de água .....	74
3.1.5.5.	Existe banheiro no domicílio.....	74
3.1.5.6.	Forma de escoamento sanitário .....	75
3.1.5.7.	Forma de coleta do lixo .....	75
3.1.5.8.	Tipo de iluminação .....	76
3.1.5.9.	Calçamento/pavimentação em frente ao domicílio .....	77
3.1.6.	Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos .....	77
3.1.7.	Sexo .....	78
3.1.8.	Relação de parentesco com o responsável familiar .....	78
3.1.8.1.	Responsável pela Unidade Familiar, por sexo .....	79
3.1.8.2.	Grau de instrução do Responsável pela Unidade Familiar.....	80
3.1.9.	Número de pessoas que moram no mesmo domicílio .....	81
3.1.10.	Raça/cor .....	83
3.1.11.	Faixa etária.....	84
3.1.12.	Pessoa com deficiência.....	85
3.1.12.1.	Pessoas com deficiência, por faixa etária e sexo .....	85



3.1.12.2.	Pessoas com deficiência, por bairros .....	88
3.1.12.3.	Tipo de deficiência .....	89
3.1.13.	Pessoas que nasceram em outro país .....	90
3.1.14.	Registro em Cartório de Registro Civil .....	92
3.1.15.	Pessoa frequenta escola .....	93
3.1.15.1.	Crianças e adolescentes (6 a 17 anos) com marcação “nunca frequentou” a escola.....	93
3.1.16.	Curso que frequenta.....	94
3.1.17.	Grau de instrução .....	95
3.1.18.	Remunerações não provenientes de trabalho .....	96
3.1.19.	Função principal .....	97
3.1.20.	Pessoas em situação de rua, por região e bairro incluídas no CadÚnico	98
3.1.20.1.	Pessoas em situação de rua, por sexo e cor incluídas no CadÚnico	100
3.1.20.2.	Local onde as pessoas em situação de rua costumam dormir .....	100
3.1.20.4.	Principais motivos a morar na rua .....	101
<b>3.2.</b>	<b>PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA .....</b>	<b>104</b>
3.2.1.	Benefício de Prestação Continuada (BPC) .....	104
3.2.2.	Programa Bolsa Família .....	110
3.2.2.1.	Número de famílias por bairro, faixa de renda <i>per capita</i> e benefício do Bolsa Família	113
3.2.2.2.	Faixa de renda per capita das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Famílias, antes e após serem incluídas no PBF .....	119
3.2.2.3.	Número de integrantes das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	119
3.2.2.4.	Condicionalidades do Programa Bolsa Família .....	121
3.2.2.5.	Condicionalidades na área da educação.....	122
3.2.2.6.	Condicionalidades na área da Saúde.....	123
3.2.2.7.	Descumprimento das Condicionalidades .....	125
3.2.3.	Programa Estadual Cartão Comida Boa .....	126
<b>3.3.</b>	<b>BENEFÍCIOS EVENTUAIS .....</b>	<b>128</b>
3.3.1.	Benefício Eventual por situação de Nascimento .....	129
3.3.2.	Benefício Eventual na situação de morte .....	130
3.3.3.	Benefício Eventual na situação de Vulnerabilidade Temporária .....	131
3.3.4.	Documentação do Município de Pato Branco .....	131



3.3.5.	Documentação de outros municípios .....	133
3.3.6.	Auxílio Alimentação .....	135
3.3.7.	Passagem .....	140
3.3.8.	Aluguel Social – Lei 5.933/2022 .....	142
3.3.9.	Benefício Eventual em Situação de Emergência e Calamidade.....	142
3.3.10.	Outros benefícios concedidos .....	143
<b>3.4.</b>	<b>REDE SOCIOASSISTENCIAL .....</b>	<b>144</b>
3.4.1.	Composição das equipes da Proteção Social Básica .....	148
3.4.1.1.	Equipe CRAS Carolina Ferrari Amadori .....	148
3.4.1.2.	Equipe CRAS Paulina Bonalume Andreatta.....	149
3.4.1.3.	Equipe do Centro de Convivência Genoefa Viganó .....	149
3.4.1.4.	Equipe do Centro de Convivência Fundação Patobranquense do Bem-estar 150	
3.4.1.5.	Equipe do Centro de Convivência Remanso da Pedreira .....	150
3.4.1.6.	Equipe do Centro de Convivência Instituto Plural .....	150
3.4.2.	Composição das equipes da Proteção Social Especial de Média Complexidade	151
3.4.2.1.	Equipe do CREAS.....	151
3.4.2.2.	Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias - APAE .....	152
6.2.3.	Composição das equipes da Proteção Social Especial de Alta Complexidade 152	
6.2.3.5.	Equipe da Unidade de Acolhimento Família Acolhedora.....	153
6.2.3.6.	Unidade de Acolhimento Casa de Passagem .....	153
6.2.3.2.	Equipe da Unidade de Acolhimento Lar dos Idosos São Francisco de Assis 154	
6.2.3.3.	Equipe da Unidade de Acolhimento Missão Vida Nova.....	154
6.2.3.4.	Equipe da Unidade de Acolhimento Associação dos Amigos de Prevenção ao Câncer - Gama.....	155
<b>3.5.</b>	<b>INDICADORES DEMANDAS DE ATENDIMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA.....</b>	<b>156</b>
3.5.1.	Território de abrangência do CRAS Carolina Ferrari Amadori .....	157
3.5.2.	Território de abrangência do CRAS Paulina Bonalume Andreatta.....	160
3.5.3.	Território sem referenciamento de unidade de CRAS .....	163
3.5.4.	Famílias acompanhadas/atendidas no PAIF.....	167
3.5.4.1.	Famílias acompanhadas/atendidas no PAIF no CRAS Carolina Ferrari Amadori 168	





3.5.4.1.1.	Perfil das famílias incluídas no PAIF CRAS Carolina Ferrari Amadori	170
3.5.4.1.2.	Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF ..	172
3.5.4.2.	Famílias acompanhadas/atendidas no PAIF no CRAS Paulina Bonalume Andreatta.....	173
3.5.4.2.2.	Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF ..	176
3.5.5.	Dados da evolução dos atendimentos .....	177
3.5.5.1.	Motivos de atendimentos.....	180
3.5.6.	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.....	184
3.5.7.	Indicadores do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	186
3.5.7.1.	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – CRAS Carolina Ferrari Amadori .....	186
3.5.7.2.	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – CRAS Paulina Bonalume Andreatta.....	190
3.5.7.3.	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos executado por Centros de Convivência públicos e privados.....	194
3.5.7.4.	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Espaço de Convivência da Pessoa Idosa .....	195
3.5.7.5.	Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos – Fundação de Bem-estar Social (FUNDABEM).....	200
3.5.7.6.	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Remanso da Pedreira – REMAP .....	204
3.5.7.7.	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Instituto Plural	208
3.5.7.8.	Encaminhamentos sociais .....	211
3.5.7.8.1.	Encaminhamentos realizados pela Secretaria de Assistência Social	211
3.5.7.8.2.	Encaminhamentos sociais realizados pelo CRAS Carolina Ferrari Amadori	212
3.5.7.8.3.	Encaminhamentos sociais realizados pelo CRAS Paulina Bonalume Andreatta	213
<b>3.6.</b>	<b>INDICADORES DEMANDAS DE ATENDIMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE .....</b>	<b>214</b>
3.6.1.	Famílias e indivíduos no PAEFI .....	215
3.6.1.1.	Perfil dos novos casos inseridos no acompanhamento do PAEFI ...	216
3.6.1.2.	Tipos de violência.....	217



3.6.1.3.	Crianças ou adolescentes vítimas de violência intrafamiliar (física ou psicológica)	228
3.6.1.4.	Crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual .....	229
3.6.1.5.	Crianças e adolescentes vítimas de negligência ou abandono .....	231
3.6.1.6.	Crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil .....	233
3.6.1.7.	Pessoas idosas vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual)	234
3.6.1.8.	Pessoas idosas vítimas de negligência ou abandono .....	236
3.6.1.9.	Pessoas com deficiência vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual) .....	238
3.6.1.10.	Pessoas com deficiência vítimas de negligência ou abandono .....	240
3.6.1.11.	Mulheres adultas (18 a 59 anos) vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual) .....	241
3.6.2.	Medidas Socioeducativas .....	243
3.6.2.1.	Volume de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas .....	244
3.6.2.1.1.	Quantitativo de atos infracionais .....	247
3.6.2.1.2.	Quantitativo de reincidência das Medidas Socioeducativas .....	250
3.6.2.2.	Quantidade e perfil dos adolescentes inseridos no Serviço .....	252
3.6.2.3.	Medidas Protetivas aplicadas aos adolescentes .....	261
3.6.3.	Serviço Especializado em Abordagem Social .....	262
3.6.3.1.	Quantidade e perfil de pessoas abordadas pelo Serviço de Abordagem Social .....	262
3.6.3.2.	Situações identificadas pelo Serviço de Abordagem Social .....	264
3.6.3.3.	Volume de abordagens realizadas .....	266
3.6.4.	Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua .....	267
3.6.5.	Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas famílias .....	267
3.6.6.	Principais motivos de atendimentos do CREAS (2022 – 2023) .....	272
3.6.7.	Encaminhamentos Sociais do CREAS .....	274
<b>3.7.</b>	<b>INDICADORES DE DEMANDAS DE ATENDIMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE .....</b>	<b>276</b>
3.7.1.	Casa de Acolhimento Proteger .....	277
3.7.2.	Família acolhedora .....	282
3.7.3.	Casa de Passagem .....	286
<b>3.7.4.</b>	<b>Associação Missão Vida Nova .....</b>	<b>290</b>
<b>3.7.5.</b>	<b>Lar dos Idosos São Francisco de Assis .....</b>	<b>293</b>



<b>3.7.6.</b>	<b>Associação dos Amigos de Prevenção ao Câncer (GAMA) .....</b>	<b>297</b>
<b>3.7.7.</b>	<b>Pessoas com deficiência acolhidas em instituições fora do Município</b>	<b>300</b>
<b>4.</b>	<b>INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO DOS CRAS E CREAS .....</b>	<b>303</b>
<b>5.</b>	<b>MAPAS TEMÁTICOS .....</b>	<b>309</b>
5.1.	Equipamentos socioassistenciais da rede pública e privada .....	309
5.2.	Famílias inscritas no Cadastro Único.....	311
5.3.	Famílias inscritas no CadÚnico com renda per capita de até ½ salário mínimo	313
5.4.	Pessoas incluídas no CadÚnico .....	315
5.5.	Crianças de até 6 anos inscritas no Cadastro Único .....	317
5.6.	Crianças e adolescentes com idade entre 7 e 15 anos inscritos no Cadastro Único	319
5.7.	Adolescentes com idade entre 16 e 17 anos inscritos no Cadastro Único	321
5.8.	Adolescentes com idade entre 18 e 59 anos inscritos no Cadastro Único	323
5.9.	Adolescentes com idade igual ou superior à 60 anos inscritos no Cadastro Único	325
5.10.	Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família .....	327
5.11.	Pessoas beneficiárias do BPC Idoso .....	329
5.12.	Pessoas beneficiárias do BPC pessoa com deficiência.....	331
5.13.	Pessoas vítimas de violência (2022 – 2023).....	333
5.14.	Adolescentes que ingressaram no acompanhamento de Medida Socioeducativa (2022 – 2023).....	335
5.15.	Crianças e adolescentes que ingressaram no acolhimento institucional (2022 – 2023).....	337
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>338</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>343</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A Vigilância Socioassistencial, reconhecida como objetivo e função, concomitantemente, da Política de Assistência Social, destina-se a apoiar, organizar e monitorar ações que visam entender e intervir nas realidades sociais dos territórios. Esta abordagem, delineada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e fundamentada na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB SUAS), é essencial para a compreensão das vulnerabilidades, riscos e potencialidades presentes em comunidades específicas.

O Diagnóstico Socioterritorial, enquanto ferramenta interpretativa, oferece uma visão abrangente e analítica da realidade social do município. Neste contexto, a Secretaria Municipal de Assistência Social de Pato Branco – PR, através do Departamento de Monitoramento e Avaliação, em consonância com as diretrizes da NOB-SUAS, elaborou o diagnóstico que contempla as demandas por Serviços, Programas, Projetos e Benefícios socioassistenciais e as características estruturais e conjunturais que influenciam a dinâmica social do Município.

Para o desenvolvimento do presente estudo foi utilizando técnicas de pesquisa quantitativa, apresentando dados oficiais sobre município.

a) Pesquisa documental: levantamento de informações em materiais administrativos sem tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

b) Pesquisa com dados secundários: levantamento de informações a partir de sítios oficiais dos âmbitos federal, estadual e municipal e demais instituições. Foram identificados os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), lista de beneficiários do Programa Bolsa Família e do Benefícios de Prestação Continuada, o Registro Mensal de Atendimentos das unidades do CRAS e CREAS, bem como, os registros de atendimentos contidos no sistema municipal da Secretaria de Assistência Social,

informados pelos Equipamentos públicos da Política, quanto as instituições privadas, inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social.

Cabe ressaltar que a utilização desses dados territorializados permite identificar as necessidades da população, como também mapear a rede socioassistencial existente e avaliar a efetividade das políticas públicas implementadas, buscando-se compreender o perfil das famílias e pessoas do município, atendidas pela Política de Assistência Social, como também analisar a oferta de programas, projetos, serviços e benefícios nos territórios do Município de Pato Branco.

Cabe informar que este diagnóstico socioterritorial não se limita a uma simples descrição dos fenômenos sociais, mas busca estabelecer relações, identificar desafios e oportunidades, e subsidiar o planejamento e a implementação de ações que promovam a proteção social e a defesa de direitos dos cidadãos pato-branquenses.

Assim, este documento apresentará na primeira etapa, a caracterização geral do Município, ressaltando os aspectos econômicos, históricos, geográficos e culturais. Em seguida, analisa-se os indicadores de atendimento da Política de Assistência Social no município, referente a demanda potencial e a oferta de equipamentos, Serviços e Benefícios subdivididos pelos Benefícios e Programas de Transferência de Renda, Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, juntamente com os indicadores de desenvolvimento do CRAS e CREAS. Na terceira etapa, apresenta-se os mapas temáticos referente aos principais indicadores da Política de Assistência Social.

## 2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO

O Distrito de Pato Branco foi criado pela Lei Estadual n.º 2, de 10 de outubro de 1947, subordinado ao município de Clevelândia, foi elevado à categoria de município pela Lei Estadual n.º 790, de 14 de novembro de 1951<sup>1</sup>

Figura 1 - Localização de Pato Branco no Estado do Paraná



Fonte: Abreu, 2006<sup>2</sup>.

O Município de Pato Branco está localizado no sudoeste do Estado do Paraná, na latitude 26°13'46" Sul e longitude 52°40'14" W-GR. Seu clima é Subtropical Úmido Mesotérmico, com verões quentes com tendência de concentração de chuvas (temperatura média superior a 22°C), e invernos com geadas pouco frequentes (temperatura média inferior a 18°C), sem estação seca definida. Está distante 433,53 km da capital do estado, Curitiba.

Possui área territorial total de 539,029 km<sup>2</sup> e atualmente é composto por dois distritos: Pato Branco (sede) e São Roque do Chopim. Os municípios limítrofes são:

<sup>1</sup> Informações disponíveis em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/pato-branco/historico>. Acesso em: 20 mai. 2022.

<sup>2</sup> Imagem de autoria de Raphael Lorenzeto de Abreu, disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Parana\\_MesoMicroMunicip.svg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Parana_MesoMicroMunicip.svg). Acesso em: 20 mai. 2022.

Bom Sucesso do Sul, Clevelândia, Coronel Vivida, Honório Serpa, Itapejara D'Oeste, Renascença e Vitorino<sup>3</sup>, como pode ser observado na figura a seguir.

Figura 2 - Mapa de Pato Branco e municípios limítrofes



Fonte: IPARDES, 2022.

Nota: Base Cartográfica ITCG (2010).

## 2.1. DEMOGRAFIA

### 2.1.1. População censitária

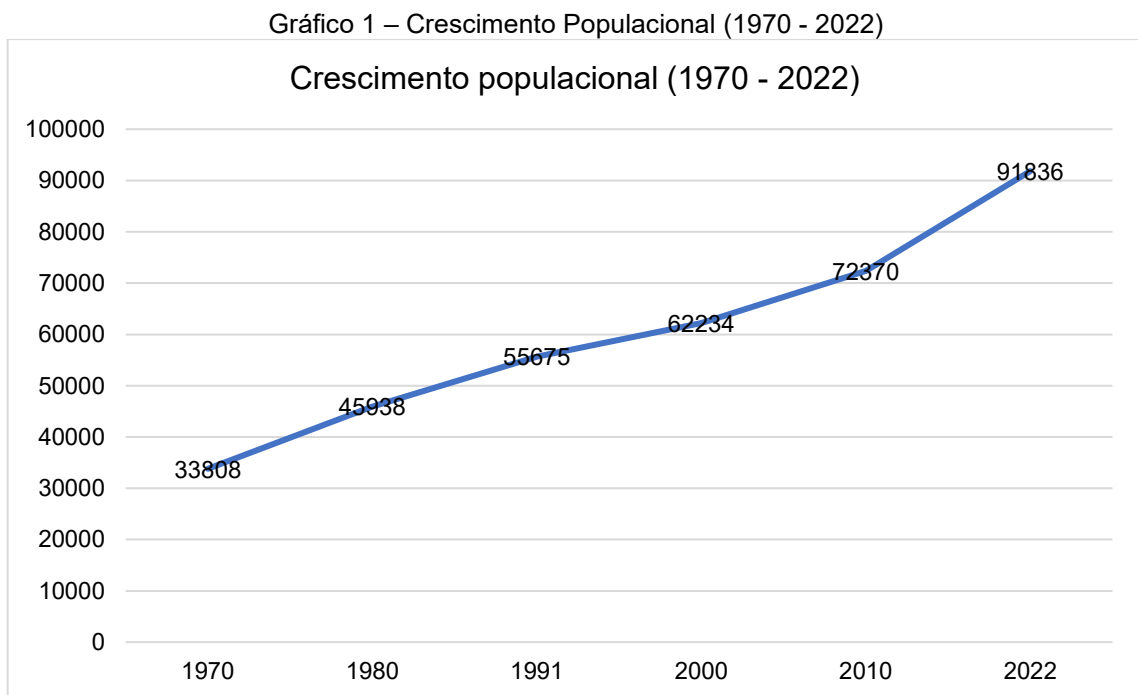
Conforme o último Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022 a população de Pato Branco era de 91.836 pessoas.

O Município de Pato Branco apresentou um crescimento populacional significativo ao longo das décadas representados no gráfico, sendo notável o crescimento populacional ocorrido entre o ano de 2010 e 2022, passando de 72.370 pessoas para 91.836.

<sup>3</sup> Informações retiradas do site: <https://patobranco.pr.gov.br/omunicipio/informacoes-gerais/>. Acesso em: 20 mai. 2022.

Entre 1970 e 1980, houve um aumento expressivo na população, indicando um período de crescimento rápido. Por outro lado, entre 2.000 e 2.010, o crescimento foi mais gradual.

Um período de crescimento particularmente marcante ocorreu entre 2010 e 2022, no qual a população aumentou significativamente de 72.370 para 91.836 habitantes.



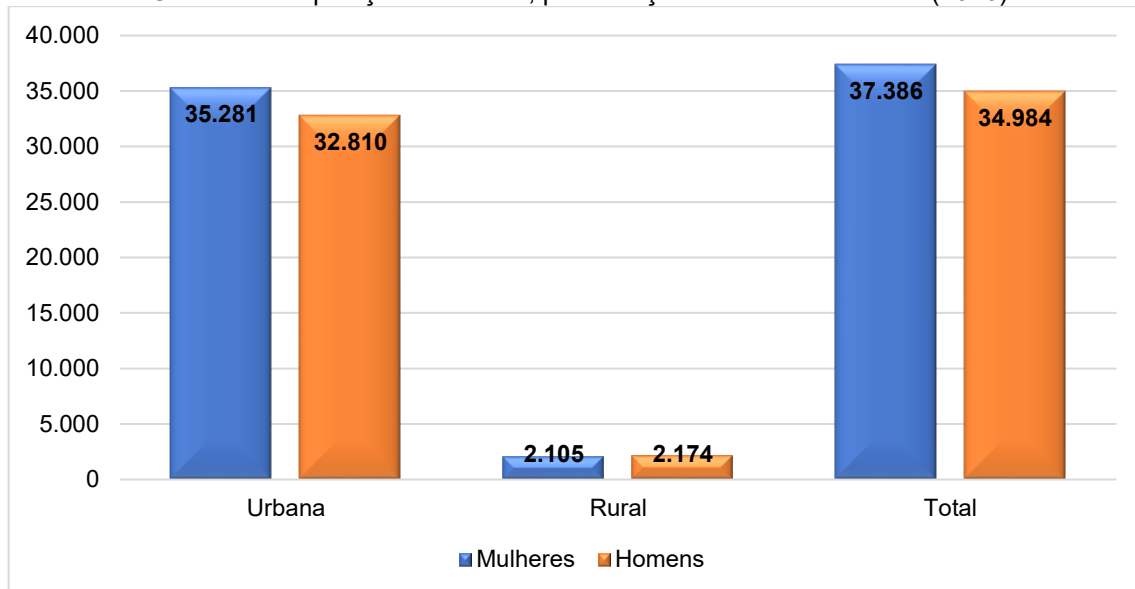
Fonte: IBGE, 2024.

### 2.1.2. População censitária urbana e rural

Em 2010, havia 68.091 pessoas residindo na área urbana do município e 4.279 na área rural. Na área urbana moravam 2.471 mulheres a mais do que homens: 35.281 mulheres e 32.810 homens. E na área rural eram 69 homens a mais que o número de mulheres: 2.174 homens e 2.105 mulheres, como pode ser observado no gráfico a seguir.



Gráfico 2 - População censitária, por situação de domicílio e sexo (2010)



Fonte: Censo Demográfico – IBGE, 2010.

### 2.1.3. Pirâmide etária da população censitária

Conforme apresentado no gráfico a seguir, os dados do IBGE indicam que o município possui 47.596 pessoas do sexo feminino e 44.240 do sexo masculino, representando, respectivamente, 51,83% e 48,17% da população.

Na última pesquisa realizada pelo IBGE, foi realizado o levantamento populacional, identificando que o Município contava com **17.846 pessoas com idade de até 14 anos, 6.250 pessoas com idade entre 15 e 19 anos, 53.940 pessoas com idade entre 20 e 59 anos e 13.800 pessoas com idade igual ou superior a 60 anos.**

Na faixa etária de 0 a 4 anos, há uma ligeira predominância de meninos, totalizando 3.040 (51,55%) da população, em comparação com 2.857 (48,45%) meninas, totalizando 5.897 crianças.

Entre 5 e 9 anos, a distribuição de gênero é praticamente equilibrada, com uma pequena inclinação para o sexo masculino, representando 3.102 (50,48%) da população, em comparação com 3.043 (49,52%) de meninas, totalizando 6.145 crianças.

Na faixa etária de 10 a 14 anos, observa-se uma leve predominância de meninos, com 3.008 (51,83%) da população, enquanto as meninas correspondem a 2.796 (48,17%), totalizando 5.804 pessoas.

Entre 15 e 19 anos, a distribuição de gênero é quase igual, com 3.145 (50,32%) pessoas do sexo feminino e 3.105 (49,68%) do sexo masculino, totalizando 6.250 indivíduos.

Na faixa etária de 20 a 24 anos, observa-se uma ligeira predominância de mulheres, com 3.832 (50,64%) da população, enquanto os homens compõem 3.735 (49,36%), totalizando 7.567 pessoas.

Entre 25 e 29 anos, a distribuição entre os gêneros é quase equilibrada, com uma leve inclinação para a população masculina, representando 4.047 (50,40%) do total, em comparação com 4.113 (49,60%) de mulheres, totalizando 8.160 pessoas, sendo esta faixa etária a que mais detém o quantitativo populacional.

Para as pessoas com idade entre 30 e 34 anos, observa-se uma leve predominância de população feminina, representando 3.919 (51,02%) do total, enquanto os homens correspondem a 3.760 (48,98%). Cabe apontar que esse recorte de idade é o segundo com o maior indicativo de pessoas.

Entre 35 e 39 anos, a predominância de mulheres se torna mais evidente, com 3.752 (51,30%) da população nessa faixa etária sendo composta por mulheres, em comparação com 3.562 (48,70%) de homens, totalizando 7.314.

Para as pessoas com idade entre 40 e 44 anos, a tendência da predominância feminina continua, com 3.538 (51,20%) da população sendo mulheres e 3.372 (48,80%) homens.

Ao avançar para a faixa etária de 45 a 49 anos, verifica-se que a predominância de mulheres é ainda mais evidenciada, com 3.057 (53,14%) da população sendo composta por este sexo, enquanto os homens representam 2.696 (46,86%).

Na faixa etária de 50 a 54 anos, há uma tendência de predominância feminina, com 2.992 (54,66%) da população sendo mulheres, enquanto os homens representam 2.482 (45,34%). Verifica-se também que entre 55 e 59 anos, essa tendência se mantém, com 2.766 (54,38%) da população sendo composta por mulheres e 2.320 (45,62%) por homens.

Na faixa etária de 60 a 64 anos, a predominância de mulheres se mantém, com 2.528 (55,94%) da população sendo do sexo feminino, enquanto os homens

correspondem a 1.991 (44,06%). Entre 65 e 69 anos, essa tendência persiste, com 1.945 (55,65%) da população sendo mulheres e 1.550 (44,35%) homens.

Entre 70 e 74 anos, observa-se uma proporção semelhante, com 1.402 (55,55%) pessoas compostas por mulheres, enquanto os homens representam 1.122 (44,45%). Esse padrão reflete o impacto do envelhecimento da população e as disparidades na expectativa de vida entre os sexos.

Na faixa etária de 75 a 79 anos, 887 (56,95%) da população são compostas por mulheres, enquanto os homens representam 663 (43,05%). À medida que chegamos na faixa etária de 80 a 84 anos, a predominância feminina se torna ainda mais pronunciada, com 573 (61,81%) da população sendo mulheres e 354 (38,19%) homens.

Entre 85 e 89 anos, essa tendência também persiste, com 349 (64,99%) da população sendo composta por mulheres e 188 (35,01%) por homens. Nessa faixa etária, observamos um aumento significativo na proporção de mulheres.

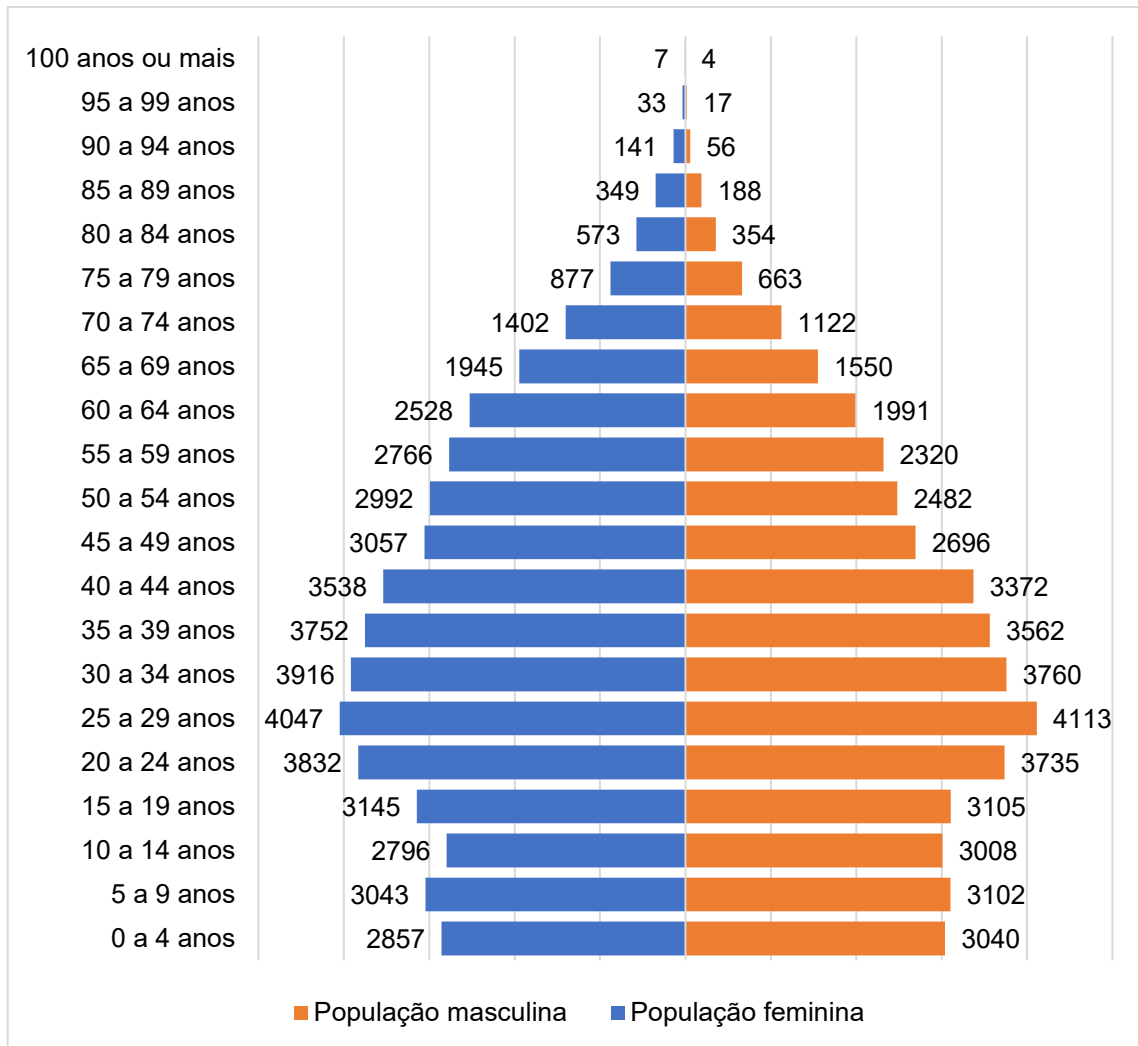
Na faixa etária de 90 a 94 anos, a predominância feminina continua, com 141 (71,57%) da população sendo do sexo feminino, enquanto os homens correspondem a 56 (28,43%). Entre 95 e 99 anos, essa tendência se mantém, com 33 (66,00%) da população sendo mulheres e 17 (34,00%) homens.

Na faixa etária de 100 anos ou mais, a predominância feminina é ainda mais marcante, com 7 (63,64%) da população sendo composta por mulheres, enquanto os homens representam 4 (36,36%).

Ao analisar o percentual geral da população em relação ao sexo, é evidente uma pequena predominância de mulheres, representando 51,83% da população do município, em comparação com os 48,17% de homens. Essa tendência de predominância feminina é ainda mais notável ao observar a distribuição por faixas etárias, onde as mulheres continuam a superar os homens em quase todas as faixas, especialmente em idades mais avançadas.

Esse padrão pode ser atribuído a vários fatores, incluindo diferenças biológicas na longevidade entre os sexos e influências sociais, como cuidados de saúde diferenciados ao longo da vida, e com essa predominância de mulheres em grupos etários mais avançados sugere uma maior expectativa de vida para o sexo feminino, destacando a importância de políticas públicas voltadas para as pessoas idosas.

Gráfico 3 - Pirâmide etária (2022)

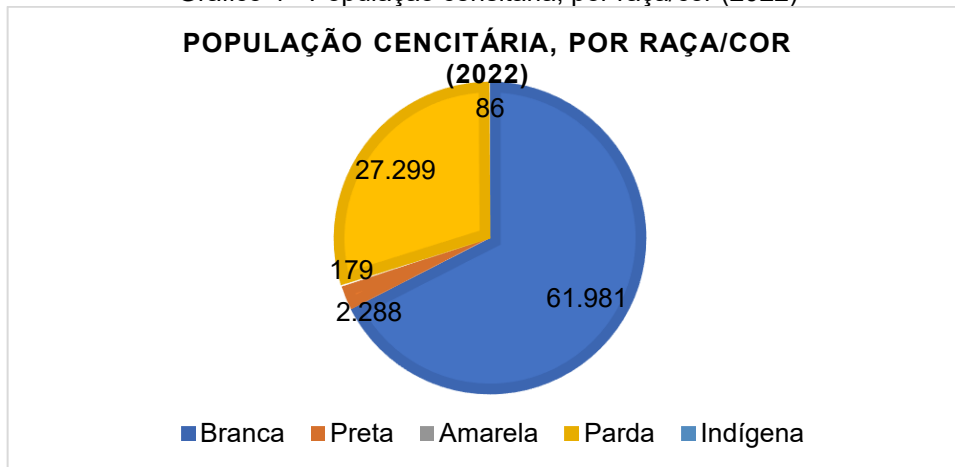


Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2022.

#### 2.1.4. População censitária, por raça/cor

Em 2022, do total de 91.836 habitantes do município, a maioria da população autodeclarou-se branca, totalizando 61.981 pessoas (67,49%); 27.299 pardas (29,73%); 2.288 pretas (2,49%); 179 amarelas (0,19%) e 86 autodeclararam indígenas (0,09%).

Gráfico 4 - População censitária, por raça/cor (2022)

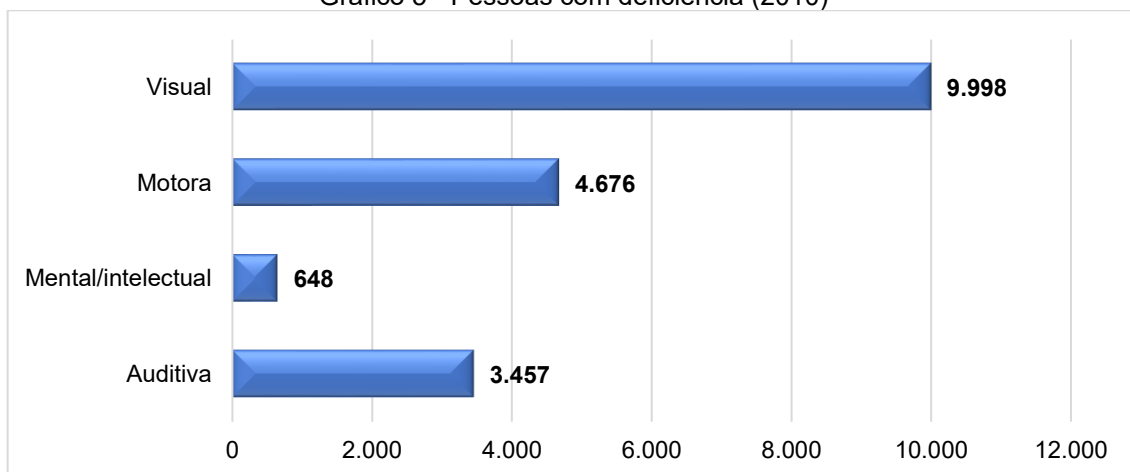


Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2022

#### 2.1.5. População censitária, por tipo de deficiência

Dados do último Censo Demográfico<sup>4</sup>, apontavam que em 2010 havia 18.779 habitantes com alguma deficiência, ou seja, 25,94% da população. Especificadas por tipo, eram: 9.998 pessoas com deficiência visual (53,24%), 4.676 motora (24,90%), 3.457 auditiva (18,41%) e 648 com deficiência mental/intelectual (3,45%), conforme o gráfico 6.

Gráfico 5 - Pessoas com deficiência (2010)



Fonte: Censo Demográfico – Dados da amostra, IBGE, 2010.

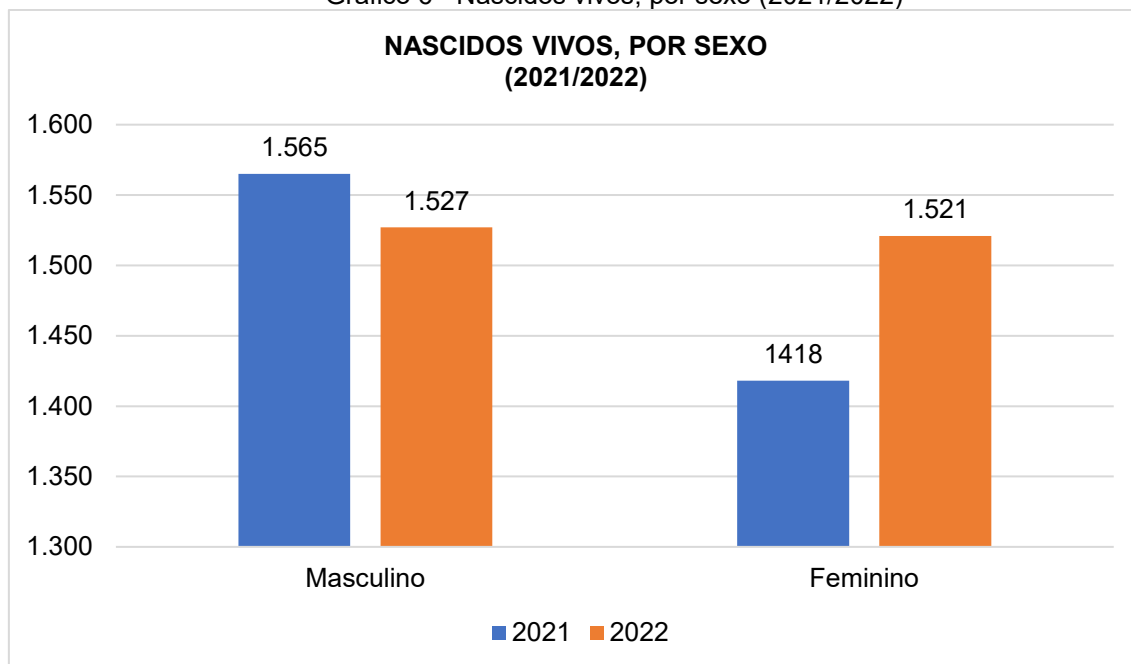
<sup>4</sup> Informações disponíveis em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/pato-branco/pesquisa/23/23612?detalhes=true>. Acesso em: 23 mar. 2024.

## 2.2. SAÚDE

### 2.2.1. Natalidade

Os dados disponíveis entre 2021 e 2022<sup>5</sup>, demonstram que a maioria dos nascidos vivos eram do sexo masculino. Do total de 2.983 nascidos vivos em 2021, 1.565 (52,46%) eram do sexo masculino e 1.418 (47,54%) do feminino. Em 2020, do total de 3.048 nascidos vivos, 1.527 (50,10%) eram do sexo masculino, 1.521 (49,90%) do feminino. Percebe-se que entre os dois anos, houve uma variação de 2,13%.

Gráfico 6 - Nascidos vivos, por sexo (2021/2022)



Fonte: DATASUS, 2024.

#### 2.2.1.1. Idade da mãe de nascidos vivos

A análise dos dados da tabela a seguir apresenta várias tendências importantes em relação à distribuição de idade das mães e aos nascimentos ao longo de dois anos consecutivos, 2021 e 2022.

Primeiramente, observa-se que a maioria dos nascimentos está concentrada na faixa etária das mães entre 25 e 29 anos, sendo 765 e 826 respectivamente.

<sup>5</sup> Na base de dados consultada, o ano mais recente disponível para buscas é 2022.

Isso sugere que mulheres nessa faixa etária têm uma probabilidade maior de terem filhos, o que está alinhado com padrões demográficos conhecidos.

Houve uma leve tendência de aumento no número total de nascimentos de 2021 para 2022, indicando um crescimento na taxa de natalidade. No entanto, algumas faixas etárias mostraram variações diferentes ao longo desses anos. Enquanto as faixas de 25 a 29 anos e de 40 a 44 anos viram um aumento no número de nascimentos.

Nota-se também que houve uma redução de nascimentos para a faixa etária de 10 a 14 anos, passando de 18 no ano de 2021, para 12 em 2022. Em relação a idade de 15 a 19 anos, manteve-se constante.

Tabela 1 - Nascidos vivos, por idade da mãe (2021 - 2022)

Idade da mãe (anos)	2021	2022
10 a 14 anos	18	12
15 a 19 anos	295	296
20 a 24 anos	689	648
25 a 29 anos	765	826
30 a 34 anos	678	735
35 a 39 anos	439	420
40 a 44 anos	95	105
45 a 49 anos	3	6
50 a 54 anos	1	0
<b>Total</b>	<b>2.983</b>	<b>3.048</b>

Fonte: DATASUS, 2024.

#### 2.2.1.2. Consultas pré-natal

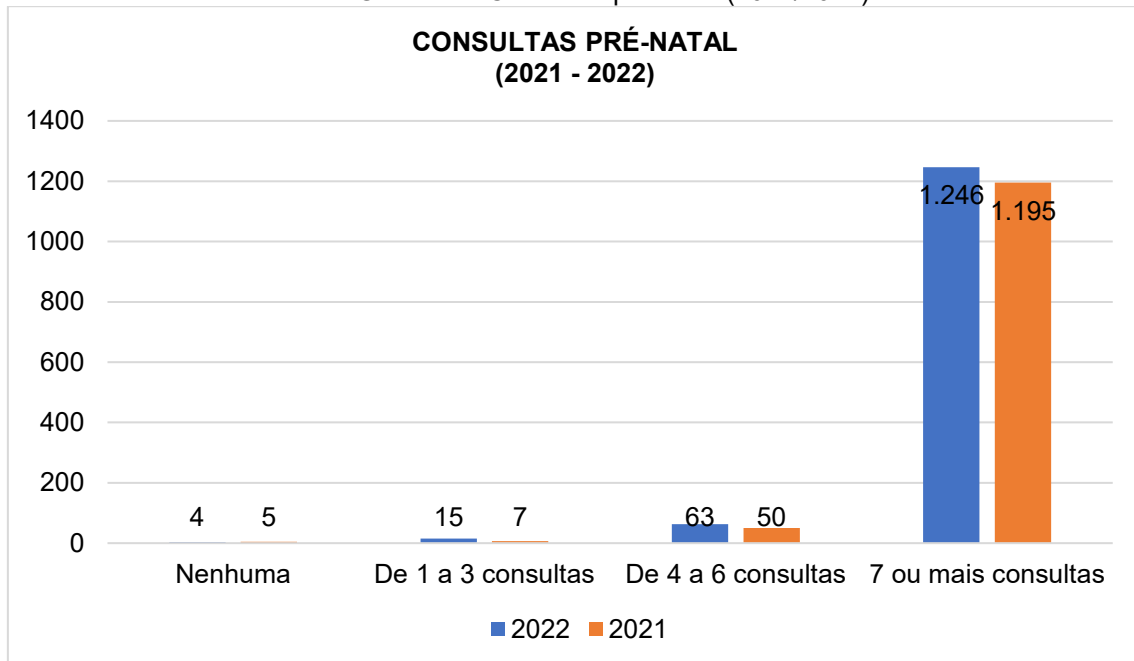
A análise dos dados da tabela apresentada na sequência demonstra o número de consultas pré-natal em 2021 e 2022. Em 2021, um total de 1.328 consultas pré-natal foram registradas, enquanto em 2022 esse número diminuiu para 1.257.

Primeiramente, é evidente que a maioria das mulheres grávidas realizou sete ou mais consultas pré-natal em ambos os anos, representando a maior proporção do total de consultas. Em 2021, 1.246 mulheres fizeram sete ou mais consultas, enquanto em 2022, esse número diminuiu para 1.195.

Observa-se também que houve uma diminuição geral no número total de consultas pré-natal de 2021 para 2022, refletido na soma total de consultas. Essa tendência é consistente em todas as categorias, exceto para as mulheres que não realizaram nenhuma consulta pré-natal, onde houve um aumento de uma consulta.

Em 2021, 4 mulheres não realizaram nenhuma consulta pré-natal, enquanto em 2022, esse número aumentou para 5.

Gráfico 7 - Consultas pré-natal (2021/2022)



Fonte: DATASUS, 2024.

Conforme o “Plano Municipal de Saúde 2022 – 2025” de Pato Branco, uma das prioridades da Secretaria Municipal de Saúde é a redução da morbimortalidade materna, infantil e fetal. As equipes responsáveis por essa linha de cuidado são da Estratégia de Saúde da Família e do Ambulatório de Pré-natal de Alto Risco. Destaca-se um trecho do documento referente ao atendimento e acompanhamento das mulheres gestantes no município, especialmente sobre a realização de consultas de pré-natal.

O acolhimento precoce das gestantes ao pré-natal, a realização de, no mínimo, sete consultas de pré-natal, realização de exames nos três trimestres gestacionais, estratificação de risco com a vinculação da gestante ao hospital de referência, o atendimento em ambulatório especializado para as gestantes e crianças de risco e, o processo de capacitação de profissionais de saúde, são ações fundamentais para a organização dos processos de atenção à saúde materno infantil (PATO BRANCO, 2021, p. 99) (grifos nossos).



### 2.2.1.3. Anomalia congênita em nascidos vivos

A maioria dos casos relatados em ambos os anos são classificados como "Sem anomalia congênita/não informado", representando a maior proporção dos casos totais. Em 2021, foram registrados 1.242 casos dessa categoria, enquanto em 2022 esse número aumentou para 1.313.

Alguns tipos específicos de anomalias congênitas apresentam uma distribuição variada. Houve um aumento no número de casos de outras malformações congênitas do sistema nervoso e Fenda labial e fenda palatina em 2022 em comparação com 2021. Para Outras malformações congênitas do sistema nervoso, o número de casos aumentou de 1 em 2021 para 3 em 2022, enquanto para Fenda labial e fenda palatina, o número subiu de 1 em 2021 para 3 em 2022.

Outros tipos, como Espinha bífida e outras malformações congênitas, mostram um número muito baixo de casos ou ausência de casos em um ou ambos os anos. Em 2021, houve 1 caso de Espinha bífida, enquanto nenhum caso foi registrado em 2022.

Tabela 2 - Tipo de anomalia congênita em nascidos vivos (2021/2022)

<b>Tipo de anomalia congênita</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
Espinha bífida	1	0
Outras malformações congênitas do sistema nervoso	1	3
Malformações congênitas do aparelho circulatório	1	1
Fenda labial e fenda palatina	1	3
Outras malformações do aparelho geniturinário	1	0
Deformidades congênitas dos pés	1	2
Outras malformações e deformações congênitas aparelho osteomuscular	7	3
Outras malformações congênitas	0	1
Anomalias cromossômicas NCOP	2	2
Sem anomalia congênita/não informado	1.242	1.313
<b>Total</b>	<b>1257</b>	<b>1328</b>

Fonte: DATASUS, 2024.

### 2.2.2. Mortalidade

A análise dos casos diagnosticados nos diferentes capítulos do CID-10 nos anos de 2021 e 2022 apresenta os números de óbitos registrados entre 2021 e 2022.

Em 2021, foram registrados um total de 772 casos, distribuídos entre os diferentes capítulos. Porém, em 2022, esse número reduziu para 625 casos.

Ao observar os números por capítulo, observa-se uma variedade de padrões. Houve um aumento nos casos de neoplasias, de 100 em 2021 para 128 em 2022, indicando possíveis mudanças nas taxas de incidência ou na detecção precoce de câncer. Da mesma forma, os casos relacionados ao sistema respiratório aumentaram significativamente, de 32 para 84 no mesmo período.

Por outro lado, alguns capítulos apresentaram reduções no número de casos. Por exemplo, as doenças infecciosas e parasitárias registraram uma diminuição substancial, caindo de 296 em 2021 para 59 em 2022.

Tabela 3 - Óbitos, por capítulo CID-10 (2021/2022)

Capítulos CID-10	2021	2022
Cap. I – doenças infecciosas e parasitárias	296	59
Cap. II – neoplasias	100	128
Cap. III – doenças do sangue	3	2
Cap. IV – doenças endócrinas	26	34
Cap. V – transtornos mentais e comportamentais	7	13
Cap. VI – sistema nervoso	22	27
Cap. IX – sistema circulatório	110	129
Cap. X – sistema respiratório	32	84
Cap. XI – sistema digestivo	26	30
Cap. XII – doenças de pele	0	1
Cap. XIII – sistema osteomuscular e tecido conjuntivo	3	2
Cap. XIV – doenças do aparelho geniturinário	11	21
Cap. XV – gravidez, parto e puerpério	2	0
Cap. XVI – afecções originadas no período perinatal	7	4
Cap. XVII – malformações congênitas e anomalias cromossômicas	6	5
Cap. XVIII – sintomas, sinais e exames	57	18
Cap. XX – causas externas de morbidade e de mortalidade	64	68
<b>Total</b>	<b>772</b>	<b>625</b>

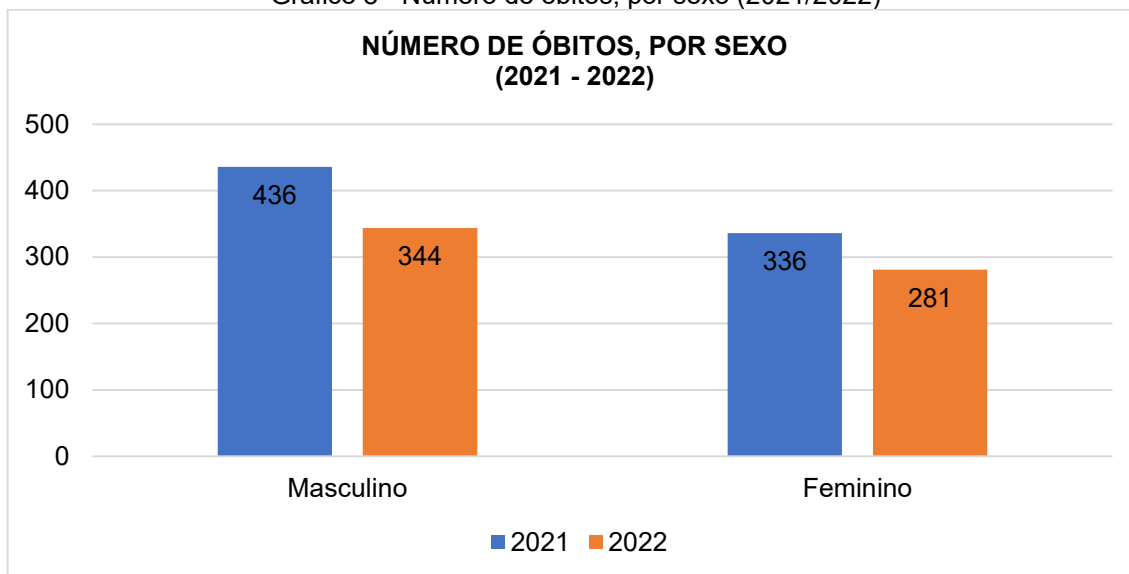
Fonte: DATASUS, 2024.

#### 2.2.2.1. Óbitos, por sexo

A análise dos dados de óbitos por sexo e ano apresentado na tabela abaixo entre os anos de 2021 e 2022, nota-se que durante esse período, houve uma diminuição geral no número total de óbitos, tanto para homens quanto para mulheres.

No entanto, uma disparidade persistente é evidente entre os sexos. Em ambos os anos, o número de óbitos entre homens é significativamente maior do que entre mulheres e nota-se que, apesar disso, tanto os números de óbitos de homens quanto mulheres tiveram uma redução de 2021 para 2022 de 147 registros.

Gráfico 8 - Número de óbitos, por sexo (2021/2022)



Fonte: DATASUS, 2024.

#### 2.2.2.2. Óbitos, por faixa etária

Em relação aos óbitos por faixa etária, é evidenciada na tabela a seguir, uma redução geral no número total de óbitos de 2021 para 2022, passando de 772 em 2021 para 625 em 2022.

Ao examinar a distribuição de óbitos por faixa etária, percebe-se que as faixas etárias de até 1 ano e 1 a 4 anos, registraram menos óbitos em comparação com faixas etárias mais avançadas, como 70 a 79 anos e 80 anos e mais.

Embora algumas faixas etárias tenham experimentado reduções nos óbitos entre os dois anos analisados, outras apresentaram aumentos. Houve uma diminuição nos óbitos nas faixas etárias 20 a 29 anos e 30 a 39 anos, enquanto as faixas etárias 50 a 59 anos e 60 a 69 anos mostraram uma diminuição mais significativa. As faixas etárias mais avançadas, como 70 a 79 anos e 80 anos e mais, representaram uma proporção maior do total de óbitos.

Tabela 4 - Óbitos, por faixa etária (2021/2022)

Faixa etária (anos)	2021	2022
Menor 1 ano	15	10
1 a 4 anos	2	2
5 a 9 anos	1	2
10 a 14 anos	1	2
15 a 19 anos	3	6
20 a 29 anos	31	23
30 a 39 anos	47	29
40 a 49 anos	60	36



<b>Faixa etária (anos)</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
50 a 59 anos	126	71
60 a 69 anos	138	108
70 a 79 anos	157	143
80 anos e mais	191	193
<b>Total</b>	<b>772</b>	<b>625</b>

Fonte: DATASUS, 2022.

### 2.2.2.3. Mortalidade infantil

A taxa de mortalidade infantil refere-se ao número de óbitos de crianças menores de 1 ano de idade, por mil nascidos vivos, em uma determinada localidade, no ano considerado.

Conforme dados do IBGE, de 2017 a 2022<sup>6</sup>, percebe-se que houve diminuição da taxa de 2017 a 2018, saindo de 10,71 óbitos por mil nascidos vivos para 8,51. O ano de 2019 apresentou a maior taxa desse recorte, com 16,07 óbitos por mil nascidos vivos.

Em 2020, a taxa diminuiu consideravelmente para 5,94 óbitos por mil nascidos vivos, a menor taxa desse recorte temporal, como pode ser observado no gráfico a seguir.

Nos anos de 2021 e 2022, observou-se uma continuação das tendências previamente identificadas na taxa de mortalidade infantil, com ambas apresentando taxas de 11,93 e 7,53, respectivamente. Esses anos mostraram uma redução significativa em relação a 2019, ano que registrou uma taxa mais elevada.

---

<sup>6</sup> Optou-se pela ampliação da série histórica para melhor visualização e compreensão da variação da taxa de mortalidade infantil no município.





Em 2022, houve uma redução no número de óbitos relacionados a essas categorias, com afecções originadas no período perinatal totalizando 4 óbitos e malformações congênitas totalizando 3 óbitos.

Tabela 5 - Óbitos de menores de 1 ano, por CID-10 (2017 – 2024)

CID-10	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Cap II - Neoplasias (tumores)	0	0	0	1	0	0
Cap IV – Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	1	0	0	0	0	0
Cap VI - Doenças do sistema nervoso	0	0	0	0	1	0
Cap XI – Doenças do aparelho digestivo	0	0	1	0	0	0
Cap XVI – Algumas afecções originadas no período perinatal	8	7	11	3	7	4
Cap XVII – Malformação congênita, deformidades e anomalias cromossômicas	1	1	9	4	6	3
Cap XVIII - Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos	0	0	0	0	0	2
Cap XX – Causas externas de morbidade e mortalidade	3	3	0	0	1	1
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>11</b>	<b>21</b>	<b>8</b>	<b>15</b>	<b>10</b>

Fonte: DATASUS, 2024.

Os óbitos de menores de 1 ano de idade, por faixa etária, são divididos por neonatal precoce (de 0 até 6 dias); neonatal tardio (de 7 a 27 dias) e; pós-neonatal (de 28 a 264 dias)<sup>8</sup>.

Conforme dados do DATASUS representados na tabela a seguir, em 2019 foram registrados 21 óbitos de menores de 1 ano, sendo 15 de crianças de 0 até 6 dias (neonatal precoce), correspondendo a 71,43% do total.

De 2018 a 2022, o maior número de óbitos de menores de 1 ano, foi de neonatal precoce (de 0 até 6 dias): 2018, 6 (54,55%); em 2019, 15 (71,43%), em 2020, 4 (50%), em 2021, 9 (60%) e 2022, com 4 (40%). Apenas em 2017, o maior número de óbitos de menores de 1 ano foi de pós-natal (de 28 a 364 dias), com 6 (46,15%) registros.

Em 2021, houve um aumento nos óbitos em comparação com o ano anterior, sendo registrados 15 casos. Dentre esses, nota-se que 9 foram no período entre 0 e 6 dias. No entanto, em 2022, nota-se que houve uma redução nos óbitos registrados, totalizando 4 casos.

<sup>8</sup> Informações disponíveis em: <http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/livroidb/2edrev/a09.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2024.

Tabela 6 - Óbitos de menores de 1 ano, por faixa etária (2017 - 2022)

Faixa etária	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
0 a 6 dias (neonatal precoce)	5	6	15	4	9	4	<b>43</b>
7 a 27 dias (neonatal tardio)	2	3	2	2	2	2	<b>13</b>
28 a 364 dias (pós-neonatal)	6	2	4	2	4	4	<b>22</b>
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>11</b>	<b>21</b>	<b>8</b>	<b>15</b>	<b>10</b>	<b>78</b>

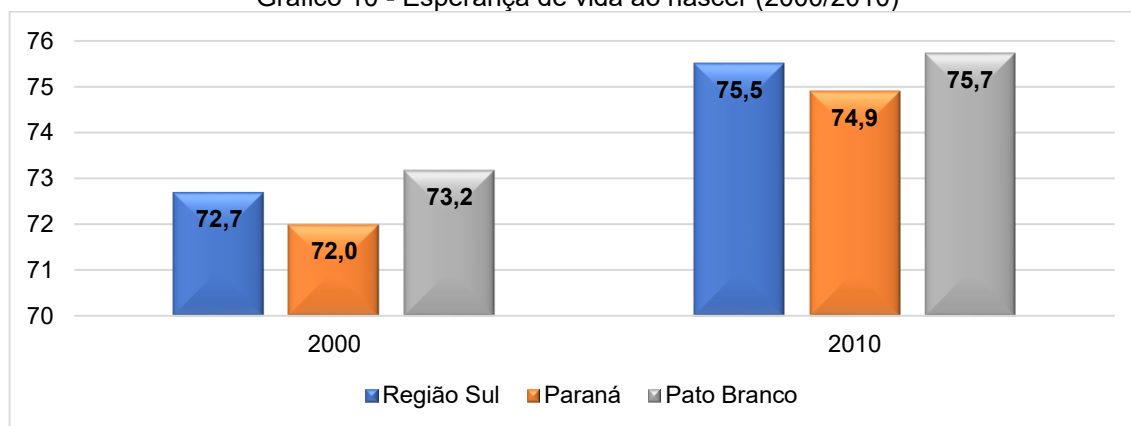
Fonte: DATASUS, 2022.

### 2.2.3. Esperança de vida ao nascer

A esperança de vida ao nascer refere-se ao número médio de anos de vida esperados para um recém-nascido, mantido o padrão de mortalidade existente, em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Conforme os dados disponibilizados na plataforma Atlas Brasil<sup>9</sup>, a esperança de vida ao nascer em Pato Branco no ano de 2000 era de 73,17 anos e em 2010 aumentou para 75,72 anos<sup>10</sup>.

Os dados referentes à Região Sul e ao Estado do Paraná, nos anos de 2000 e 2010 estão disponíveis no DATASUS<sup>11</sup>. No gráfico a seguir, estão os dados das três esferas governamentais para melhor visualização. A esperança de vida ao nascer no município foi maior nos dois anos, na comparação com os dados da Região Sul e do Estado do Paraná.

Gráfico 10 - Esperança de vida ao nascer (2000/2010)



Fonte: DATASUS; Atlas Brasil, 2024.

<sup>9</sup> Desenvolvido pela Fundação João Pinheiro (FJP), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/411850>. Acesso em: 26 de mar. 2024.

<sup>10</sup> Para compor o gráfico, os dados do Atlas Brasil foram arredondados com uma casa decimal, conforme os dados do DATASUS.

<sup>11</sup> Informações disponíveis em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibd2011/a11tb.htm>. Acesso em: 26 de mar. 2024.



Conforme notícia publicada pelo IBGE, a expectativa de viver de uma pessoa nascida em 2018 no Brasil era, em média, até os 76,3 anos, em 2019 aumentou para 76,6. Especificada por sexo, a expectativa de vida das mulheres era de 79,9 em 2018 e de 80,1 em 2019; dos homens passou de 72,8 para 73,1 anos<sup>12</sup>. No ano de 2022, a média nacional de expectativa de vida da população era de 75,45 anos, enquanto a do Estado do Paraná perfazia 78,72, verificando-se uma leve diminuição e aumento da expectativa de vida no país e no Estado.

Na tabela a seguir, apresenta-se as projeções da esperança de vida ao nascer dos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022 com dados do Brasil e do Estado do Paraná<sup>13</sup>, que mostram aumento a cada ano. Não foram encontrados dados referentes às projeções dos municípios brasileiros.

Tabela 7 - Projeções de expectativa de vida ao nascer, Brasil e Paraná (2019 - 2021)

Anos	Brasil			Paraná		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
2019	76,50	73,00	80,03	77,93	74,57	81,39
2020	76,74	73,26	80,25	78,21	74,83	81,65
2021	76,97	73,50	80,46	78,46	75,08	81,91
2022	75,45	71,95	78,95	78,72	75,33	82,16

Fonte: SIDRA IBGE, 2024.

#### 2.2.4. Estabelecimentos de saúde

De acordo com dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) do DATASUS, entre os anos de 2022 e 2023, o número total de estabelecimentos de saúde<sup>14</sup> apresentou aumento: em 2022 eram 554; em 2023, 503; em 2021, 532 estabelecimentos de saúde.

Dentre os diferentes tipos de unidades de saúde, os Consultórios Isolados são os mais numerosos em ambos os anos, totalizando 354 em 2022 e 363 em 2023. Além disso, Clínicas/Centros de Especialidade também apresentaram um aumento, passando de 62 em 2022 para 68 em 2023.

<sup>12</sup> Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29502-em-2019-expectativa-de-vida-era-de-76-6-anos>. Acesso em: 15 jun. 2022.

<sup>13</sup> Dados disponíveis em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/todos-os-produtos-estatisticas/9126-tabuas-completas-de-mortalidade.html?edicao=35598&t=resultados>. Acesso em: 26 de mar. 2024.

<sup>14</sup> A definição de cada tipo de estabelecimento de saúde está disponível em: [http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/cnes/tipo\\_estabelecimento.htm#:~:text=Hospital%20%2FDia%2D%20I%20solado%3A%20%2E%80%93,assist%C3%AAncia%20ambulatorial%20e%20a%20interna%C3%A7%C3%A3o](http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/cnes/tipo_estabelecimento.htm#:~:text=Hospital%20%2FDia%2D%20I%20solado%3A%20%2E%80%93,assist%C3%AAncia%20ambulatorial%20e%20a%20interna%C3%A7%C3%A3o). Acesso em: 25 MAR. 2024.

Observa-se também que algumas categorias mantiveram suas quantidades constantes ao longo dos dois anos, como Posto de Saúde, Centro de Saúde/Unidade Básica, Policlínica e Hospital Geral. Apesar do aumento geral no número de unidades de saúde, algumas categorias apresentaram reduções, como exemplo, o número de Hospitais/dia - isolado caiu de 3 em 2022 para 1 em 2023.

Tabela 8 - Tipos de estabelecimentos de saúde (2022 - 2023)

Descrição	2022	2023
Posto de Saúde	5	5
Centro de Saúde/Unidade Básica	16	16
Policlínica	23	24
Hospital Geral	3	3
Consultório Isolado	354	363
Clínica/Centro de Especialidade	62	68
Unidade de Apoio Diagnose e Terapia	50	53
Unidade Móvel de Nível Pré-hospitalar na área de urgência	3	3
Farmácia	17	22
Unidade de Vigilância em Saúde	2	2
Hospital/dia - isolado <sup>15</sup>	3	1
Central de Gestão em Saúde	4	4
Centro de Atenção Hemoterapia e ou hematológica	1	1
Centro de Atenção psicossocial	1	2
Pronto Atendimento	1	1
Polo Academia da Saúde	2	2
Central de Regulação Médica das Urgências	1	1
Serviço de Atenção Domiciliar Isolado ( <i>homecare</i> )	1	1
Central de Regulação do Acesso	1	1
Central de Abastecimento	1	1
Centro de Imunização	3	3
<b>Total</b>	<b>554</b>	<b>577</b>

Fonte: CNES, DATASUS, 2024.

Na tabela a seguir estão especificados os números de setores, serviços e equipes da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) em 2021, reiterando a tabela anterior, com mais detalhes, disponível no “Plano Municipal de Saúde 2022-2025”.

Havia 21 equipes de Saúde da Família; 16 equipes de Saúde Bucal; 15 Unidades Básicas de Saúde; 4 Postos de Saúde; 3 Unidades Móveis do SAMU<sup>16</sup>, Farmácias e Hospitais; e 1 Unidade de Ambulatório de Especialidade UNIDEP, Ambulatório de Odontologia; Centro de Atenção Psicossocial II; Centro de Abastecimento da Saúde; Centro de Enfrentamento Covid; Centro de Reabilitação Física; Centro de Especialidade Odontológica; Centro de Orientação e Apoio

<sup>15</sup> Unidades especializadas no atendimento de curta duração com caráter intermediário entre a assistência ambulatorial e a internação.

<sup>16</sup> Serviço de Atendimento Móvel de Urgência.

Sorológico, Equipe de Atenção Primária à Saúde, Equipe Multidisciplinar; Laboratório Municipal; Unidade Especializada de Ginecologia, Polo Programa Academia da Saúde, Secretaria Municipal de Saúde (Gestão), Serviço de Vigilância em Saúde e Unidade de Pronto Atendimento. Na tabela 10, estão disponíveis os dados do documento mencionado, em ordem decrescente.

Tabela 9 - Setores, serviços e equipes da SMS (2021)

Serviços/ Equipe	Quantidade
ESF – Equipe de Saúde da Família	21
Equipe de Saúde Bucal	16
Unidade Básica de Saúde	15
Postos de Saúde	04
Base Samu – Serviço Móvel de Urgência	03
Hospitais	03
Farmácias	03
Ambulatório de Especialidades UNIDEP	01
Ambulatório de Odontologia	01
CAPS II	01
CAS – Centro de Abastecimento da Saúde	01
Centro de Enfrentamento Covid	01
Centro de Reabilitação Física	01
CEO – Centro de Especialidade Odontológicas	01
COAS – Centro de Orientação e Apoio Sorológico	01
EAP – Equipe de Atenção Primária à Saúde	01
Equipe Multidisciplinar	01
Laboratório Municipal	01
Mãe Patobranquense – Unidade Especializada de Ginecologia e Obstetrícia	01
Polo Programa Academia da Saúde	01
Secretaria Municipal de Saúde - Gestão	01
Serviço de Vigilância em Saúde	01
UPA – Unidade de Pronto Atendimento	01

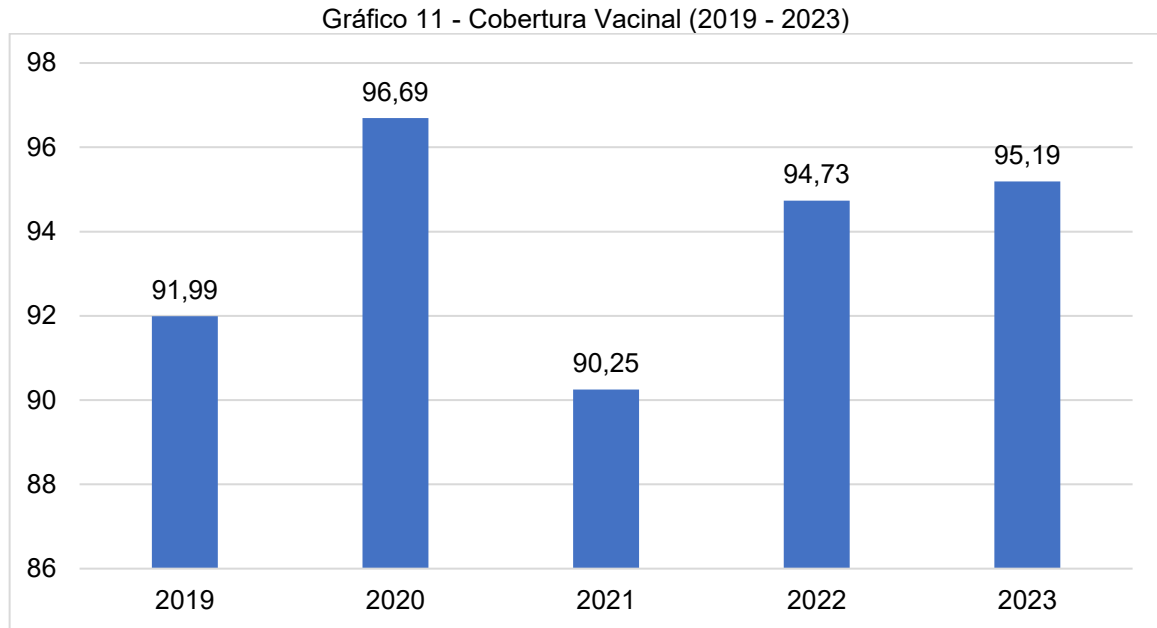
Fonte: Tabela 1 do Plano Municipal de Saúde 2022-2025, CNES, 2021.

### 2.2.5. Cobertura vacinal

O cálculo da cobertura vacinal é o número de doses aplicadas (1ª, 2ª, 3ª dose ou dose única, conforme a vacina), dividida pela população alvo, multiplicado por 100<sup>17</sup>. De acordo com dados disponibilizados pelo DATASUS, nos anos de 2019 a 2021, a maior taxa de cobertura vacinal em Pato Branco foi em 2020, com taxa de 96,69. Em 2019 foi de 91,99 e em 2021, a menor taxa registrada nesses 3 anos, foi

<sup>17</sup> Informações disponíveis em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/pni/%5Cpnidescr.htm#:~:text=A%20f%C3%B3rmula%20de%20c%C3%A1culo%20da,popula%C3%A7%C3%A3o%20alvo%2C%20multiplicado%20por%20100>. Acesso em: 13 jun. 2022.

de 90,25. Entre 2022 e 2023, nota-se que o índice de cobertura vacinal teve um acréscimo, perfazendo 94,73% e em 2023, como resultado parcial obteve, 95,19%.



Fonte: DATASUS, 2024.

## 2.3. EDUCAÇÃO

### 2.3.1. Número de estabelecimentos de ensino

O panorama educacional do Município em relação aos estabelecimentos apresentado na tabela na sequência, com base nos dados preenchidos pelo CENSO Escolar de 2023.

Assim, destaca-se a importância atribuída à Educação Infantil, evidenciada pelo significativo número de estabelecimentos dedicados a esse segmento. Com 57 unidades, a disponibilidade de creches (39) e pré-escolas (54) indica um compromisso com o desenvolvimento precoce das crianças, reconhecendo a importância dos primeiros anos de vida na formação integral dos indivíduos. Vale ressaltar que um mesmo estabelecimento pode oferecer mais de uma etapa de ensino, abrangendo tanto a creche quanto a pré-escola, por exemplo.

No Ensino Fundamental, consta 51 estabelecimentos, sendo divididos em anos Iniciais (37) e os Anos Finais (19). Já no Ensino Médio, a presença de 18 estabelecimentos indica um esforço para proporcionar oportunidades de continuidade educacional após o Ensino Fundamental. A predominância do ensino médio

propedêutico (17) aponta para uma ênfase na preparação para o ingresso no ensino superior, refletindo a demanda por qualificação acadêmica e profissional.

No âmbito da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, embora haja uma oferta de 7 estabelecimentos, é interessante observar a integração com o ensino médio tradicional em 4 dessas unidades. Isso sugere uma abordagem educacional que valoriza tanto o desenvolvimento técnico quanto o acadêmico. Também é válido ressaltar que alguns desses estabelecimentos podem oferecer cursos técnicos concomitantes ou subsequentes ao ensino médio.

Por outro lado, a disponibilidade de estabelecimentos oferecendo Educação Profissional – Formação Inicial Continuada (FIC), com apenas 2 unidades, sugere uma área que podem necessitar de maior atenção e investimento para atender à demanda por capacitação profissional contínua.

No que diz respeito à Educação de Jovens e Adultos, embora existam 5 estabelecimentos, a concentração na oferta de ensino fundamental (5) destaca a importância de proporcionar oportunidades educacionais para aqueles que não concluíram essa etapa durante a idade regular.

Por fim, a presença de 68 estabelecimentos dedicados à Educação Especial reflete um compromisso com a inclusão e a diversidade no ambiente educacional. A predominância de classes comuns (66) sinaliza uma abordagem inclusiva que busca integrar alunos com necessidades especiais em ambientes regulares de ensino, promovendo a diversidade e a igualdade de oportunidades.

Tabela 10 - Número de estabelecimentos de ensino (2023)

<b>Nível escolar</b>	<b>Total</b>	<b>2023</b>
Educação Infantil <sup>18</sup>	<b>Total</b>	<b>57</b>
	Creche	39
	Pré-Escola	54
Ensino Fundamental <sup>19</sup>	<b>Total</b>	<b>51</b>
	Anos Iniciais <sup>20</sup>	37
	Anos Finais <sup>21</sup>	19
Ensino Médio <sup>22</sup>	<b>Total</b>	<b>18</b>

<sup>18</sup> O total da Educação Infantil inclui os estabelecimentos com pelo menos uma matrícula n4a Creche ou Pré-Escola.

<sup>19</sup> Inclui os estabelecimentos com pelo menos uma matrícula em turmas do Ensino Fundamental.

<sup>20</sup> O total dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental inclui os estabelecimentos com pelo menos uma matrícula em turmas do 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental.

<sup>21</sup> O total dos Anos Finais do Ensino Fundamental inclui os estabelecimentos com pelo menos uma matrícula em turmas do 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental.

<sup>22</sup> O total do Ensino Médio inclui os estabelecimentos com pelo menos uma matrícula no Ensino Médio Propedêutico ou Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado) ou Ensino Médio Normal/Magistério.



Nível escolar	Total	2023
	Ensino Médio Propedêutico	17
	Ensino Médio Normal / Magistério	1
	Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado)	4
	<b>Total</b>	<b>7</b>
Educação Profissional Técnica de Nível Médio <sup>23</sup>	Associada ao Ensino Médio	4
	Curso Técnico Concomitante	2
	Curso Técnico Subsequente	4
	<b>Total</b>	<b>2</b>
Educação Profissional – Formação Inicial Continuada (FIC) <sup>24</sup>	Curso FIC Concomitante	2
	Curso FIC Integrado na Modalidade EJA	0
	<b>Total</b>	<b>5</b>
Educação de Jovens e Adultos <sup>25</sup>	Ensino Fundamental	5
	Ensino Médio	2
	<b>Total</b>	<b>68</b>
Educação Especial <sup>26</sup>	Classes Comuns	66
	Classes Exclusivas	2
	<b>Total<sup>27</sup></b>	<b>79</b>

Fonte: INEP, 2024.

No ensino superior, de acordo com o *site* do Ministério da Educação (MEC)<sup>28</sup>, estão inscritos o Centro Universitário de Pato Branco (UNIDEP) e o Centro Universitário Mater Dei. A Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) também tem *campus* em Pato Branco desde 1990, quando foi instalada no município como o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET).

Tabela 11 - Instituições de Ensino Superior

Instituição de Ensino Superior	Endereço
UNIDEP	Rua Benjamen Borges dos Santos, 1.110 - Fraron
Unimater	Rua Mato Grosso, 200 - Baixada
UTFPR	Via do Conhecimento, s/n - KM 01 - Fraron

Fonte: MEC; UTFPR, 2022.

<sup>23</sup> Inclui estabelecimentos com pelo menos uma matrícula no Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado), Ensino Médio Normal/Magistério, Curso Técnico Concomitante e Subsequente e Curso Técnico Integrado à EJA (EJA Integrada à Educação Profissional de Nível Médio) de Ensino Regular e/ou EJA.

<sup>24</sup> Inclui estabelecimentos com pelo menos uma matrícula no Curso FIC Concomitante e Cursos FIC Integrados à EJA de níveis Fundamental e Médio de Ensino Regular e/ou EJA.

<sup>25</sup> O total da EJA Inclui estabelecimentos com pelo menos uma matrícula nas seguintes Etapas de Ensino: EJA Ensino Fundamental, EJA Ensino Médio, Cursos FIC de níveis Fundamental e Médio e Curso Técnico Integrado à EJA (EJA Integrada à Educação Profissional de Nível Médio).

<sup>26</sup> O total da Educação Especial Inclui estabelecimentos com pelo menos uma matrícula nas Classes Exclusivas (Escolas Exclusivamente Especializadas e/ou em Classes Exclusivas de Ensino Regular e/ou EJA) e nas Classes Comuns de Ensino Regular e/ou EJA.

<sup>27</sup> O mesmo estabelecimento pode oferecer mais de uma Etapa de Ensino.

<sup>28</sup> Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 18 mar. 2024.

### 2.3.2. Número de matrículas, por nível escolar

Na Educação Infantil, observa-se um aumento considerável no total de matrículas em ambas as etapas, creche e pré-escola, de 2022 para 2023, sendo 2.395 matrículas em creche em 2022 e 2.590 em 2023, e 2.354 matrículas em pré-escola em 2022 e 2.429 em 2023.

No Ensino Fundamental, os anos iniciais mantiveram um crescimento constante no número de matrículas entre os anos analisados, enquanto os anos finais permaneceram praticamente estáveis com 6.260 matrículas nos anos iniciais em 2022 e 6.438 em 2023, e 4.933 matrículas nos anos finais em 2022 e 4.936 em 2023.

Já no Ensino Médio, houve uma leve queda no total de matrículas de 2022 para 2023. Especificamente, os números diminuíram no ensino médio propedêutico e no ensino médio normal/magistério, enquanto o curso técnico integrado registrou um aumento modesto, com 3.037 matrículas no ensino médio propedêutico em 2022 e 2.987 em 2023, 39 matrículas no ensino médio normal/magistério em 2022 e 23 em 2023, e 291 matrículas no curso técnico integrado em 2022 e 331 em 2023.

No campo da Educação Profissional, tanto a educação profissional técnica de nível médio quanto a formação inicial continuada (FIC) apresentaram aumentos no número de matrículas entre os anos analisados, com 1.079 matrículas na técnica de nível médio em 2022 e 1.171 em 2023, e 203 matrículas na FIC em 2022 e 220 em 2023.

Por outro lado, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) registrou uma queda significativa no total de matrículas de 2022 para 2023, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio, com 462 matrículas no ensino fundamental em 2022 e 462 em 2023, e 601 matrículas no ensino médio em 2022 e 520 em 2023.

Por fim, na Educação Especial, observa-se um aumento no número de matrículas em ambas as categorias, classes comuns e exclusivas, de 2022 para 2023, com 645 matrículas em classes comuns em 2022 e 781 em 2023, e 247 matrículas em classes exclusivas em 2022 e 249 em 2023.

Tabela 12 - Número de matrículas, por nível escolar (2023)

Nível	Etapas de Ensino	2022	2023
Educação Infantil	Creche	2.395	2.590
	Pré-Escola	2.354	2.429
	<b>Total</b>	<b>4.749</b>	<b>5.019</b>
Ensino Fundamental	Anos Iniciais	6.260	6.438



Nível	Etapa de Ensino	2022	2023
	Anos Finais	4.933	4.936
	<b>Total</b>	<b>11.193</b>	<b>11.374</b>
Ensino Médio	Ensino Médio Propedêutico	3.037	2.987
	Ensino Médio Normal/Magistério	39	23
	Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado)	291	331
	<b>Total</b>	<b>3.367</b>	<b>3.341</b>
Educação Profissional	Educação Profissional Técnica de Nível Médio	1.079	1.171
Educação Profissional - Formação Inicial Continuada (FIC)		203	220
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	Ensino Fundamental	462	462
	Ensino Médio	601	520
	<b>Total</b>	<b>1.063</b>	<b>982</b>
Educação Especial	Classes Comuns	645	781
	Classes Exclusivas	247	249
	<b>Total</b>	<b>892</b>	<b>1.030</b>

Fonte: INEP, 2024.

### 2.3.3. Aprovação, reprovação e abandono escolar

Quanto às taxas de rendimento escolar (aprovação, reprovação e abandono escolar), de 2019 a 2021, destacam-se as taxas de aprovação e reprovação no Ensino Médio.

As taxas de aprovação mantiveram-se em crescimento: em 2019 foi de 87,1; em 2020 de 90,3; e em 2021 de 94,8. E, conseqüentemente, ocorreu a diminuição das taxas de reprovação: em 2019 era de 10,2; em 2010 foi de 6,4 e; em 2021 de 5,0.

Tabela 13 - Taxa de rendimento escolar (2021 – 2022)

Nível escolar	Rendimento	2021	2022
Ensino Fundamental	Aprovação	97,7	95,4
	Reprovação	2,3	4,4
	Abandono escolar	0,0	0,2
Ensino Médio	Aprovação	94,8	87,6
	Reprovação	5,0	8,7
	Abandono escolar	0,2	3,7

Fonte: INEP, 2024.

### 2.3.4. Distorção idade-série

A distorção idade-série indica o percentual de estudantes matriculados na escola com atraso escolar de 2 anos ou mais. Ao analisar os dados sobre distorção idade-série apresentados na tabela, podemos observar algumas tendências significativas.

No Ensino Fundamental, em 2022, o índice de distorção idade-série era de 4,4%, indicando que, em média, cerca de 4,4% dos alunos estavam matriculados em



séries diferentes daquelas esperadas para suas idades, isso significa que a cada 100 crianças, aproximadamente 5 estavam com atraso escolar de 2 anos ou mais. Entretanto, em 2023, esse índice aumentou para 5,2%, sugerindo um aumento na proporção de alunos com essa distorção.

No Ensino Médio, o índice de distorção idade-série foi ainda mais alto, com 9,9% em 2022, onde a cada 100 crianças, aproximadamente 10 estavam com atraso escolar de 2 anos ou mais. Isso significa que uma proporção significativa de alunos estava matriculada em séries diferentes daquelas correspondentes às suas idades. No entanto, houve uma diminuição desse índice em 2023, chegando a 9,2%.

Tabela 14 - Distorção idade-série (2022 - 2023)

Nível escolar	2022	2023
Ensino Fundamental	4,4	5,2
Ensino Médio	9,9	9,2

Fonte: INEP, 2024.

### 2.3.5. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado em 2007. Agrega em um indicador os resultados do fluxo escolar e das médias de desempenho nas avaliações. É calculado com os dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Optou-se por apresentar os dados disponíveis na plataforma do IDEB para melhor visualização das metas projetadas e do indicador observado desde 2005<sup>29</sup>. Ressalta-se que os dados de 2021 ainda não estão disponíveis.

Em todos os anos, o IDEB observado para a 4ª série / 5º ano (anos iniciais do Ensino Fundamental) atingiu a meta projetada. Para a 8ª série / 9º ano (anos finais do Ensino Fundamental), o IDEB observado atingiu a meta nos anos de 2007, 2009 e 2011. E, na 3ª série do Ensino Médio, está disponível apenas as metas projetadas de 2019 e 2021 e o IDEB observado de 2019, atingiu a meta projetada, conforme destacado na tabela a seguir.

Tabela 15 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (2017 - 2021)

Ano	4ª série / 5º ano		8ª série / 9º ano		3ª série EM	
	Metas Projetadas	IDEB Observado	Metas Projetadas	IDEB Observado	Metas Projetadas	IDEB Observado
2005	-	4.6	-	3.9	-	-
2007	4.7	5.4	3.9	4.4	-	-
2009	5.0	5.7	4.1	4.5	-	-
2011	5.4	5.9	4.4	4.5	-	-
2013	5.6	6.3	4.8	4.4	-	-
2015	5.9	7.1	5.1	4.8	-	-
2017	6.1	7.5	5.4	4.8	-	-
2019	6.4	7.3	5.6	5.1	4.4	4.4
2021	6.6	-	5.9	-	4.6	-

Fonte: IDEB, INEP, 2024.

## 2.4. INFRAESTRUTURA URBANA

No Censo Demográfico de 2022, foram recenseados 38.922 domicílios, sendo estes 38.855 domicílios particulares permanentes, 25 particulares improvisados e 42 coletivos.

Dos domicílios particulares permanentes, 34.318 estavam ocupados, representando 88,32%, 3.053 estavam indicados como não-ocupados (vagos), sendo 7,86% e 1.484 possuíam a informação de não-ocupados de uso ocasional, perfazendo 3,82%. Ainda, de acordo com os dados divulgados pelo CENSO de 2022, havia uma média de 2,67 moradores por domicílio.

Dados da amostra do Censo Demográfico do IBGE, apontam que em 2022, 32.572 domicílios tinham acesso ao abastecimento de água canalizada; 27.182 tinham esgotamento sanitário; e 33.601 domicílios eram servidos pela coleta do lixo.

## 2.5. TRABALHO E ECONOMIA

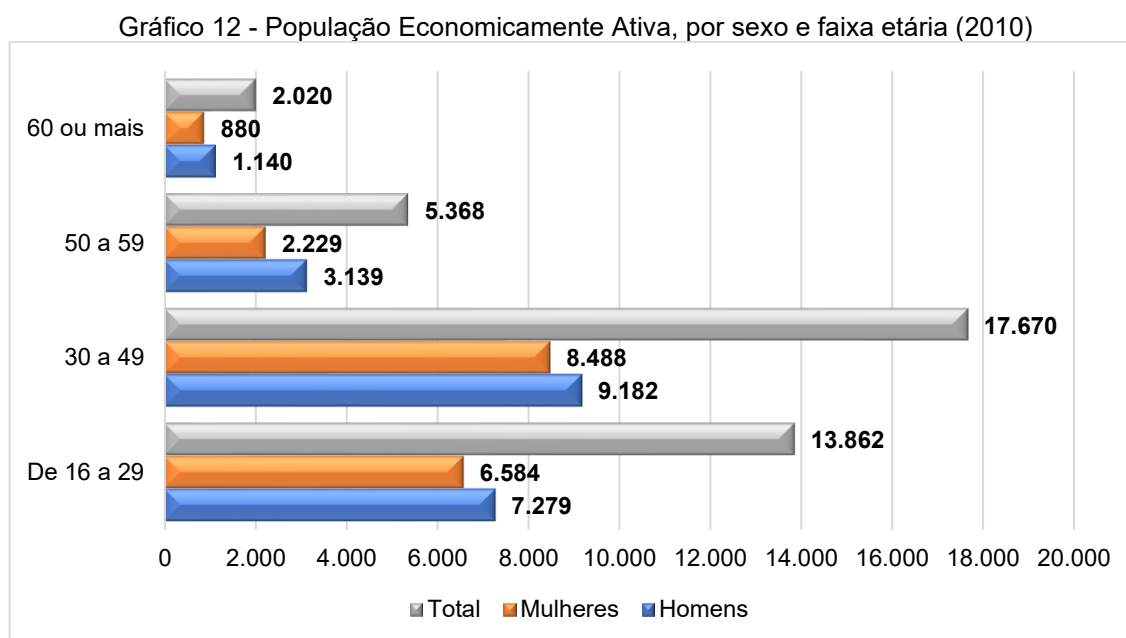
### 2.5.1. População Economicamente Ativa

A População Economicamente Ativa (PEA) compreende o potencial de mão-de-obra para o setor produtivo, ou seja, a oferta efetiva de trabalho numa economia. O cálculo da PEA leva em consideração a população ocupada (pessoas que em determinado período de referência estavam trabalhando ou que não estavam trabalhando, mas tinham trabalho como, por exemplo, as pessoas em férias) e a

população desocupada (pessoas que não tinham trabalho, no período de referência, mas estavam buscando trabalho).

#### 2.5.1.1. População Economicamente Ativa, por sexo e faixa etária

Em 2010, de acordo com as “Estatísticas de Gênero<sup>30</sup>”, a População Economicamente Ativa, dividida por sexo e faixa etária, com maior quantitativo foi de homens entre 30 e 49 anos, com o total de 9.182 pessoas. O menor quantitativo foi de mulheres com 60 anos ou mais, somando 880 pessoas.



Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2010.

#### 2.5.2. Rendimento médio de mulheres com relação aos homens

O rendimento médio das mulheres ocupadas, é a soma do rendimento mensal das mulheres, dividido pelo total de mulheres ocupadas. O mesmo se aplica para o cálculo do rendimento dos homens ocupados.

Na tabela a seguir apresenta-se a razão entre o rendimento médio de mulheres com relação aos homens, especificadas por raça/cor e faixa etária. A menor razão foi

<sup>30</sup> Dados disponíveis em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=&tema=NaN>. Acesso em: 26 mar. 2024.

de mulheres pretas ou pardas de 40 a 59 anos com 53,4 e, a maior foi de mulheres brancas de 16 a 24 anos com 88,1.

Tabela 16 - Razão entre o rendimento médio das mulheres em relação aos homens, por raça/cor e faixa etária (2010)

Faixa etária (anos)	Branca	Preta ou Parda	Geral
16 a 24	88,1	82,2	87,7
25 a 39	54,1	53,8	55,6
40 a 59	61	53,4	61,3
60 ou mais	54,6	59,6	56,1

Fonte: IBGE, 2010.

### 2.5.3. Admissões e desligamentos, por sexo

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) disponibiliza informações a respeito do registro de admissões e desligamentos de empregados, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Ao analisar os dados de admissões e desligamentos por sexo entre os anos de 2022 e 2023, podemos observar que houve um aumento tanto no número de admissões quanto no de desligamentos, indicando uma movimentação significativa dentro do mercado de trabalho.

Em 2022, as admissões totalizaram 21.667, enquanto os desligamentos foram de 20.601. Isso resultou em um saldo positivo de 1.066 funcionários. No entanto, é interessante notar que o saldo líquido foi impulsionado principalmente pelo sexo feminino, com um saldo de admissões e desligamentos positivo de 912, em comparação com os 254 do sexo masculino. Essa diferença sugere que as mulheres foram uma parte crucial do crescimento líquido da força de trabalho naquele ano.

Por outro lado, em 2023, embora tenhamos observado um aumento geral nas admissões (21.680) e desligamentos (20.760), houve uma mudança notável na dinâmica entre os sexos. O saldo positivo para o sexo masculino aumentou para 550, o que indica um crescimento consistente na contratação desse grupo. No entanto, o saldo para o sexo feminino tornou-se negativo, chegando a -29. Essa reversão representa uma diminuição líquida de 29 profissionais na força de trabalho.

Tabela 17 - Admissões e desligamentos, por sexo (2022 - 2023)

Ano	Sexo	Admissões	Desligamentos	Saldo
2022	Masculino	11.368	11.114	254
	Feminino	10.299	9.387	912

Ano	Sexo	Admissões	Desligamentos	Saldo
2023	Masculino	12.019	11.469	550
	Feminino	9.661	9.690	-29

Fonte: Perfil do Município, MTP, 2024.

Os dados a partir de 2020 estão disponíveis na nova plataforma do CAGED<sup>31</sup>, e oferece mais informações como, por exemplo, dados por setor econômico.

A análise dos dados contidos na tabela a seguir apresenta uma visão detalhada e abrangente da dinâmica da força de trabalho em diferentes setores ao longo dos anos de 2022 e 2023. Cada setor apresenta características únicas em termos de admissões, desligamentos, saldo líquido de funcionários e variação relativa no estoque de trabalhadores.

Inicialmente, ao observarmos o setor agropecuário, podemos notar uma tendência de desaceleração no crescimento da força de trabalho de um ano para outro. Em 2022, embora as admissões e desligamentos tenham sido relativamente equilibrados, resultando em um saldo positivo de 21 funcionários, em 2023, esse saldo diminuiu para apenas 5 funcionários.

No setor industrial, a situação é mais marcante. Enquanto em 2022 houve um saldo positivo de 315 funcionários, impulsionado por um aumento nas admissões, em 2023, esse saldo tornou-se negativo (-145), devido a um aumento nos desligamentos superando as admissões.

Já na construção, observamos uma mudança notável de um ano para outro. Em 2022, o setor registrou um saldo negativo de -319 funcionários, mas em 2023, esse saldo foi revertido para positivo, com um aumento nas admissões superando os desligamentos.

O setor de comércio manteve uma tendência de crescimento, com admissões superando os desligamentos em ambos os anos. No entanto, a taxa de crescimento diminuiu ligeiramente em 2023, indicando uma possível desaceleração no ritmo de expansão do setor.

Por fim, o setor de serviços também apresentou uma tendência de crescimento, embora com uma taxa menor em 2023 em comparação com 2022. O saldo líquido de funcionários permaneceu positivo em ambos os anos, mas houve uma diminuição na variação relativa, sugerindo uma estabilização na expansão do setor.

---

<sup>31</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br>. Acesso em: 18 mar. 2024.

Globalmente, o total de admissões, desligamentos e saldo líquido de funcionários reflete uma desaceleração geral no crescimento da força de trabalho de um ano para outro. Isso é indicado pela diminuição na variação relativa no estoque de trabalhadores de 3,86% em 2022 para 1,66% em 2023.

Tabela 18 - Admissões e desligamentos, por setor econômico (2022 - 2023)

Setor	Ano	Admitidos	Desligados	Saldo	Estoque	Varição. Relativa (%)
Agropecuária	2022	1.746	1.725	21	976	2,20%
	2023	697	692	5	981	0,51%
Indústria	2022	4.443	4.128	315	9.011	3,62%
	2023	5.482	5.627	-145	8.866	-1,61%
Construção	2022	2.291	2.610	-319	2.497	-11,33%
	2023	2.644	2.305	339	2.836	13,58%
Comércio	2022	6.701	6.227	474	8.037	6,27%
	2023	6.294	6.033	261	8.298	3,25%
Serviços	2022	6.486	5.811	675	10.866	6,62%
	2023	6.563	6.502	61	10.927	0,56%
Total	<b>2022</b>	<b>21.667</b>	<b>20.501</b>	<b>1.166</b>	<b>31.387</b>	<b>3,86%</b>
	<b>2023</b>	<b>21.680</b>	<b>21.159</b>	<b>521</b>	<b>31.908</b>	<b>1,66%</b>

Fonte: Novo CAGED, MTP, 2024.

#### 2.5.4. Produto Interno Bruto (PIB)

Em 2019, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de Pato Branco foi de R\$ 48.310,90<sup>32</sup>. Em 2021, o PIB per capita foi de R\$ 53.648,87.

O PIB a preços correntes, que representa o valor total de todos os bens e serviços finais produzidos na cidade sem ajustes para inflação, alcançou R\$ 4.548.297,382. Esse valor é uma medida da atividade econômica global de Pato Branco durante o ano.

O Valor Adicionado Bruto (VAB), que representa o valor gerado pela produção de bens e serviços excluindo os custos de insumos intermediários, foi de R\$ 3.875.739,311. Esse valor reflete a contribuição líquida dos diversos setores econômicos para a economia local.

A distribuição do VAB por setor apresenta a importância de diferentes segmentos na economia de Pato Branco:

- O setor agropecuário contribuiu com R\$ 408.865,973, destacando a relevância da agricultura e pecuária na região.

<sup>32</sup> Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/pato-branco.html>. Acesso em: 16 mar. 2024.

- A indústria contribuiu com R\$ 744.840,69, evidenciando a produção de bens manufaturados na cidade.
- O comércio e serviços, englobando uma ampla gama de atividades econômicas, apresentou uma contribuição significativa de R\$ 2.254.088,621.
- A administração pública, que inclui serviços governamentais, contribuiu com R\$ 467.944,027 para o VAB total.

Além disso, os impostos sobre a produção e importação líquidos de subsídios, conhecidos como PIB Impostos, totalizaram R\$ 672.558,072 em Pato Branco em 2021.

Tabela 19 - PIB a preços correntes, por ramo de atividade (2021)

Ramos de atividades	Valor (R\$ 1.000,00)
PIB a preços correntes	4.548.297,382
PIB – Valor adicionado bruto (VAB) a preços correntes – total	3.875.739,311
PIB – VAB a preços básicos na agropecuária	408.865,973
PIB – VAB a preços básicos na indústria	744.840,69
PIB – VAB a preços básicos no comércio e serviços	2.254.088,621
PIB – VAB a preços básicos na administração pública	467.944,027
PIB Impostos	672.558,072

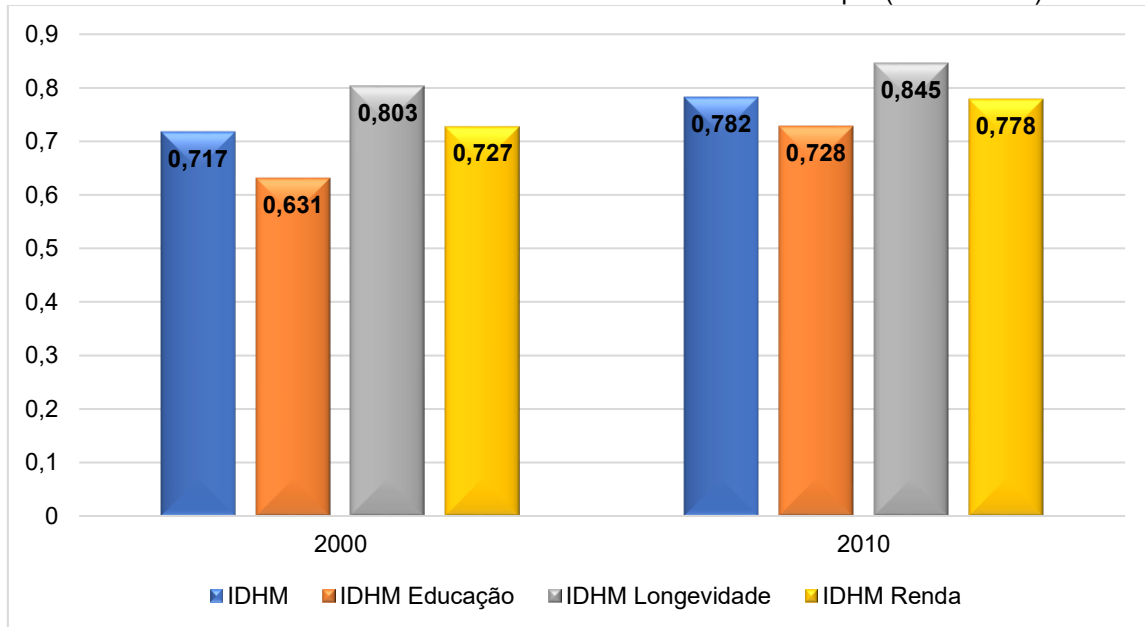
Fonte: IBGE, 2024.

#### 2.5.5. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de uma localidade. O IDHM é composto pelos índices de educação, longevidade e renda, e está disponível tanto no *site* do IBGE quanto na plataforma Atlas Brasil, com os índices dos anos de 2000 e 2010.

Nota-se o aumento do índice em todos os setores (educação, longevidade e renda) na comparação de 2010 com o ano de 2000. O IDHM em 2000 foi de 0,717 e em 2010 aumentou para 0,782. O IDHM de Educação apresentou os menores índices nos dois anos: em 2000 foi de 0,631 e em 2010 de 0,728, conforme pode ser observado no gráfico a seguir.

Gráfico 13 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (2000 / 2010)



Fonte: Atlas Brasil, 2024.

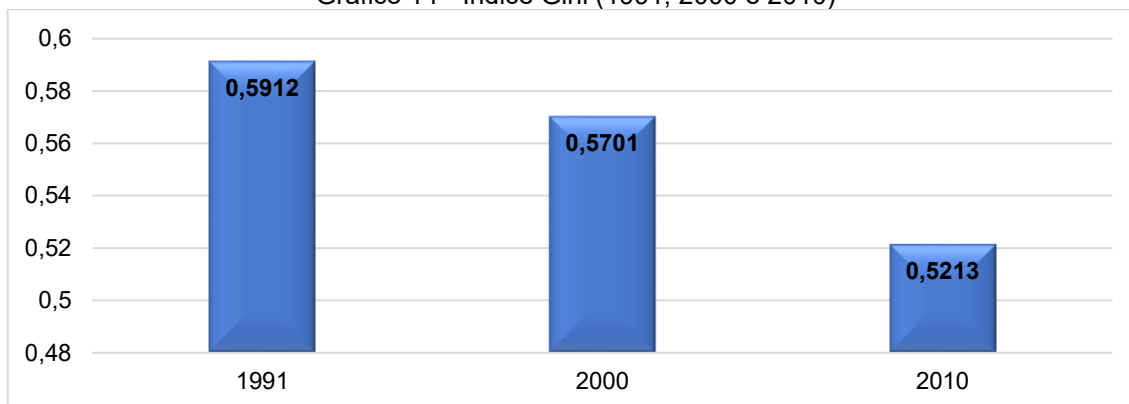
### 2.5.6. Índice Gini

O Índice Gini é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo, comparando os 20% mais pobres com os 20% mais ricos. Varia de 0 a 1, onde o valor 0 representa uma situação de igualdade com relação à renda e, quanto mais próximo do 1 representa uma maior concentração de renda em uma pessoa.

Percebe-se que o Índice Gini do município diminuiu de 1991 a 2010, representando, de acordo com esse indicador, um aumento na igualdade de renda da população no município. Em 1991 foi de 0,5912; em 2000 de 0,5701 e em 2010 era de 0,5213, conforme gráfico a seguir.



Gráfico 14 - Índice Gini (1991, 2000 e 2010)



Fonte: DATASUS, 2022.

### 2.5.7. Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM)

O desempenho municipal é expresso por um índice cujo valor varia entre 0 e 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior o nível de desempenho do município com relação ao referido indicador ou o índice final. Com base no valor do índice os municípios são classificados em quatro grupos: baixo de desempenho (0,000 a < 0,400); médio baixo desempenho (0,400 a < 0,600); médio desempenho (0,600 a < 0,800); e, alto desempenho (0,800 a 1,000).

O IPDM de Renda, emprego e produção do município em 2021 foi de médio desempenho, correspondendo a 0,6871. O IPDM de Educação e Saúde atingiram alto desempenho, sendo que o de educação correspondeu a 0,9546. O IPDM geral de Pato Branco foi de 0,8292.

Tabela 20 - Índice IPARDES de Desempenho Municipal (2021)

Informação	Índice
IPDM – Renda, emprego e produção agropecuária	0,6871
IPDM – Educação	0,9546
IPDM – Saúde	0,8460
IPDM	0,8292

Fonte: IPARDES, 2024.

### **3. INDICADORES DE DEMANDAS POTENCIAIS E OFERTA DE EQUIPAMENTOS, SERVIÇOS E POLÍTICAS PÚBLICAS**

#### **3.1. CADASTRO ÚNICO**

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) foi criado em 2001, regulamentado pelo Decreto n.º 6.135, de 26 de junho de 2007<sup>33</sup> e sua gestão disciplinada pela Portaria, do então Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), n.º 177, de 16 de junho de 2011<sup>34</sup>. Atualmente o ato normativo que rege a gestão do Cadastro Único é a Portaria nº 810, de 14 de setembro de 2022<sup>35</sup>.

É utilizado como instrumento de coleta, processamento, sistematização e disseminação de informações, com a finalidade de realizar a identificação e a caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda que residem no Brasil. Além disso, assume um papel preponderante como a porta de entrada para programas sociais, que utilizam os dados cadastrais para selecionar seus beneficiários em âmbito federal, estadual e municipal.

Por meio dos dados coletados, é possível conhecer as características das pessoas cadastradas, bem como suas necessidades e acompanhar a melhoria ou não de vida a partir de informações sobre renda, número de pessoas conviventes, escolaridade dos membros, condições de moradias, acesso ao trabalho e do número de pessoas com deficiência, por exemplo.

Com esse conjunto de informações, o poder público tem uma visão mais aprofundada de alguns dos principais fatores que caracterizam a pobreza, identificando as necessidades de cada família e das pessoas que a compõem, o que permite elaborar políticas públicas de proteção social voltadas para essa população (BRASIL, 2017, p. 11).

---

<sup>33</sup> O Decreto n.º 6.135, de 2007 foi revogado pelo Decreto n.º 11.016, de 29 de março de 2022. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2022/Decreto/D11016.htm#art15](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Decreto/D11016.htm#art15). Acesso em: 22 mar. 2024.

<sup>34</sup> Documento disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsa\\_familia/portarias/2011/portaria\\_177\\_consolidada.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsa_familia/portarias/2011/portaria_177_consolidada.pdf). Acesso em: 22 mar. 2024.

<sup>35</sup> Disponível em: <https://in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mc-n-810-de-14-de-setembro-de-2022-429369947>. Acesso em: 22 mar. 2024.

Os dados de identificação das pessoas do CadÚnico são sigilosos, de acordo com a Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011<sup>36</sup>, pela Lei n.º 13. 709, de 14 de agosto de 2018<sup>37</sup> e pelo Decreto n.º 10.046, de 9 de outubro de 2019<sup>38</sup> e, podem ser utilizados para a gestão de políticas públicas tal como para a realização de estudos e pesquisas.

Entre o ano de 2022 e 2023, conforme a tabela abaixo, houve um acréscimo de 2.355 cadastros de famílias incluídas, sendo que em 2022, o mês de dezembro apresentou o maior quantitativo de famílias com inscrição na base de dados, totalizando 9.986 de cadastros efetivados.

É importante frisar que no início daquele ano, o município possuía 8.261 famílias incluídas e em dezembro 9.986, ampliando em 1.725 o número de cadastros naquele período. Esse aumento expressivo no quantitativo de cadastros ocorreu devido as alterações de regras e valores de benefícios sociais vinculados ao Cadastro Único, havendo uma demanda maior na busca de inclusão/atualização cadastral.

Já no ano de 2023, verificou-se um aumento de 546 famílias no sistema do CadÚnico, sendo dezembro o mês que apresentou o maior quantitativo de registros.

Tabela 21 - Número de famílias cadastradas CadÚnico (2022 - 2023)

Mês	2022	2023
Janeiro	8.261	10.070
Fevereiro	8.474	10.186
Março	8.573	10.306
Abril	8.720	10.051
Maiο	8.894	10.059
Junho	8.978	10.124
Julho	9.142	10.181
Agosto	9.327	10.248
Setembro	9.510	10.317
Outubro	9.707	10.394
Novembro	9.872	10.485
Dezembro	9.986	10.616

Fonte: VIS DATA 3 Beta – SAGI, 2024.

Para a apresentação desta etapa em diante do Diagnóstico foi utilizada a base de dados do CadÚnico de dezembro de 2023, onde estavam cadastradas o total de

<sup>36</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm). Acesso em: 22 mar. 202.

<sup>37</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2015-2018/2018/Lei/L13709.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2018/Lei/L13709.htm). Acesso em: 22 mar. 2024.

<sup>38</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2019-2022/2019/Decreto/D10046.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2019-2022/2019/Decreto/D10046.htm). Acesso em: 22 mar. 202.

10.616 famílias e 25.258 pessoas. **Tendo como base o número de pessoas inscritas no Cadastro Único, levando em consideração os dados do último CENSO Demográfico, representa 27,5% de pessoas do Município incluídas no CadÚnico.**

A seleção dos dados por territorialidades, levou em consideração o quesito “Nome da localidade”, que é o nome pelo qual é reconhecido o local ou região onde está situado o logradouro.

Nas áreas urbanas em geral, a localidade é o bairro, enquanto nas áreas rurais há indicação da região do município onde se situa o endereço e nesse sentido, os cadastros foram organizados utilizando o nome das localidades, de acordo com as regiões: norte, leste, central, oeste, sul e interior.

Em relação a quantidade de famílias incluídas por região foram: 991 na Região Norte; 387 na Região Leste; 1.712 na Região Central; 2.395 na Região Oeste, 4.829 na Região Sul e 302 no Interior/Distrito do Município de Pato Branco.

Os quantitativos de pessoas cadastradas por região foram: 2.232 na Região Norte; 903 na Região Leste; 3.459 na Região Central; 5.934 na Região Oeste, 12.016 na Região Sul e 814 no Interior/Distrito.

Tabela 22 – Famílias e pessoas inscritas CadÚnico, por região

<b>Localidade</b>	<b>Famílias</b>	<b>Pessoas</b>
Região Norte	991	2.232
Região Leste	387	903
Região Central	1.712	3.459
Região Oeste	2.395	5.934
Região Sul	4.829	12.016
Interior/Distrito	302	814
<b>Total</b>	<b>10.616</b>	<b>25.258</b>

Fonte: CadÚnico, dezembro 2023.

Na tabela a seguir, estão indicados os bairros e comunidades de acordo com a região, conforme delimitação de abairramentos e regiões estipulados pela Secretaria de Planejamento Urbano (SMPU):

Tabela 23 - Bairros e comunidades, por região, CadÚnico (2021)

<b>Região</b>	<b>Bairros / Comunidades</b>
Região Norte	Bortot, Fraron, São Francisco, São Luiz, Vila Izabel.
Região Leste	Bancários, Brasília, Cadorin, La Salle, Parque do Som, Parzianello, Pinheiros.
Região Central	Baixada, Centro, Industrial, Santa Terezinha, São Vicente, Trevo Guarani.

Região	Bairros / Comunidades
Região Oeste	Aeroporto, Alto da Glória, Amadori, Anchieta, Bela Vista, Dal Ross, Jardim das Américas, Jardim Primavera, Menino Deus, Pagnoncelli, Planalto, Sambugaro, São João, Vila Esperança, Vila São Pedro.
Região Sul	Alvorada, Bonatto, Cristo Rei, Gralha Azul, Jardim Floresta, Morumbi, Novo Horizonte, Pinheirinho, Santo Antônio, São Cristóvão, São Roque, Sudoeste, Veneza.
Interior	Linha Bom Retiro, Linha Cachoerinha, Comunidade Bela Vista, Comunidade Fazenda da Barra, Comunidade Nossa Senhora do Carmo, Comunidade Passo da Ilha, Comunidade Passo da Pedra, Comunidade Quebra Freio, Comunidade Rondinha, Comunidade São Braz, Comunidade São Caetano, Comunidade São João Batista, Comunidade São Pedro Alcantara, Comunidade Sede Dom Carlos, Comunidade Sede Gavião, Comunidade Três Pontes, Linha Encruzilhada, Linha Independência, Linha Chioquetta, Linha Damaceno, Linha Esperança, Linha Martinelo, Linha São Miguel, Núcleo Dourado, São Roque do Chopim <sup>39</sup>

Fonte: CadÚnico, dezembro 2021.

Importante ressaltar que, em alguns quesitos o total de respostas não corresponde ao total de registros, por dois motivos: a) dependendo da resposta do Responsável pela Unidade Familiar (RF), no manual para o preenchimento dos formulários do CadÚnico há a orientação de “indicativo de salto”, que orienta o (a) entrevistador (a) a continuar a entrevista sem preencher alguns campos ou, b) estão vazios, não foram preenchidos.

Os dados do CadÚnico de dezembro de 2023 serão apresentados em duas partes: pelo perfil das famílias e posteriormente o perfil das pessoas cadastradas até a data citada.

### 3.1.1. Famílias por bairro e faixa de renda

Na tabela a seguir, estão especificados os quantitativos de famílias que estavam inscritas no CadÚnico até dezembro de 2023, por bairros e faixa de renda familiar *per capita*.

Em relação ao quantitativo de cadastros das famílias incluídas no CadÚnico da região norte o qual totalizava 802 cadastros, nota-se que o bairro que possuía o maior número de famílias cadastradas era o Fraron, com 348 cadastros, tendo o maior indicativo de famílias incluídas de acordo com a renda per capita superior a ½ salário mínimo, totalizando 219.

<sup>39</sup> São Roque do Chopim é o distrito de Pato Branco, decidiu-se colocá-lo juntamente com as outras localidades que estão situadas na área rural (interior) do município.

Nessa mesma região o bairro São Francisco, apresenta a maior quantidade de famílias classificadas de acordo com a faixa de renda *per capita* igual ou inferior a  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, sendo conforme a tabela, 50 famílias que possuíam renda *per capita* igual ou inferior a R\$ 109,00, seguido de 34 famílias em situação de pobreza e 60 cadastros com renda *per capita* entre R\$ 218,01 a  $\frac{1}{2}$  salário mínimo.

Aqui cabe destacar que esse quantitativo de famílias em situação de extrema pobreza e pobreza são de famílias unifamiliares que estão acolhidos na Instituição Missão Vida Nova.

O quantitativo de cadastros incluídos no CadÚnico da região leste, totalizava 387 e pontua-se que o bairro com maior número de famílias incluídas era o La Salle, com 152 cadastros. Esse bairro apresentou o indicativo de 13 famílias com renda familiar *per capita* de até R\$ 109,00. Ao todo, essa região computava para essa faixa de renda 21 famílias nessa situação.

No que se refere, às famílias com renda familiar *per capita* entre R\$109,01 até R\$ 218,00, observa-se que o mesmo bairro totalizava 8 registros de famílias nessa condição, representando um total de 22 famílias que estavam em situação de pobreza nessa região.

Outro ponto de destaque desta região são as famílias com renda *per capita* R\$ 218,01 até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, tendo um quantitativo de 111 cadastros de famílias. Ainda, 93 famílias que residiam no La Salle, possuíam renda superior a  $\frac{1}{2}$  salário mínimo e o total de cadastros classificados nesta faixa de renda *per capita* nessa região era de 233.

A região central do município possuía um quantitativo de 1.712 famílias cadastradas no CadÚnico, sendo o Centro, a localidade com maiores números de cadastros, com 750. Havendo 26 famílias em situação de extrema pobreza nesse mesmo bairro, do total de 84 para essa região.

O Industrial, contabilizava 55 cadastros de famílias com renda *per capita* entre R\$ 109,01 até R\$ 218,00, sendo que o quantitativo de famílias classificadas para esta faixa de renda por pessoa na região era de 141 cadastros.

O Centro, possuía ainda 168 famílias classificadas com baixa renda e nessa região 446 famílias estavam identificadas com essa faixa de renda *per capita*. No que tange, as famílias com renda familiar *per capita* acima de  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, novamente o Centro apresentou o maior quantitativo, com 533 cadastros, do total de 1.041 famílias para essa região.

A região oeste conforme os dados tabulados, apresentava um total de 2.395 famílias incluídas no Cadastro Único, sendo deste quantitativo o bairro Planalto o que possuía o maior número de inclusões, com 794 cadastros.

Nessa região, a localidade com maior número de famílias em situação de extrema pobreza era o São João, com 127 cadastros do total de 269. Nesse mesmo bairro, havia 137 famílias com renda per capita entre R\$ 109,01 até R\$ 218,00, do total de 332 cadastros.

Já as famílias com renda *per capita* entre R\$ 218,01 até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, no bairro Planalto havia 266 cadastros, das 728 famílias nessa situação de renda *per capita* na região e ainda, 385 famílias nessa mesma localidade possuíam renda superior a meio salário mínimo. Nessa região o total de famílias com renda *per capita* superior a meio salário mínimo, totalizava 1.066.

Na região sul do município, havia um quantitativo de 4.829 famílias incluídas no Cadastro Único, sendo o bairro com maior número de cadastros o Alvorada, com 1.093. Do total de 330 famílias em situação de extrema pobreza para aquela região, 66 estavam referenciadas ao Alvorada. Nesse mesmo bairro, havia o maior quantitativo de famílias com renda *per capita* entre R\$ 109,01 até R\$ 218,00, contabilizando 207 cadastros, do total de 927 para aquela região.

No bairro Alvorada também havia o maior quantitativo de famílias com renda *per capita* entre R\$ 218,01 até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, com 339 famílias, do universo de 1.473 cadastros da região sul. Ainda, nota-se que esse mesmo bairro, o Alvorada, apresentou o total de 481 famílias com renda *per capita* superior a meio salário mínimo, em relação ao total de 2.099 famílias para essa faixa de renda *per capita*.

Por fim, o distrito de São Roque do Chopim e as Comunidades do interior, contabilizaram 491 cadastros e desse total 189 famílias residiam no distrito. Ainda conforme os dados, 16 famílias se encontravam em situação de extrema pobreza residiam em São Roque do Chopim, do total de 56 cadastros.

Nessa mesma localidade, observa-se que 16 famílias possuíam renda *per capita* entre R\$ 109,01 até R\$ 218,00, em relação ao quantitativo total de 50 famílias residentes nessa delimitação de localidade.

Já em relação a renda familiar *per capita* entre R\$ 218,01 até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, havia 161 famílias, estando o Distrito com 56 cadastros. Nota-se ainda que 101 famílias desta mesma localidade, possuíam renda superior a meio salário mínimo, do quantitativo de 224 cadastros.



Tabela 24 – Famílias por bairro e faixa de renda

Bairro	Renda familiar per capita de até R\$ 109,00	Renda familiar per capita entre R\$ 109,01 até R\$ 218,00	Renda familiar per capita entre R\$ 218,01 até ½ s.m.	Renda familiar per capita acima de ½ s.m.	Total de Famílias do CadÚnico
<b>Região Norte</b>					
Bortot	6	27	64	2	99
Fraron	23	95	219	11	348
São Francisco	34	60	105	50	249
São Luiz	9	11	18	3	41
Vila Isabel	4	22	36	3	65
<b>Total Geral</b>	<b>76</b>	<b>215</b>	<b>442</b>	<b>69</b>	<b>802</b>
<b>Região Leste</b>					
Bancários	5	14	25	3	47
Brasília	4	15	53	2	74
Cadorin	3	10	12	1	26
La Salle	8	38	93	13	152
Parque Do Som	1	16	16	0	33
Parzianello	1	12	23	2	38
Pinheiros	0	6	11	0	17
<b>Total geral</b>	<b>22</b>	<b>111</b>	<b>233</b>	<b>21</b>	<b>387</b>
<b>Região Central</b>					
Baixada	2	6	13	0	21
Bonatto	29	56	104	14	203
Centro	23	168	533	26	750
Industrial	55	118	176	17	366
Santa Terezinha	11	39	101	11	162
São Vicente	19	48	89	13	169
Trevo Da Guarani	2	11	25	3	41
<b>Total geral</b>	<b>141</b>	<b>446</b>	<b>1041</b>	<b>84</b>	<b>1712</b>
<b>Região Oeste</b>					
Aeroporto	7	28	55	10	100
Alto Da Gloria	21	24	32	12	89
Amadori	1	9	14	1	25
Anchieta	1	13	24	0	38
Bela Vista	36	77	116	32	261
Dal Ross	1	1	1	0	3
Jardim Das Américas	1	12	20	2	35
Jardim Primavera	4	14	23	2	43
Menino Deus	8	42	87	6	143
Pagnoncelli	1	6	11	3	21
Planalto	92	266	385	51	794
Sambugaro	4	13	20	10	47
São Joao	137	185	209	127	658
Vila Esperança	18	38	69	13	138
<b>Total geral</b>	<b>332</b>	<b>728</b>	<b>1066</b>	<b>269</b>	<b>2395</b>
<b>Região Sul</b>					
Alvorada	207	339	481	66	1093
Cristo Rei	43	65	126	10	244
Gralha Azul	53	72	110	16	251
Jardim Floresta	86	140	180	24	430
Morumbi	49	81	107	24	261





Bairro	Renda familiar per capita de até R\$ 109,00	Renda familiar per capita entre R\$ 109,01 até R\$ 218,00	Renda familiar per capita entre R\$ 218,01 até ½ s.m.	Renda familiar per capita acima de ½ s.m.	Total de Famílias do CadÚnico
Novo Horizonte	49	105	190	37	381
Pinheirinho	39	72	120	10	241
Santo Antônio	67	107	175	15	364
São Cristóvão	177	259	309	58	803
São Roque	56	87	126	18	287
Sudoeste	77	103	123	43	346
Veneza	24	43	52	9	128
<b>Total geral</b>	<b>927</b>	<b>1473</b>	<b>2099</b>	<b>330</b>	<b>4829</b>
<b>Interior</b>					
Comunidade Bela Vista	0	1	1	0	2
Comunidade Duque De Caxias	0	0	1	0	1
Comunidade Fazenda Da Barra	7	7	16	6	36
Comunidade Nossa Senhora Da Saúde	0	1	0	0	1
Comunidade Nossa Senhora Do Carmo	0	2	7	2	11
Comunidade Passo Da Ilha	5	15	11	2	33
Comunidade Passo Da Pedra	3	2	6	1	12
Comunidade Quebra Freio	0	1	2	0	3
Comunidade Rondinha	0	2	0	1	3
Comunidade São Braz	0	6	5	1	12
Comunidade São Caetano	0	2	2	1	5
Comunidade São Joao Batista	0	1	2	1	4
Comunidade São Pedro De Alcantara	0	1	2	1	4
Comunidade Sede Dom Carlos	3	8	9	4	24
Comunidade Teolândia	0	0	0	1	1
Comunidade Três Pontes	1	3	6	2	12
Linha Bom Retiro	1	14	15	4	34
Linha Cachoeirinha	2	7	9	7	25
Linha Chioquetta	0	1	1	0	2
Linha Damaceno	4	3		1	8
Linha Encruzilhada	3	12	15	2	32
Linha Esperança	0	2	1		3
Linha Independência	4	11	8	2	25
Linha Martinello	0	1	3	0	4
Núcleo Dourado	1	2	1	1	5
São Roque Do Chopim	16	56	101	16	189
<b>Total geral</b>	<b>50</b>	<b>161</b>	<b>224</b>	<b>56</b>	<b>491</b>

Fonte: CadÚnico, dezembro 2023.

### 3.1.2. Data de cadastramento da família

A data do cadastramento refere-se à data da primeira entrevista para o preenchimento do formulário de inclusão dos dados dos membros da família no CadÚnico. Considerando a base de dados do CadÚnico de dezembro de 2023, os

maiores quantitativos de inclusões, por ano e região, foram no ano de 2022 em todas as regiões, como pode ser observado na tabela a seguir.

Podemos ainda perceber que, na base de dados do Cadastro Único do Município de Pato Branco, existem cadastros de famílias incluídas desde o ano de 2002.

Tabela 25 - Ano de cadastramento das famílias no CadÚnico, por região

Ano	Região Norte	Região Leste	Região Central	Região Oeste	Região Sul	Interior
2002	4	3	10	51	142	11
2003	3	1	13	45	118	10
2004	2	1	8	20	74	3
2005	3	2	5	45	66	7
2006	4	2	5	25	39	4
2007	0	1	4	11	20	4
2008	3	1	5	23	52	5
2009	2	1	7	25	54	7
2010	10	4	20	57	113	7
2011	9	8	24	70	120	10
2012	19	12	24	107	150	20
2013	14	6	31	66	134	20
2014	20	12	34	67	132	11
2015	13	8	31	96	151	15
2016	28	18	64	111	208	13
2017	70	46	183	151	333	23
2018	103	52	256	189	418	52
2019	129	42	224	240	511	43
2020	77	37	124	185	278	25
2021	93	45	161	263	596	62
2022	152	59	282	385	888	84
2023	103	45	151	250	563	51

Fonte: CadÚnico, dezembro 2023.

### 3.1.3. Data da última atualização da família e taxa de atualização cadastral

Os cadastros por família, indicam que o maior quantitativo de atualizações ocorreu em 2023 em todas as regiões e no interior, conforme tabela a seguir. O aumento considerável de cadastros atualizados neste período foi superior aos demais devido a algumas situações, tais quais: a recriação do Programa Bolsa Família, adicionado de valores e novos benefícios; bem como, a utilização do CadÚnico como forma de acesso a outros programas, projetos, serviços e benefícios ofertados na rede socioassistencial.

Nota-se que existia um quantitativo de cadastros que tiveram a última atualização há mais de 2 anos, sendo 28 cadastros referente ao ano de 2017, 560 no

ano de 2018, 791 cadastros com data de última atualização em 2019 e 458 que foram atualizados em 2020, 1.075 em 2021.

Tabela 26 - Ano da última atualização do CadÚnico, por região

Ano	Região Norte	Região Leste	Região Central	Região Oeste	Região Sul	Interior	Total
2017	0	0	8	8	12	0	<b>28</b>
2018	55	37	194	75	184	15	<b>560</b>
2019	66	34	171	136	346	38	<b>791</b>
2020	39	34	113	85	165	22	<b>458</b>
2021	113	49	218	230	401	64	<b>1075</b>
2022	229	96	443	772	1371	149	<b>3060</b>
2023	301	137	565	1089	2349	203	<b>4644</b>
<b>Total</b>	<b>803</b>	<b>387</b>	<b>1712</b>	<b>2395</b>	<b>4828</b>	<b>491</b>	<b>10616</b>

Fonte: CadÚnico, dezembro 2023.

Percebe-se que houve um grande quantitativo de cadastros atualizados recentemente. A orientação é que as famílias e/ou pessoas atualizem seus cadastrados a cada 24 meses.

Neste sentido, é oportuno informar a respeito da taxa de atualização cadastral, que leva em consideração cadastros atualizados com renda per capita de até ½ salário mínimo, conforme verifica-se na tabela abaixo, o município estava em janeiro de 2022, com uma porcentagem de atualização cadastral de 66,2%, chegando em dezembro de 2023 no patamar de 87,4% de atualização da base cadastral, o que representa um percentual elevado de cadastros atualizados.

Tabela 27 – Taxa da atualização do CadÚnico

Ano	Mês											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
<b>2022</b>	66,2%	66,6%	66,3%	67,6%	69,1%	70,5%	73,0%	75,2%	76,2%	77,2%	78,1%	78,9%
<b>2023</b>	79,0%	78,5%	78,6%	80,8%	80,6%	87,9%	87,3%	86,8%	86,8%	87,1%	87,1%	87,4%

Fonte: VisData Beta, dezembro 2023.

#### 3.1.4. Faixa da renda familiar *per capita*

A classificação das faixas de renda *per capita* das famílias incluídas no Cadastro Único foi modificada após o Decreto n.º 11.566, de 16 de junho 2023, onde são consideradas:

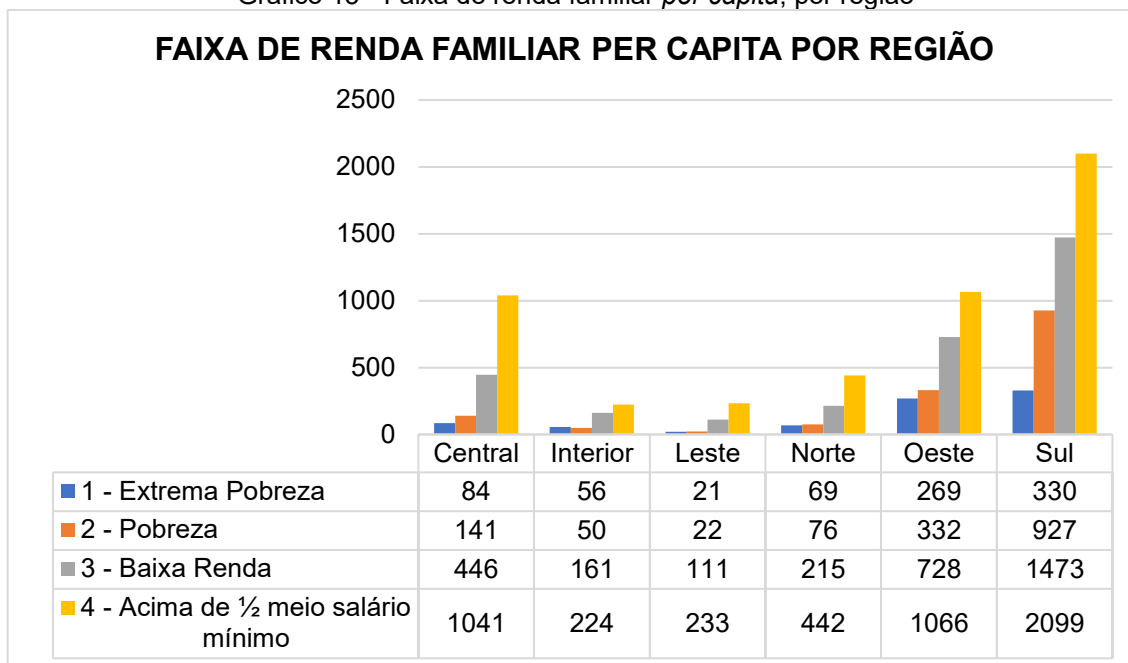
- Famílias em situação de extrema pobreza: São aquelas que possuem renda per capita de até R\$ 109,00;
- Famílias em situação de pobreza: São aquelas que possuem renda per capita entre R\$ 109,01 e 218,00;
- Famílias baixa renda: São aquelas que possuíam renda per capita entre R\$ 218,01 e ½ salário-mínimo;
- Famílias com renda per capita superior à ½ salário-mínimo: São aquelas que possuem renda per capita acima de ½ salário-mínimo.

Quanto à distribuição das famílias por faixa de renda, os maiores quantitativos foram na faixa de renda “acima de ½ salário-mínimo”, nas regiões: Sul com 2.099, Oeste com 1.066 e Central com 1.041 famílias. Na faixa de renda “entre R\$ 218,01 até ½ salário-mínimo, nas regiões: Oeste com 728 e Sul com 1.473. As porcentagens foram calculadas a partir do número total de famílias em cada região.

Em relação à faixa de renda *per capita* de até R\$ 109,00, nota-se que a região sul do município possuía o quantitativo elevado de famílias em situação de extrema pobreza, com 330 registros, seguido da região Oeste, com 269, região Central com 84, Norte com 69, Área Rural (Interior) e Distrito com 56 e Leste com 21 famílias nessa situação.

Já em relação às famílias em situação de pobreza, a região Sul contabilizava 927 cadastros de famílias enquadrados nesta faixa de renda *per capita*, seguida da região Oeste com 332, Central com 141, Norte com 76, Interior com 50 e Leste com 22 famílias.

Gráfico 15 - Faixa de renda familiar *per capita*, por região



Fonte: CadÚnico, dezembro 2023.

### 3.1.5. Espécie de domicílio

O quesito “espécie do domicílio” é dividido em: a) particular permanente, que é um espaço próprio que serve de moradia permanente ou duradoura, composto de pelo menos um cômodo; b) particular improvisado, trata-se de espaço que, no momento da entrevista, estava precariamente adaptado pela família para servir de moradia e; c) coletivo, que é aquele estabelecimento ou instituição que, na data da entrevista, tem relação entre seus habitantes restrita a normas de subordinação administrativa, são exemplos: abrigos, *campings*, hotéis, pensões, quartéis, postos militares, asilos, conventos, alojamentos de trabalhadores, etc. (BRASIL, 2017). A maioria das famílias inscritas no CadÚnico residia em domicílios particulares permanentes, totalizando 10.282 cadastros com esse indicativo, sendo que o maior quantitativo foi na região sul do município.

Na base de dados consta também que 19 famílias possuem o domicílio particular improvisado, sendo destas 12 famílias que residem na região sul do Município, seguido de 4 famílias na região oeste e 3 na central.

Em relação aos domicílios coletivos, nota-se que 128 cadastros possuíam esse indicativo, estando localizados em maior proporção na região norte do município,

pois, referem-se às famílias que estão residindo em instituições de acolhimento, as quais procuraram o Setor de cadastramento para acesso à programas sociais.

Tabela 28 – Espécie de domicílio, por região

Localidade	Particular permanente	Particular improvisado	Coletivo
Região Norte	722	0	79
Região Leste	367	0	19
Região Central	1693	3	12
Região Oeste	2374	4	4
Região Sul	4798	12	11
Interior	487	0	3
<b>Total</b>	<b>10.441</b>	<b>19</b>	<b>128</b>

Fonte: CadÚnico, dezembro 2023.

As próximas variáveis referentes às características e acesso aos serviços públicos dos domicílios são apenas as respostas das famílias que residem/residiam em domicílios particulares permanentes. Como mencionado anteriormente, esse é um dos indicadores de salto no preenchimento do cadastro do CadÚnico. Desse modo, as tabelas e gráficos correspondem ao total de domicílios particulares permanentes por região, conforme apresentado na tabela anterior.

### 3.1.5.1. Material predominante no piso do domicílio

Quanto ao tipo de material utilizado em maior quantidade no piso do domicílio, a maioria das famílias das regiões Norte, Leste, Central, Oeste e Sul responderam que em suas residências era cerâmica, lajota ou pedra. A maioria das famílias do interior assinalou que o piso de suas residências era de madeira aparelhada<sup>40</sup>.

Tabela 29 - Material predominante no piso do domicílio

Material	Central	Interior/Distrito	Leste	Norte	Oeste	Sul	Total geral
Carpete	0	0	0	0	2	1	3
Cerâmica, lajota ou pedra	1029	187	234	530	1618	3043	6641
Cimento	109	26	19	41	241	271	707
Madeira aparelhada	382	224	91	125	388	1058	2268
Madeira aproveitada	101	40	11	19	55	346	572
Outro material	38	1	7	3	34	12	95

<sup>40</sup> Pisos feitos com qualquer tipo de madeira trabalhada (industrializada), ou seja, preparada para construção de pisos (BRASIL, 2017, p. 49).

Material	Central	Interior/Distrito	Leste	Norte	Oeste	Sul	Total geral
Sem informação	15	3	19	77	19	24	157
Terra	3	0	0	0	1	3	7
Total	1677	481	381	795	2358	4758	10450

Fonte: CadÚnico, dezembro 2023.

### 3.1.5.2. Material predominante na construção das paredes externas do domicílio

Nas regiões Norte, Leste, Central, Oeste e Sul, a maioria das famílias respondeu que seus domicílios eram construídos predominantemente, em alvenaria/tijolo com revestimento.

Já a maioria das famílias que residiam no Interior, responderam que em seus domicílios a madeira aparelhada era o material mais utilizado na construção das casas.

Tabela 30 - Material predominante das paredes externas do domicílio

Material	Central	Interior/Distrito	Leste	Norte	Oeste	Sul	Total geral
Alvenaria/tijolo com revestimento	1.187	177	260	570	1.700	3.123	7.017
Alvenaria/tijolo sem revestimento	40	24	7	11	173	238	493
Madeira aparelhada	403	260	94	131	421	1.250	2.559
Madeira aproveitada	23	16	1	6	42	113	201
Outro material	8	1	0	0	3	9	21
Sem informação	15	3	19	77	19	24	157
Taipa revestida	1	0	0	0	0	1	2
<b>Total</b>	<b>1.677</b>	<b>481</b>	<b>381</b>	<b>795</b>	<b>2.358</b>	<b>4.758</b>	<b>10.450</b>

Fonte: CadÚnico, dezembro 2023.

### 3.1.5.3. Água canalizada no domicílio

Com relação às famílias que residiam em domicílios particulares permanentes, em todas as regiões e no interior, 10.252 famílias possuem acesso a água canalizada em suas casas. Observa-se que **41 famílias indicaram não possuir água canalizada em pelo menos um cômodo de seu domicílio**, sendo destes a região sul, com 26 famílias; interior com 13; e 2 localizados na zona oeste.

#### 3.1.5.4. Forma de abastecimento de água

Quanto à forma de abastecimento de água nos domicílios particulares permanentes das 5 regiões, a maioria das famílias acessava a rede geral de distribuição de água do município. No Interior, a maioria das famílias utilizava poços ou nascentes.

Tabela 31 - Forma de abastecimento de água

Região	Rede geral de distribuição	Poço ou nascente	Outra forma	Total
Região Norte	712	6	0	718
Região Leste	356	6	0	362
Região Central	1652	10	0	1662
Região Oeste	2329	7	3	2339
Região Sul	4715	13	6	4734
Interior/Distrito	236	241	1	478
<b>Total</b>	<b>10.000</b>	<b>283</b>	<b>10</b>	<b>10.293</b>

Fonte: CadÚnico, dezembro 2023.

#### 3.1.5.5. Existe banheiro no domicílio

Em todas as regiões e no interior, na maioria dos domicílios particulares permanentes existia banheiro ou sanitário, ou seja, quando no domicílio, terreno ou propriedade existe banheiro ou sanitário para uso de seus moradores, comum ou não a mais de um domicílio.

Assim, verifica-se que 26 famílias informaram no ato da entrevista do Cadastro Único que não possuíam banheiro ou sanitário no domicílio ou propriedade, estando a concentração de 22 cadastros com esse indicativo na região sul; 3 na região oeste e 1 no interior.

Tabela 32 - Domicílio tem banheiro

Região	Sim	Não
Região Norte	718	0
Região Leste	362	0
Região Central	1.662	0
Região Oeste	2.336	3
Região Sul	4.712	22
Interior/Distrito	477	1
<b>Total</b>	<b>10267</b>	<b>26</b>

Fonte: CadÚnico, dezembro 2023.



### 3.1.5.6. Forma de escoamento sanitário

Nas regiões Norte, Leste, Central, Oeste e Sul, a forma de escoamento sanitário da maioria dos domicílios particulares permanentes que possuem banheiro ou sanitário é por meio da rede coletora de esgoto ou pluvial, somando-se 8.732.

Tabela 33 - Forma de escoamento sanitário

Região	Região Norte	Região Leste	Região Central	Região Oeste	Região Sul	Interior /Distrito	Total
Rede coletora de esgoto ou pluvial	533	323	1.634	1.577	4.590	75	8.732
Fossa séptica	167	32	18	56	49	269	591
Fossa rudimentar	18	6	8	689	60	131	912
Vala a céu aberto	0	0	0	1	0	0	1
Direto para o rio, lago ou mar	0	0	0	1	0	1	2
Outra forma	0	0	0	1	1	0	2
<b>Total</b>	<b>718</b>	<b>361</b>	<b>1.660</b>	<b>2.325</b>	<b>4.700</b>	<b>476</b>	<b>10.240</b>

Fonte: CadÚnico, dezembro 2023.

### 3.1.5.7. Forma de coleta do lixo

Quanto à coleta do lixo, em todas as regiões e no interior, a coleta era realizada de forma direta nos domicílios particulares permanentes, ou seja, a coleta era realizada diretamente no domicílio, através do serviço de limpeza pública urbana.

Cabe ressaltar que para o CadÚnico é considerando a coleta indireta quando o lixo for depositado em uma caçamba, tanque ou depósito de uso comum e posteriormente coletado

Tabela 34 - Forma de coleta do lixo

Forma de coleta	Região Norte	Região Leste	Região Central	Região Oeste	Região Sul	Interior /Distrito	Total
Coletado diretamente	715	359	1.656	2.330	4.708	242	10.010
Coletado indiretamente	0	3	6	8	13	67	97
Queimado ou enterrado na propriedade	2	0	0	0	6	160	168
Jogado em terreno baldio ou logradouro	0	0	0	0	2	2	4
Jogado em rio ou mar	0	0	0	0	1	0	1

Forma de coleta	Região Norte	Região Leste	Região Central	Região Oeste	Região Sul	Interior /Distrito	Total
Tem outro destino	1	0	0	1	4	7	13
<b>Total</b>	<b>718</b>	<b>362</b>	<b>1.662</b>	<b>2.339</b>	<b>4.734</b>	<b>478</b>	<b>10.293</b>

Fonte: CadÚnico, dezembro 2023.

### 3.1.5.8. Tipo de iluminação

Na maioria dos domicílios, em todas as regiões e no interior, possuía iluminação elétrica proveniente de rede geral, com medidor que registra o consumo do domicílio da família.

Contudo, nota-se que existe um total de 1.422 famílias que informaram possuir eletricidade em sua residência através de medidor comunitário, significando que o domicílio possuía iluminação elétrica proveniente de rede geral, com medidor que registre o consumo de mais de um domicílio.

Ainda, nota-se que 5 famílias indicaram ter energia elétrica em seu domicílio, porém o acesso a ela era realizado sem medidor, o que pode indicar que o consumo do domicílio era proveniente de gerador, conversor de energia solar, rede geral, bem como quando há ligação irregular de energia elétrica, a forma de iluminação é identificada neste item, uma vez que a família tem acesso, mesmo que indireto, a um serviço público.

Tabela 35 - Tipo de iluminação

Região	Região Norte	Região Leste	Região Central	Região Oeste	Região Sul	Interior /Distrito	Total
Elétrica com medidor próprio	653	321	1.502	1.978	4.049	341	8.844
Elétrica com medidor comunitário	64	41	160	358	663	136	1.422
Elétrica sem medidor	1	0	0	2	1	1	5
Óleo, querosene ou gás	0	0	0	0	3	0	3
Outra forma		0	0	1	12	0	13
Sem informação	77	19	15	19	24	3	157
Vela	0	0	0	0	6	0	6
<b>Total</b>	<b>795</b>	<b>381</b>	<b>1.677</b>	<b>2.358</b>	<b>4.758</b>	<b>481</b>	<b>10.450</b>

Fonte: CadÚnico, dezembro 2023.

### 3.1.5.9. Calçamento/pavimentação em frente ao domicílio

Do total de 10.293 cadastros que possuem o indicativo deste quesito, nota-se que 9.565 famílias informaram que em frente ao seu domicílio possui pavimentação, seguido de 573 que indicaram que existe parcialmente, sendo este caracterizado com a existência de calçamento/pavimentação em parte do logradouro e 155 informaram que não existe.

Da quantidade de cadastro com a informação de que não existe, nota-se que destas, 126 famílias residem no interior e as demais em todas as regiões do Município.

### 3.1.6. Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos

Os Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTE) são grupos familiares que possuem formas próprias de organização social, com aspectos culturais, sociais, religiosos ou de ocupação territorial com características diferenciadas ou que estão em uma condição específica (BRASIL, 2017). No Cadastro Único podem ser identificados 12 GPTE's.

Na base de dados do Cadastro Único do Município, existe o indicativo de 144 famílias pertencentes a algum GPTE's. Desse total, nota-se que 101 famílias são identificadas como coletoras de materiais recicláveis, seguido de família de preso do sistema carcerário, com 22. Em relação as 9 famílias identificadas como cigana as mesmas estavam localizadas no bairro Gralha Azul.

Tabela 36 – Grupos populacionais, Tradicionais e Específicos, por região

Região	Região Norte	Região Leste	Região Central	Região Oeste	Região Sul	Interior /Distrito	Total
Família Acampada	0	0	0	0	3	0	<b>3</b>
Família Assentada da Reforma Agrária	0	0	0	0	2	0	<b>2</b>
Família Cigana	0	0	0	0	9	0	<b>9</b>
Família de Agricultores Familiares	1	0	0	0	0	6	<b>7</b>
Família de Coletores de Material Reciclável	2	0	5	33	60	1	<b>101</b>
Família de Preso do Sistema Carcerário	0	0	3	7	11	1	<b>22</b>

Região	Região Norte	Região Leste	Região Central	Região Oeste	Região Sul	Interior /Distrito	Total
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>40</b>	<b>85</b>	<b>8</b>	<b>144</b>

Fonte: CadÚnico, dezembro 2023.

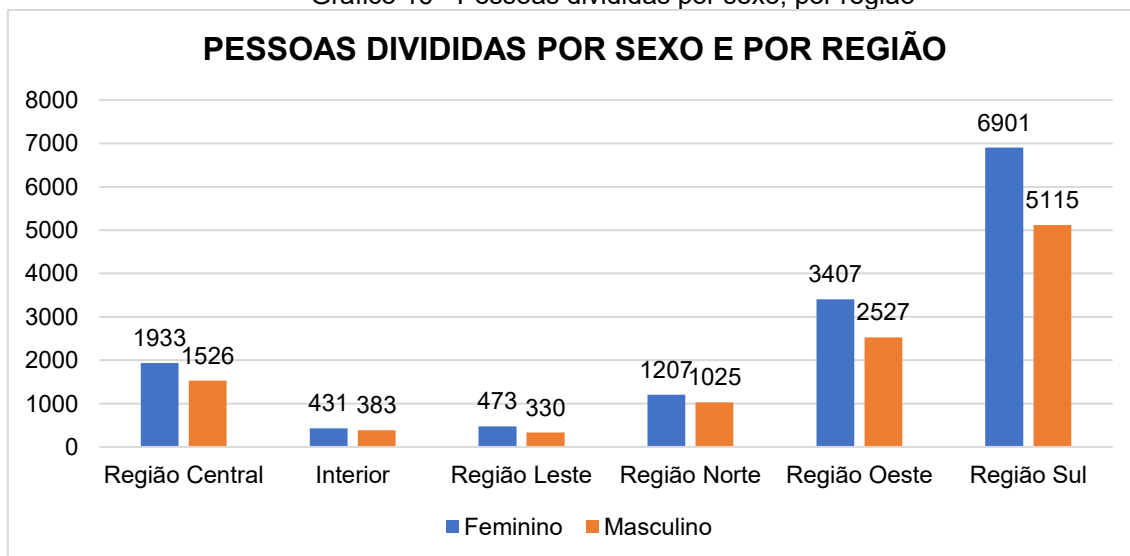
Os indicadores a seguir referem-se ao perfil das pessoas inscritas no CadÚnico até dezembro de 2023.

### 3.1.7. Sexo

Em todas as regiões e no interior, a maioria das pessoas inscritas no CadÚnico, até dezembro de 2023, eram do sexo feminino. No total 14.352 (56,8%) possuem a indicação do sexo feminino e 10.906 (43,2%) do masculino, no gráfico a seguir estão representados os quantitativos por região.

Nota-se que a região sul apresentou o maior quantitativo de pessoas cadastradas do sexo feminino, com 6.901 pessoas, seguido de 5.115 pessoas do sexo masculino nessa mesma região. Outra região de destaque é a oeste, que contava com 3.407 indivíduos do sexo feminino e 2.527 do sexo masculino.

Gráfico 16 - Pessoas divididas por sexo, por região



Fonte: CadÚnico, dezembro 2023.

### 3.1.8. Relação de parentesco com o responsável familiar

No momento do cadastramento da família é indicado um Responsável Familiar (RF), sendo esse maior de 16 anos e preferencialmente do sexo feminino. Para cada pessoa considerada como moradora daquele domicílio é indicado o grau de parentesco em relação ao RF.

Quanto à relação de parentesco com o Responsável Familiar, os maiores quantitativos nas Regiões Norte, Leste, Central e Oeste foram das pessoas RFs. Já na Região Sul e no Interior, os (as) filhos (as) das RFs compunham a maioria dos cadastros. No total, o maior número de pessoas inscritas no CadÚnico era de filhos (as) dos RFs, com 10.095 pessoas com esse grau de parentesco, como pode ser observado na tabela a seguir.

Tabela 37 - Relação de parentesco com RF, por região

Relação parentesco	Região Norte	Região Leste	Região Central	Região Oeste	Região Sul	Interior	Total
Pessoa Responsável pela Unidade Familiar - RF	969	380	1669	2353	4724	296	<b>10.391</b>
Cônjuge ou companheiro (a)	274	96	384	744	1402	147	<b>3.047</b>
Filho (a)	853	259	1095	2475	5096	317	<b>10.095</b>
Enteado (a)	7	2	17	15	31	2	<b>74</b>
Neto (a)	28	13	51	107	282	8	<b>489</b>
Pai ou mãe	35	25	66	88	142	17	<b>373</b>
Sogro (a)	1	2	5	9	14	1	<b>32</b>
Irmão ou irmã	22	12	56	61	75	8	<b>234</b>
Genro ou nora	2		7	2	14		<b>25</b>
Outro parente	11	5	46	30	87	10	<b>189</b>
Não parente	3	2	20	11	26	2	<b>64</b>
Vazio	27	7	43	39	123	6	<b>245</b>
<b>Total</b>	<b>2.232</b>	<b>803</b>	<b>3.459</b>	<b>5.934</b>	<b>12.016</b>	<b>814</b>	<b>25.258</b>

Fonte: CadÚnico, dezembro 2023.

### 3.1.8.1. Responsável pela Unidade Familiar, por sexo

A maior parte dos RFs era do sexo feminino, totalizando 8.274 (79,63%) e a região com maior concentração de cadastros identificados por pessoas do sexo feminino foi a região sul, com 3.971 cadastros, seguido da região oeste, com 1.931. Em relação ao sexo masculino, nota-se que na região sul também havia o maior quantitativo, contando com 753 cadastros, seguido da região central, com 491.

Tabela 38 - Responsável Familiar, por sexo

Região	Feminino	Masculino	Total
Região Norte	675	294	<b>969</b>
Região Leste	287	93	<b>380</b>
Região Central	1.178	491	<b>1.669</b>
Região Oeste	1.931	422	<b>2.353</b>
Região Sul	3.971	753	<b>4.724</b>
Interior	232	64	<b>296</b>
<b>Total</b>	<b>8.274</b>	<b>2.117</b>	<b>10.391</b>

Fonte: CadÚnico, dezembro 2023.

### 3.1.8.2. Grau de instrução do Responsável pela Unidade Familiar

Quanto ao grau de instrução dos RFs, o maior quantitativo foi de pessoas com Ensino Fundamental incompleto, totalizando 3.106. O segundo maior quantitativo geral foi de RFs com Ensino Médio completo, totalizando 1.682 pessoas.

Por região, os maiores quantitativos com Ensino Fundamental incompleto foram nas regiões: Região Norte (288 pessoas); Região Central (470); Região Oeste (894); e na Região Sul (1.916). Com Ensino Superior incompleto ou mais: 179 pessoas na Região Norte e 437 na Região Central.

Tabela 39 - Grau de instrução do RF, por região

Grau de instrução	Região Norte	Região Leste	Região Central	Região Oeste	Região Sul	Interior	Total
Sem instrução	34	18	67	197	385	25	726
Fundamental incompleto	288	92	470	894	1.916	126	3.786
Fundamental completo	82	31	137	280	537	39	1.106
Médio incompleto	103	33	149	284	577	24	1.170
Médio completo	283	107	409	586	1.161	71	2.617
Superior incompleto ou mais	179	99	437	112	148	11	986
<b>Total</b>	<b>969</b>	<b>380</b>	<b>1.669</b>	<b>2.353</b>	<b>4.724</b>	<b>296</b>	<b>10.391</b>

Fonte: CadÚnico, dezembro 2023.

### 3.1.9. Número de pessoas que moram no mesmo domicílio

É importante, antes de apresentar o quantitativo de pessoas por domicílio, informar que para o Cadastro Único é considerada família a unidade nuclear composta por uma ou mais pessoas, que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por ela, todas moradoras de um mesmo domicílio.

Para tabulação destas informações, considerou-se o número total de pessoas que convivem no mesmo domicílio, e não apenas aquelas que compõem a família da pessoa entrevistada.

No total, observa-se que existem 3.103 cadastros, dos quais apenas uma única pessoa está informada, caracterizando-os como famílias unifamiliares. Dentre esses registros, é relevante destacar que 1.169 estão localizados na região sul, seguidos pela região central com 764, região oeste com 608, região norte com 315, região leste com 152 e no interior/distrito com 95.

O maior indicativo é de famílias cadastradas com apenas 2 integrantes no domicílio, totalizando 3.207. Nota-se que a região sul detém 1.553 cadastros desse total, seguida pela região oeste com 739 cadastros, região central com 448, região norte com 199, interior com 148 e região leste com 120 famílias.

Em relação à quantidade de 3 integrantes no domicílio, verifica-se que somam 2.405 cadastros. A região sul lidera com 1.159 cadastros, seguida pela região oeste com 573, região central com 297, região norte com 166, interior/distrito com 137 e leste com 73.

Para os cadastros com a indicação de 4 pessoas, nota-se que a região sul detém 608 registros, seguida pela região oeste com 306, região central com 133, região norte com 88, interior/distrito com 71 e região leste com 28.

No que diz respeito aos cadastros com a indicação de 5 integrantes, verifica-se que na base de dados do CadÚnico constam 487 famílias, sendo 249 residentes na região sul do município, seguidas pela região leste com 122, região central com 53, interior e norte com 28 cada, e na região leste com 7.

Os cadastros identificados com 6 integrantes totalizam 128 famílias, sendo 65 na região sul, 35 na região leste, 12 na central, 6 na região leste e 5 nas regiões norte e interior/distrito.

Para os cadastros com 7 integrantes, verifica-se que 37 registros contam com esse quantitativo de pessoas no domicílio, sendo 16 na região sul, 11 na região leste, 6 no interior/distrito, 3 na região central e 1 na região norte.

Cadastros com 8 integrantes totalizam 9 registros, sendo 6 na região sul e 1 em cada uma das regiões oeste, central e interior.

No caso das famílias com 9 integrantes no domicílio, apurou-se que 4 cadastros possuem esse indicativo, sendo 3 na região sul e 1 na região leste.

Por fim, nota-se ainda a existência de 2 cadastros com 10 pessoas residentes no domicílio, identificados 1 registro na região central e 1 na região sul.

Tabela 40 - Número de pessoas que moram no mesmo domicílio, por famílias

Bairro/ Localidade	1 pessoas	2 pessoas	3 pessoas	4 pessoas	5 pessoas	6 pessoas	7 pessoas	8 pessoas	9 pessoas	10 pessoas	Total
<b>Região Norte</b>											
<b>Bortot</b>	35	30	20	10	4	0	0	0	0	0	<b>99</b>
<b>Fraron</b>	141	99	60	32	14	1	1	0	0	0	<b>348</b>
<b>São Francisco</b>	115	41	56	23	10	4	0	0	0	0	<b>249</b>
<b>São Luiz</b>	8	12	14	7	0	0	0	0	0	0	<b>41</b>
<b>Vila Isabel</b>	16	17	16	16	0	0	0	0	0	0	<b>62</b>
<b>Total</b>	<b>315</b>	<b>199</b>	<b>166</b>	<b>88</b>	<b>28</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>802</b>
<b>Região Leste</b>											
<b>Bancários</b>	19	13	7	3	3	1	0	0	1	0	<b>47</b>
<b>Brasília</b>	50	10	11	2	0	1	0	0	0	0	<b>74</b>
<b>Cadorin</b>	6	14	5	1	0	0	0	0	0	0	<b>26</b>
<b>La Salle</b>	48	57	28	13	3	3	0	0	0	0	<b>152</b>
<b>Parque do Som</b>	7	8	13	4	0	1	0	0	0	0	<b>33</b>
<b>Parzianello</b>	15	13	4	5	1	0	0	0	0	0	<b>38</b>
<b>Pinheiros</b>	7	5	5	0	0	0	0	0	0	0	<b>17</b>
<b>Total</b>	<b>152</b>	<b>120</b>	<b>73</b>	<b>28</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>387</b>
<b>Região Central</b>											
<b>Baixada</b>	10	4	5	1	1	0	0	0	0	0	<b>21</b>
<b>Bonatto</b>	52	70	48	23	5	4	1	0	0	0	<b>203</b>
<b>Centro</b>	454	158	93	32	11	2	0	0	0	0	<b>750</b>
<b>Industrial</b>	109	109	77	40	25	3	1	1	0	1	<b>366</b>
<b>Santa Terezinha</b>	47	59	29	19	6	1	1	0	0	0	<b>162</b>
<b>São Vicente</b>	66	42	39	16	5	1	0	0	0	0	<b>169</b>
<b>Trevo Guarani</b>	26	6	6	2	0	1	0	0	0	0	<b>41</b>
<b>Total</b>	<b>764</b>	<b>448</b>	<b>297</b>	<b>133</b>	<b>53</b>	<b>12</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1.712</b>
<b>Região Oeste</b>											
<b>Aeroporto</b>	29	33	19	14	5	0	0	0	0	0	<b>100</b>
<b>Alto da Glória</b>	15	31	25	9	5	3	1	0	0	0	<b>89</b>
<b>Amadori</b>	10	2	10	3	0	0	0	0	0	0	<b>25</b>
<b>Anchieta</b>	11	12	7	7	1	0	0	0	0	0	<b>38</b>
<b>Bela Vista</b>	52	91	65	32	11	7	2	1	0	0	<b>261</b>
<b>Dal Ross</b>	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	<b>3</b>
<b>Jardim das Américas</b>	13	6	9	4	3	0	0	0	0	0	<b>35</b>
<b>Jardim Primavera</b>	15	13	9	6	0	0	0	0	0	0	<b>43</b>
<b>Menino Deus</b>	42	45	30	19	6	1	0	0	0	0	<b>143</b>
<b>Pagnocelli</b>	11	3	3	4	0	0	0	0	0	0	<b>21</b>
<b>Planalto</b>	175	253	215	102	39	8	2	0	0	0	<b>794</b>
<b>Sambugaro</b>	19	9	9	7	2	1	0	0	0	0	<b>47</b>





Bairro/ Localidade	1 pessoas	2 pessoas	3 pessoas	4 pessoas	5 pessoas	6 pessoas	7 pessoas	8 pessoas	9 pessoas	10 pessoas	Total
São João	178	200	140	79	41	14	6	0	0	0	658
Vila Esperança	36	41	31	20	9	1	0	0	0	0	138
<b>Total</b>	<b>608</b>	<b>739</b>	<b>573</b>	<b>306</b>	<b>122</b>	<b>35</b>	<b>11</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.395</b>
<b>Região Sul</b>											
Alvorada	246	375	274	125	55	13	3	2	0	0	1093
Cristo Rei	64	82	61	23	10	4	0	0	0	0	244
Gralha Azul	67	79	63	32	9	1	0	0	0	0	251
Jardim Floresta	96	132	112	57	25	4	2	2	0	0	430
Morumbi	68	75	65	39	11	2	0	0	1	0	261
Novo Horizonte	102	132	75	45	19	6	2	0	0	0	381
Pinheirinho	77	63	47	30	17	4	2	0	1	0	241
Santo Antônio	96	127	79	39	16	5	2	0	0	0	364
São Cristóvão	179	264	198	109	38	13	1	1	0	0	803
São Roque	68	83	78	38	16	2	1	0	1	0	287
Sudoeste	86	94	80	53	21	9	2	1	0	0	346
Veneza	20	47	27	18	12	2	1	0	0	1	128
<b>Total</b>	<b>1.169</b>	<b>1.553</b>	<b>1.159</b>	<b>608</b>	<b>249</b>	<b>65</b>	<b>16</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>1.169</b>
<b>Interior/Distrito</b>											
Comunidade Duque de Caxias	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Comunidade Fazenda da barra	8	10	7	6	3	0	1	1	0	0	36
Comunidade Nossa Senhora da Saúde	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Comunidade Nossa Senhora do Carmo	3	2	3	2	1	0	0	0	0	0	11
Comunidade Passo da Ilha	8	6	13	2	4	0	0	0	0	0	33
Comunidade Passo da Pedra	4	3	1	2	1	1	0	0	0	0	12
Comunidade Quebra Freio	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0	3
Comunidade Rondinha	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	3
Comunidade São Braz	1	5	3	3	0	0	0	0	0	0	12
Comunidade São Caetano	1	1	1	0	1	1	0	0	0	0	5
Comunidade São João Batista	1	2	1	0	0	0	0	0	0	0	4
Comunidade São Pedro de Alcantara	0	1	2	0	1	0	0	0	0	0	4
Comunidade Sede Dom Carlos	3	10	6	3	1	0	1	0	0	0	24
Comunidade Sede Gavião	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Comunidade Três Pontes	4	2	2	3	0	0	1	0	0	0	12
Linha Bom Retiro	9	11	8	4	1	0	1	0	0	0	34
Linha Cachoeirinha	5	9	7	2	2	0	0	0	0	0	25
Linha Chioquetta	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	2
Linha Damaceno	0	2	2	3	1	0	0	0	0	0	8
Linha Encruzilhada	6	12	10	3	1	0	0	0	0	0	32
Linha Esperança	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	3
Linha Independência	0	11	7	4	0	2	1	0	0	0	25
Linha Martinello	1	2	0	1	0	0	0	0	0	0	4
Núcleo Dourado	0	0	3	1	1	0	0	0	0	0	5
São Roque do Chopim	39	53	56	29	10	1	1	0	0	0	189
<b>Total</b>	<b>94</b>	<b>148</b>	<b>136</b>	<b>71</b>	<b>28</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>489</b>

Fonte: CadÚnico, dezembro 2023.

### 3.1.10. Raça/cor

Identificadas quanto à raça/cor, percebe-se que a maioria das pessoas se autodeclararam brancas em todas as regiões e no interior, totalizando 17.060 pessoas, correspondendo a 67,5%. O menor quantitativo total foi de pessoas que se autodeclararam indígenas, somando 26 pessoas, ou seja, 0,1%.

Tabela 41 - Raça/cor, por região

Raça/cor	Região Norte	Região Leste	Região Central	Região Oeste	Região Sul	Interior	Total
Branca	1.706	645	2.375	3.731	7978	625	<b>17.060</b>
Preta	44	22	313	207	251	5	<b>842</b>
Amarela	7	4	21	24	44	1	<b>101</b>
Parda	471	131	746	1.967	3.726	183	<b>7.224</b>
Indígena	3	0	3	4	16	0	<b>26</b>
Vazio	1	1	1	1	1	0	<b>5</b>
<b>Total</b>	<b>2.232</b>	<b>803</b>	<b>3.459</b>	<b>5.934</b>	<b>12.016</b>	<b>814</b>	<b>25.258</b>

Fonte: CadÚnico, dezembro 2023.

### 3.1.11. Faixa etária

A duas faixas etárias com os maiores quantitativos de pessoas foram de 4.418 pessoas entre 7 e 15 anos e 3.919 pessoas entre 25 e 34 anos.

Na faixa etária de 25 a 34 anos eram 1.726 pessoas na Região Sul, 852 na Região Oeste e 680 na Região Central. E de crianças e adolescentes de 7 a 15 anos: 2.282 na Região Sul, 1.088 na Região Oeste e 462 na região central.

Tabela 42 - Faixa etária, por região

Faixa Etária (anos)	Região Norte	Região Leste	Região Central	Região Oeste	Região Sul	Interior/ Distrito	Total
0 e 4	218	77	276	654	1.373	75	<b>2.673</b>
5 a 6	91	30	109	258	540	31	<b>1.059</b>
7 a 15	356	87	462	1.088	2.282	143	<b>4.418</b>
16 a 17	69	20	101	228	460	32	<b>910</b>
18 a 24	276	95	423	559	1.185	51	<b>2.589</b>
25 a 34	407	148	680	852	1.726	106	<b>3.919</b>
35 a 39	133	42	204	362	722	48	<b>1.511</b>
40 a 44	129	33	197	319	704	52	<b>1.434</b>
45 a 49	106	32	145	272	576	44	<b>1.175</b>
50 a 54	98	41	159	259	531	54	<b>1.142</b>
55 a 59	99	41	139	242	459	50	<b>1.030</b>
60 a 64	94	36	146	226	457	39	<b>998</b>
65 +	156	121	418	615	1.001	89	<b>2.400</b>
<b>Total</b>	<b>2.232</b>	<b>803</b>	<b>3.459</b>	<b>5934</b>	<b>12016</b>	<b>814</b>	<b>25.258</b>

Fonte: CadÚnico, dezembro 2023.

### 3.1.12. Pessoa com deficiência

No Cadastro Único, a deficiência é compreendida como a incapacidade permanente de uma pessoa realizar uma ou mais atividades diárias, como comunicar-se, cuidar de si, trabalhar, ir à escola, entre outras, devido à diminuição de alguma capacidade, como enxergar, ouvir, movimentar-se, entre outras. Nesse contexto, é relevante salientar que a identificação de pessoas com deficiência é realizada conforme a avaliação do Responsável Familiar (RF) em relação aos seus integrantes, sendo essa informação de natureza auto declaratória.

Até dezembro de 2023, foram identificadas 1.648 pessoas com deficiência inscritas no Cadastro Único (6,52%). Deste total, destaca-se que 93 pessoas fazem parte de famílias em situação de extrema pobreza, seguidas por 121 em situação de pobreza, 520 classificadas como baixa renda e 914 com renda per capita superior a ½ salário mínimo.

A Região Leste apresentou o maior percentual, com 7,22%, atribuído à quantidade total de pessoas cadastradas nessa região. Já Região Oeste ficou em segundo lugar, com 7,01%, seguida pela região sul, com 6,63%, região central, com 6,01%, Norte, com 5,57%, e região do interior/distrito, com 5,51%.

Tabela 43 - Pessoas com deficiência, por região

Localidade	Sim	%	Não	%	Total
Região Norte	97	5,57%	1.643	94,43%	<b>1.740</b>
Região Leste	58	7,22%	745	92,78%	<b>803</b>
Região Central	208	6,01%	3.251	93,99%	<b>3.459</b>
Região Oeste	416	7,01%	5.518	92,99%	<b>5.934</b>
Região Sul	797	6,63%	11.219	93,37%	<b>12.016</b>
Interior	72	5,51%	1.234	94,49%	<b>1.306</b>
<b>Total</b>	<b>1.648</b>	<b>6,52%</b>	<b>23.610</b>	<b>93,48%</b>	<b>25.258</b>

Fonte: CadÚnico, dezembro 2023.

#### 3.1.12.1. Pessoas com deficiência, por faixa etária e sexo

Em relação ao quantitativo de pessoas com deficiência de acordo com a tabela na sequência que apresenta a faixa etária e o sexo, nota-se que de 1.648 pessoas, 733 são mulheres e 915 homens, abrangendo desde recém-nascidos até maiores de 65 anos. A faixa etária com maior número de inscritos é acima de 65 anos, totalizando 408 pessoas, com 230 mulheres e 178 homens. Por outro lado, a menor

quantidade de inscritos se encontra na faixa etária entre 16 e 17 anos, com 37 pessoas, sendo 12 meninas e 25 meninos.

Observa-se uma predominância masculina em todas as faixas etárias, exceto naquelas acima de 65 anos, onde o número de mulheres é superior. Esta discrepância é mais identificada nas faixas etárias menores, como entre 0 e 4 anos e entre 5 e 6 anos, onde o número de meninos é consideravelmente maior que o de meninas.

A análise por faixa etária apresenta uma variação significativa no número de inscritos em diferentes grupos etários. As faixas etárias com maior quantidade de inscritos são entre 55 e 59 anos, seguidas pelas acima de 65 anos. As faixas entre 16 e 24 anos também possuem um número considerável de inscritos, embora menor em comparação com os grupos mais idosos.

Em determinadas faixas etárias, como entre 0 e 6 anos, a discrepância entre meninos e meninas é mais acentuada. No entanto, essa disparidade diminui em faixas etárias mais avançadas, especialmente entre 55 e 64 anos, onde a quantidade de mulheres inscritas supera a de homens.

As faixas entre 18 e 24 anos e entre 25 e 34 anos também demonstram uma presença considerável de inscritos, as quais agregadas, totalizam 269 pessoas, refletindo uma etapa importante de transição para a vida adulta e possivelmente a busca por suporte e recursos. Faixas etárias subsequentes, como entre 35 e 39 anos, entre 40 e 44 anos, entre 45 e 49 anos e entre 50 e 54 anos, mantêm uma distribuição relativamente estável de inscritos, contabilizando 531 pessoas com algum tipo de deficiência, sugerindo uma continuidade de necessidades ao longo dessas idades.

Tabela 44 - Faixa etária das pessoas com deficiência, por sexo

Faixa Etária (anos)	Feminino	Masculino	Total
Entre 0 e 4 anos	16	37	53
Entre 5 e 6 anos	9	39	48
Entre 7 e 15 anos	47	127	174
Entre 16 e 17 anos	12	25	37
Entre 18 e 24 anos	48	61	109
Entre 25 e 34 anos	54	106	160
Entre 35 e 39 anos	35	53	88
Entre 40 e 44 anos	44	57	101
Entre 45 e 49 anos	51	62	113
Entre 50 e 54 anos	54	52	106
Entre 55 e 59 anos	70	53	123
Entre 60 e 64 anos	63	65	128
Maior que 65 anos	230	178	408
Total Geral	733	915	1648

Fonte: CadÚnico, dezembro 2023.

A tabela a seguir apresenta o indicativo de pessoas com deficiência que, ao realizar a entrevista do Cadastro Único, o Responsável declarou que o integrante necessita de cuidados, seja por alguém da família, como também por cuidadores especializados, instituições da rede socioassistencial e/ou por vizinhos. Esse campo no CadÚnico, admite-se múltipla marcação, podendo haver mais de uma marcação para o integrante.

Cabe apontar que entre as faixas etárias de 0 a 17 anos, contabilizam 312 pessoas, sendo o maior indicativo a faixa etária entre 7 e 15 anos, com 174. Do total identificado, conforme indicado no CadÚnico, 247 necessitam de ajuda de alguém da família para realizar as atividades diárias e 60 possuem auxílio de instituições da rede socioassistencial. É oportuno informar que no CadÚnico, não é identificado o grau de deficiência.

Em relação a faixa etária entre 18 e 59 anos, existe o indicativo de 786 pessoas cadastradas, sendo que destes, 361 são adultos com deficiência e que recebem assistência de algum membro da família.

Além disso, há 80 pessoas com idade entre 18 e 59 anos que recebem assistência de instituições da rede socioassistencial, indicando a presença de serviços especializados disponíveis para atender às necessidades específicas desse grupo e 8 adultos com deficiência recebem assistência de cuidadores especializados.

Para a faixa etária com 60 anos ou mais, nota-se um total de 209 idosos com deficiência que recebem assistência de algum membro da família. Além disso, há 8 idosos com deficiência que recebem assistência de instituições da rede socioassistencial e 8 idosos com deficiência recebem assistência de cuidadores especializados.

Assim, os dados informados, apresentam um cenário significativo em que familiares desempenham um papel central no cuidado de pessoas com deficiência. Esses cuidadores podem enfrentar uma carga emocional e física considerável devido às responsabilidades associadas ao cuidado. A sobrecarga pode resultar em diversos fatores, como exemplo o estresse, exaustão e até mesmo problemas de saúde física e mental para os cuidadores familiares.



Tabela 45 – Pessoas com deficiência que necessitam de ajuda

Tipo de ajuda	Até 6 anos	Entre 7 e 15 anos	Entre 16 e 17 anos	Entre 18 e 59 anos	Acima de 60 anos
Recebe ajuda de alguém da família	90	134	23	361	209
Recebe ajuda de cuidador especializado	0	2	1	8	8
Recebe ajuda de vizinho	0	0	1	2	1
Recebe ajuda de instituição da rede socioassistencial	9	45	6	80	16
Recebe ajuda de outra forma	1	2	0	2	0

Fonte: CadÚnico, dezembro 2023.

### 3.1.12.2. Pessoas com deficiência, por bairros

Com relação aos maiores números de pessoas com deficiência por bairro ou localidade, de acordo com cada região, temos: a) Região Norte, 36 pessoas no Fraron; b) Região Leste: 15 pessoas no La Salle; c) Região Central: 60 no Centro; d) Região Oeste: 144 no Planalto; e) Região Sul: 150 no Alvorada e; f) Interior/Distrito: 16 no distrito de São Roque do Chopim.

Apenas por bairros, os três com maiores quantitativos de pessoas foram: 1º no Alvorada (150); 2º Planalto (144) e 3º São Cristóvão (141).

Tabela 46 - Pessoas com deficiência, por bairro

Região/bairro/localidade	Pessoas
<b>Região Norte</b>	
Bortot	5
Fraron	36
São Francisco	35
São Luiz	7
Vila Isabel	14
<b>Total</b>	<b>97</b>
<b>Região Leste</b>	
Bancários	7
Brasília	10
Cadorin	5
La Salle	15
Parque do Som	4
Parzianello	9
Pinheiros	8
<b>Total</b>	<b>58</b>
<b>Região Central</b>	
Baixada	4
Bonatto	37
Centro	60
Industrial	51
Santa Terezinha	21
São Vicente	32
Trevo da Guarani	3
<b>Total</b>	<b>208</b>
<b>Região Oeste</b>	



Região/bairro/localidade	Pessoas
Aeroporto	14
Alto da Glória	16
Amadori	4
Anchieta	5
Bela Vista	57
Jardim das Américas	9
Jardim Primavera	6
Menino Deus	28
Pagnoncelli	3
Planalto	144
Sambugaro	3
São João	102
Vila Esperança	25
<b>Total</b>	<b>416</b>
<b>Região Sul</b>	
Alvorada	150
Cristo Rei	41
Gralha Azul	38
Jardim Floresta	86
Morumbi	46
Novo Horizonte	68
Pinheirinho	34
Santo Antônio	58
São Cristóvão	141
São Roque	52
Sudoeste	61
Veneza	22
<b>Total</b>	<b>797</b>
<b>Interior</b>	
Comunidade Fazenda da Barra	7
Comunidade Nossa Senhora do Carmo	3
Comunidade Passo da Ilha	7
Comunidade Quebra Freio	1
Comunidade São Brás	1
Comunidade São Caetano	1
Comunidade São Pedro de Alcântara	1
Comunidade Sede Dom Carlos	7
Comunidade Três Pontes	5
Linha Bom Retiro	1
Linha Cachoeirinha	7
Linha Encruzilhada	9
Linha Esperança	1
Linha Independência	4
Núcleo Dourado	1
São Roque do Chopim	16
<b>Total</b>	<b>72</b>

Fonte: CadÚnico, dezembro 2023.

### 3.1.12.3. Tipo de deficiência

Conforme já mencionado, todas as deficiências relatadas pelo RF em relação aos integrantes de sua família devem ser permanentes, independentemente se a

pessoa nasceu ou adquiriu a deficiência. Uma situação transitória de incapacidade física ou mental não é considerada deficiência.

Por tipo de deficiência, os maiores quantitativos foram de deficiência física, totalizando 646 registros e de deficiência mental/intelectual com a soma de 499 pessoas. Os totais por região são maiores do que o número total de pessoas que responderam ter algum tipo de deficiência, já que uma pessoa pode ter uma ou múltiplas deficiências.

Tabela 47 – Tipo de deficiência, por região

<b>Tipo Deficiência</b>	<b>Região Norte</b>	<b>Região Leste</b>	<b>Região Central</b>	<b>Região Oeste</b>	<b>Região Sul</b>	<b>Interior</b>	<b>Total</b>
Cegueira	7	5	11	20	34	2	<b>79</b>
Baixa visão	7	5	11	20	34	2	<b>79</b>
Surdez severa /profunda	6	4	16	23	35	3	<b>87</b>
Surdez leve/ Moderada	4	2	10	25	36	5	<b>82</b>
Deficiência Física	30	19	79	133	360	25	<b>646</b>
Deficiência mental/ Intelectual	22	26	51	131	242	27	<b>499</b>
Síndrome de Down	8	2	7	14	14	2	<b>47</b>
Transtorno/ doença mental	22	10	38	51	56	16	<b>193</b>
<b>Total</b>	<b>106</b>	<b>73</b>	<b>223</b>	<b>417</b>	<b>811</b>	<b>82</b>	<b>1.712</b>

Fonte: CadÚnico, dezembro 2023.

### 3.1.13. Pessoas que nasceram em outro país

O Cadastro Único possibilita a inclusão de pessoas de outras nacionalidades para acesso a programas, projetos, serviços e benefícios. Na tabela a seguir, estão especificados o número de pessoas nascidas em outros países inscritas no CadÚnico, detalhadas por região.

Ao todo, 669 pessoas de outras nacionalidades estão inscritas no CadÚnico, com o maior quantitativo na região central (263), seguido pela região sul (235), região leste (112), região norte (33) e 1 pessoa no interior/distrito.

Na região central, foi identificado o maior quantitativo de pessoas de outras nacionalidades, totalizando 263, seguido pela região sul, com 235, e posteriormente pela região oeste, com 112 pessoas estrangeiras.



Do total de pessoas inscritas, 48 são integrantes de famílias em situação de extrema pobreza, 102 são cadastradas em famílias em situação de pobreza, 278 são integrantes de famílias de baixa renda e 241 têm renda per capita superior a ½ salário mínimo. Além disso, 177 pessoas são integrantes de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Em relação ao sexo dessas pessoas, verifica-se que 349 são do sexo masculino e 320 são do sexo feminino. Quanto à cor, 344 indicam ser pretas, 203 pardas, 177 brancas e 5 amarelas.

No que se refere ao trabalho e remuneração, 540 pessoas têm idade igual ou superior a 14 anos. Dentre essas, 324 indicaram estar trabalhando na semana anterior à entrevista, enquanto 216 não possuíam renda de trabalho.

Destaca-se um número significativo de pessoas oriundas da República do Haiti inscritas no CadÚnico até dezembro de 2023, totalizando 287, comparativamente a pessoas de outras nacionalidades, seguidas por venezuelanos, totalizando 271.

Em relação às pessoas de nacionalidade da República do Haiti, observa-se que a maior concentração está na localidade do Centro, com 81 registros, seguida pelo Industrial, com 61, e Cristo Rei, com 41. Além disso, destaca-se que 11 pessoas dessa nacionalidade são integrantes de famílias em situação de extrema pobreza, 17 em situação de pobreza, 118 cadastradas como baixa renda e 141 com renda superior a ½ salário mínimo. Outra informação relevante é que a faixa etária predominante dessas pessoas é de adultos com idade entre 25 e 34 anos, totalizando 120 pessoas. Esse expressivo contingente nessa faixa etária é atribuído à busca dessas pessoas por oportunidades de trabalho no município.

Quanto às pessoas com nacionalidade da Venezuela, percebe-se que a localidade com maior incidência é São Cristóvão, com 42, seguida por Alvorada, com 33, e Bela Vista, com 32. Em relação à renda per capita dessas pessoas, 26 são integrantes de famílias em situação de extrema pobreza, 72 em situação de pobreza, 122 cadastradas como baixa renda e 51 com renda superior a ½ salário mínimo. Em relação à faixa etária, o maior indicativo é para pessoas com idade entre 25 e 34 anos, totalizando 68 pessoas.

Tabela 48 - Pessoas que nasceram em outro país, por região e país



Nacionalidade	Região Norte	Região Leste	Região Central	Região Oeste	Região Sul	Interior	Total
África do Sul, República da	0	0	3	0	0	0	<b>3</b>
Alemanha	0	0	0	1	0	0	<b>1</b>
Angola	0	0	11	0	17	0	<b>28</b>
Argentina	0	6	4	1	0	0	<b>11</b>
Bolívia	0	1	0	0	0	0	<b>1</b>
Chile	0	0	2	0	0	0	<b>2</b>
Cuba	0	0	1	0	0	0	<b>1</b>
Equador	0	0	0	1	0	0	<b>1</b>
Espanha	1	0	0	0	0	0	<b>1</b>
Haiti, República do	13	7	169	49	49	0	<b>287</b>
Inglaterra	0	0	0	0	1	0	<b>1</b>
Irlanda	1	0	0	0	0	0	<b>1</b>
Itália	2	2	4	0	4	1	<b>13</b>
Japão	0	0	2	0	0	0	<b>2</b>
Libano	0	0	0	1	0	0	<b>1</b>
Marrocos	0	0	2	0	0	0	<b>2</b>
Moçambique	0	0	0	0	1	0	<b>1</b>
Nigéria	0	0	0	7	0	0	<b>7</b>
Paraguai	2	0	5	8	12	0	<b>27</b>
Peru	0	1	1	1	0	0	<b>3</b>
Portugal	0	2	1	0	0	0	<b>3</b>
Togo	0	0	0	0	1	0	<b>1</b>
Venezuela	6	14	58	43	150	0	<b>271</b>
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>33</b>	<b>263</b>	<b>112</b>	<b>235</b>	<b>1</b>	<b>669</b>

Fonte: CadÚnico, dezembro 2023.

### 3.1.14. Registro em Cartório de Registro Civil

No quesito sobre o registro em Cartório de Registro Civil de seu nascimento, todas as pessoas inscritas no CadÚnico até dezembro de 2023 tinham sido registradas. A maioria tinha Certidão de Nascimento, totalizando 20.571 (81,44%) pessoas. As pessoas que não apresentaram a Certidão de Nascimento no ato do cadastro, somaram 4.687 (18,56%) pessoas.

Conforme o Manual do Entrevistador (BRASIL, 2017), a orientação para a resposta “Sim e tem Certidão de Nascimento e/ou Casamento”, deve ser marcada quando a pessoa foi registrada em cartório de registro civil de pessoas naturais e tirou a Certidão de Nascimento, mesmo que ela não tenha apresentado a certidão na ocasião da entrevista. Bem como para as pessoas que emitiram a Certidão de Casamento, mesmo não possuindo mais a Certidão de Nascimento.

Já em relação a resposta “Sim, mas não tem Certidão de Nascimento nem de Casamento” deve ser marcada para a pessoa que foi registrada em cartório de registro

civil de pessoas naturais, mas que por qualquer motivo, não tem Certidão de Nascimento e nem de Casamento.

Tabela 49 - Registro em Cartório de Registro Civil

Situação	Região Norte	Região Leste	Região Central	Região Oeste	Região Sul	Interior	Total
Sim e tem Certidão de Nascimento	1.607	712	3.020	4.160	9.872	1.200	<b>20.571</b>
Sim, mas não tem Certidão de Nascimento	133	91	439	1.774	2.144	106	<b>4.687</b>
<b>Total</b>	<b>1.740</b>	<b>803</b>	<b>3.459</b>	<b>5.934</b>	<b>12.016</b>	<b>1.306</b>	<b>25.258</b>

Fonte: CadÚnico, dezembro 2023.

### 3.1.15. Pessoa frequenta escola

No quesito sobre a frequência ou não na escola, os maiores quantitativos em todas as regiões e no interior foram de pessoas que já frequentaram a escola em algum momento da vida, mas que na data da entrevista não estavam frequentando, totalizando 14.056 pessoas, correspondendo a 55,64% do total de pessoas inscritas no CadÚnico.

Tabela 50 - Pessoa frequenta escola, por região

Localidade	Sim, rede pública	Sim, rede particular	Não, já frequentou	Nunca frequentou	Total
Região Norte	574	37	965	164	<b>1.740</b>
Região Leste	223	18	468	94	<b>803</b>
Região Central	1.130	40	1.972	317	<b>3.459</b>
Região Oeste	1.861	53	3.281	739	<b>5.934</b>
Região Sul	3.749	41	6.640	1.586	<b>12.016</b>
Interior	404	7	730	165	<b>1.306</b>
<b>Total</b>	<b>7.941</b>	<b>196</b>	<b>14.056</b>	<b>3.065</b>	<b>25.258</b>

Fonte: CadÚnico, dezembro 2023.

#### 3.1.15.1. Crianças e adolescentes (6 a 17 anos) com marcação “nunca frequentou” a escola

Do cadastro das pessoas com a marcação “Nunca frequentou” a escola, realizou-se o cruzamento de dados com a data de nascimento, selecionou-se as crianças e adolescentes que estavam em idade escolar em dezembro de 2023, ou

seja, com ano de nascimento de 2004 a 2015 (6 a 17 anos). Foram identificadas 86 pessoas. A Região Sul apresentou o maior quantitativo, como pode ser observado na tabela a seguir, com 47 crianças ou adolescentes nesta situação.

Nas colunas onde estão os anos de 2017 a 2023 correspondem ao ano da última atualização do cadastro da família das crianças e adolescentes, em idade escolar com marcação “nunca frequentou” a escola.

Tabela 51 - Crianças e adolescentes com marcação "nunca frequentou" escola, por regiões

Localidade	Número de crianças e adolescentes	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Região Norte	3	0	2	1	0	0	0	0
Região Leste	1	0	0	0	0	1	0	0
Região Central	16	0	8	1	1	2	3	1
Região Oeste	17		4	3	2	3	3	2
Região Sul	47	1	12	12	5	4	10	3
Interior	2	0	0	2	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>86</b>	<b>1</b>	<b>26</b>	<b>19</b>	<b>8</b>	<b>10</b>	<b>16</b>	<b>6</b>

Fonte: CadÚnico, dezembro 2023.

Sobre esses quantitativos de crianças e adolescentes com a marcação de “nunca frequentou” a escola é preciso cuidado na análise. Esses quantitativos podem realmente refletir a situação de crianças e adolescentes em idade escolar que estão fora da escola, como também, situações que houve a transferência do cadastro de outro município e naquele momento a criança ou adolescente ainda não estava matriculado em uma instituição de ensino do município.

### 3.1.16. Curso que frequenta

O quesito “qual é o curso que a pessoa frequenta” refere-se às pessoas que responderam que estavam frequentando a escola (pública ou particular) na data da entrevista. Nas regiões Norte, Leste, Oeste, Sul e no Interior os maiores quantitativos foram de estudantes do Ensino fundamental regular (duração de 9 anos), os quais totalizam 4.428. Na Região Central, o maior quantitativo foi de estudantes do Ensino superior, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado, totalizando 667 pessoas, como pode ser observado na tabela a seguir.

Tabela 52 - Curso que a pessoa frequenta, por região



Curso	Região Norte	Região Leste	Região Central	Região Oeste	Região Sul	Interior	Total
Creche	67	26	127	279	438	49	<b>986</b>
Pré-escola	45	19	63	142	371	37	<b>677</b>
Classe de alfabetização	1	2	5	31	18	0	<b>57</b>
Ensino fundamental regular (duração de 8 anos)	4	0	8	36	56	4	<b>108</b>
Ensino fundamental regular (duração de 9 anos)	266	101	476	1.053	2.291	241	<b>4.428</b>
Ensino fundamental especial	5	4	8	46	30	6	<b>99</b>
Ensino médio regular	68	23	130	239	470	60	<b>990</b>
Ensino médio especial	3	2	5	4	27	2	<b>43</b>
Ensino fundamental EJA – séries iniciais	0	0	0	2	1	0	<b>3</b>
Ensino fundamental EJA – séries finais	1	0	2		3	0	<b>6</b>
Ensino médio EJA	1	0	1	7	13	1	<b>23</b>
Alfabetização Para adultos	9	0	3	12	24	2	<b>50</b>
Superior, aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado	141	64	342	63	48	9	<b>667</b>
<b>Total</b>	<b>611</b>	<b>241</b>	<b>1.170</b>	<b>1.914</b>	<b>3.790</b>	<b>411</b>	<b>8.137</b>

Fonte: CadÚnico, dezembro 2023.

### 3.1.17. Grau de instrução

Quanto ao grau de instrução das pessoas com idade igual ou superior a 18 anos, que totalizam 16.197 pessoas, observa-se que em todas as regiões e no interior, o maior contingente foi de pessoas com Ensino Fundamental incompleto, totalizando 5.774 pessoas, o que representa 35,65%.

O segundo maior grupo entre as regiões é composto por pessoas com Ensino Médio completo, com 4.010 indivíduos, correspondendo a 24,76% do total mencionado no parágrafo anterior. Além disso, há 1.779 pessoas que concluíram o Ensino Fundamental completo, totalizando 10,98%. Em relação àqueles que têm o Ensino Médio incompleto, identifica-se 1.965 nesta situação, representando 12,13%.

Ainda dentro desse grupo total de pessoas, 1.336 indicaram ter o Ensino Superior incompleto ou uma formação mais avançada, o que equivale a 8,25% do total. Por fim, 1.333 pessoas são identificadas como sem instrução, representando 8,23%.

Tabela 53 - Grau de instrução, por região

Grau de instrução	Região Norte	Região Leste	Região Central	Região Oeste	Região Sul	Interior	Total
Sem instrução	59	39	140	370	649	76	<b>1.333</b>
Fundamental incompleto	331	150	709	1.375	2869	340	<b>5.774</b>
Fundamental completo	106	51	241	423	847	111	<b>1.779</b>
Médio incompleto	126	51	260	459	971	98	<b>1.965</b>
Médio completo	339	160	649	899	1785	178	<b>4.010</b>
Superior incompleto ou mais	242	138	512	180	239	25	<b>1.336</b>
<b>Total</b>	<b>1.203</b>	<b>589</b>	<b>2.511</b>	<b>3.706</b>	<b>7.360</b>	<b>828</b>	<b>16.197</b>

Fonte: CadÚnico, dezembro 2023.

### 3.1.18. Remunerações não provenientes de trabalho

Foram identificadas o total de 7.300 pessoas inscritas no CadÚnico que responderam receber outras fontes de renda, não provenientes de trabalho ou licença por instituto oficial da previdência social.

Os maiores quantitativos de pessoas recebendo os 5 tipos de rendas listadas no formulário do CadÚnico foram identificados na Região Sul: 655 pessoas recebiam ajuda/doação regular, sem contrapartida de prestação de serviços, de pessoas não moradoras do domicílio; 1.653 recebiam aposentadoria, aposentaria rural, pensão ou BPC/Loas; 69 o seguro desemprego; 741 recebiam pensão alimentícia e, 41 tinham outras fontes de remuneração<sup>41</sup>, exceto Bolsa Família ou outras transferências similares.

Tabela 54 - Remuneração não proveniente de trabalho

Região	Ajuda / doação de não morador	Aposentadoria, aposentadoria rural, pensão ou BPC / Loas	Seguro desemprego	Pensão alimentícia	Outras Rendas	Total
Região Norte	186	226	16	105	31	<b>564</b>
Região Leste	73	157	3	57	14	<b>304</b>
Região Central	405	575	23	200	38	<b>1241</b>
Região Oeste	342	920	35	337	33	<b>1667</b>
Região Sul	655	1.653	69	741	41	<b>3159</b>
Interior	50	219	5	84	7	<b>365</b>

<sup>41</sup> Conforme o Manual do Entrevistador (BRASIL, 2017), “outras fontes” referem-se a qualquer outra fonte de remuneração recebida, não citada nos itens anteriores, como juros de caderneta de poupança, lucros de investimentos, abono de permanência em serviço, aluguel, inclusive sublocação ou arrendamento de móveis, imóveis, máquinas, equipamento, animais etc. Nessa resposta também devem ser registrados o auxílio-reclusão, caso a família tenha algum membro privado de liberdade em sistema carcerário, que seja segurado do INSS.



Região	Ajuda / doação de não morador	Aposentadoria, aposentadoria rural, pensão ou BPC / Loas	Seguro desemprego	Pensão alimentícia	Outras Rendas	Total
<b>Total</b>	<b>1.711</b>	<b>3.750</b>	<b>151</b>	<b>1.524</b>	<b>164</b>	<b>7.300</b>

Fonte: CadÚnico, dezembro 2023.

Aqui cabe destacar que, há um total de 3.398 idosos inscritos no CadÚnico. Destes, a maioria, ou seja, 2.595 idosos, recebem algum tipo de benefício previdenciário (aposentadoria, pensão, BPC), o que representa uma cobertura significativa. No entanto, 803 idosos não estão recebendo qualquer benefício previdenciário, evidenciando um grupo que pode estar em situação de vulnerabilidade econômica. Cabe apontar que para a identificação deste público, não se utilizou filtros de atualização cadastral.

Em relação ao Programa Bolsa Família, os dados mostram que 142 idosos entre 60 e 64 anos recebem esse benefício. Adicionalmente, há 44 idosos com mais de 65 anos que também recebem apenas o PBF. Esse dado é relevante, pois destaca que mesmo após os 65 anos, alguns idosos ainda permanecem recebendo o PBF, podendo estes estarem aguardando o BPC ser concedido. Outro ponto importante é que 165 idosos com idade entre 60 e 64 anos recebem o PBF e não possuem nenhum benefício previdenciário.

Um grupo particularmente vulnerável é composto por 36 idosos que possuem uma renda per capita igual ou inferior a R\$ 218,00 e não recebem nem o Bolsa Família nem benefícios previdenciários.

### 3.1.19. Função principal

Quanto à principal atividade desenvolvida na semana anterior à entrevista, o objetivo é identificar a relação de trabalho entre a pessoa e o empreendimento no qual estava atuando.

Assim, do total de 17.108 pessoas com idade igual ou superior a 16 anos, que possuem alguma fonte de remuneração advinda do trabalho, 8.849 representam 51,72% das pessoas economicamente ativas dentro do recorte de idade utilizado.

Dentre as pessoas identificadas como ativas no mercado de trabalho, a função principal relatada pelo Responsável pela Unidade Familiar é a de Empregado com carteira de trabalho assinada, totalizando 5.601 pessoas nessa condição, o que

representa 63,29% das pessoas nessa situação. Além disso, outra função principal desempenhada pelas pessoas com maior incidência foi a de trabalhador por conta própria (bico, autônomo), com 2.259 pessoas, correspondendo a 25,52% do total identificado com algum tipo de trabalho.

Foi identificada uma pessoa trabalhadora não-remunerada na Região Sul, cuja definição, conforme o Manual do Entrevistador (2017, p.101), é: "a pessoa que trabalhou sem remuneração na produção de bens e serviços ou em ajuda a morador do domicílio que trabalhe por conta própria ou que seja empregado".

Tabela 55 - Principal atividade

Atividade	Região Norte	Região Leste	Região Central	Região Oeste	Região Sul	Interior	Total
Trabalhador por conta própria (bico, autônomo)	122	73	271	549	1.130	114	2.259
Trabalhador temporário em área rural	1	0	1	1	3	5	11
Empregado sem carteira de trabalho assinada	33	13	56	86	335	15	538
Empregado com carteira de trabalho assinada	449	197	937	1.226	2501	291	5.601
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	4	3	23	27	88	6	151
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	1	0	10	9	15	0	35
Trabalhador não-remunerado	0	0	0	0	1	0	1
Militar ou servidor público	11	7	14	35	60	6	133
Empregador	0	2	4	4	1	0	11
Estagiário	16	1	16	14	20	1	68
Aprendiz	6	0	5	8	21	1	41
<b>Total</b>	<b>643</b>	<b>296</b>	<b>1.337</b>	<b>1.959</b>	<b>4.175</b>	<b>439</b>	<b>8.849</b>

Fonte: CadÚnico, dezembro 2023.

### 3.1.20. Pessoas em situação de rua, por região e bairro incluídas no CadÚnico

Nesta seção será identificado as pessoas que estão incluídas no Cadastro Único e que se auto identificaram como pessoas em situação de rua. Nas próximas



seções serão abordados os quantitativos de atendimentos realizadas para este público.

A população em situação de rua constitui um grupo diversificado que compartilha características como a pobreza extrema, vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a ausência de moradia convencional regular. Essas pessoas utilizam os espaços públicos (ruas, praças, jardins, canteiros, marquises, viadutos) e áreas degradadas (prédios abandonados, ruínas, cemitérios e carcaças de veículos) como local de moradia e sustento, de forma temporária ou permanente. Além disso, buscam unidades de acolhimento (abrigos, casas de acolhida temporária ou moradias provisórias, independentemente de serem ou não parte do SUAS) para pernoitar temporariamente ou como moradia provisória (Manual do Entrevistador, 2017).

Identificou-se 14 pessoas em situação de rua inscritas no CadÚnico, sendo 10 no bairro Sambugaro, 2 no bairro Alvorada, e 1 em cada uma das localidades Santa Terezinha e Sudoeste, respectivamente.

É relevante destacar que, conforme as orientações do Manual do Entrevistador, ao cadastrar pessoas em situação de rua, é necessário vincular o endereço do equipamento onde a pessoa está ou recebe atendimento. Segundo o manual, "No caso de pessoas em situação de rua, preencha obrigatoriamente os quesitos do 'Endereço da Família', de preferência com o endereço da unidade de serviço da rede socioassistencial, ou seja, CRAS/CREAS ou Centro Pop, que a família tenha como referência. Na ausência destes equipamentos, preencha com o da instituição de acolhimento indicado pela família" (MANUAL DO ENTREVISTADOR, 2017, p. 34).

Nesse contexto, é importante esclarecer que a quantidade de pessoas incluídas no CadÚnico com a identificação da localidade de residência no bairro Sambugaro não implica necessariamente que residam ou estejam nessa condição nessa localidade. Conforme os registros, nota-se que essas pessoas geralmente buscam a Secretaria de Assistência Social para atendimento e encaminhamentos realizados pela Abordagem Social para a inclusão. Portanto, o número de pessoas identificadas nessa localidade não reflete necessariamente sua residência ou condição atual.

Tabela 56 - Pessoas em situação de rua

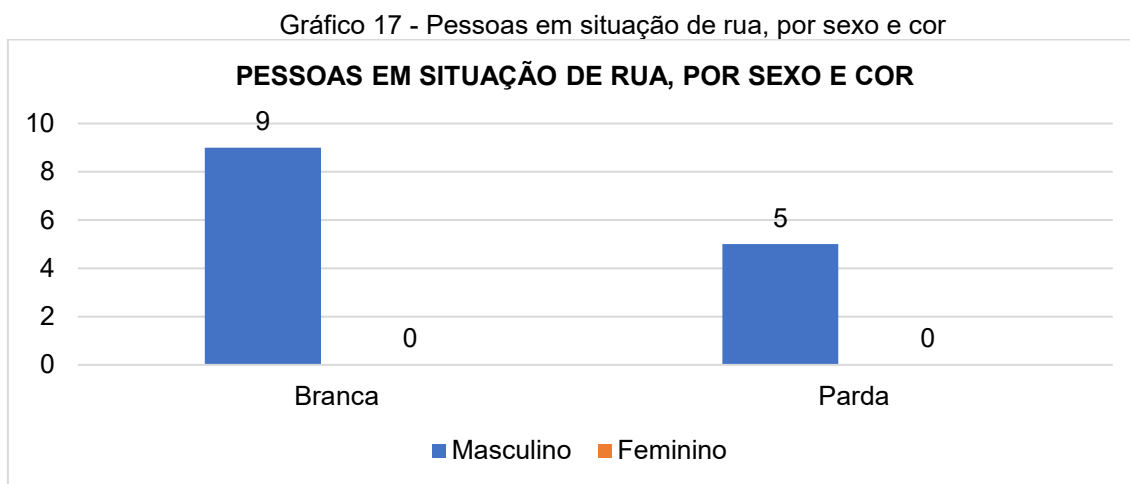
Região	Bairro	Pessoas
--------	--------	---------

Oeste	Sambugaro	10
Central	Santa Terezinha	1
Sul	Alvorada	2
	Sudoeste	1
<b>Total</b>		<b>14</b>

Fonte: CadÚnico, dezembro 2023.

### 3.1.20.1. Pessoas em situação de rua, por sexo e cor incluídas no CadÚnico

Das 5 pessoas identificadas no CadÚnico, de dezembro de 2023, que estavam em situação de rua, todas eram do sexo masculino. E, com relação à cor: 9 pessoas se autodeclararam brancas e 5 pessoas como pardas, como pode ser observado no gráfico a seguir.



Fonte: CadÚnico, dezembro 2023.

### 3.1.20.2. Local onde as pessoas em situação de rua costumam dormir

Conforme observado nas respostas fornecidas pelas pessoas, destaca-se que 11 informaram que costumam dormir na rua todos os 7 dias da semana. Outras 2 mencionaram que dormem em logradouros públicos entre 5 e 6 dias. Uma pessoa não forneceu resposta.

No caso das pessoas em situação de rua, somente 2 indicaram que costumam dormir em albergue, sendo que uma permanece, em média, 3 dias e a outra apenas 1 dia.

### 3.1.20.3. Há quanto tempo mora na rua

A situação de rua em que essas pessoas se encontram envolve o uso de uma variedade de espaços como locais de moradia ou pernoite. De acordo com a base de dados do CadÚnico, 11 delas estão nessa condição, com um período de até 1 ano. Dessas, 6 pessoas estão nessa situação por até 6 meses, e 5 pessoas estão entre 6 meses e 1 ano. Além disso, há 3 pessoas que residem em logradouros há mais de 12 meses, distribuídas da seguinte forma: 1 pessoa entre 1 e 2 anos, outra entre dois e cinco anos e 1 pessoa entre cinco e dez anos.

Tabela 57 - Há quanto tempo mora na rua

Tempo	Pessoas
Até 6 meses	6
Entre 6 meses e 1 ano	5
Entre um e dois anos	1
Entre dois e cinco anos	1
Entre cinco e dez anos	1
<b>Total</b>	<b>14</b>

Fonte: CadÚnico, dezembro 2023.

### 3.1.20.4. Principais motivos a morar na rua

**A condição de estar em situação de rua é complexa e multifacetada, muitas vezes resultante de uma combinação de fatores adversos na vida dessas pessoas.** A análise dos principais motivos que levaram indivíduos a adotar essa forma de moradia apresenta uma teia intrincada de desafios sociais, econômicos e pessoais.

O quesito referente aos principais motivos que levaram à situação de rua é de múltipla escolha e por esse motivo, na tabela a seguir, a soma das respostas não corresponde ao total de pessoas, já que uma pessoa pode informar mais de uma resposta.

Os apontamentos informados pelas pessoas incluem a perda de moradia, problemas com familiares, alcoolismo/drogas, desemprego, por preferência e outros

motivos. Problemas com familiares e o uso de álcool e drogas foram os motivos mais mencionados.

A perda de moradia foi informada como um dos motivos, sendo indicado apenas por uma pessoa, refletindo uma realidade na qual as pessoas por falta de recursos financeiros. Esse fenômeno muitas vezes se entrelaça com o desemprego, evidenciando a vulnerabilidade econômica que pode levar à instabilidade residencial.

Os problemas com familiares surgem como outro fator significativo, sendo indicado por 7 pessoas, sinalizando dinâmicas familiares disfuncionais, conflitos intergeracionais ou até mesmo o rompimento dos laços familiares podendo criar um ambiente hostil, forçando algumas pessoas a buscarem a situação de rua como uma alternativa.

O alcoolismo e o uso de drogas, informado por 9 pessoas, representam desafios de saúde mental e comportamental que frequentemente desencadeiam ou exacerbam a situação de rua. O vício pode minar a estabilidade financeira e social, levando ao isolamento e à falta de suporte. A dependência química muitas vezes é um sintoma de problemas subjacentes não tratados, agravando ainda mais a precariedade da situação.

A escolha por estar na rua por preferência é uma variável que surge nas respostas apresentadas, as quais podem estar ligadas a experiências traumáticas em ambientes convencionais, a uma resistência em se adaptar às normas sociais ou a uma percepção distorcida de liberdade. Entender essas escolhas requer uma abordagem sensível para compreender as nuances individuais.

Outras razões não categorizadas anteriormente também se manifestam, destacando que a situação de rua é um fenômeno multifatorial, enraizado em diversas circunstâncias e experiências de vida únicas.

Tabela 58 - Principais motivos pelos quais passou a morar na rua

Motivo	Respostas
Perda de moradia	1
Problemas com familiares	7
Alcoolismo/drogas	9
Desemprego	3
Por preferência	1
Por outro motivo	2

Fonte: CadÚnico, dezembro 2023.

Outra informação coletada durante a entrevista do Cadastro Único diz respeito à convivência familiar, e os dados apresentam uma variedade de padrões de contato entre os entrevistados e seus familiares.

Apenas 1 pessoa indicou manter contato diário com algum integrante de sua família, evidenciando uma proximidade constante. Outras 3 pessoas informaram que conversam com seus familiares ao menos uma vez por semana, indicando uma frequência regular de comunicação. Uma pessoa mencionou ter contato mensal com seus familiares, enquanto 6 pessoas afirmaram que quase nunca se comunicam com seus entes queridos. Além disso, 3 pessoas relataram nunca manter conversas com seus familiares, sinalizando uma distância mais significativa nas relações familiares.

Esses dados destacam a diversidade nos padrões de convivência familiar entre os entrevistados, refletindo diferentes dinâmicas e intensidades de interação com suas famílias.

Em relação aos equipamentos que atendem as pessoas em situação de rua, 4 indicaram receber assistência dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, enquanto 3 possuem o indicativo de serem atendidas pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Outras 2 pessoas relataram serem atendidas por uma instituição governamental, e 1 por uma instituição não-governamental. Adicionalmente, 5 indicaram receber atendimento em hospital ou clínica geral. Essa diversidade de fontes de apoio reflete a necessidade de uma abordagem abrangente e integrada para atender às complexas demandas dessas pessoas em situação de vulnerabilidade.

Outro quesito questionado para a pessoa em situação de rua refere-se à posse de carteira de trabalho assinada em algum período de sua vida. Observa-se que 11 pessoas responderam afirmativamente, indicando terem possuído carteira de trabalho assinada em algum momento. Por outro lado, 2 informaram que nunca tiveram carteira de trabalho assinada, enquanto 1 pessoa expressou não ter certeza ou não saber responder. Esses dados destacam a diversidade de experiências de emprego entre as pessoas em situação de rua e a importância de considerar trajetórias individuais ao abordar questões relacionadas ao trabalho e emprego.

Em relação às fontes de renda, observa-se uma diversidade de atividades entre as pessoas em situação de rua. Duas delas estão envolvidas na construção civil, enquanto quatro desempenham a função de coletores de materiais recicláveis. Outras duas encontram-se ocupadas com serviços gerais, e cinco relataram pedir dinheiro

em semáforos e nas ruas. Além disso, uma pessoa obtém renda através de vendas, e duas sobrevivem nas ruas com fontes de renda não especificadas. Dois indivíduos não forneceram informações sobre como obtém sua renda.

Este quesito tem como objetivo identificar as atividades por meio das quais as pessoas em situação de rua garantem seu sustento, permitindo múltiplas marcações, exceto quando a resposta é "Não respondeu", o que inviabiliza a marcação de outras opções. Essa variedade de ocupações reflete as diferentes estratégias adotadas por essas pessoas para enfrentar os desafios da vida nas ruas, destacando a complexidade e a singularidade de suas realidades.

### 3.2. PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Os Programas de Transferência de Renda são medidas adotadas pelos governos (federal, estadual e/ou municipal) para erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais<sup>42</sup>.

#### 3.2.1. Benefício de Prestação Continuada (BPC)

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) está previsto na Lei n.º 8.742, de dezembro de 1993 (LOAS). Garante um salário mínimo, por mês, ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade, que não tenha condições de se sustentar. Na tabela a seguir, apresenta-se o número de pessoas com deficiência e idosas beneficiárias do BPC no município, de 2022 a 2023<sup>43</sup>.

Tabela 59 - Número de beneficiários BPC (2022 - 2023)

<sup>42</sup> Para mais informações e análises indica-se a leitura do artigo: SOARES, Fabio et al. **Programas de Transferência de Renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade**. IPEA, 2006. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1228.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1228.pdf). Acesso em abril. 2024.

<sup>43</sup> Informações disponíveis em:

[https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/v.php?q\[\]=r6JtY42sfrBtxKW25rV%2FfmdhhJFkl21kmK19Zm51ZXCmaX7KmZ26wKPaoZK%2F4Ltvoqmhrd50wcCskpKcp9yymJi2wKmpxlWf7Ky8r6pNucGiqGYw%2BSwnf%2Fyo53imm12h3CbilPbsph97bKXoaqap5mobZCcm7zH9hegnMybsZlcmKef7K2uEd7w%2BtBTrayh0eS7qZ2sllqhe52RYE3H0KWKiqjL5LD36bieqZmprrWYkcbTr9p4&q\[\]=r6JtY42sf7BtxKW25rV%2FfmdhhJFkl21kmK19Zm51ZXCmaX7KmZ26wJzOrKbM2q%2BZqoObm%2BWssomrn8zGbzWxpdLgiG%2BvvaK2wp28waagd9Koz12lwt6ylqG1VamZe7K8nJMaDpbTrFPB4G2Erq2ortr89BHankHekotixnMvwrpidaF18yXx2bqecyYGA36ucwD76pKW3VaraoK6ypp%2FT0W4%3D&dt1=2017-01-01&dt2=2021-12-01&ag=m&codigo=411850](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/v.php?q[]=r6JtY42sfrBtxKW25rV%2FfmdhhJFkl21kmK19Zm51ZXCmaX7KmZ26wKPaoZK%2F4Ltvoqmhrd50wcCskpKcp9yymJi2wKmpxlWf7Ky8r6pNucGiqGYw%2BSwnf%2Fyo53imm12h3CbilPbsph97bKXoaqap5mobZCcm7zH9hegnMybsZlcmKef7K2uEd7w%2BtBTrayh0eS7qZ2sllqhe52RYE3H0KWKiqjL5LD36bieqZmprrWYkcbTr9p4&q[]=r6JtY42sf7BtxKW25rV%2FfmdhhJFkl21kmK19Zm51ZXCmaX7KmZ26wJzOrKbM2q%2BZqoObm%2BWssomrn8zGbzWxpdLgiG%2BvvaK2wp28waagd9Koz12lwt6ylqG1VamZe7K8nJMaDpbTrFPB4G2Erq2ortr89BHankHekotixnMvwrpidaF18yXx2bqecyYGA36ucwD76pKW3VaraoK6ypp%2FT0W4%3D&dt1=2017-01-01&dt2=2021-12-01&ag=m&codigo=411850). Acesso em abril. 2024.



Ano	Mês	Pessoas com deficiência	Idosos
2022	Janeiro	662	573
	Fevereiro	671	576
	Março	680	581
	Abril	676	583
	Maio	676	584
	Junho	666	577
	Julho	671	588
	Agosto	673	596
	Setembro	677	597
	Outubro	689	610
	Novembro	688	614
	Dezembro	702	623
2023	Janeiro	705	625
	Fevereiro	709	625
	Março	717	628
	Abril	725	636
	Maio	729	643
	Junho	735	650
	Julho	740	658
	Agosto	749	658
	Setembro	747	656
	Outubro	764	660
	Novembro	772	663
	Dezembro	773	662

Fonte: VIS DATA Beta, 2024.

Conforme verificado no relatório de pessoas beneficiárias do BPC, disponibilizado pelo Governo Federal, foram identificadas 1.364 pessoas com deficiência e idosos que recebiam esse benefício.

Na tabela a seguir estão o número de beneficiários do BPC, identificados por bairros e espécie de benefício. Importante ressaltar que os beneficiários da Renda Mensal Vitalícia (RMV)<sup>44</sup> que estavam com o benefício ativo em novembro de 2023 também constam na tabela.

Observa-se que os bairros com maiores quantitativos de beneficiários tanto de idosos quanto de Pessoas com Deficiência incluem São João, com 109 beneficiários; Alvorada, 109; e São Cristóvão, 102.

Essa distribuição pode refletir não apenas a demanda por esses benefícios em áreas específicas, mas também fatores demográficos, socioeconômicos e de acesso aos serviços públicos. A concentração do BPC em áreas específicas destaca

<sup>44</sup> A Renda Mensal Vitalícia (RMV) é um benefício mantido apenas para as pessoas que já eram beneficiárias até dezembro de 1995. Trata-se de um benefício previdenciário destinado às pessoas maiores de 70 anos ou incapacitadas. Para mais informações acessar: [https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/beneficios-assistenciais/renda-mensal-vitalicia#:~:text=A%20Renda%20Mensal%20Vital%C3%ADcia%20\(RMV,benefici%C3%A1rios%20at%C3%A9%20dezembro%20de%201995..](https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/beneficios-assistenciais/renda-mensal-vitalicia#:~:text=A%20Renda%20Mensal%20Vital%C3%ADcia%20(RMV,benefici%C3%A1rios%20at%C3%A9%20dezembro%20de%201995..) Acesso em: 01 ago. 2022.



a importância de políticas sociais direcionadas e estratégias de intervenção localizadas.

Tabela 60 - Beneficiários do BPC (2023)

Localidade	BPC Idoso	BPC Pessoa com deficiência	RMV por idade (Urbano)	RMV Invalidez (Rural)	RMV Invalidez (Urbano)	Total
Aeroporto	8	5	0	0	0	13
Alto Da Gloria	8	3	0	0	0	11
Alvorada	52	52	0	0	5	109
Amadori	1	3	0	0	0	4
Anchieta	4	3	0	0	0	7
Baixada	0	1	0	0	0	1
Bancários	3	1	0	0	0	4
Bela Vista	25	16	0	1	2	44
Bonatto	16	16	0	0	1	33
Bortot	3	3	0	0	0	6
Brasília	7	13	0	0	0	20
Cadorin	2	1	0	0	0	3
Centro	24	28	0	1	0	53
Comunidade Fazenda Da Barra	2	1	0	0	0	3
Comunidade Nossa Senhora Do Carmo	0	2	0	0	0	2
Comunidade Passo Da Ilha	3	4	0	0	0	7
Comunidade Passo Da Pedra	2	1	0	0	0	3
Comunidade Quebra Freio	0	1	0	0	0	1
Comunidade São Bráz	2	0	0	0	0	2
Comunidade São Caetano	0	1	0	0	0	1
Comunidade São Pedro De Alcantara	1	0	0	0	0	1
Comunidade Sede Dom Carlos	1	2	0	0	0	3
Comunidade Três Pontes	2	1	0	0	0	3
Cristo Rei	15	10	0	0	0	25
Dal Ross	0	1	0	0	0	1
Fron	13	15	0	0	1	29
Gralha Azul	14	10	0	0	0	24
Industrial	21	31	0	2	0	54
Jardim Das Américas	1	3	0	0	1	5
Jardim Floresta	24	38	0	0	0	62
Jardim Primavera	0	4	0	0	0	4
La Salle	8	10	0	0	2	20
Linha Bom Retiro	3	3	0	0	0	6
Linha Cachoeirinha	3	3	0	0	0	6
Linha Encruzilhada	3	2	0	0	2	7
Linha Esperança	1	1	0	0	0	2
Linha Independência	2	1	0	0	0	3
Linha Martinello	2	0	0	0	0	2
Menino Deus	15	11	0	0	0	26
Morumbi	11	11	0	3	0	25
Novo Horizonte	19	26	0	1	1	47
Núcleo Dourado	0	1	0	0	0	1





Localidade	BPC Idoso	BPC Pessoa com deficiência	RMV por idade (Urbano)	RMV Invalidez (Rural)	RMV Invalidez (Urbano)	Total
Pagnoncelli	1	3	0	0	0	4
Parque Do Som	3	3	0	0	0	6
Parzianello	4	6	0	0	0	10
Pinheirinho	13	13	0	0	1	27
Pinheiros	3	4	0	0	0	7
Planalto	42	55	0	0	0	97
Sambugaro	1	2	0	0	1	4
Santa Terezinha	19	14	0	1	1	35
Santo Antonio	16	17	0	0	2	35
São Cristóvão	45	52	0	2	3	102
São Francisco	8	11	0	0	0	19
São Joao	52	52	1	2	2	109
São Luiz	3	3	0	1	1	8
São Roque	13	28	0	1	1	43
São Roque Do Chopim	12	9	0	0	1	22
São Vicente	11	17	0	0	0	28
Sem Informação	12	17	0	0	0	29
Sudoeste	22	25	0	0	1	48
Trevo Da Guarani	0	2	0	0	0	2
Veneza	8	7	0	0	0	15
Vila Esperança	11	11	0	1	0	23
Vila Isabel	2	6	0	0	0	8
<b>Total Geral</b>	<b>622</b>	<b>696</b>	<b>1</b>	<b>16</b>	<b>29</b>	<b>1.364</b>

Fonte: BPC/RMV, nov. 2023.

Ao analisar os dados sobre a faixa etária e sexo dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada - BPC, observamos variações significativas nas diferentes idades e sexo, isto é, do total de 1.364 beneficiários, 725 correspondem ao sexo feminino e 639 são do sexo masculino.

A proporção de beneficiários do BPC do sexo feminino em relação ao total de beneficiários é aproximadamente 53,15%. Isso indica que pouco mais da metade dos beneficiários do BPC são do sexo feminino, enquanto os homens representam o restante da população beneficiada. Assim, destacamos as faixas etárias com os maiores indicadores de beneficiários.

Nota-se que os beneficiários com idade entre 30 e 59 anos que apresenta o maior número de beneficiários, totalizando 277 pessoas, sendo 139 do sexo feminino e 138 do sexo masculino.

Já em relação a faixa etária entre 70 e 74 anos, nota-se que ao todo são 241 beneficiários, para essa faixa etária que também se destaca, sendo marcada por uma predominância significativa de mulheres, com 140.

Outro recorte de idade verificado com um número elevado de pessoas beneficiárias do BPC, são aquelas com idade entre 50 e 59 anos, que conta com 176 beneficiários, indicando uma demanda considerável nesse grupo intermediário.

Tabela 61 - Faixa etária dos beneficiários BPC, por sexo (2023)

Faixa etária (anos)	Sexo		Total
	Feminino	Masculino	
Até 6 anos	9	28	<b>37</b>
Entre 7 e 12 anos	19	39	<b>58</b>
Entre 13 e 17 anos	20	23	<b>43</b>
Entre 18 e 29 anos	37	51	<b>88</b>
Entre 30 e 59 anos	139	138	<b>277</b>
Entre 60 e 64 anos	32	26	<b>58</b>
Entre 65 e 69 anos	91	77	<b>168</b>
Entre 70 e 74 anos	140	101	<b>241</b>
Entre 75 e 79 anos	106	70	<b>176</b>
Entre 80 e 84 anos	75	47	<b>122</b>
Entre 85 e 89 anos	35	24	<b>59</b>
Entre 90 e 94 anos	14	11	<b>25</b>
Entre 95 e 99 anos	6	4	<b>10</b>
Mais de 100 anos	2	0	<b>2</b>
<b>Total geral</b>	<b>725</b>	<b>639</b>	<b>1.364</b>

Fonte: BPC/RMV, nov. 2023.

Outro dado de relevância é a quantidade de beneficiários por faixa etária e região que reside no Município. A Região Sul se destaca como a que possui o maior quantitativo de beneficiários, totalizando 595 beneficiários, seguida pela Região Oeste, 352; e Central, 173.

A faixa entre 30 e 59 anos concentra a maior parte dos beneficiários na região sul, totalizando 138 pessoas.

Já as faixas etárias de 70 a 74 anos e 65 a 69 anos também apresentam números expressivos, com 241 e 168 beneficiários, respectivamente, apontando desafios específicos para a assistência social nesses grupos.

A Região Sul mostra-se diversificada, liderando em todas as faixas etárias, ressaltando a amplitude de desafios enfrentados por essa região.

A Região Oeste também se destaca, especialmente nas faixas entre 30 e 59 anos e 70 a 74 anos. A presença de 29 beneficiários na categoria "Sem informação" deu-se devido a não identificação do beneficiário na relação de pessoas cadastradas no CadÚnico no Município.



Tabela 62 - Pessoas beneficiárias do BPC, por região e faixa etária

Faixa Etária	Central	Interior	Leste	Norte	Oeste	Sem informação	Sul	Total geral
Até 6 anos	4	2	3	2	10	0	16	37
Entre 7 e 12 anos	7	1	4	5	11	1	29	58
Entre 13 e 17 anos	3	2	1	3	16	0	18	43
Entre 18 e 29 anos	9	7	2	4	25	2	39	88
Entre 30 e 59 anos	27	15	6	20	63	8	138	277
Entre 60 e 64 anos	6	1	1	5	14	1	30	58
Entre 65 e 69 anos	21	6	5	10	46	4	76	168
Entre 70 e 74 anos	30	12	11	15	63	4	106	241
Entre 75 e 79 anos	26	4	15	12	47	1	71	176
Entre 80 e 84 anos	25	1	11	9	30	3	43	122
Entre 85 e 89 anos	8	0	7	5	19	0	20	59
Entre 90 e 94 anos	4	1	2	2	6	3	7	25
Entre 95 e 99 anos	3	1	2	0	2	1	1	10
Mais de 100 anos	0	0	0	0	0	1	1	2
Total geral	173	53	70	92	352	29	595	1364

Fonte: BPC/RMV, nov. 2023.

A fim de traçar o perfil dos beneficiários do BPC no município, recorreu-se à base de dados do CadÚnico para obter informações adicionais sobre essas pessoas.

**Em relação à inclusão da família dos beneficiários no Cadastro Único, observa-se que 96,2% estão devidamente inscritos, enquanto 3,8% ainda não tiveram seus familiares incluídos no sistema.** É importante ressaltar que são realizadas ações de busca ativa para essa inclusão. No entanto, devido às informações desatualizadas fornecidas pelo cadastro do INSS, muitos beneficiários não residem mais no município, o que dificulta essa inclusão.

Outro aspecto relevante diz respeito à faixa de renda per capita dos beneficiários cadastrados no CadÚnico. De acordo com o gráfico apresentado, 67,4% pertencem a famílias com renda superior a  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, seguidos por famílias em situação de baixa renda (23,2%), famílias classificadas como em situação de pobreza (16%) e famílias em situação de extrema pobreza (0,9%). Ainda, 7,4% dos beneficiários não puderam ser identificados no cruzamento de informações entre o Cadastro Único e a relação de beneficiários do BPC.

Além disso, com base nos dados do CadÚnico, foi possível identificar o tipo de deficiência dos beneficiários. É necessário informar que este campo no CadÚnico é de múltipla marcação e dependendo uma pessoa pode informar mais de um tipo de

deficiência. Entre eles, destacam-se: 4 com cegueira, 30 com baixa visão, 25 com surdez profunda, 236 com surdez leve, 232 com deficiência física, 32 com deficiência mental/intelectual, 78 com síndrome de Down e 226 com transtorno/doença mental. Essas informações fornecem um panorama mais abrangente sobre as características e necessidades dos beneficiários do BPC no município.

Por fim, é importante destacar que entre os anos de 2022 e 2023, um total de 36 pessoas com deficiência beneficiárias do BPC e 29 beneficiários do BPC Idoso participaram de atividades desenvolvidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, tanto na rede pública quanto na privada. Na seção que aborda a execução desse serviço, será detalhado o perfil dos usuários.

### 3.2.2. Programa Bolsa Família

O Bolsa Família é um programa de transferência de renda do Brasil, reconhecido internacionalmente por já ter tirado milhões de famílias da fome. Além de garantir renda básica para as famílias em situação de pobreza, o Programa Bolsa Família busca integrar políticas públicas, fortalecendo o acesso das famílias a direitos básicos como saúde, educação e assistência social.

O Programa Bolsa Família, foi recriado pela Medida Provisória nº 1164 de 02 de março de 2023, substituindo o Programa Bolsa Família. É um programa de transferência direta de renda com condicionalidades (compromissos) para famílias com renda per capita de até R\$ 218,00. Anteriormente, a Medida Provisória publicada em 2023, o Programa de transferência de renda existente era o Auxílio Brasil, que foi instituído por meio da Lei n.º 14.284, de 29 de dezembro de 2021<sup>45</sup>, substituindo o Programa Bolsa Família em 2021.

Entre janeiro de 2022 e dezembro de 2023, houve um incremento notável na quantidade de famílias incluídas no programa. **Em janeiro de 2022, o número de famílias beneficiárias era de 2.260, enquanto em dezembro de 2023 esse número alcançou 2.795, representando um aumento expressivo de 535 famílias beneficiadas.**

Esse crescimento é ainda mais evidente quando observamos o valor total repassado pelo programa, que aumentou consideravelmente ao longo desse período.

---

<sup>45</sup> Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2019-2022/2021/lei/14284.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/lei/14284.htm). Acesso em: abril. 2024.



Em janeiro de 2022, o valor total repassado foi de R\$ 374.049,00, enquanto em dezembro de 2023 atingiu R\$ 1.833.933,00, indicando uma ampliação significativa do investimento no auxílio às famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Além disso, **o valor médio dos benefícios também apresentou um acréscimo considerável, saindo de R\$ 165,51 em janeiro de 2022 para R\$ 656,26 em dezembro de 2023.** Esses indicadores refletem o compromisso do programa em atender um número cada vez maior de famílias em situação de vulnerabilidade e promover a redução das desigualdades sociais no Município.

Na tabela a seguir estão disponíveis os dados publicados pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), na plataforma VISA DATA 3 *beta*, a quantidade de famílias e valores repassados para Pato Branco – PR de janeiro de 2022 a dezembro de 2023<sup>46</sup>, sendo que conforme mencionado sobre as alterações do Programa nos anos de 2021 e 2023, entre janeiro de 2022 e fevereiro de 2023, o atual programa de transferência de renda era o Auxílio Brasil.

Tabela 63 - Programa Bolsa Família (janeiro de 2022 a outubro de 2023)

Ano	Mês	Famílias Beneficiárias	Valor total repassado	Valor Médio dos benefícios
2022	Janeiro	2.260	R\$ 374.049,00	R\$ 165,51
	Fevereiro	2.377	R\$ 396.709,00	R\$ 166,89
	Março	2.282	R\$ 383.015,00	R\$ 167,84
	Abril	2.327	R\$ 388.951,00	R\$ 167,15
	Maio	2.344	R\$ 391.164,00	R\$ 166,88
	Junho	2.392	R\$ 393.160,00	R\$ 164,36
	Julho	2.374	R\$ 947.458,00	R\$ 400,62
	Agosto	2.474	R\$ 1.480.820,00	R\$ 600,74
	Setembro	2.485	R\$ 1.492.241,00	R\$ 600,74
	Outubro	2.560	R\$ 1.539.212,00	R\$ 601,49
	Novembro	2.666	R\$ 1.601.445,00	R\$ 600,69
	Dezembro	2.654	R\$ 1.593.840,00	R\$ 600,54
2023	Janeiro	2.654	R\$ 1.625.356,00	R\$ 612,42
	Fevereiro	2.646	R\$ 1.590.366,00	R\$ 601,05
	Março*	2.500	R\$ 1.749.609,00	R\$ 702,94
	Abril	2.554	R\$ 1.788.383,00	R\$ 703,26
	Maio	2.564	R\$ 1.807.483,00	R\$ 704,95
	Junho	2.565	R\$ 1.832.481,00	R\$ 714,42
	Julho	2.687	R\$ 1.793.328,00	R\$ 667,41
	Agosto	2.691	R\$ 1.798.428,00	R\$ 668,31

46

Dados

disponíveis

em:

[https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/v.php?q\[\]=r5u5ZNnryaG4emVqrWZ9f2RdiJxImm9kixq9YWx5sZzfmL7Cm4y9wqClo5TJ7rJvsLqqn7R0wcCskpKcpt%2BqVr%2FhrKqog6ms7p6lwqmivJxu3q%2Bowralp7G1WLWaYbCvqpJ32JvPq1Od3bOTrbyZmd%2BauoxnTcvJmNhdpczww5hkiJeg2K%2B5iHGbzM6Y3KaWjLuvmpu5qZ7Yn667Y1%2BAgZjWsjh96cKggGiaqN1ibstyk7jNps94mb7nwJl3g5ub5ayyiXKgzM6vsJ6glCi5nZ27VXzep7K0oJDAJNTcppTQnqOVqLenWs2owa%2BjTanGo8uwpr7fvFeSqaGp61maEeCRwNBTzqymfb2yoqGu%2BOfcorzBs52S&ag=m&codigo=411850&dt1=2017-01-01&dt2=2021-10-01](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/v.php?q[]=r5u5ZNnryaG4emVqrWZ9f2RdiJxImm9kixq9YWx5sZzfmL7Cm4y9wqClo5TJ7rJvsLqqn7R0wcCskpKcpt%2BqVr%2FhrKqog6ms7p6lwqmivJxu3q%2Bowralp7G1WLWaYbCvqpJ32JvPq1Od3bOTrbyZmd%2BauoxnTcvJmNhdpczww5hkiJeg2K%2B5iHGbzM6Y3KaWjLuvmpu5qZ7Yn667Y1%2BAgZjWsjh96cKggGiaqN1ibstyk7jNps94mb7nwJl3g5ub5ayyiXKgzM6vsJ6glCi5nZ27VXzep7K0oJDAJNTcppTQnqOVqLenWs2owa%2BjTanGo8uwpr7fvFeSqaGp61maEeCRwNBTzqymfb2yoqGu%2BOfcorzBs52S&ag=m&codigo=411850&dt1=2017-01-01&dt2=2021-10-01). Acesso em: 12 mar. 2024.



Ano	Mês	Famílias Beneficiárias	Valor total repassado	Valor Médio dos benefícios
	Setembro	2.769	R\$ 1.863.877,00	R\$ 673,12
	Outubro	2.806	R\$ 1.885.114,00	R\$ 671,82
	Novembro	2.746	R\$ 1.774.341,00	R\$ 657,41
	Dezembro	2.795	R\$ 1.833.933,00	R\$ 656,26

Fonte: VIS DATA 3 Beta, 2024.

\*Alteração do Programa Auxílio Brasil para Programa Bolsa Família.

O impacto direto na vida das famílias beneficiárias, bem como o aumento no número de famílias contempladas pelo Programa Bolsa Família também pode ter um efeito positivo na economia local do Município, isto é, com mais recursos disponíveis, as famílias tendem a consumir mais produtos e serviços no comércio local, gerando um aumento na demanda por produtos básicos e serviços essenciais. Esse aumento na demanda pode impulsionar as vendas de pequenos e médios comerciantes locais, contribuindo para o fortalecimento da economia do Município. Além disso, o aumento do consumo pode estimular a geração de empregos, especialmente em setores como comércio varejista, serviços e alimentação. Dessa forma, o Programa Bolsa Família não apenas auxilia as famílias em situação de vulnerabilidade, mas também pode ter um impacto positivo no desenvolvimento econômico local, promovendo uma maior inclusão social e reduzindo as desigualdades econômicas no Município.

A transferência de renda do Programa Bolsa Família é composta de benefícios financeiros disponibilizados às famílias, conforme a Lei que recria o Programa Bolsa Família que estabelece no artigo 7º:

**I - Benefício de Renda de Cidadania**, no valor de R\$ 142,00 (cento e quarenta e dois reais) por integrante, destinado a todas as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família;

**II - Benefício Complementar**, destinado às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família cuja soma dos valores relativos aos benefícios financeiros de que trata o inciso I deste parágrafo seja inferior a R\$ 600,00 (seiscentos reais), calculado pela diferença entre este valor e a referida soma;

**III - Benefício Primeira Infância**, no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por criança, destinado às famílias beneficiárias que possuem, em sua composição, crianças com idade entre 0 (zero) e 7 (sete) anos incompletos;

**IV - Benefício Variável Familiar**, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), destinado às famílias beneficiárias que possuem, em sua composição:

a) gestantes;

b) nutrízes;

c) crianças com idade entre 7 (sete) anos e 12 (doze) anos incompletos; ou

d) adolescentes, com idade entre 12 (doze) anos e 18 (dezoito) anos incompletos;

**V - Benefício Extraordinário de Transição**, destinado exclusivamente às famílias que constarem como beneficiárias do Programa Auxílio Brasil na data de entrada em vigor deste inciso, que será calculado pela diferença entre o valor recebido pela família em maio de 2023 e o que vier a receber em junho de 2023. (BRASIL, 2023) (grifo nosso).

Diante disso, a quantidade de beneficiários referentes a dezembro de 2023, totalizaram 15.391 pessoas, sendo que o maior quantitativo no município foi de 2.587 Benefícios Complementar - BCO, concedidos às famílias, pois de acordo com a nova regra do Programa, o mínimo que uma família que está dentro dos critérios para receber o Programa é de R\$ 600,00, assim, o BCO vem para complementar o valor quando a soma do Benefício de Renda de Cidadania – BRC, não atinge o valor de “saída”.

Tabela 64 - Benefícios Variáveis (Programa Bolsa Família)

Tipo de variável	Quantidade	Valor por pessoa
Benefício de Renda de Cidadania - BRC	8.041	R\$ 142,00
Benefício Complementar - BCO	2.498	R\$ 209,00
Benefício Extraordinário de Transição - BET	15	R\$ 60,00
BPI – Primeira infância	1.875	R\$ 150,00
Benefícios Variáveis Familiar - Criança	2.069	R\$ 50,00
Benefícios Variáveis Familiar - Adolescente	380	R\$ 50,00
Benefícios Variáveis Familiar - Gestante	143	R\$ 50,00
Benefícios Variáveis Familiar – Nutriz	76	R\$ 50,00
<b>Total</b>	<b>15.638</b>	-

Fonte: Coordenação de Programas Sociais, dezembro 2023.

### 3.2.2.1. Número de famílias por bairro, faixa de renda *per capita* e benefício do Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF) foi recriado pela Lei n.º 14.601, de 19 de junho de 2023 e possui como critério principal para acesso ao benefício famílias com renda per capita de até R\$ 218,00. Como o CadÚnico deve ser atualizado sempre que houver alguma alteração de informação socioeconômica, algumas famílias beneficiárias superam a linha da pobreza e pela regra do programa, são incluídas na regra de proteção, podendo participar do Programa por até 2 anos.

A tabela na sequência apresenta a quantidade de famílias inscritas no CadÚnico pela faixa de renda per capita, bem como o quantitativo de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Destaca-se que famílias com renda superior a ½ salário mínimo não recebem o benefício.



Em um contexto amplo, **com base no mês de dezembro de 2023, das 10.616 famílias incluídas no CadÚnico, 2795 eram beneficiárias do Programa Bolsa Família, o que em termo percentuais, representa 26,33%.**

A Região Norte apresenta uma notável diversidade nas faixas de renda, refletindo condições socioeconômicas variadas. O Programa Bolsa Família beneficia 16,83% do total de famílias cadastradas no Cadastro Único para essa região, a qual perfaz 802 cadastros. Destaca-se o bairro São Francisco, que abriga a instituição Missão Vida Nova, registrando a maior incidência de famílias beneficiárias, totalizando 28,51%.

Ao abranger todos os bairros da Região Central, observa-se uma expressiva diversidade nas condições socioeconômicas. O Programa Bolsa Família beneficia 14,89% do total de famílias cadastradas no CadÚnico na região. O bairro Industrial destaca-se como o mais beneficiado, com 88 famílias contempladas.

Na Região Leste, em termos percentuais, o PBF alcança 13,7% do total de 387 famílias do Cadastro Único para essa localidade.

Quanto à Região Oeste, constata-se que das 2.395 famílias cadastradas no CadÚnico, 30,19% são beneficiárias do PBF. O bairro São João destaca-se com o maior quantitativo de famílias beneficiárias, com 293 famílias, representando 44,53% dessa região.

Nas localidades que compõem a região sul do município, verifica-se que do total de 4.829 cadastros, 31% das famílias são beneficiárias do PBF, sendo o bairro Alvorada o mais destacado, com 344 famílias beneficiárias.

Por fim, a região do interior e o distrito apresentam características singulares em termos de distribuição de renda e participação em programas sociais. Dos 491 cadastros, 131 são de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, o que representa 26,68% desse total.



Tabela 65 - Famílias por bairro, faixa de renda e benefício do Bolsa Família

Bairro	Renda familiar per capita de até R\$ 109,00	Recebe PBF	Renda familiar per capita entre R\$ 109,01 até R\$ 218,00	Recebe PBF	Renda familiar per capita entre R\$ 218,01 até ½ s.m.	Recebe PBF	Renda familiar per capita acima de ½ s.m.	Total de Famílias do CadÚnico	Total de famílias beneficiárias	%
<b>Região Norte</b>										
Bortot	2	2	6	5	27	5	64	99	12	12,12%
Fronon	11	9	23	18	95	8	219	348	35	10,06%
São Francisco	50	27	34	32	60	12	105	249	71	28,51%
São Luiz	3	1	9	8	11	2	18	41	11	26,83%
Vila Isabel	3	1	4	4	22	1	36	65	6	9,23%
<b>Total</b>	<b>69</b>	<b>40</b>	<b>76</b>	<b>67</b>	<b>215</b>	<b>28</b>	<b>442</b>	<b>802</b>	<b>135</b>	<b>16,83%</b>
<b>Região Leste</b>										
Bancários	3	1	5	5	14	2	25	47	8	17,02%
Brasília	2	2	4	3	15	2	53	74	7	9,46%
Cadorin	1	1	3	3	10	1	12	26	5	19,23%
La Salle	13	11	8	7	38	5	93	152	23	15,13%
Parque do Som	0	2	1	1	16	1	16	33	4	12,12%
Parzianello	2	2	1	0	12	2	23	38	4	10,53%
Pinheiros	0	0	0	0	6	2	11	17	2	11,76%
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>19</b>	<b>22</b>	<b>19</b>	<b>111</b>	<b>15</b>	<b>233</b>	<b>387</b>	<b>53</b>	<b>13,70%</b>
<b>Região Central</b>										
Baixada	0		2	2	6	1	13	21	3	14,29%
Bonatto	14	9	29	23	56	12	104	203	44	21,67%
Centro	26	17	23	18	168	16	533	750	51	6,80%
Industrial	17	9	55	51	118	28	176	366	88	24,04%
Santa Terezinha	11	9	11	9	39	8	101	162	26	16,05%
São Vicente	13	6	19	18	48	14	89	169	38	22,49%
Trevo da Guarani	3	2	2	2	11	1	25	41	5	12,20%
<b>Total</b>	<b>84</b>	<b>52</b>	<b>141</b>	<b>123</b>	<b>446</b>	<b>80</b>	<b>1041</b>	<b>1.712</b>	<b>255</b>	<b>14,89%</b>



Bairro	Renda familiar per capita de até R\$ 109,00	Recebe PBF	Renda familiar per capita entre R\$ 109,01 até R\$ 218,00	Recebe PBF	Renda familiar per capita entre R\$ 218,01 até ½ s.m.	Recebe PBF	Renda familiar per capita acima de ½ s.m.	Total de Famílias do CadÚnico	Total de famílias beneficiárias	%
<b>Região Oeste</b>										
Aeroporto	10	8	7	5	28	10	55	100	23	<b>23,00%</b>
Alto da Glória	12	9	21	20	24	7	32	89	36	<b>40,45%</b>
Amadori	1	1	1	1	9	1	14	25	3	<b>12,00%</b>
Anchieta	0	0	1	0	13	2	24	38	2	<b>5,26%</b>
Bela Vista	32	27	36	30	77	31	116	261	88	<b>33,72%</b>
Dal Ross	0	0	1	1	1	1	1	3	2	<b>66,67%</b>
Jardim das Américas	2	2	1	1	12	3	20	35	6	<b>17,14%</b>
Jardim Primavera	2	2	4	2	14	2	23	43	6	<b>13,95%</b>
Menino Deus	6	3	8	8	42	17	87	143	28	<b>19,58%</b>
Pagnoncelli	3	2	1	0	6	1	11	21	3	<b>14,29%</b>
Planalto	51	43	92	77	266	61	385	794	181	<b>22,80%</b>
Sambugaro	10	9	4	3	13	2	20	47	14	<b>29,79%</b>
São João	127	102	137	119	185	72	209	658	293	<b>44,53%</b>
Vila Esperança	13	11	18	16	38	11	69	138	38	<b>27,54%</b>
<b>Total</b>	<b>269</b>	<b>219</b>	<b>332</b>	<b>283</b>	<b>728</b>	<b>221</b>	<b>1.066</b>	<b>2.395</b>	<b>723</b>	<b>30,19%</b>
<b>Região Sul</b>										
Alvorada	66	48	207	194	339	102	481	1093	344	<b>31%</b>
Cristo Rei	10	4	43	41	65	13	126	244	58	<b>24%</b>
Gralha Azul	16	11	53	49	72	17	110	251	77	<b>31%</b>
Jardim Floresta	24	14	86	83	140	48	180	430	145	<b>34%</b>
Morumbi	24	17	49	45	81	29	107	261	91	<b>35%</b>
Novo Horizonte	37	27	49	44	105	25	190	381	96	<b>25%</b>
Pinheirinho	10	5	39	34	72	12	120	241	51	<b>21%</b>
Santo Antônio	15	9	67	63	107	28	175	364	100	<b>27%</b>
São Cristóvão	58	37	177	170	259	70	309	803	277	<b>34%</b>



Bairro	Renda familiar per capita de até R\$ 109,00	Recebe PBF	Renda familiar per capita entre R\$ 109,01 até R\$ 218,00	Recebe PBF	Renda familiar per capita entre R\$ 218,01 até ½ s.m.	Recebe PBF	Renda familiar per capita acima de ½ s.m.	Total de Famílias do CadÚnico	Total de famílias beneficiárias	%
São Roque	18	11	56	53	87	26	126	287	90	31%
Sudoeste	43	26	77	79	103	30	123	346	135	39%
Veneza	9	8	24	21	43	5	52	128	34	27%
<b>Total</b>	<b>330</b>	<b>217</b>	<b>927</b>	<b>876</b>	<b>1.473</b>	<b>405</b>	<b>2.099</b>	<b>4.829</b>	<b>1.498</b>	<b>31%</b>
<b>Interior</b>										
Comunidade Bela Vista	0	0	0	1	1	0	1	2	1	50,00%
Comunidade Duque De Caxias	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0,00%
Comunidade Fazenda Da Barra	6	1	7	6	7	2	16	36	9	25,00%
Comunidade Nossa Senhora Da Saúde	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0,00%
Comunidade Nossa Senhora Do Carmo	2	2	0	0	2	1	7	11	3	27,27%
Comunidade Passo Da Ilha	2	2	5	5	15	6	11	33	13	39,39%
Comunidade Passo Da Pedra	1	1	3	2	2	0	6	12	3	25,00%
Comunidade Quebra Freio	0		0	0	1	0	2	3	0	0,00%
Comunidade Rondinha	1	1	0	0	2	0	0	3	1	33,33%
Comunidade São Braz	1	1	0	0	6	2	5	12	3	25,00%
Comunidade São Caetano	1	1	0	0	2	1	2	5	2	40,00%
Comunidade São Joao Batista	1	1	0	0	1		2	4	1	25,00%
Comunidade São Pedro De Alcantara	1	1	0	0	1	0	2	4	1	25,00%
Comunidade Sede Dom Carlos	4	4	3	3	8	2	9	24	9	37,50%
Comunidade Teolândia	1	1	0	0	0	0	0	1	1	100,00%
Comunidade Três Pontes	2	2	1	1	3	0	6	12	3	25,00%
Linha Bom Retiro	4	3	1	2	14	2	15	34	7	20,59%
Linha Cachoeirinha	7	5	2	2	7	1	9	25	8	32,00%
Linha Chioquetta	0	0	0	0	1	0	1	2	0	0,00%



Bairro	Renda familiar <i>per capita</i> de até R\$ 109,00	Recebe PBF	Renda familiar <i>per capita</i> entre R\$ 109,01 até R\$ 218,00	Recebe PBF	Renda familiar <i>per capita</i> entre R\$ 218,01 até ½ s.m.	Recebe PBF	Renda familiar <i>per capita</i> acima de ½ s.m.	Total de Famílias do CadÚnico	Total de famílias beneficiárias	%
Linha Damaceno	1	1	4	4	3	0	0	8	5	<b>62,50%</b>
Linha Encruzilhada	2	0	3	2	12	6	15	32	8	<b>25,00%</b>
Linha Esperança	0	0	0	0	2	1	1	3	1	<b>33,33%</b>
Linha Independência	2	3	4	4	11	1	8	25	8	<b>32,00%</b>
Linha Martinello	0	0	0	0	1	0	3	4	0	<b>0,00%</b>
Núcleo Dourado	<b>1</b>	1	<b>1</b>	1	<b>2</b>	1	<b>1</b>	5	3	<b>60,00%</b>
São Roque Do Chopim	16	13	16	17	56	11	101	189	41	<b>21,69%</b>
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>44</b>	<b>50</b>	<b>50</b>	<b>161</b>	<b>37</b>	<b>224</b>	<b>491</b>	<b>131</b>	<b>26,68%</b>

Fonte: CadÚnico, dezembro 2023

### 3.2.2.2. Faixa de renda per capita das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Famílias, antes e após serem incluídas no PBF

O Programa Bolsa Família desempenha um papel fundamental na mitigação da pobreza e na promoção da inclusão social no Brasil, como evidenciado pelos dados da folha de pagamento do PBF. Inicialmente, ao observarmos a faixa de renda per capita das famílias, **podemos notar que uma parcela significativa delas encontra-se em situação de pobreza e extrema pobreza. Das 2.795 famílias beneficiárias, 591 estão em situação de extrema pobreza, 1.418 em situação de pobreza e 786 são classificadas como baixa renda.**

Por outro lado, quando observamos que com a transferência do benefício direto para as famílias beneficiárias, percebemos um cenário de melhoria nas condições de renda.

Um indicador importante é o número de famílias que, **ao receberem o Programa, elevou-se sua renda per capita acima do limite de meio salário mínimo, totalizando 666 famílias.** Isso demonstra que o benefício tem um impacto positivo na renda das famílias, permitindo-lhes superar a extrema pobreza, a pobreza e alcançar um nível mínimo de subsistência.

Além disso, é relevante destacar o quantitativo de famílias que ao receberem o benefício superaram a linha da pobreza, perfazendo a quantidade de 2.125 famílias que alteram a faixa de renda per capita com o recebimento do Programa.

Tabela 66 - Faixa de renda per capita das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, antes e após serem incluídas no PBF

Faixa de renda per capita	Famílias sem receber o Programa Bolsa Família	Famílias recebendo o Programa Bolsa Família
Extrema Pobreza	591	0
Pobreza	1.418	4
Baixa Renda	786	2.125
Acima de 1/2 salário mínimo	0	666
<b>Total</b>	<b>2.795</b>	<b>2.795</b>

Fonte: Folha de pagamento do Programa Bolsa Família, dez/2023.

### 3.2.2.3. Número de integrantes das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família

Conforme os dados apresentados, observa-se uma variação significativa no número de integrantes das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em

diferentes regiões do município. Nota-se de antemão que a composição familiar se destaca por famílias com integrantes com 2 até 4 pessoas na residência.

A região sul destaca-se como a mais populosa em termos de famílias beneficiárias, representando 1.500 famílias, o que corresponde a aproximadamente 53,7% do total geral. Destas, as famílias com 3 pessoas são as mais numerosas, totalizando 455 famílias, ou seja, cerca de 30,3% do total de famílias beneficiárias na região sul.

Por outro lado, a região norte apresenta o menor número de famílias beneficiárias, totalizando 129 famílias, o que representa aproximadamente 4,6% do total geral. Nessa região, observa-se uma predominância de famílias compostas por 2 e 4 pessoas, as quais correspondem a 9,3% e 16,3%, respectivamente, do total de famílias beneficiárias na região norte.

A região oeste apresenta um total de 721 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, representando aproximadamente 25,8% do total geral. Entre essas famílias, destaca-se uma diversidade no número de integrantes, com uma predominância de famílias com 2 e 3 pessoas, representando 29,1% e 28,5%, respectivamente, do total de famílias beneficiárias nessa região.

Já na região leste, encontramos um total de 59 famílias beneficiárias, representando aproximadamente 2,1% do total geral. Apesar de ser a menor região em termos de número de famílias beneficiárias, essa região mostra uma proporção significativa de famílias com 2 e 3 pessoas, correspondendo a 32,2% e 28,8%, respectivamente, do total de famílias beneficiárias na região leste.

O interior possui 131 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, representando aproximadamente 4,7% do total geral. Nessa região, observa-se uma distribuição mais equilibrada em termos do número de integrantes das famílias, com uma predominância de famílias com 2 e 3 pessoas, correspondendo a 24,4% e 35,9%, respectivamente, do total de famílias beneficiárias no interior.

Entre as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, aquelas compostas por apenas uma pessoa representam um contingente significativo, totalizando 377 famílias, o que corresponde a cerca de 13,5% do total geral. Cabe aqui apontar que devido a crescente procura para inclusão de famílias unipessoais no CadÚnico, entre os anos de 2022 e 2023, o Governo Federal adotou medidas para verificação e impôs limites para inclusão de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família composta apenas por uma única pessoa, limitando ao teto de 16% do total da

folha de pagamento, o que se verifica que o Município ainda possui um saldo positivo quanto a inclusão de famílias unifamiliares no PBF.

Por fim, as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família com mais de seis integrantes também merecem destaque. Embora representem uma porcentagem menor do total geral, totalizando apenas 89 famílias, o que equivale a cerca de 3,18%, essas famílias enfrentam desafios únicos devido ao seu tamanho. O número substancial de membros pode aumentar a necessidade de recursos financeiros para gastos com a alimentação, moradia e educação, tornando a gestão financeira mais desafiadora.

Tabela 67 - Número de integrantes das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, por região

Número de pessoas integrantes das famílias beneficiárias	Região Central	Interior	Região Leste	Região Norte	Região Oeste	Região Sul	Total geral
1 pessoa	48	16	9	47	89	168	<b>377</b>
2 pessoas	56	32	19	25	210	460	<b>802</b>
3 pessoas	80	47	17	26	207	455	<b>832</b>
4 pessoas	51	18	9	21	129	258	<b>486</b>
5 pessoas	16	12	3	9	60	109	<b>209</b>
6 pessoas	3	3	2	0	16	36	<b>60</b>
7 pessoas	0	3	0	1	9	8	<b>21</b>
8 pessoas	0	0	0	0	1	5	<b>6</b>
9 pessoas	0	0	0	0	0	1	<b>1</b>
10 pessoas	1	0	0	0	0	0	<b>1</b>
<b>Total</b>	<b>255</b>	<b>131</b>	<b>59</b>	<b>129</b>	<b>721</b>	<b>1.500</b>	<b>2.795</b>

Fonte: Folha de pagamento do Programa Bolsa Família, dez. 2023.

#### 3.2.2.4. Condicionalidades do Programa Bolsa Família

As condicionalidades do Programa Bolsa Família proporcionam igualdade na oportunidade de acesso às famílias beneficiárias do PBF nos serviços e programas das políticas de saúde, educação e assistência social.

Integradas à transferência de renda, as condicionalidades são instrumentos para a garantia de direitos às famílias assistidas, e o cumprimento das condicionalidades de saúde e educação contribui decisivamente para a quebra do ciclo intergeracional da pobreza, objetivo fundamental do Programa Bolsa Família.

As informações registradas no acompanhamento de condicionalidades servem como alertas de vulnerabilidades e desproteção social e podem ser utilizadas como indicadores no planejamento da gestão local. Assim, com a recriação do

Programa Bolsa Família, as condicionalidades existentes no Programa Bolsa Família, foram alteradas, passando a ser:

Em relação às condicionalidades na área da Saúde:

- O cumprimento do calendário nacional de vacinação instituído pelo Ministério da Saúde e o acompanhamento do estado nutricional (peso e altura) dos beneficiários menores de 7 (sete) anos de idade; e
- O pré-natal para as beneficiárias gestantes.

Quanto as condicionalidades na área da Educação são:

- Frequência escolar mensal mínima de 60% para os beneficiários de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos de idade;
- Frequência escolar mensal mínima de 75% para os beneficiários de 6 (seis) a 18 (dezoito) anos de idade incompletos que não tenham concluído a educação básica.

### 3.2.2.5. Condicionalidades na área da educação

No ano de 2023 o acompanhamento da frequência escolar de estudantes do PBF de 4 a 18 anos incompletos, que não concluíram a educação básica, totalizaram 25.182 pessoas nesta faixa etária, tendo uma média mensal de 3.148 alunos para registro das informações em cada período.

Deste total, o Município contabilizou um média de 93,70% de registro do acompanhamento realizado no Sistema Presença, do MEC pelas redes municipais e estaduais de ensino. Isso significa que 23.596 crianças, adolescentes e jovens tiveram acesso ao direito a educação.

A tabela abaixo apresenta o quantitativo por mês de pessoas para acompanhamento na área da educação, quantidade acompanhada e a porcentagem realizada. Destaca-se que no mês de abril e maio de 2023, não houve a informação das condicionalidades na área da educação devido a recriação do Programa.

Tabela 68 - Quantidade de pessoas para acompanhamento e acompanhadas na Educação

Período de Acompanhamento	Público para acompanhamento na Educação	Beneficiários acompanhados	
		Quantidade de pessoas acompanhadas	%
Fevereiro/2023	3.236	3.029	93,60
Março/2023	3.236	3.029	93,60
Junho/2023	3.038	2.699	88,84



Período de Acompanhamento	Público para acompanhamento na Educação	Beneficiários acompanhados	
		Quantidade de pessoas acompanhadas	%
Julho/2023	3.038	2.699	88,84
Agosto/2023	3.118	2.980	95,57
Setembro/2023	3.118	2.980	95,57
Outubro/2023	3.199	3.090	96,59
Novembro/2023	3.199	3.090	96,59

Fonte: Sicon - Decon/Senarc/MDS, integração com o Sistema Nacional de Coleta e Registro da Frequência Escolar/MEC

### 3.2.2.6. Condicionalidades na área da Saúde

As condicionalidades do Bolsa Família na área da saúde se referem ao cumprimento do calendário nacional vacinal e acompanhamento do estado nutricional de crianças de 0 a 7 anos de idade, e o acompanhamento de mulheres (não obrigatório, porém induzido) e o acompanhamento do acesso ao pré-natal. Isto significa dizer que o acompanhamento de mulheres referente às condicionalidades de saúde é um incentivo e uma oportunidade de acesso aos serviços de saúde da atenção primária, e de identificação de gestantes para o recebimento do Benefício Variável Gestante. Além de ser uma porta de entrada para o atendimento de mulheres beneficiárias em outros serviços de saúde de maior complexidade oferecidos pelo SUS.

Nessa Perspectiva, no 2023, estiveram indicadas para acompanhamento 10.491 pessoas e destas, foram acompanhadas 7.973 pessoas, representando um percentual de 76% de registros informados.

Tabela 69 - Quantidade de pessoas para acompanhamento e acompanhadas na Saúde

Período de Acompanhamento	Público para acompanhamento na Saúde	Quantidade Acompanhados	
		Quantidade de pessoas acompanhadas	%
1º Semestre/2023	5.217	4.074	78,09
2º Semestre/2023	5.274	3.899	73,93
Total	10.491	7.973	76%

Fonte: Sicon - Decon/Senarc/MDS, integração com o Bolsa Família na Saúde/MS

Em relação as mulheres integrantes de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, nota-se que dentre o público total para acompanhamento das condicionalidades, 7.155 eram pessoas do sexo feminino com idade igual ou superior

à 14 e 44 anos e destas, foram registrados os dados antropométricos de 5.556, tendo um percentual de acompanhamento de 77,65%.

Nesse universo foram identificadas e acompanhadas mais de 358 gestantes, sendo que a estimativa feita pelo Ministério da Saúde para esse público, na 1ª e 2ª vigência de 2023, era de 68 gestantes. Além disso 100% das gestantes acompanhadas acessaram o pré-natal.

Quanto ao acompanhamento de crianças no cumprimento do calendário nacional de vacinação e o acompanhamento do estado nutricional, das 3.336 crianças indicadas, foram acompanhadas 39,45%, destas 99,85% estavam com calendário vacinal em dia e 100% passaram pelo acompanhamento nutricional.

Tabela 70 - Quantidade de pessoas para acompanhamento em 2023, por vigência

Público para acompanhamento	1ª vigência de 2023			2ª vigência de 2023		
	Quantidade para acompanhamento	Quantidade acompanhado	%	Quantidade para acompanhamento	Quantidade acompanhado	%
Crianças	1.644	725	44,10%	1.692	591	34,93%
Mulheres	3.573	3.349	93,73%	3.582	3.308	92,35%
Totais	5.217	4074	78,09%	5.274	3.899	73,93%

Fonte: Sicon - Decon/Senarc/MDS, integração com o Bolsa Família na Saúde/MS

É importante ressaltar que esses dados, apesar de representarem um esforço da rede de saúde em acompanhar as famílias, considerando o número de crianças de 0 a 7 anos no Bolsa Família e o percentual de acompanhamento alcançado, principalmente na 2ª vigência, também apontam para o desafio de se alcançar as outras 65,07% de crianças para as quais não há registro de acompanhamento no sistema do Ministério da Saúde. Vale lembrar que houve uma queda substancial no percentual de acompanhamento a partir do 1º semestre de 2020, considerando o período de pandemia. Apesar dos indicadores começarem a melhorar a partir da 2ª vigência de 2021, devido a diminuição dos riscos da COVID -19, ainda assim se deu de forma ínfima.

Outro elemento importante nesta análise, se refere ao fato de que contexto político da pandemia deixou a herança do receio da utilização de vacinas por uma considerável parcela da população, e este é outro desafio a ser enfrentando pela

saúde, já que uma parcela de crianças sem informação de acompanhamento de saúde pode estar relacionada a esse aspecto. Mobilizar e orientar as famílias beneficiárias sobre o direito à vacinação deve ser uma ação constante de toda a gestão do Bolsa Família e da sociedade em geral.

### 3.2.2.7. Descumprimento das Condicionalidades

As famílias que descumprem as condicionalidades recebem efeitos nos benefícios de forma gradativa, que variam desde uma advertência, passando pelo bloqueio e suspensão do benefício podendo chegar ao cancelamento em casos específicos. Esses efeitos são considerados sinalizadores de possíveis vulnerabilidades que as famílias estejam vivenciando, pois demonstram que elas não estão acessando seus direitos sociais básicos à saúde e à educação.

Nestes casos, é necessário que o poder público atue no sentido de auxiliar essas famílias a superar a situação de vulnerabilidade e a voltar a acessar esses serviços, retornando a cumprir as condicionalidades. Por isso, as famílias em descumprimento de condicionalidades, em especial aquelas que estão em fase de suspensão, são prioritárias no atendimento/acompanhamento pela assistência social no município.

Assim, no ano de 2023, nota-se que 481 famílias tiveram efeitos nos benefícios, os quais representaram 1.023 registros de descumprimento das condicionalidades entre crianças, adolescentes, jovens e mulheres.

Deste total, 603 foram do tipo advertência, 311 bloqueios, 87 famílias tiveram o benefício suspenso e nenhum cancelamento de benefício por descumprimento de condicionalidade.

Verifica-se ainda que a maior concentração de famílias que tiveram o descumprimento das condicionalidades foi na região sul do Município, com 267, seguido da região oeste, com 168, central, totalizando 26, norte com 9, interior registrou 8 e na região leste, 3 descumprimentos.

Os dados apresentados na tabela abaixo, nota-se que especialmente no que diz respeito à frequência escolar abaixo de 75% para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, que demonstram números consideráveis de descumprimento nos meses analisados. Somente para esse tipo de descumprimento citado, houve 654 registros de crianças e adolescentes que não obtiveram a frequência mínima necessária.

Tabela 71 - Tipo descumprimento, por mês

Tipo de descumprimento	Março / 2023	Julho / 2023	Setembro / 2023	Novembro / 2023	Total
Frequência escolar abaixo de 60% - 4 a 5 anos	1	23	12	9	45
Frequência escolar abaixo de 75% - 6 a 15 anos	100	194	190	170	654
Frequência escolar abaixo de 75% - BCJ	10	0	0	0	10
Frequência escolar abaixo de 75% - BCA	51	88	0	0	139
Frequência escolar abaixo de 75% - BVA	0	0	87	88	175
<b>Total</b>	<b>162</b>	<b>305</b>	<b>289</b>	<b>267</b>	<b>1.023</b>

Fonte: Sicon - Decon/Senarc/MDS

### 3.2.3. Programa Estadual Cartão Comida Boa

O Comida Boa é um benefício de transferência de renda estadual do Governo do Paraná, através da Secretaria da Justiça, Família e Trabalho e fica a cargo da Secretaria Municipal de Assistência Social a entrega do cartão às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional<sup>47</sup>.

No ano de 2020, o Governo do Estado do Paraná Estado do Paraná lançou o Programa Cartão Comida Boa, instituído por meio da Lei Estadual nº 20.172/2020<sup>48</sup>, que autorizava a concessão de auxílio emergencial à pessoa economicamente vulnerabilizada, em decorrência da emergência de saúde pública de importância internacional causada pela infecção humana pelo Coronavírus (Covid-19), sendo pago às famílias, 3 parcelas de R\$ 50,00.

No final do ano de 2021, o Governo do Estado, instituiu o Cartão Comida Boa, através da Lei nº 20.747, de 18 de outubro de 2021, tornando-o um benefício contínuo, sendo aumentado o valor do benefício para R\$ 80,00.

<sup>47</sup> Mais informações acessar: <http://patobranco.pr.gov.br/assistencia-social-orienta-sobre-o-programa-comida-boa/>. Acesso em: abril. 2024.

<sup>48</sup> Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=233646&indice=1&totalRegistros=47&anoSpan=2020&anoSelecionado=2020&mesSelecionado=0&isPaginado=true>. Acesso em: abril. 2024.

Entre os anos de 2022 e 2023, os bairros analisados apresentaram variações nas concessões pelo Programa Cartão Comida, sendo identificado que houve a entrega de 1.328 cartões, sendo 644 no ano de 2022 e 684 para o ano de 2023.

Os bairros que se destacam com as maiores quantidades de concessões são o São João, Alvorada, São Cristóvão, Planalto, Novo Horizonte, Sem Informação, Cristo Rei, Morumbi e Alto Da Gloria. Esses bairros representam áreas com uma demanda significativa por assistência alimentar, indicando a presença de famílias em situação de vulnerabilidade econômica ou dificuldades financeiras.

A concentração dessas concessões nesses bairros reflete as desigualdades socioeconômicas das localidades, com essas áreas enfrentando maiores desafios em termos de acesso a alimentos e recursos financeiros.

Ao desagregar as concessões por ano para esses bairros, podemos perceber variações temporais significativas. Por exemplo, em São João, houve 84 concessões em 2022 e 63 em 2023. Em contraste, Alvorada teve 79 concessões em 2022 e 81 em 2023.

Tabela 72 - Cartão Comida Boa (2020 - 2021)

Bairro/Localidade	2022	2023	Total
Aeroporto	11	15	26
Alto Da Gloria	2	10	12
Alvorada	79	81	160
Anchieta	1	0	1
Baixada	0	1	1
Bela Vista	16	18	34
Bonatto	7	12	19
Bortot	3	2	5
Brasília	3	4	7
Cadorin	1	0	1
Centro	17	20	37
Comunidade Fazenda Da Barra	0	1	1
Comunidade Linha Damaceno	2	0	2
Comunidade Nossa Senhora Do Carmo	1	0	1
Comunidade Passo Da Ilha	1	0	1
Comunidade Passo Da Pedra	0	2	2
Comunidade São Braz	0	1	1
Comunidade Sede Dom Carlos	0	3	3
Comunidade Três Pontes	1	1	2
Cristo Rei	9	21	30
Fraron	11	13	24
Gralha Azul	21	20	41
Industrial	18	16	34
Jardim Das Américas	1	3	4
Jardim Floresta	41	36	77
Jardim Primavera	2	0	2
La Salle	3	4	7
Linha Bom Retiro	0	1	1

Bairro/Localidade	2022	2023	Total
Linha Cachoeirinha	0	3	3
Linha Damasceno	4	0	4
Linha Encruzilhada	0	1	1
Linha Independência	2	2	4
Menino Deus	9	6	15
Morumbi	22	9	31
Novo Horizonte	28	30	58
Pagnoncelli	2	0	2
Parque Do Som	0	2	2
Parzianello	0	2	2
Pinheirinho	9	21	30
Pinheiros	1	1	2
Planalto	36	53	89
Sambugaro	1	1	2
Santa Terezinha	7	6	13
Santo Antônio	28	28	56
São Cristóvão	43	57	100
São Francisco	10	23	33
São João	84	63	147
São Roque	18	14	32
São Roque Do Chopim	9	6	15
São Vicente	3	3	6
Sem Informação	29	30	57
Sudoeste	25	22	47
Trevo Da Guarani	1	2	3
Veneza	10	4	14
Vila Esperança	9	7	16
Vila Isabel	3	3	6
<b>Total Geral</b>	<b>644</b>	<b>684</b>	<b>1.328</b>

Fonte: IDS Social, abril 2024.

### 3.3. BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Conforme o Decreto Federal 6.307, de 14 de dezembro de 2007, em complemento à Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), os benefícios eventuais são auxílios suplementares e provisórios destinados aos cidadãos e às famílias em quatro situações: nascimento, morte, situação de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública e integram as garantias de proteção social previstas no Sistema Único da Assistência Social (SUAS).

Em âmbito Municipal, os benefícios eventuais estão regulamentados através da Lei Ordinária nº 6.012, de 24 de outubro de 2022, que prevê no Art. 2º a seguinte classificação:

- I – Auxílio natalidade;
- II – Auxílio funeral;
- III – vulnerabilidade temporária; e

#### IV – Situações de calamidade pública e emergências.

Assim, como forma de organização e apresentação dos dados das concessões dos benefícios, esta seção foi dividida por tipo de benefício, sendo apresentado os registros entre os anos de 2022 e 2023.

##### 3.3.1. Benefício Eventual por situação de Nascimento

O benefício eventual na forma de auxílio natalidade visa à redução de vulnerabilidade provocada por nascimento de membro da família e morte da própria mãe e/ou de recém-nascidos e que impactam na convivência, na autonomia, na renda e na capacidade de viver dignamente e de proteger uns aos outros no grupo familiar. Assim, os benefícios são destinados, preferencialmente, para:

I – famílias e pessoas que geraram filhos (as) ou se consideram mães/pais e que apresentarem a documentação da criança e a documentação que comprove vínculo e cuidado, tais como termo de responsabilidade, termo de guarda ou sentença judicial;

II – Famílias que necessitam da provisão socioassistencial, independente da orientação sexual ou identidade de gênero informada pelos (as) beneficiários (as);

III – casais que não possuem união oficializada;

IV – Famílias monoparentais;

V – Famílias adotantes de crianças;

VI – Adolescentes grávidas ou mães adolescentes;

VII – mulheres que realizaram interrupção da gravidez nas situações previstas em lei;

VIII – famílias em caso de morte do recém-nascido;

IX – Famílias em caso de morte da mãe.

A unidade CRAS Carolina Ferrari Amadori manteve uma certa estabilidade na concessão de auxílios natalidade ao longo dos dois anos analisados. Embora tenha havido uma leve queda de 32 para 30 concessões entre 2022 e 2023, o total de 62 auxílios concedidos durante o período sugere uma demanda consistente para aquela região, principalmente levando em consideração a quantidade de gestantes e beneficiários do programa Bolsa Família.

Em contrapartida, a situação no CRAS Paulina Bonalume Andreatta apresentou uma dinâmica mais volátil. Enquanto em 2022 foram concedidos 19

auxílios natalidade, houve uma redução significativa para apenas 4 em 2023. Por fim, a análise dos dados da Secretaria de Assistência Social apresenta uma redução drástica na concessão de auxílios natalidade entre os dois anos. Passando de 11 auxílios em 2022 para apenas 1 em 2023. Essa redução deu-se devido a aquisição de kits adquiridos anteriormente a promulgação da nova Lei que regulamenta a aquisição dos benefícios eventuais, ficando o saldo remanescente para ser concedido entre os anos. Posteriormente, com a nova Lei, existe a necessidade de regulamentar quais itens que irão compor o benefício.

Tabela 73 - Quantidade de auxílio natalidade concedidos (2022 - 2023)

<b>Unidade</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>Total</b>
CRAS Carolina Ferrari Amadori	32	30	62
CRAS Paulina Bonalume Andreatta	19	4	23
Secretaria de Assistência Social	11	1	12
<b>Total Geral</b>	<b>62</b>	<b>35</b>	<b>97</b>

Fonte: IDS Social, abril 2024.

### 3.3.2. Benefício Eventual na situação de morte

O Benefício Eventual na Situação de Morte é ofertado quando as despesas com o serviço funerário não são garantidas de forma gratuita pelo poder público ou quando a família apresenta outras vulnerabilidades como, por exemplo, era dependente financeira e emocionalmente da pessoa falecida.

Cabe destacar que atualmente, conforme previsto na Lei que rege os benefícios eventuais no Município, a solicitação deste ocorre diretamente na Central de Óbitos, sendo verificado a situação cadastral do CadÚnico e em casos que não possua inscrição o solicitante assina uma declaração de hipossuficiência. Neste sentido, o número apresentado abaixo é de pessoas que procuraram as unidades de atendimento e foram encaminhadas pelo profissional de nível superior para acesso.

Assim, verifica-se que entre os dois anos, foram concedidos 24 auxílios funeral, sendo a maioria em 2022, com 22 e em 2023, apenas 2. Aponta-se também que em 2022, houve a sanção da nova Lei dos benefícios eventuais e por isso, no ano de 2023, o rito para a concessão seguiu a verificação da situação cadastral do CadÚnico pela Central de óbitos.



Tabela 74 - Quantidade de auxílio funeral concedidos nas unidades (2022 - 2023)

<b>Unidade</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>Total</b>
CRAS Carolina Ferrari Amadori	2	1	3
CRAS Paulina Bonalume Andreatta	1	0	1
Secretaria de Assistência Social	4	0	4
CREAS	15	1	16
<b>Total Geral</b>	<b>22</b>	<b>2</b>	<b>24</b>

Fonte: IDS Social, abril 2024.

### 3.3.3. Benefício Eventual na situação de Vulnerabilidade Temporária

Em relação ao Benefício Eventual na Situação de Vulnerabilidade Temporária é destinado a indivíduos e famílias que tiveram a segurança social comprometida por evento inesperado, ofertando acesso a bens materiais ou imateriais com o objetivo de restabelecer o convívio familiar e comunitário e subdividem-se em: documentação, alimentação e domicílio.

### 3.3.4. Documentação do Município de Pato Branco

O acesso à documentação básica, como identidade, certidões etc., não é apenas uma necessidade, mas também um direito fundamental dos cidadãos, garantido por Lei.

No contexto da Casa de Passagem, observamos um aumento significativo no acesso à documentação entre 2022 e 2023, passando de 3 para 8 casos. Essa informação é de extrema importância, visto que a Instituição atende pessoas em trânsito e em situação de rua e ao ser encaminhado para acesso a documentação as pessoas nessa condição, verifica-se que existe a identificação das necessidades, ressaltando a importância do acesso a documentos básicos para garantir a plena participação na sociedade.

Nos CRAS, tanto na Carolina Ferrari Amadori quanto na Paulina Bonalume Andreatta, houve um aumento geral no acesso à documentação. Em 2022, o CRAS Carolina Ferrari Amadori registrou 844 casos de acesso à documentação, enquanto o CRAS Paulina Bonalume Andreatta teve 277 casos. Esses números aumentaram em 2023 para 870 casos e 395 casos, respectivamente. Essa tendência ascendente não apenas indica um aumento na demanda por serviços oferecidos por essas unidades, mas também demonstra uma resposta eficaz na orientação e assistência aos

indivíduos que necessitam de documentação para acessar outros benefícios e serviços.

No CREAS, houve um aumento no acesso à documentação. Em 2022, foram registrados 16 casos, enquanto em 2023 esse número aumentou para 23 e ressalta-se que, para esses indivíduos, o acesso à documentação pode ser um passo crucial para a reintegração social e econômica, destacando ainda mais a importância desse Serviço.

Por fim, a Secretaria de Assistência Social desempenha um papel fundamental na coordenação e suporte às unidades de atendimento. Em 2022, a Secretaria registrou 318 casos de acesso à documentação, aumentando para 329 casos em 2023. Esses números reforçam a ideia de que o acesso a documentos básicos é um direito fundamental dos cidadãos, essencial para o exercício pleno da cidadania e o acesso a benefícios e serviços ofertados pelas Políticas.

Tabela 75 – Acesso a documentação, por unidade (2022 - 2023)

<b>Unidade</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>Total</b>
Casa de Passagem	3	8	<b>11</b>
CRAS Carolina Ferrari Amadori	844	870	<b>1.714</b>
CRAS Paulina Bonalume Andreatta	277	395	<b>672</b>
CREAS	16	23	<b>39</b>
Secretaria de Assistência Social	318	329	<b>647</b>
<b>Total Geral</b>	<b>1.458</b>	<b>1.625</b>	<b>3.083</b>

Fonte: IDS Social, abril 2024.

Ao observar os números por tipo de benefícios concedidos, destacam-se várias tendências significativas. Em relação à obtenção da 2ª via da Certidão de Casamento, houve um aumento de 21 casos entre os dois anos, passando de 49 casos em 2022 para 70 em 2023. Esse aumento indica uma crescente demanda por esse tipo específico de documentação, reflete uma série de fatores, como casamentos, separações ou necessidade de atualização de documentos para acesso a benefícios sociais.

Em seguida, em relação à obtenção da 2ª via da Certidão de Nascimento, observou-se um aumento ainda mais expressivo, com 74 casos adicionais entre os dois anos, passando de 565 em 2022 para 639 em 2023. Esse aumento sugere uma tendência crescente na necessidade de obtenção desse documento, que é fundamental para o acesso a serviços básicos e direitos civis.

Embora em menor escala, também houve um aumento na obtenção da 2ª via da Certidão de Óbito, com 7 casos adicionais entre os dois anos, passando de 10 em 2022 para 17 em 2023. Embora o número absoluto de casos seja menor em comparação com outras concessões de segundas vias de documentação, o aumento indica uma crescente demanda por esse serviço, possivelmente relacionado a necessidades legais ou administrativas após falecimentos na família.

Por fim, o acesso à obtenção da 2ª via do RG registrou o maior aumento, com 65 casos adicionais entre os dois anos, passando de 834 em 2022 para 899 em 2023. O RG é essencial para a identificação civil e acesso a uma variedade de serviços, e esse aumento na obtenção da 2ª via indica a importância da identificação pessoal, bem como a necessidade de atualização de documentos para acessar serviços e benefícios.

Tabela 76 – Acesso a documentação, por tipo de concessão e ano (2022 - 2023)

Ano	2ª via da Certidão de Casamento	2ª via da Certidão de Nascimento	2ª via da Certidão de Óbito	2ª via do RG	Total
2022	49	565	10	834	<b>1.458</b>
2023	70	639	17	899	<b>1.625</b>
<b>Total Geral</b>	<b>119</b>	<b>1.204</b>	<b>27</b>	<b>1.733</b>	<b>3.083</b>

Fonte: IDS Social, abril 2024.

### 3.3.5. Documentação de outros municípios

A análise dos dados sobre o acesso à documentação solicitado para outros municípios, através das unidades Assistência Social, nos anos de 2022 e 2023, apresenta informações importantes que impactam diretamente a gestão da Política de Assistência Social.

Observando os números que consta na tabela a seguir, podemos identificar padrões claros de solicitação de documentação em cada unidade. No CRAS Carolina Ferrari Amadori, houve uma ligeira diminuição de solicitações entre os anos, passando de 132 em 2022 para 127 em 2023, totalizando 259 solicitações no período.

Já o CRAS Paulina Bonalume Andreatta houve um aumento significativo nas solicitações, passando de 25 em 2022 para 54 em 2023, totalizando 79 no período. Esse aumento expressivo aponta para uma crescente necessidade de apoio para

obtenção de documentação fora do município, possivelmente relacionado a falta de condição econômica da família em realizar o pagamento das taxas.

No CREAS, embora o número de solicitações seja menor em comparação com os CRAS, também houve um aumento, passando de 5 em 2022 para 6 em 2023, totalizando 11 solicitações no período.

Por fim, a Secretaria de Assistência Social registrou um aumento nas solicitações, passando de 93 em 2022 para 106 em 2023, totalizando 199 no período.

Esses dados são fundamentais para a gestão da Política de Assistência Social, pois fornecem dados para o planejamento de recursos e alocação de orçamento. O aumento nas solicitações de documentação para outros municípios destaca a importância de garantir que as necessidades da população sejam atendidas de forma abrangente e eficiente.

Tabela 77 – Acesso a documentação solicitado para outros Municípios, por unidade (2022 - 2023)

<b>Unidade</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>Total</b>
CRAS Carolina Ferrari Amadori	132	127	<b>259</b>
CRAS Paulina Bonalume Andreatta	25	54	<b>79</b>
CREAS	5	6	<b>11</b>
Secretaria de Assistência Social	93	106	<b>199</b>
Total Geral	<b>255</b>	<b>293</b>	<b>548</b>

Fonte: IDS Social, abril 2024.

Em relação as concessões de benefícios por ano e tipo, no que diz respeito à obtenção da 2ª via da Certidão de Casamento com anotação de óbito, em 2022 não foram registradas solicitações desse tipo, mas em 2023 foram solicitadas 3 vezes. Além disso, houve um aumento notável nas solicitações da 2ª via de certidão de casamento com averbação, passando de 5 em 2022 para 10 em 2023. Também foi registrado um aumento na obtenção da 2ª via de certidão de casamento em geral, passando de 16 solicitações em 2022 para 28 em 2023.

Por outro lado, o número de solicitações da 2ª via de certidão de nascimento aumentou constantemente, passando de 232 em 2022 para 251 em 2023. Esse aumento indica uma crescente necessidade de obtenção de certidões de nascimento para diversos fins legais e administrativos, como obtenção de documentos de identificação, matrícula escolar e acesso a programas sociais.

Apesar de ser relativamente baixo, houve um pequeno aumento nas solicitações da 2ª via de certidão de óbito, indicando uma demanda contínua por esse

tipo de documento para procedimentos legais ou administrativos, totalizando entre os dois anos 3 casos.

Tabela 78 - Documentação de outros municípios (2022 -2023)

Ano	2ª via da Certidão de Casamento com anotação de óbito	2ª via de certidão de casamento com averbação	2ª via de certidão de casamento	2ª via de certidão de nascimento	2ª via de certidão de óbito	Total Geral
<b>2022</b>	0	5	16	232	2	<b>255</b>
<b>2023</b>	3	10	28	251	1	<b>293</b>
<b>Total Geral</b>	<b>3</b>	<b>15</b>	<b>44</b>	<b>483</b>	<b>3</b>	<b>548</b>

Fonte: IDS Social, abril 2024.

### 3.3.6. Auxílio Alimentação

O auxílio alimentação, previsto na Lei dos benefícios eventuais a concessão em forma de alimentos *in natura*, teve entre os anos analisados 7.619 requisições atendidas, sendo que em 2022, foram 3.478 e em 2023, houve um aumento considerável para 4.141, representando 663 a mais em relação a 2022.

A análise dos dados de concessão do benefício eventual do tipo auxílio alimentação demonstra uma concentração significativa desse auxílio entre famílias com renda per capita de até meio salário mínimo e, em média, com quatro integrantes por família. Esse perfil evidencia que o auxílio alimentação atende, principalmente, lares com recursos limitados e estruturas familiares maiores, o que pode indicar uma situação de vulnerabilidade socioeconômica que exige atenção contínua.

Além disso, a taxa de recorrência das famílias que solicitaram e receberam o benefício mais de cinco vezes entre os anos analisados é de 9,26%, o que é um indicativo importante da necessidade de intervenções mais amplas e estruturais. Dentre essas famílias, 147 apresentavam composição familiar com mais de cinco integrantes, sendo a maioria residente na região sul do município e 81,9% dessas famílias possuíam renda per capita igual ou inferior ao nível de pobreza. Esse dado ressalta que a vulnerabilidade dessas famílias não é apenas momentânea, mas pode refletir um ciclo de precariedade econômica e social que requer políticas mais integradas.

Assim, a partir desses dados, destaca-se a urgência de implementar uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional no município. Esse programa poderia atuar não apenas para suprir a demanda emergencial, mas também para realizar uma análise detalhada das condições de segurança alimentar dessas famílias, com o objetivo de entender se o índice de recorrência está vinculado a ciclos de vulnerabilidade social. Além disso, essa análise aprofundada permitiria identificar situações de insegurança alimentar crônica, possibilitando intervenções que visem à quebra desse ciclo e à promoção da autonomia alimentar dessas famílias.

Na Casa de Acolhimento Proteger, houve a concessão de 2 auxílios no ano de 2023, sendo concedido pelas profissionais de nível superior em virtude de identificar a situação de vulnerabilidade vivenciada pela família da criança/adolescente. Nota-se também que a Casa de Passagem, também concedeu o benefício entre os anos, em um número menor em relação as demais unidades, sendo 8 em 2022 e 11 em 2023.

No CRAS Carolina Ferrari Amadori, o número de concessões de auxílio alimentação aumentou de forma notável de 1.888 em 2022 para 2.462 em 2023, totalizando 4.350 concessões durante o período analisado. Esse aumento expressivo está relacionado ao território de abrangência que a unidade possui, sendo este com maior quantitativo de situações de vulnerabilidade econômica, conforme os dados do CadÚnico.

Já no CRAS Paulina Bonalume Andreatta, embora em uma escala menor em comparação com o CRAS Carolina Ferrari Amadori, também houve um aumento nas concessões de auxílio alimentação ao longo dos anos analisados. Em 2022, foram concedidos 662 auxílios alimentação, enquanto em 2023 esse número aumentou para 734, totalizando 1.396 concessões durante o período. Esse aumento sugere que, assim como na outra unidade, há uma crescente demanda por alimentos para suprir as necessidades básicas das famílias em situação de vulnerabilidade.

Houve também a concessão de 44 benefícios para os idosos que participam das atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos na unidade do Espaço de Convivência da Pessoa Idosa.

No CREAS, houve uma pequena diminuição nas concessões de auxílio alimentação, com 120 concessões em 2022 e 114 em 2023, totalizando 234 concessões durante o período analisado. Embora esse número seja menor em comparação com as unidades CRAS, é importante considerar o contexto de

atendimento do CREAS, que se concentra em pessoas em situações de maior vulnerabilidade, como vítimas de violência e/ou violação de direitos.

Já a Secretaria de Assistência Social realizou a concessão de 785 auxílios alimentação em 2022 e 789 em 2023, totalizando 1.574 concessões durante o período.

Tabela 79 – Quantidade de auxílio alimentação, por unidade (2022 - 2023)

Unidade	2022	2023	Total
Casa de Acolhimento Proteger	0	2	2
Casa de Passagem	8	11	19
CRAS Carolina Ferrari Amadori	1.888	2.462	4.350
CRAS Paulina Bonalume Andreatta	662	734	1.396
CREAS	120	114	234
Espaço de Convivência da Pessoa Idosa	15	29	44
Secretaria de Assistência Social	785	789	1.574
<b>Total Geral</b>	<b>3.478</b>	<b>4.141</b>	<b>7.619</b>

Fonte: IDS Social, abril 2024.

Em relação a concessão de auxílio alimentação por bairro, região e ano, é, apresentando na tabela a seguir o quantitativo de benefícios registrados.

A Região Central, embora não alcance os números da Região Sul ou Oeste, ainda demonstra uma demanda considerável por auxílio alimentação. Bairros como Centro e Industrial registram números consistentes ao longo dos dois anos. No Centro houve 112 concessões em 2022 e 126 em 2023, totalizando 238. Industrial, por sua vez, registrou 103 concessões em 2022 e 129 em 2023, totalizando 232 concessões.

Já na Região Interior/Distrito, onde foram registradas 209 concessões no mesmo período, destaca-se São Roque Do Chopim como o principal, com 28 concessões em 2022 e 22 em 2023, seguido por Comunidade Passo Da Ilha, que recebeu 14 concessões em 2022 e 15 em 2023, e Comunidade Três Pontes, com 10 concessões em 2022 e 8 em 2023.

A Região Leste é a que apresenta o menor número de concessões em comparação com outras regiões. La Salle é o de maior quantitativo nessa região, com 30 concessões em 2022 e 35 em 2023, totalizando 65 concessões ao longo dos dois anos.

Para a Região Norte, totalizou 214 concessões ao longo de dois anos. Bairros como Fraron, Vila Isabel e São Francisco se destacam como os principais beneficiários, com Fraron recebendo 41 concessões em 2022 e 40 em 2023, Vila

Isabel com 18 concessões em 2022 e 30 em 2023, e São Francisco com 24 concessões em 2022 e 20 em 2023.

Enquanto isso, na Região Oeste, São João é a principal localidade, com 384 concessões em 2022 e 437 em 2023, totalizando 821 entre os anos. Planalto e Bela Vista também registram números consideráveis, com 146 e 116 concessões em 2022, respectivamente, e um aumento em 2023, passando para 153 e 108.

Na Região Sul, que registrou o maior número de concessões, destaca-se o bairro de Alvorada como o principal, com 488 concessões em 2022 e 577 em 2023, totalizando 1.065 concessões ao longo dos dois anos. São Cristóvão também se destaca, com 296 concessões em 2022 e 422 em 2023, totalizando 718 concessões.

Tabela 80 - Auxílio Alimentação, por bairro e região (2022 – 2023)

Bairro/Localidade	2022	2023	Total Geral
<b>Região Central</b>			
Baixada	9	2	11
Trevo Da Guarani	5	7	12
Santa Terezinha	41	38	79
São Vicente	27	52	79
Bonatto	40	56	96
Industrial	103	129	232
Centro	112	126	238
<b>Total da região</b>	<b>337</b>	<b>410</b>	<b>747</b>
<b>Interior/Distrito</b>			
Comunidade Passo Da Ilha	1	0	1
Linha Damaceno	0	1	1
Núcleo Dourado	0	1	1
Comunidade São Braz	2	1	3
Comunidade Bela Vista	2	2	4
Comunidade Passo Da Pedra	3	4	7
Comunidade São Caetano	5	3	8
Comunidade Nossa Senhora Do Carmo	5	4	9
Comunidade Sede Dom Carlos	5	5	10
Linha Bom Retiro	5	6	11
Linha Cachoeirinha	4	7	11
Linha Independência	5	8	13
Comunidade Fazenda Da Barra	8	8	16
Linha Encruzilhada	7	10	17
Comunidade Três Pontes	10	8	18
Comunidade Passo Da Ilha	14	15	29
São Roque Do Chopim	28	22	50
<b>Total do Interior/Distrito</b>	<b>104</b>	<b>105</b>	<b>209</b>
<b>Região Leste</b>			
Cadorin	3	1	4
Parzianello	8	2	10
Pinheiros	6	4	10
Parque Do Som	8	3	11
Bancários	7	11	18
Brasília	11	15	26
La Salle	30	35	65
<b>Total da Região</b>	<b>73</b>	<b>71</b>	<b>144</b>





Bairro/Localidade	2022	2023	Total Geral
<b>Região Norte</b>			
São Luiz	5	4	9
Bortot	18	14	32
São Francisco	24	20	44
Vila Isabel	18	30	48
Fraron	41	40	81
<b>Total da Região</b>	<b>106</b>	<b>108</b>	<b>214</b>
<b>Região Oeste</b>			
Amadori	2	3	5
Anchieta	5	1	6
Dal Ross	2	6	8
Pagnoncelli	3	5	8
Jardim Das Américas	9	5	14
Jardim Primavera	4	14	18
Sambugaro	14	13	27
Aeroporto	24	14	38
Menino Deus	20	30	50
Alto Da Gloria	20	43	63
Vila Esperança	69	54	123
Bela Vista	116	108	224
Planalto	146	153	297
São Joao	384	437	821
<b>Total da Região</b>	<b>818</b>	<b>886</b>	<b>1.704</b>
<b>Região Sul</b>			
Veneza	31	38	69
Cristo Rei	52	76	128
Pinheirinho	59	95	154
Gralha Azul	71	98	169
Novo Horizonte	93	103	196
Morumbi	90	119	209
São Roque	89	122	211
Santo Antônio	152	175	327
Jardim Floresta	173	169	342
Sudoeste	179	202	381
São Cristóvão	296	422	718
Alvorada	488	577	1065
<b>Total da Região</b>	<b>1.773</b>	<b>2.196</b>	<b>3.969</b>
<b>Sem Informação</b>	268	365	633
<b>Total Geral</b>	<b>3.478</b>	<b>4.141</b>	<b>7.619</b>

Fonte: IDS Social, abril 2024.

As pessoas de outras nacionalidades que tiveram acesso com o maior número de concessões em ambos os anos foi o Haiti, com 44 concessões em 2022 e 21 em 2023, totalizando 65 concessões ao longo do período analisado.

Outro destaque é a de pessoas advindas da Venezuela, que registrou um aumento significativo no número de concessões, passando de 30 em 2022 para 85 em 2023, totalizando 115 concessões.

Identifica-se também a concessão para pessoas de outros países que tiveram um número relativamente baixo de concessões de auxílio alimentação, como Cuba

teve apenas uma concessão em 2023, enquanto nacionalidades de Senegal e Togo registraram uma única concessão cada ao longo dos dois anos.

Tabela 81 – Auxílio alimentação concedidos, para pessoas imigrantes (2022 – 2023)

País de Origem	2022	2023	Total
Angola	17	9	26
Argentina	8	3	11
Cuba	0	1	1
Haiti	44	21	65
Paraguai	3	4	7
República Centro-Africana	1	2	3
Senegal	1	0	1
Togo	1	0	1
Venezuela	30	85	115
<b>Total Geral</b>	<b>105</b>	<b>125</b>	<b>230</b>

Fonte: IDS Social, abril 2024.

### 3.3.7. Passagem

O benefício de passagem é ofertado para as pessoas situadas no território do Município, que estejam em situação de trânsito ou de rua, para o retorno de indivíduo ou família à cidade natal, ou para afastamento de situação de violação de direitos.

A Casa de Passagem, que oferece acolhimento temporário para pessoas em situação de trânsito ou de rua, registrou um aumento no número de concessões de passagens, passando de 68 em 2022 para 82 em 2023, totalizando 150 no período analisado. Esse aumento sugere uma maior demanda para retorno dos indivíduos ou famílias à cidade natal ou para auxílio ao destino que a pessoa pretende chegar.

No entanto, é interessante observar que algumas unidades, como o CRAS Carolina Ferrari Amadori e o CREAS, apresentaram um número relativamente baixo de concessões de passagens em ambos os anos. O CRAS Carolina Ferrari Amadori teve apenas 12 concessões em 2022 e 3 em 2023, totalizando 15 concessões no período, enquanto o CREAS registrou apenas 3 concessões em cada ano. O CRAS Paulina, concedeu apenas 2 benefícios no ano de 2023. Aqui cita-se que o quantitativo de concessões, principalmente na advindos da unidade do CREAS está atrelado ao afastamento da pessoa/família de situações de violência ou violação de direitos, identificada pelos profissionais da unidade.

Por outro lado, a Secretaria de Assistência Social concentrou a maioria das concessões de passagens, totalizando 1.224 no período de dois anos. Esse alto número reflete a centralização da compra de passagens pela Secretaria, mas cabe

ressaltar que os profissionais das unidades de assistência social ao identificar situações de vulnerabilidade ou risco e podem fazer a solicitação de passagens quando necessário.

Tabela 82 – Passagens concedidas (2022 – 2023)

<b>Unidade</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>Total</b>
Casa de Passagem	68	82	<b>150</b>
CRAS Carolina Ferrari Amadori	12	3	<b>15</b>
CRAS Paulina Bonalume Andreatta	0	2	<b>2</b>
CREAS	3	3	<b>6</b>
Secretaria de Assistência Social	610	614	<b>1.224</b>
<b>Total Geral</b>	<b>693</b>	<b>704</b>	<b>1.397</b>

Fonte: IDS Social, abril 2024.

Ainda, em relação as concessões de passagens, consta nos registros que do total informado acima, 140 benefícios estavam relacionados a pessoas de outras nacionalidades, sendo evidenciado o maior quantitativo para migrantes de países da Argentina, com 48 e 20, para cada ano, totalizando 68 e, para pessoas da nacionalidade da Venezuela, com 10 casos em 2022 e 28 em 2023.

Tabela 83 – Passagens concedidas, para pessoas imigrantes (2022 – 2023)

<b>País de Origem</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>Total</b>
Argentina	48	20	68
Canadá	0	1	1
Colômbia	7	5	12
Cuba	1	0	1
Haiti	1	2	3
Marrocos	0	2	2
Paraguai	3	2	5
Peru	0	1	1
Rússia	4	0	4
Uruguai	4	1	5
Venezuela	10	28	38
<b>Total Geral</b>	<b>78</b>	<b>62</b>	<b>140</b>

Fonte: IDS Social, abril 2024.

### 3.3.8. Aluguel Social – Lei 5.933/2022

O Aluguel Social é ofertado de caráter excepcional, transitório e não contributivo, destinado ao pagamento de aluguel de imóvel de terceiros, às famílias de baixa renda em situação de calamidades públicas, emergências ou situações de vulnerabilidade e risco social.

Consta nos registros que entre os anos de 2022 e 2023, a Secretaria concedeu 36 benefícios de aluguéis sociais, conforme previsto na Lei 5.933 de 23 de junho de 2022, sendo que em 2022, com a reformulação da norma legal, foram registrados 8 casos no 4 trimestre daquele ano e em 2023, esse número saltou para 28 famílias atendidas, sendo identificado que apenas no primeiro semestre do ano de 2023, houve a concessão de 21 benefícios.

### 3.3.9. Benefício Eventual em Situação de Emergência e Calamidade

O benefício eventual em situações de calamidade pública e emergências é concedido como auxílio material para atendimento em Situações de Emergência ou de Calamidade Pública, constituindo-se em bens de consumo, visando reduzir vulnerabilidades temporárias que se caracterizam pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar.

Consta nos registros do sistema IDS Social a concessão de benefícios para situações de emergência que ocorreram entre os anos de 2022 e 2023. Ao todo foram concedidos 88 benefícios, sendo 74 em 2022 e 14 em 2023. O maior quantitativo identificado foi para auxílio alimentação, contabilizando 72 entre os anos, mas como maior indicativo para o ano de 2022, onde ocorreu em alguns pontos do Município, alagamento, onde várias famílias acabaram perdendo seus pertences e recorrendo a Assistência Social para acesso a alimentação.

Houve também a concessão de 7 benefícios entre os anos referente a lonas e 9 relacionados a telhas de fibrocimento. As telhas tiveram o maior indicativo no ano de 2023, pois na região sul do Município, devido as condições climáticas, houve a passagem de um vendaval que acabou destelhando parte de unidades habitacionais do conjunto Nossa Terra I.

Tabela 84 – Benefício Eventual em Situação de Emergência e Calamidade (2022 - 2023)

<b>País de Origem</b>	<b>Auxílio Alimentação</b>	<b>Lonas</b>	<b>Telhas de Fibrocimento</b>	<b>Total</b>
2022	<b>70</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>74</b>
2023	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>9</b>	<b>14</b>
Total Geral	<b>72</b>	<b>7</b>	<b>9</b>	<b>88</b>

Fonte: IDS Social, abril 2024.

### 3.3.10. Outros benefícios concedidos

A tabela abaixo apresenta os benefícios coletivos concedidos a pessoas e famílias ao longo dos anos de 2021 a 2023. No entanto, é importante informar que esses benefícios estão agregados neste item deste documento, pois não se enquadram na Lei do Município que regula a concessão de benefícios eventuais. Além disso, como não foram adquiridos com recursos do fundo municipal, eles não são contabilizados para os registros de atendimentos mensais das unidades de atendimento dos CRAS.

A distribuição destes benefícios ao longo dos três anos mostra uma variação significativa em termos de quantidade e tipos de auxílios concedidos. Alguns benefícios, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) federal e o Programa Natal Solidário, apresentam aumentos substanciais de um ano para o outro.

O PAA contribui para o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, pelas pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável.<sup>49</sup>

Por outro lado, alguns benefícios têm uma presença mais discreta ou até mesmo ausente em determinados anos, como é o caso do Auxílio Alimentação - Defesa Civil em 2021 e os benefícios do Programa Emergencial Compra Direta - SEAB em 2023.

Tabela 85 - Benefícios coletivos concedidos a pessoas e famílias (2021 – 2023)

<b>Benefício</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>
Auxílio Alimentação - Defesa Civil	1.083	0	0
Campanha De Inverno - Entrega De Cobertores	715	129	1

<sup>49</sup> O PAA contribui para o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, pelas pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável. Lei nº 14.628 de 20 de julho de 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2023-2026/2023/Lei/L14628.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14628.htm)

Benefício	2021	2022	2023
Cesta Do Projeto Brasileiros Pelo Brasil	346	0	0
Kit Higiene/Limpeza - Covid 19	451	0	0
Programa De Aquisição De Alimentos - PAA (Federal)	1.024	4.413	0
Programa De Aquisição De Alimentos - PA (SEAB)	911	2.548	2.964
Programa Emergencial Compra Direta - SEAB	1.890	304	0
Programa Natal Solidário	1.976	2.991	4.752
Brecho	0	341	433
Auxílio Vestuário - Situação De Calamidade Pública e Emergência	0	14	0
Auxílio Alimentação - Doação De Parceiros	29	1	0
Cobertor Defesa Civil	0	198	33
Colchão Defesa Civil	0	50	2
Mesa Brasil	254	0	0
Doações De Gêneros Alimentícios Ou Produtos De Limpeza	142	0	0
Auxílio Alimentação - Parceria: Defesa Civil (Cesta Pequena)	103	0	0
Cobertor - Situação De Calamidade Pública E Emergência	0	18	0

Fonte: IDS Social, abril 2024.

### 3.4. REDE SOCIOASSISTENCIAL

Os serviços de referência da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) são os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), o Centro de Assistência Especializada de Assistência Social (CREAS), o Espaço de Convivência da Pessoa Idosa, o Serviço Família Acolhedora, a Casa de Acolhimento Proteger e a Casa de Passagem.

Tabela 86 - Equipamentos públicos socioassistenciais

Gestão e equipamentos	Endereço e contato	Horário de atendimento
Secretaria Municipal de Assistência Social – Órgão Gestor	Rua Teófilo Augusto Loiola, 264 – Sambugaro (46) 3225-5544	De segunda a sexta-feira das 08h às 12h e das 13h30 às 17h30
CRAS Carolina Ferrari Amadori	Travessa Ipacaraí, 50 - Alvorada (46) 3220-6052	De segunda a sexta-feira das 08h às 12h e das 13h30 às 17h30
CRAS Paulina Bonalume Andreatta	Rua Sadi Bertol, s/n – Bairro São João (46) 3230-6059	De segunda a sexta-feira das 8h às 12h e das 13h às 17h
CREAS	Rua Tocantins, 1270 – Baixada (46) 3220-6082/ 3230-6083	De segunda a sexta-feira das 08h às 17h30
Espaço de Convivência da Pessoa Idosa	Rua Argentina, 456 - Jardim das Américas	De segunda a sexta-feira das 08h às 12h e das 13h às 17h
Serviço Família Acolhedora	Rua Tamoio, 873 - Centro	De segunda a sexta-feira, das 09h às 12h e das 13h30 às 17h30
Casa de Acolhimento Proteger	Rua das Garças, 70 – Planalto	De segunda a segunda-feira 24h
Casa de Passagem	Rua Ataúlfo Alves, 440 – Morumbi	De segunda a segunda-feira 24h
Conselho Tutelar	Rua Aimoré, 960 - Centro	De segunda a sexta-feira das 08h às 12h e das 13h às 17h

Fonte: CadSUAS, 2024.

Conforme a Lei n.º 12.435, de 6 de julho de 2011<sup>50</sup>, as entidades e organizações de assistência social são aquelas sem fins lucrativos que isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), promovendo a universalização dos direitos sociais. As Entidades de Assistência Social (EAS) são conveniadas à SMAS, inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e desenvolvem programas, projetos, serviços e benefícios referenciados ao CRAS, quando desenvolvem ações da Proteção Social Básica, e ao CREAS, quando se trata da Proteção Social Especial.

Tabela 87 - Rede socioassistencial das EAS

Entidade de Assistência Social	Endereço	Contato
<b>Proteção Social Básica</b>		
FUNDABEM	Rodovia BR 158, 537 – Dall'ross	<a href="mailto:fundabempb@hotmail.com">fundabempb@hotmail.com</a>
Instituto Plural	Avenida Brasil, 720 – Centro	<a href="mailto:contato@institutoplural.org.br">contato@institutoplural.org.br</a>
REMAP	Estrada Municipal Km 02 – Linha São Brás	<a href="mailto:remansodapedreira@gmail.com">remansodapedreira@gmail.com</a>
<b>Proteção Social Especial de Média Complexidade</b>		
APAE	Travessa A. Borges, 152 – São Vicente	<a href="mailto:apaepatobranco@hotmail.com">apaepatobranco@hotmail.com</a>
<b>Proteção Social Especial de Alta Complexidade</b>		
Lar dos Idosos São Francisco de Assis	Rua Salgado Filho, 785 – Pinheiros	<a href="mailto:adm.larsfdeassis@gmail.com">adm.larsfdeassis@gmail.com</a>
Missão Vida Nova	Rua Geraldo Veronese, 00 – São Francisco	<a href="mailto:marcio_silva_26@yahoo.com.br">marcio_silva_26@yahoo.com.br</a>
GAMA	Rua Teófilo Augusto Loiola, 360 – Sambugaro	<a href="mailto:gamapatobranco@hotmail.com">gamapatobranco@hotmail.com</a>
<b>(Programa) Ações de Promoção da Integração ao mercado de Trabalho</b>		
CIEE/PR	Rua Caramuru, 270 – Centro	<a href="mailto:patobranco@cieepr.org.br">patobranco@cieepr.org.br</a>

Fonte: CadSUAS, 2024.

Conforme a Resolução n.º 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais<sup>51</sup>, que são divididos em:

**a) Serviços de Proteção Social Básica:**

<sup>50</sup> Lei n.º 12.435/2011. “Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social”. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2011/lei/112435.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/112435.htm). Acesso em: 14 out. 2022.

<sup>51</sup> Informações disponíveis em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/tipificacao.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf). Acesso em: 29 jun. 2022.

- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

Neste sentido, aponta-se na tabela a seguir os Serviços ofertados nos Equipamentos da Proteção Social Básica do Município:

Tabela 88 - Serviços ofertados pela rede de Proteção Social Básica

Equipamento	Serviço ofertado	Tipo de oferta
CRAS Carolina Ferrari Amadori	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à família – PAIF; Programa Nossa Gente Paraná	Público
CRAS Paulina Bonalume Andreatta	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à família – PAIF; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV (todas as faixas etárias) Programa Nossa Gente Paraná	Público
Centro de Convivência da Pessoa Idosa	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos	Público
Fundação Patobranquense do Bem-estar – FUNDABEM	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de 6 a adolescentes de 15 anos	Privado
Remanso da Pedreira	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de 6 a adolescentes de 15 anos	Privado
Instituto Plural	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para jovens de 15 a 17 anos	Privado

Fonte: CadSUAS, 2024.

**b) Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade:**

- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);
- Serviço Especializado em Abordagem Social;
- Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
- Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;
- Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

Assim, na tabela a seguir estão listados os Serviços ofertados nos Equipamentos da Proteção Social Especial de Média Complexidade do Município:



Tabela 89 - Serviços ofertados pela rede de Proteção Social de Média Complexidade

Equipamento	Serviço ofertado	Tipo de oferta
Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI; Medidas Socioeducativas em meio aberto – MSE; Serviço Especializado de Abordagem Social	Público
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE	Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias e (Programa) Ações de Habilitação e Reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária	Privado

Fonte: CadSUAS, 2024.

**c) Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade:**

- Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades: abrigo institucional; Casa-Lar; Casa de Passagem; Residência Inclusiva.
- Serviço de Acolhimento em República;
- Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;
- Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

A tabela na sequência, demonstra quais são os Serviços de acolhimento disponíveis no Município, por tipo de oferta:

Tabela 90 - Serviços ofertados pela rede de Proteção Social de Alta Complexidade

Equipamento	Serviço ofertado	Tipo de oferta
Casa de Acolhimento Proteger	Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes	Público
Família Acolhedora	Acolhimento familiar	Público
Casa de Passagem	Casa de passagem	Público
Lar dos Idosos São Francisco de Assis	Acolhimento Institucional para idosos (Instituição de Longa Permanência para Idosos)	Privado
Missão Vida Nova	Serviço de Acolhimento Institucional e Promoção da defesa e direitos já estabelecidos através de distintas formas de ação e reivindicação na esfera política e no contexto da sociedade, inclusive por meio da articulação com órgãos públicos e privados de defesa de direitos	Privado
Associação dos Amigos de Prevenção do Câncer GAMA- Grupo de Apoio à Mama	Serviço de Acolhimento Institucional (Lei 12.868 – Art. 18)	Privado

Fonte: CadSUAS, 2024.

E há o programa ofertado pelo Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE/PR).

Tabela 91 - Programa ofertado pela rede conveniada

Equipamento	Serviço ofertado	Tipo de oferta
Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE/PR	(Programa) Ações de Promoção da Integração ao mercado de Trabalho	Privado

Fonte: CadSUAS, 2024.

#### 3.4.1. Composição das equipes da Proteção Social Básica

De acordo com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS) de 2012, a composição da equipe de referência dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) para prestação de serviços e execução das ações no âmbito da Proteção Social Básica (PSB) em municípios de médio porte, como é o caso de Pato Branco (a cada 5.000 famílias referenciadas) deve ser de: a) 4 técnicos de nível superior (2 assistentes sociais, 1 psicólogo e um profissional que compõe o Sistema Único de Assistência Social - SUAS) e b) 4 técnicos de nível médio.

As equipes de referência para os Centros de Referência da Assistência Social - CRAS devem contar sempre com um coordenador, devendo o mesmo, independentemente do porte do município, ter o seguinte perfil profissional: ser um técnico de nível superior, concursado, com experiência em trabalhos comunitários e gestão de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais (FERREIRA, 2011, p. 31).

Nos subitens a seguir estão os cargos, profissões e o quantitativo das equipes de cada unidade pública e privada que fazem parte da rede de Proteção Social Básica.

o

##### 3.4.1.1. Equipe CRAS Carolina Ferrari Amadori

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é considerado a porta de entrada da Assistência Social. É um local público, localizado prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social, onde são oferecidos os serviços de Assistência Social, com o objetivo de fortalecer a convivência com a família e com a comunidade.

A data de implantação do CRAS Carolina Ferrari Amadori foi em 02 de novembro de 2009 e sua equipe está composta conforme tabela a seguir.

Tabela 92 - Equipe CRAS Carolina Ferrari Amadori

Cargo	Profissão	Carga Horária	Quantidade
Coordenador (a) / Dirigente	Pedagogo	40h	1
Técnico (a) de nível superior	Assistente Social	30h	1
Técnico (a) de nível superior	Psicólogo	20h	2
Técnico (a) de nível superior	Terapeuta Ocupacional	20h	1
Técnico (a) de nível superior	Pedagogo	20h	1
Outros	Apoio Administrativo	40h	3
Estagiário (a)	Sem formação profissional	30h	1
Serviços Gerais	Sem formação profissional	40h	2
<b>Total</b>			<b>12</b>

Fonte: CADSUAS, 26 março. 2024.

#### 3.4.1.2. Equipe CRAS Paulina Bonalume Andreatta

A data de implantação do CRAS Paulina Bonalume Andreatta foi em 08 de março de 2010 e a composição de sua equipe está na tabela a seguir.

Tabela 93 - Equipe CRAS Paulina Bonalume Andreatta

Cargo	Profissão	Carga Horária	Quantidade
Coordenador (a) / Dirigente	Assistente Social	40h	1
Técnico (a) de nível superior	Assistente Social	30h	1
Técnico (a) de nível superior	Psicólogo	20h	1
Técnico (a) de nível superior	Pedagogo	40h	1
Técnico (a) de nível médio	Apoio Administrativo	40h	1
Outros	Apoio Administrativo	40h	3
Serviços Gerais	Sem formação profissional	40h	1
<b>Total</b>			<b>9</b>

Fonte: CADSUAS, 26 março. 2024.

#### 3.4.1.3. Equipe do Centro de Convivência Genoefa Viganó

No *site* do CadSuas, não está disponível a data de implantação do Centro de Convivência Genoefa Viganó. A sua equipe está formada da seguinte forma:

Tabela 94 - Equipe do Centro de Convivência Genoefa Viganó

Cargo	Profissão	Quantidade
Coordenador (a)/ Dirigente	Pedagogo	1
Outros	Sem formação profissional	3
<b>Total</b>		<b>4</b>

Fonte: CADSUAS, 26 março. 2024.

#### 3.4.1.4. Equipe do Centro de Convivência Fundação Patobranquense do Bem-estar

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Fundação Patobranquense do Bem-estar foi implantado em 2014. A data de fundação da entidade foi em 14/05/1971 e a composição de sua equipe está disponível na tabela a seguir.

Tabela 95 - Equipe do Centro de Convivência Fundação Patobranquense do Bem-estar

Cargo	Profissão	Quantidade
Coordenador (a)/ Dirigente	Pedagogo	1
Outros	Sem formação profissional	4
Educador (a)/ Orientador (a) social	Pedagogo	4
Estagiário (a)	Sem formação profissional	1
<b>Total</b>		<b>10</b>

Fonte: CADSUAS, 26 março. 2024.

#### 3.4.1.5. Equipe do Centro de Convivência Remanso da Pedreira

A data de implantação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da entidade Remanso da Pedreira foi em 2018. A data de fundação da entidade foi em 21/02/2018 e sua equipe está formada atualmente da seguinte maneira:

Tabela 96 - Equipe do Centro de Convivência Remanso da Pedreira

Cargo	Profissão	Quantidade
Coordenador (a) / Dirigente	Administrador	1
Apoio administrativo	Sem formação profissional	3
Serviços Gerais	Sem formação Profissional	6
Educador (a)/ Orientador (a) social	Pedagogo	4
Técnico (a) de nível superior	Psicólogo	1
Técnico (a) de nível superior	Pedagogo	1
<b>Total</b>		<b>16</b>

Fonte: CADSUAS, 26 março. 2024.

#### 3.4.1.6. Equipe do Centro de Convivência Instituto Plural

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ofertado pelo Instituto Plural foi implantado em 2020, a data de fundação da entidade foi em 31/07/2018 e sua equipe está composta da seguinte forma:

Tabela 97 - Equipe do Centro de Convivência Instituto Plural

<b>Cargo</b>	<b>Profissão</b>	<b>Quantidade</b>
Coordenador (a) / Dirigente	Assistente Social	1
Educador (a)/ Orientador (a) social	Profissional de nível médio	3
Técnico (a) de nível superior	Pedagogo	1
Outros	Sem formação profissional	1
<b>Total</b>		<b>6</b>

Fonte: CADSUAS, 26 março. 2024.

### 3.4.2. Composição das equipes da Proteção Social Especial de Média Complexidade

De acordo com a NOB-RH/ SUAS (2012), a equipe de referência para a prestação de serviços e execução das ações no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), com capacidade de atendimento de 80 pessoas / indivíduos, deve ser composta de: a) 1 coordenador (a); b) 2 assistentes sociais; c) 2 psicólogos (as); d) 1 advogado (a); e) 4 profissionais de nível superior ou médio (abordagem dos usuários) e 2 auxiliares administrativos. Nos subitens a seguir estão os cargos, profissões e o quantitativo das equipes de cada unidade pública e privada que fazem parte da rede de Proteção Social Especial de Média Complexidade.

#### 3.4.2.1. Equipe do CREAS

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é uma unidade pública da política de Assistência Social onde são atendidas famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados (negligência, abandono, violência, exploração, dentre outros).

A data de implantação do CREAS no município foi em 03 de agosto de 2009 e a composição de sua equipe está na tabela a seguir.

Tabela 98 - Equipe CREAS

Cargo	Profissão	Carga Horária	Quantidade
Coordenador (a)/ Dirigente	Psicólogo	40h	1
Técnico (a) de nível superior	Assistente Social	30h	3
Técnico (a) de nível superior	Psicólogo	20h	3
Técnico (a) de nível superior	Pedagogo	40h	1
Técnico (a) de nível superior	Advogado	40h	1
Educador (a) / orientador (a) social)	Pedagogo	40h	1
Técnico (a) de nível superior	Outro profissional de nível superior	40h	1
Estagiário	Sem formação profissional	30h	3
Serviços Gerais	Sem formação profissional	40h	1
Outros	Sem formação profissional	40h	2
Apoio administrativo	Profissional de nível médio	40h	1
<b>Total</b>			<b>17</b>

Fonte: CADSUAS, 26 março. 2024.

#### 3.4.2.2. Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias - APAE

A data de implantação do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias, executado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pato Branco (APAE) foi no ano de 2014. A data de fundação da entidade foi em 16/03/1976 e sua equipe está formada da seguinte forma:

Tabela 99 - Equipe do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias (APAE)

Cargo	Profissão	Quantidade
Coordenador (a) / Dirigente	Assistente Social	1
Técnico (a) de nível superior	Psicólogo	2
<b>Total</b>		<b>3</b>

Fonte: CADSUAS, 26 março. 2024.

#### 6.2.3. Composição das equipes da Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Nos subitens a seguir estão os cargos, profissões e o quantitativo das equipes de cada unidade pública e privada que fazem parte da rede de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

##### 6.2.3.1. Equipe da Casa de Acolhimento Proteger

A data de implantação da Casa de Acolhimento Proteger foi em 17 de junho de 1996 e a composição de sua equipe está na tabela a seguir.

Tabela 100 - Equipe da Casa de Acolhimento Proteger

Cargo	Profissão	Carga Horária	Quantidade
Coordenador (a) / Dirigente	Pedagogo	40h	1
Cuidador (a)	Profissional de nível médio	40h	10
Técnico (a) de nível superior	Psicólogo	20h	1
Técnico (a) de nível superior	Assistente Social	15h	1
Serviços Gerais	Profissional de nível médio	40h	2
<b>Total</b>			<b>15</b>

Fonte: CADSUAS, 26 março. 2024.

#### 6.2.3.5. Equipe da Unidade de Acolhimento Família Acolhedora

A Unidade de Acolhimento Família Acolhedora foi criada através da Lei Ordinária n.º 5.807, de 09 de setembro de 2021 e consolidado pela Lei Ordinária n.º 5.895, de 07 de abril de 2022, a sua implantação foi em 05 de abril de 2022 e a composição de sua equipe está disponível na tabela a seguir.

Tabela 101 - Equipe da Unidade de Acolhimento Família Acolhedora

Cargo	Profissão	Carga Horária	Quantidade
Coordenador (a) / Dirigente	Psicólogo	20h	1
Técnico (a) de nível superior	Assistente Social	15h	1
Assistente administrativo	Profissional de nível médio	40h	1
Estagiário	Sem formação profissional	30h	1
<b>Total</b>			<b>4</b>

Fonte: CADSUAS, 26 março. 2024.

#### 6.2.3.6. Unidade de Acolhimento Casa de Passagem

A data de implantação da Unidade de Acolhimento Casa de Passagem foi em 10 de junho de 2022 e sua equipe é composta da seguinte maneira.

Tabela 102 - Equipe da Unidade de Acolhimento Casa de Passagem

Cargo	Profissão	Carga Horária	Quantidade
Coordenador (a) / Dirigente	Outro profissional de nível superior	40h	1
Cuidador (a)	Sem formação profissional	40h	3
Outros	Sem formação profissional	40h	3
Serviços Gerais	Sem formação profissional	40h	1
Apoio administrativo	Profissional de nível médio	30h	1
<b>Total</b>			<b>9</b>

Fonte: CADSUAS, 26 março. 2024.

### 6.2.3.2. Equipe da Unidade de Acolhimento Lar dos Idosos São Francisco de Assis

A data de implantação da Unidade de Acolhimento Lar dos Idosos São Francisco de Assis foi no dia 28 de abril de 1988 e a composição de sua equipe está na tabela a seguir.

Tabela 103 - Equipe da Unidade de Acolhimento Lar dos Idosos São Francisco de Assis

Cargo	Profissão	Quantidade
Coordenador (a)/ Dirigente	Enfermeiro	1
Cozinheiro (a)	Sem formação profissional	2
Serviços Gerais	Sem formação profissional	4
Cuidador (a)	Sem formação profissional	7
Técnico (a) de nível superior	Assistente Social	1
Outros	Sem formação profissional	1
Coordenador (a)/ Dirigente	Enfermeiro	1
<b>Total</b>		<b>16</b>

Fonte: CADSUAS, 26 março. 2024.

### 6.2.3.3. Equipe da Unidade de Acolhimento Missão Vida Nova

A data de implantação da Unidade de Acolhimento foi no dia 02 de junho de 2009. e a composição de sua equipe está na tabela a seguir.

Tabela 104 - Equipe da Unidade de Acolhimento Missão Vida Nova

Cargo	Profissão	Quantidade
Coordenar (a)/Dirigente	Pedagogo	1
Técnico (a) de nível superior	Psicólogo	1
Técnico (a) de nível superior	Enfermeiro	1
Técnico (a) de nível superior	Assistente Social	2
Apoio Administrativo	Outro profissional de nível superior	2
Cuidador (a)	Profissional de nível médio	5
Cozinheiro (a)	Profissional de nível médio	1
<b>Total</b>		<b>13</b>

Fonte: CADSUAS, 26 março. 2024.



#### 6.2.3.4. Equipe da Unidade de Acolhimento Associação dos Amigos de Prevenção ao Câncer - Gama

A data de implantação da Unidade de Acolhimento Associação dos Amigos de Prevenção ao Câncer – GAMA foi em 18 de março de 2006. Sua equipe está formada da seguinte maneira:

Tabela 105 - Equipe da Unidade de Acolhimento Associação dos Amigos de Prevenção ao Câncer - GAMA

<b>Cargo</b>	<b>Profissão</b>	<b>Quantidade</b>
Coordenador (a) / Dirigente	Administrador	1
Técnico (a) de nível superior	Psicólogo	1
Técnico (a) de nível superior	Assistente Social	1
Cuidador (a)	Sem formação profissional	1
Serviços Gerais	Profissional de nível médio	3
Cozinheiro (a)	Sem formação profissional	1
<b>Total</b>		<b>8</b>

Fonte: CADSUAS, 26 março. 2024.

A seguir, estão disponíveis os quantitativos dos atendimentos realizados pela rede socioassistencial do município, de 2017 a 2021, a partir dos dados da plataforma IDS Social e do Sistema de Registro Mensal de Atendimentos (RMA) da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), compartilhado pela SMAS com a equipe da Ser para a elaboração deste diagnóstico.

### **3.5. INDICADORES DEMANDAS DE ATENDIMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

A Proteção Social Básica (PSB), tem a função de ofertar as provisões fundamentais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), aquelas que, a princípio, todas as famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social devem acessar. Esse nível de proteção termina por dar a direção da universalidade da assistência social para quem dela necessitar, conforme previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Todo cidadão/cidadã, ao procurar os Serviços ofertados na PSB, tem minimamente o direito de ser informado, acolhido e escutado em relação a suas demandas.

O conceito de território, tal como desenvolvido pelo geógrafo Milton Santos (2006), permite compreender a forma como as relações sociais se materializam num dado espaço. O território é muito mais do que a paisagem física ou o perímetro que delimita uma comunidade, bairro ou cidade. O território é o espaço recheado pelas relações sociais passadas e presentes, a forma específica de apropriação e interação com o ambiente físico, as ofertas e as ausências de políticas públicas, as relações políticas e econômicas que o perpassam, os conflitos e os laços de solidariedade nele existentes. Isto significa dizer que, em grande medida, as potencialidades ou vulnerabilidades de uma família ou indivíduo são determinadas pelo território no qual estão inseridos.

No Município de Pató Branco, conforme já identificado anteriormente, a PSB está organizada através de dois CRAS, dois centros de Convivência, sendo um para a Pessoa Idosa e outro que atende pessoas com idade de 6 anos ou mais e ainda, três unidades privadas que ofertam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), sendo uma, para crianças e adolescentes com idade entre 6 e 15 anos, outra para crianças e adolescentes com idade entre 6 e 17 anos, e um Serviço direcionado para adolescentes na faixa etária de 15 a 17 anos.

Neste sentido, é importante apresentar alguns indicadores relacionados à quantidade de famílias que estavam cadastradas no CadÚnico, bem como pessoas, número de integrantes que residiam no mesmo domicílio, beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

### 3.5.1. Território de abrangência do CRAS Carolina Ferrari Amadori

O CRAS Carolina Ferrari Amadori, está localizado no bairro Alvorada, Região Sul do município e atende a 17 bairros, sendo eles: Alvorada, Baixada, Bonatto, Cristo Rei, Dall Ross, Gralha Azul, Industrial, Jardim Floresta, Morumbi, Novo Horizonte, Pinheirinho, Santo Antônio, São Cristóvão, São Roque, São Vicente, Sudoeste e Veneza.

A Região Sul, coberta pelo CRAS Carolina Ferrari Amadori, concentra alguns dos mais altos índices de vulnerabilidade social no município, com destaque para os bairros Alvorada e São Cristóvão. A falta de acesso a serviços básicos, como saúde e educação, e a ausência de programas de capacitação profissional agravam a situação econômica das famílias. Essas características demandam uma abordagem diferenciada para atender às necessidades dessa população, com políticas de integração social e econômica mais direcionadas. A ampliação da cobertura de serviços para essa região é necessária, uma vez que os dados apontam para um aumento contínuo nas demandas de assistência.

O elevado número de famílias cadastradas no CadÚnico, sendo 374 em situação de extrema pobreza e 1.033 em situação de pobreza, evidencia um contexto de forte desigualdade social e baixa renda. A concentração de renda per capita entre R\$ 218,01 e meio salário mínimo também sinaliza uma fragilidade econômica relevante, exigindo atenção para políticas de transferência de renda e inclusão social.

Pontua-se ainda que, conforme os dados do CadÚnico, existia no território de abrangência do CRAS Carolina, o indicativo de 1.408 famílias compostas por uma pessoa, 1.778 cadastros com duas pessoas, 1.329 com três pessoas, 688 famílias com até quatro pessoas que residiam no mesmo domicílio, 285 cadastros com 5 pessoas no domicílio, 73 registros com 6 integrantes, 18 famílias com 7 pessoas, 7 famílias com 8 pessoas, 3 cadastros com 9 pessoas e 2 famílias com 10 integrantes.

Em relação à quantidade de pessoas residentes nos territórios dos CRAS, verifica-se que existia o quantitativo de 13.795 pessoas incluídas no CadÚnico e que estavam residindo na abrangência do CRAS Carolina e desse quantitativo, cita-se que a faixa de idade de maior indicativo era a de crianças com idade entre 7 e 15 anos, com 2.570 registros, seguido de 1.994 pessoas com idade entre 25 e 34 anos e crianças de 0 a 4 anos, com 1.544.

A presença de 351 imigrantes, especialmente venezuelanos e haitianos, reflete desafios de integração social e econômica, que exigem ações específicas para garantir o acesso a direitos e serviços. Esses grupos muitas vezes enfrentam barreiras linguísticas, culturais e de acesso ao trabalho formal, o que amplia o risco de vulnerabilidades múltiplas.

Outro ponto de destaque são as pessoas com algum tipo de deficiência cadastradas no Cadastro Único, onde verifica-se que 921 pessoas incluídas naquela região possuem alguma deficiência, sendo observado que 251 pessoas idosas com mais de 65 anos possuem alguma indicação de deficiência, seguido de crianças de 7 a adolescentes de 15 anos, com 101 e de pessoas com idade entre 25 e 34 anos, com 89.

Além disso, nota-se que 663 pessoas com idade igual ou superior a 18 anos, não sabem ler e nem escrever. Desse total, 316 são pessoas com idade entre 18 e 59 anos, 73 pessoas idosas na faixa etária entre 60 e 64 anos e 274 com idade superior a 65 anos.

Constata-se também que 9.244 pessoas possuíam idade para exercer atividades laborais e conforme os dados daquele mês, nota-se que 4.613 pessoas estavam trabalhando na semana anterior a entrevista de cadastramento e 4.631 possuíam a indicação de não estarem. Em relação a função principal desempenhada nota-se que 2.933 pessoas estavam trabalhando de carteira assinada, seguido de trabalhos por conta própria (bico, autônomo), com 1.264 e 376 pessoas com a indicação de trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada.

Dos 17 bairros referenciados ao CRAS Carolina, havia o indicativo de que 13 localidades possuíam famílias que eram beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), perfazendo o quantitativo de 1.359 famílias beneficiárias, sendo identificado as maiores localidades com famílias beneficiárias, o Alvorada, com 344 registros, seguido do São Cristóvão, com 277, Sudoeste, com 135 e Santo Antônio.

Outra informação importante são os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) que residiam/residem nos territórios de abrangência das unidades dos CRAS. Verifica-se que com base na delimitação territorial existia 679 pessoas beneficiárias do BPC referenciadas ao CRAS Carolina, sendo destas, 300 idosos e 379 pessoas com deficiência. Desse total, cita-se as três localidades com maiores registros, sendo o bairro Alvorada, com 109, seguido do São Cristóvão, com 102, Jardim Floresta, com 62.

Ainda, para contextualizar o território de abrangência desta unidade, cita-se também as situações de violência e/ou violação de direitos identificadas entre os anos de 2022 e 2023, onde nota-se que houve 332 registros de violências atendidas pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), onde de acordo com esses registros, a maior incidência foi para pessoas do sexo feminino, na faixa etária de 13 a 17 anos com 74 casos, seguido de crianças com idade entre 7 e 12 anos, com 48 casos e infantes do sexo feminino, com idade de até 6 anos, com 30 registros. Desse total de violências registradas naquele território entre os dois anos, verifica-se que a maior incidência foi referente a abuso/violência sexual, com 109, seguido de violência física, com 83 e negligência com 78. Ainda, consta 5 registros de trabalho infantil.

Já em relação a aplicação de Medidas Socioeducativas (MSE), verifica-se que entre os dois anos, foram aplicadas 57 novas medidas, sendo a maior incidência nos bairros Alvorada e São Cristóvão, com 12 cada e o ato infracional com maior indicação foi o tráfico de drogas, com 17 casos, seguido de furto com 8.

Para além disso, é necessário destacar que no território de abrangência do CRAS Carolina Ferrari Amadori observa-se diversas potencialidades que fortalecem as ações de proteção social e contribuem para o desenvolvimento dos Serviços socioassistenciais.

O território conta com uma rede ampla de serviços de saúde, incluindo unidades básicas (UBS), unidades de pronto atendimento (UPA) e espaços de promoção de saúde como a Academia da Saúde - NASF. Essa estrutura de saúde promove a prevenção e o cuidado próximo à população, essencial para atender as demandas do território e contribuir para a qualidade de vida das famílias.

Na área da educação, há uma vasta oferta de escolas municipais, colégios estaduais e centros municipais de educação infantil (CMEIs), garantindo o acesso à educação básica e ao desenvolvimento infantil. Essa presença educacional, desde a infância até a adolescência, permite que as crianças e jovens cresçam em um ambiente que favorece seu aprendizado e desenvolvimento social.

As instituições socioassistenciais, como o CREAS e outras organizações, desempenham um papel fundamental no fortalecimento das redes de apoio à comunidade. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), ofertado por entidades como o Instituto Plural, FUNDABEM e o Remanso da Pedreira, atendem crianças, adolescentes e jovens, criando espaços seguros para o

desenvolvimento de habilidades e para a integração social. A possibilidade de participação de pessoas idosas que residem no território do CRAS no Centro de Convivência da Pessoa Idosa demonstra a valorização do envelhecimento ativo e o fortalecimento dos vínculos intergeracionais.

Espaços de lazer e esporte, como os parques do Gralha Azul, Cecília Cardoso e da Pedreira, além das diversas praças distribuídas nos bairros, são locais que favorecem a convivência comunitária e o bem-estar.

A presença de organizações da sociedade civil que desenvolvem atividades esportivas e de lazer complementa esses espaços, oferecendo opções de recreação e práticas saudáveis para todas as idades.

O transporte coletivo é um fator que possibilita o acesso, contribuindo o deslocamento dos moradores até o CRAS, permitindo uma maior participação nas atividades desenvolvidas.

Outro fator importante é a infraestrutura urbana com ruas asfaltadas e a presença de conjuntos habitacionais de interesse social, que proporcionam melhores condições de moradia para as famílias. Esses conjuntos habitacionais, como Nossa Terra I e II, Lago Azul e outros, são essenciais para a garantia do direito à moradia digna, promovendo a estabilidade e a inclusão social.

Também existe a presença de associações de moradores, igrejas, mercados, mercearias e farmácias, que desempenham um papel essencial na vida cotidiana e na coesão social da comunidade.

### 3.5.2. Território de abrangência do CRAS Paulina Bonalume Andreatta

Na Região Oeste encontra-se o equipamento CRAS Paulina Bonalume Andreatta, que está localizado no bairro São João e atende aos bairros Aeroporto, Alto da Glória, Bela Vista, Pagnoncelli, Planalto, São João e Vila Esperança.

De acordo com as localidades referenciadas ao CRAS Paulina Bonalume Andreatta, nota-se que existia o quantitativo de 2.061 famílias incluídas no Cadastro Único, sendo 248 em situação de extrema pobreza, 312 famílias em situação de pobreza, 624 com renda *per capita* entre R\$ 218,01 a meio salário mínimo e 877 com renda *per capita* superior a meio salário mínimo.

No que se refere à quantidade de pessoas que residiam no domicílio informado, de acordo com os dados do CadÚnico, verifica-se que 496 cadastros

indicaram apenas uma pessoa no domicílio, 652 registros contavam com até duas pessoas, 498 famílias possuíam até 3 pessoas, 260 indicaram que havia 4 pessoas, 110 cadastros estavam indicando que residiam 5 pessoas, 33 registros informavam que havia até 6 pessoas, 11 cadastros indicavam a existência de 7 pessoas que residiam no mesmo domicílio e 1 cadastro com a indicação de 8 integrantes na família.

Sobre o quantitativo de pessoas que residiam na região de abrangência do CRAS Paulina, observa-se que 5.167 pessoas cadastradas, sendo que o maior quantitativo de pessoas está na faixa etária de 7 a 15 anos, com 997 seguido de pessoas com idade entre 25 e 34 anos, com 727 e de crianças de até 4 anos, com 603.

Em relação as pessoas identificadas como imigrantes residentes naquela região, constata-se a existência de 96 pessoas de diversas nacionalidades, sendo que 42 são da República do Haiti, seguidos de 37 pessoas da Venezuela.

Outro ponto de destaque são as pessoas com algum tipo de deficiência cadastradas no Cadastro Único, onde verifica-se que 361 pessoas incluídas naquela região possuem alguma deficiência, sendo observado que 87 pessoas idosas com mais de 65 anos possuem alguma indicação de deficiência, seguido de crianças de 7 a adolescentes de 15 anos, com 40 e de pessoas com idade entre 18 e 24 anos, com 33.

Além disso, nota-se que 310 pessoas com idade igual ou superior a 18 anos, não sabem ler e nem escrever. Deste total, 139 são pessoas com idade entre 18 e 59 anos, 37 idosos com idade entre 60 e 64 anos e 134 com idade superior a 65 anos.

Constata-se também que 3.420 pessoas possuíam idade para exercer atividades laborais e conforme os dados daquele mês, nota-se que 1.597 pessoas estavam trabalhando na semana anterior a entrevista de cadastramento e 1.823 possuíam a indicação de não estarem. Em relação a função principal desempenhada nota-se que 1.056 pessoas estavam trabalhando de carteira assinada, seguido de trabalhos por conta própria (bico, autônomo), com 478 e 66 pessoas com a indicação de trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada.

Já em relação às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), identificou-se o quantitativo de 662 famílias, que estavam recebendo o benefício de transferência de renda, sendo que a localidade com maior incidência de famílias beneficiárias é no São João, com 293, seguido do Planalto, com 181 e do Bela Vista, com 88.



Em relação ao BPC, das pessoas beneficiárias que residiam no território de abrangência do CRAS Paulina, nota-se que havia um quantitativo de 301 pessoas beneficiárias, sendo 148 referentes ao BPC idoso e 153 pessoas que recebiam o BPC para pessoa com deficiência. Desse total, consta 109 pessoas que residem no bairro São João, seguido do Planalto, com 97 e do Bela Vista, com 44.

Ainda, sobre as situações de violência e/ou violação de direitos, nota-se que para a área de abrangência do CRAS Paulina, entre os anos de 2022 e 2023, foram registradas 99 situações de violências atendidas pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), onde de acordo com esses registros, a maior incidência foi para pessoas do sexo feminino, na faixa etária entre 7 e 12 anos, com 21 casos, seguido da faixa etária de 13 a 17 anos do sexo feminino, com 11 casos e pessoas idosas do sexo feminino, com 9 registros. Desse total de violências registradas naquele território entre os dois anos, verifica-se que a maior incidência foi referente a abuso/violência sexual, com 33, seguido de negligência, com 24 e violência física com 22.

Por fim, sobre os registros de Medidas Socioeducativas para essa região, entre os dois anos, foram registradas 17 novas medidas, sendo o tráfico de drogas a maior incidência, com 7 casos, seguido de lesão corporal, com 3 e posse de drogas, com 2. Sobre as localidades, o Bela Vista, contabilizou 5 registros entre os dois anos, seguido do São João, com 4 e do Planalto, com 3.

No que se refere as potencialidades do território de abrangência do CRAS Paulina Bonalume Andreatta nota-se a existência de diversas formas, as quais contribuem para o fortalecimento da proteção social das famílias atendidas.

Uma das principais características é a forte relação que o CRAS mantém com a diretoria da Associação dos Moradores, o que facilita o diálogo e a mobilização comunitária em prol de melhorias para o território. Essa parceria possibilita uma articulação mais eficiente entre o CRAS e a população, potencializando a oferta de Serviços.

O Conjunto Habitacional Vila São Pedro, uma área de habitação de interesse social, oferece moradia a diversas famílias, e sua proximidade ao CRAS facilita o acompanhamento dessas famílias em situação de vulnerabilidade.

Além disso, o território conta com importantes unidades de saúde, como as UBS São João, Planalto e Vila Esperança, além da Farmácia Pública do Planalto.



Esses serviços garantem o acesso à saúde básica para a população, favorecendo a prevenção de doenças e a promoção de um cuidado integral às famílias assistidas.

Na área da educação, há uma diversidade de instituições que atendem crianças e jovens, como as Escolas Municipais Udir Cantu Baru, Bairro Planalto, Juvenal Cardoso e Lions Clube, além dos CMEIs, como o Marilene Jareski Gomes da Silva, Bairro Planalto e Professor José Benato.

As organizações da sociedade civil (OSCs) também têm uma presença significativa no território, como a OSC Jojoca, que oferece atendimento a crianças no bairro São João, e a Fundabem, que trabalha com atividades de convivência e fortalecimento de vínculos. O Centro de Convivência da Pessoa Idosa e a Associação das Pessoas Idosas do Planalto são referências importantes no cuidado com a população idosa, promovendo a socialização idosos. Além disso, a Casa de Acolhimento Proteger reforça a rede de proteção.

O território conta também com diversos espaços de esporte e lazer, como playgrounds, pista de skate, campos sintéticos, e várias praças, como as do Planalto, Vila Esperança e loteamento Paulo Afonso, além de um bosque no Planalto. Esses locais são essenciais para a convivência comunitária, a prática de atividades físicas e o lazer, fortalecendo os laços sociais e proporcionando alternativas saudáveis para o tempo livre. A existência de poliesportivos em vários bairros reforça a oferta de atividades esportivas e culturais, contribuindo para o desenvolvimento social.

Além disso, nota-se que no território possui diversos mercados, mercearias, farmácias e cooperativas de crédito, que garantem o acesso a produtos e serviços essenciais. A feira de produtos orgânicos no bairro Planalto agrega valor à economia local e à saúde da comunidade, promovendo hábitos de alimentação mais saudáveis.

### 3.5.3. Território sem referenciamento de unidade de CRAS

Os bairros que ficaram sem referenciamento do CRAS a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) realiza atendimento pontuais, através de atendimentos pontuais e englobam os seguintes bairros: Amadori, Anchieta, Bancários, Bortot, Brasília, Cadorin, Centro, Fraron, Jardim das Américas, Jardim Primavera, La Salle, Menino Deus, Parque do Som, Parzianello, Pinheiros, Sambugaro, Santa Terezinha, São Francisco, São Luiz, São Roque do Chopim, Trevo da Guarani, Vila Isabel e as comunidades rurais, região denominada como Interior. Os bairros que ficaram sem

referenciamento do CRAS, a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) realiza atendimentos pontuais, através de atendimentos pontuais e englobam os seguintes bairros: Amadori, Anchieta, Bancários, Bortot, Brasília, Cadorin, Centro, Fraron, Jardim das Américas, Jardim Primavera, La Salle, Menino Deus, Parque do Som, Parzianello, Pinheiros, Sambugaro, Santa Terezinha, São Francisco, São Luiz, São Roque do Chopim, Trevo da Guarani, Vila Isabel e as comunidades rurais, região denominada como Interior.

Reforça-se que, com relação aos quantitativos de famílias que não residem nas áreas de abrangência dos CRAS, essa demanda é suprida pela SMAS, que realiza os atendimentos do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e atendimentos sociais relacionados à concessão de benefícios eventuais, encaminhamento para BPC, passe livre estadual e intermunicipal e atendimentos do Departamento de Habitação.

As famílias incluídas no Cadastro Único que estavam fora da área de abrangência de uma unidade de CRAS, nota-se que existia o quantitativo de 2.964 famílias incluídas no Cadastro Único, sendo 207 em situação de extrema pobreza, 203 famílias em situação de pobreza, 808 com renda *per capita* entre R\$ 218,01 a meio salário mínimo e 1.746 famílias com renda *per capita* superior a meio salário mínimo.

No que se refere à quantidade de pessoas que residiam no mesmo domicílio, de acordo com os dados do CadÚnico, verifica-se que 1.199 cadastros indicaram apenas uma pessoa no domicílio, 777 registros contavam com até duas pessoas, 578 famílias possuíam até 3 pessoas, 286 indicaram que havia 4 pessoas, 92 cadastros estavam indicando que residiam 5 pessoas, 22 registros informavam que havia até 6 pessoas, 8 cadastros indicavam a existência de 7 pessoas que residiam no mesmo domicílio e também existia o indicativo de 1 família com 8 e 9 pessoas que residiam no mesmo domicílio, respectivamente.

Em relação à quantidade de pessoas para essa região, verifica-se que existia o quantitativo de 6.296 pessoas, cuja faixa de idade de maior indicativo era a de adultos com idade entre 25 e 34 anos, com o total de 1.198 registros, seguido de crianças com idade entre 7 anos e adolescentes de 15 anos, com 854 e de jovens de 18 a 24 anos, com 743.

Pessoas identificadas como imigrantes residentes naquela região, constata-se a existência de 222 pessoas de diversas nacionalidades, sendo que 116 são da República do Haiti, seguidos de 57 pessoas da Venezuela.

Outro ponto de destaque são as pessoas com algum tipo de deficiência cadastradas no Cadastro Único, onde verifica-se que 366 pessoas incluídas naquela região possuem alguma deficiência, sendo observado que 70 pessoas idosas com mais de 65 anos possuem alguma indicação de deficiência, seguido de pessoas com a idade entre 25 e 34 anos, com 40 e de crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 15 anos, com 33.

Além disso, nota-se que 227 pessoas com idade igual ou superior a 18 anos, não sabem ler e nem escrever. Deste total, 105 são de pessoas com idade entre 18 e 59 anos, 20 pessoas idosas na faixa etária de 60 e 64 anos e 102 idosos com idade superior a 65 anos.

Constata-se também que 4.743 pessoas possuíam idade para exercer atividades laborais e conforme os dados daquele mês, nota-se que 2.256 pessoas estavam trabalhando na semana anterior a entrevista de cadastramento e 2.487 possuíam a indicação de não estarem. Em relação a função principal desempenhada nota-se que 1.612 pessoas estavam trabalhando de carteira assinada, seguido de trabalhos por conta própria (bico, autônomo), com 517 e 96 pessoas com a indicação de trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada.

Em relação às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), existia o indicativo de 38 localidades possuíam famílias que eram beneficiárias do PAB, perfazendo o quantitativo de 411 famílias beneficiárias. Desse total, aponta-se que 87 famílias residiam no interior.

Já o número de beneficiários do BPC, com base na delimitação territorial, era de 355 pessoas beneficiárias do BPC para essa área de abrangência, sendo destas, 163 idosos e 192 pessoas com deficiência.

As violências e violações de direito, verifica-se que para essa região houve 154 registros entre os dois anos, sendo 69 casos em 2022 e 85 ocorrências em 2023. A Faixa etária com maior incidência entre os dois anos, foi a de adolescentes com idade entre 13 e 17 anos, do sexo feminino, representando 29 casos, seguido de pessoas idosas, também do sexo feminino, totalizando 16 registros e de meninas com idade entre 7 e 12 anos, com 14 registros. A violência física esteve a frente nos casos,

sendo indicado 40 situações para este tipo, seguido da violência psicológica, com 35 e de abuso/violência sexual, com 34 casos.

Sobre os registros de Medidas Socioeducativas, houve entre os dois anos a ocorrência de 18 casos para essa região, estando o tráfico de drogas a frente dos atos infracionais, com 8 casos, seguido de posse de drogas, com 2 casos e dano ao patrimônio, com 2 casos. A localidade com a maior incidência foi o centro, com 6 registros, seguido do La Salle, com 4 e do São Roque do Chopim, com 2.

Neste território nota-se uma ampla gama potencialidades que contribuem significativamente para o bem-estar da população. A Secretaria Municipal de Assistência Social atua como uma referência importante na oferta de proteção social, coordenando as políticas públicas e serviços destinados a atender as demandas sociais de todos os territórios. O Lar dos Idosos São Francisco de Assis e o serviço de acolhimento em família acolhedora são Serviços que garantem acolhimento e cuidado, especialmente para as populações vulneráveis, como idosos e crianças em situação de risco. O Conselho Tutelar e o Ministério Público também exercem papéis fundamentais na defesa de direitos e na garantia da proteção da criança e do adolescente, atuando de forma integrada com outros serviços do território.

Na área educacional, o território conta com unidades da rede municipal, estadual e privada, além do CEEBJA, que oferece uma alternativa para a educação de jovens e adultos. A presença de instituições de ensino superior amplia as oportunidades de formação acadêmica e profissional para a população local, favorecendo o desenvolvimento pessoal e econômico. No campo da saúde, a população é atendida por unidades de atenção primária localizadas em diversos bairros, como Central, Fraron, Bortot, São Francisco e Parque do Som, além de contar com a farmácia pública, CAPS, CAPSi e hospitais.

O território é rico em espaços de lazer e esporte, destacando-se o Largo da Liberdade, os poliesportivos espalhados pelos bairros, o Parque Ambiental Vitório Piassa e os bosques no bairro Sambugaro. Esses espaços oferecem áreas para a convivência comunitária, práticas esportivas e momentos de lazer, o que é fundamental para a promoção de um estilo de vida saudável e o fortalecimento dos vínculos sociais.

A presença de secretarias municipais e da Agência do Trabalhador facilita o acesso a serviços públicos e oportunidades de emprego, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da população.

Além disso, o comércio local, os mercados, as instituições financeiras, farmácias e igrejas oferecem suporte às necessidades diárias da população, sendo pilares importantes da vida econômica e social. A oferta variada de serviços comerciais e religiosos ajuda a sustentar a qualidade de vida dos moradores e promove a integração social. O território é o que possui mais equipamentos, áreas de lazer e esporte, o que potencializa seu desenvolvimento e a qualidade de vida das pessoas que nele residem.

Por fim, o Plano Diretor do município direciona o crescimento da cidade para a zona norte, evidenciando a importância desse território para o futuro desenvolvimento urbano. Essa orientação garante que o crescimento ocorra de maneira planejada e sustentável, visando ampliar ainda mais os serviços, infraestrutura e oportunidades disponíveis para a população, consolidando o território como um polo de oportunidades e bem-estar.

#### 3.5.4. Famílias acompanhadas/atendidas no PAIF

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) oferta ações socioassistenciais de forma continuada, por meio do trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de prevenir o rompimento dos vínculos familiares e a violência no âmbito de suas relações, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária. O PAIF é uma atribuição exclusiva do poder público e é desenvolvido necessariamente no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, os usuários deste serviço são famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e / ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social presentes nos territórios de abrangência dos CRAS, em especial:

- Famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais;
- Famílias que atendem os critérios de elegibilidade a tais programas ou benefícios, mas que ainda não foram contempladas;

- Famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por algum de seus membros;
- Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social.

Nos subitens a seguir estão quantificados os perfis das famílias que estavam em acompanhamento pelo PAIF em cada um dos CRAS do município. Importante mencionar que, em nenhum dos CRAS foram identificadas famílias com crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, na base de dados dos RMAs.

Ressalta-se que conforme o Manual de preenchimento do RMA do CRAS, o acompanhamento familiar pelo PAIF é uma ação continuada; as famílias tendem a permanecer em acompanhamento por mais de um mês. Assim, o RMA é sempre alimentado após o encerramento do mês de referência para que se possa fazer o registro das atividades realizadas durante todo o período do mês. As mesmas famílias podem permanecer em acompanhamento por mais de um mês, por isso, ao apresentar as tabelas com o total de famílias acompanhadas entre os anos de 2022 e 2023, esse total de famílias em acompanhamento é o resultado da soma entre a quantidade de famílias que já vinham sendo acompanhadas pelo PAIF e a quantidade de novas famílias que foram inseridas no Serviço no ano apresentado.

É importante pontuar que uma mesma família pode enquadrar-se, simultaneamente, em mais de uma categoria apresentada na sequência. Esses itens buscam identificar algumas características dessas famílias incluídas entre o período analisado.

#### 3.5.4.1. Famílias acompanhadas/atendidas no PAIF no CRAS Carolina Ferrari Amadori

O acompanhamento e atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social é fundamental <sup>52</sup>a Política de Assistência Social, e o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) desempenha um papel central nesse contexto. Ao analisarmos os dados referentes ao número de famílias em acompanhamento/atendimento pelo PAIF entre os anos de 2017 e 2023, podemos

---

<sup>52</sup> O quantitativo total de famílias acompanhadas no ano é um dado agregado

identificar tendências e inferir sobre a eficácia e a relevância desse serviço ao longo do tempo.

Percebe-se um decréscimo no número de famílias atendidas/acompanhadas durante os primeiros anos do período analisado, com uma redução significativa de 2.861 famílias em 2017 para 1.228 famílias em 2019.

Entretanto, é interessante notar que, a partir de 2019, o número de famílias em acompanhamento parece estabilizar, com variações menores entre os anos subsequentes. No ano de 2020 o número de famílias acompanhadas pelas unidades de CRAS teve um leve aumento, passado para 1.320 famílias, mesmo com a crise sanitária ocasionada pela pandemia da Covid-19. No ano de 2021 o número de famílias acompanhadas novamente aumentou para 1.439 famílias.

Com relação ao número de famílias em acompanhamento pelo PAIF, no CRAS Carolina Ferrari Amadori, entre 2022 e 2023 houve um aumento no quantitativo de famílias acompanhadas pelo serviço, indicando uma demanda para inclusão no atendimento/acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade daquele território. Além disso, o número de novas famílias inseridas no acompanhamento do PAIF também foi constante, sendo 72 em 2022 e 73 em 2023.

Ao analisarmos a média de famílias atendidas por ano, observamos uma redução gradual ao longo do período. Essa diminuição na média de inclusões é visível principalmente no ano em que ocorreu a pandemia, sendo verificado que entre os anos de 2021 e 2023, o número de novas famílias vem aumentando.

É importante ressaltar que o contexto socioeconômico e político exerce uma influência significativa no número de famílias em situação de vulnerabilidade e, conseqüentemente, na demanda pelos Serviços da Assistência Social.

Apesar das variações observadas nos dados, é evidente a importância e a estabilidade do Serviço do PAIF ao longo do período analisado. O acompanhamento e atendimento continuado de famílias em situação de vulnerabilidade social são essenciais para prevenir o rompimento de vínculos familiares, promover a convivência familiar e comunitária e garantir o acesso a direitos fundamentais. Assim, a análise desses dados não apenas nos permite compreender as tendências e desafios enfrentados pelas famílias, mas também reforça a necessidade de investimento e aprimoramento contínuo nesse campo.

Em relação a inclusão das novas famílias no PAIF, desde 2017, observamos uma variação considerável neste número. Em 2017 e 2018, houve um aumento



progressivo no número de novas famílias inseridas no acompanhamento do PAIF, indicando uma maior identificação e encaminhamento de famílias em situação de vulnerabilidade.

No entanto, a partir de 2019, observamos uma queda significativa no número de novas famílias atendidas, com apenas 47 novas famílias inseridas no acompanhamento do PAIF.

Um ponto de inflexão notável ocorreu em 2020, quando apenas 8 novas famílias foram inseridas no acompanhamento do PAIF. Esse declínio acentuado pode ser diretamente atribuído à crise sanitária provocada pela pandemia de COVID-19. As medidas de distanciamento social e as restrições de mobilidade dificultaram a identificação e o encaminhamento de novas famílias em situação de vulnerabilidade.

No entanto, mesmo diante dos desafios impostos pela pandemia, observamos aumento gradual no número de novas famílias atendidas nos anos seguintes. Em 2021, o número aumentou para 31 novas famílias, e em 2022 e 2023, o total foi de 72 e 73 novas famílias, respectivamente.

Tabela 106 - Famílias atendidas/acompanhadas por ano no PAIF (CRAS Carolina Ferrari Amadori)

Ano	Famílias em acompanhamento pelo PAIF		Novas famílias inseridas no acompanhamento do PAIF	
	Total	Média	Total	Média
2017	2.861	338,42	130	10,83
2018	2.319	193,25	167	13,92
2019	1.228	102,33	47	3,92
2020	1.320	110,00	8	0,67
2021	1.439	119,92	31	2,58
2022	1.239	103,25	72	6,00
2023	1.381	115,08	73	6,08

Fonte: SNAS, 2024.

#### 3.5.4.1.1. Perfil das famílias incluídas no PAIF CRAS Carolina Ferrari Amadori

Ao analisarmos os dados das novas famílias inseridas em acompanhamento no PAIF entre os anos de 2017 e 2023, na tabela a seguir, podemos perceber as características e as necessidades das famílias atendidas, bem como identificar possíveis áreas de intervenção e aprimoramento nos Serviços ofertados.

Observa-se um aumento gradual no número de famílias em situação de extrema pobreza inseridas no acompanhamento do PAIF ao longo dos anos, com aumento em 2022, com 19 famílias nessa situação. Esse aumento indica uma melhoria na identificação de famílias em extrema pobreza para inclusão no Serviço.



No entanto, é interessante notar que, em 2020, houve uma diminuição na inserção de novas famílias no geral. Esse fenômeno está atribuído à crise sanitária ocasionada pelo COVID-19, que impôs restrições e desafios significativos aos Serviços. As medidas de distanciamento social e as restrições de mobilidade impactaram diretamente no atendimento/acompanhamento das famílias.

Outro ponto de destaque é a variação no número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família inseridas no acompanhamento do PAIF ao longo do período. Após o registro de 108 famílias beneficiárias em 2018, houve uma queda em 2019 para 20 e seguida por um aumento gradual nos anos seguintes.

Além disso, os dados mostram um número relativamente baixo de famílias inseridas de beneficiários do Programa Bolsa Família em descumprimento de condicionalidades, com variações mínimas ao longo dos anos, sendo identificado isso até o ano de 2019 e após houve o declínio na inclusão. Essa redução ocorreu principalmente nos anos de 2020 e 2021, pois o descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família, foram suspensos devido a Pandemia da Covid-19 e a as atividades presenciais na rede escolar.

A inserção de famílias com membros beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) no acompanhamento do PAIF é relativamente estável ao longo do período, indicando uma demanda constante por serviços de assistência social por parte dessas famílias que possuem integrantes beneficiários, identificados com alguma situação de vulnerabilidade.

Além disso, é importante mencionar os dados relacionados às famílias com crianças e adolescentes em Serviços de Acolhimento. Observamos uma variação no número dessas famílias inseridas no acompanhamento do PAIF ao longo dos anos, com um aumento significativo a partir de 2021, com 9 casos e em 2022, com 10 casos, reduzindo em 2023, para 6. Cabe ressaltar que, para este campo de registro a orientação é de que devem ser incluídas famílias com crianças e/ou adolescentes em situação ou egressos de Serviços de Acolhimento seja Institucional ou Familiar, isto é, a situação do acolhimento pode não ter ocorrido no ano da inclusão no Serviço.

Assim, surge a necessidade de aprimorar os processos de busca ativa para inclusão no Serviço, visto que de acordo com os dados apresentados anteriormente, o território possui uma elevada quantidade de famílias em situação de vulnerabilidade social, incluindo aquelas em extrema pobreza, pessoas com deficiência, imigrantes e altos índices de violência, o que evidencia a importância de intensificar as ações

preventivas e interventivas para garantir o acesso aos direitos e às políticas de proteção social.

Tabela 107 – Perfil das novas famílias PAIF (CRAS Carolina Ferrari Amadori)

<b>Perfil das novas famílias inseridas em acompanhamento no PAIF</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>
Famílias em situação de extrema pobreza	2	7	8	1	9	19	9
Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	80	108	20	3	15	22	34
Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em descumprimento de condicionalidades	13	29	6	0 <sup>53</sup>	0	1	1
Famílias com membros beneficiários do BPC	19	22	3	0	3	4	1
Famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil	0	0	0	0	0	0	1
Famílias com crianças e adolescentes em Serviços de Acolhimento	4	4	5	0	9	10	6

Fonte: SNAS, 2024.

#### 3.5.4.1.2. Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF

A análise dos dados das famílias que participaram dos grupos do PAIF na unidade, mostra um crescimento constante no Serviço do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Alvorada ao longo dos anos de 2017 e 2023.

No contexto do trabalho social, o acompanhamento familiar desempenha um papel fundamental na promoção do bem-estar e na superação das situações vivenciadas pelos indivíduos e famílias em vulnerabilidade. Dentro desse espectro, o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), através das atividades coletivas com as famílias, destaca-se como uma importante ferramenta, no atendimento/acompanhamento.

Inicialmente, destaca-se o considerável declínio na participação das famílias nos grupos regulares do PAIF ao longo do período analisado. Em 2017, houve um total de 1.278 famílias participaram regularmente, enquanto em 2020 esse número diminuiu para 48 famílias.

<sup>53</sup> Nos anos de 2020 e 2021 o descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família foram suspensas devido a Pandemia da Covid-19 e a suspensão das atividades presenciais na rede escolar.

É crucial ressaltar que o ano de 2020 foi marcado pela pandemia do COVID-19, o que impactou a participação das famílias em atividades presenciais. As restrições de mobilidade, as medidas de distanciamento social e as preocupações com a saúde contribuíram para a queda acentuada na participação, refletida nos dados contidos na tabela a seguir. No entanto, mesmo diante desses desafios, é interessante observar um aumento nos anos seguintes à pandemia. Em 2021 e 2022, houve um aumento no número de famílias participantes, atingindo 118 e 217 famílias, respectivamente.

Ao promover a participação ativa das famílias em grupos regulares, o PAIF não apenas oferece suporte prático, mas também cria oportunidades para fortalecer os laços comunitários, compartilhar conhecimentos e construir redes de apoio.

Tabela 108 - Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF CRAS Alvorada

<b>Ano</b>	<b>Total</b>	<b>Média</b>
<b>2017</b>	1.278	106,5
<b>2018</b>	671	55,92
<b>2019</b>	105	8,75
<b>2020</b>	48	4,00
<b>2021</b>	118	9,83
<b>2022</b>	217	18,08
<b>2023</b>	234	19,50

Fonte: SNAS, 2024.

#### 3.5.4.2. Famílias acompanhadas/atendidas no PAIF no CRAS Paulina Bonalume Andreatta

No CRAS Paulina Bonalume Andreatta, conhecido como CRAS São João, apresentou aumento no número de famílias em acompanhamento pelo PAIF, entre 2017 e 2023.

Ao longo desse período, observamos uma relativa estabilidade no número total de famílias em acompanhamento pelo PAIF, com médias anuais oscilando entre 96,42 e 138,42. Essa tendência sugere uma demanda constante pelos serviços oferecidos pelo PAIF, indicando a importância contínua desses serviços na promoção do bem-estar e da inclusão social das famílias em situação de vulnerabilidade.

No entanto, um ponto de inflexão significativo ocorreu em 2020, quando houve uma diminuição no número de novas famílias inseridas no acompanhamento do PAIF, com apenas 10 novas famílias registradas durante o ano inteiro. Essa redução está

atribuída à pandemia de COVID-19, que impôs restrições de mobilidade, distanciamento social e outras medidas de contenção, limitando a identificação de novas famílias em situação de vulnerabilidade.

Apesar do impacto inicial da pandemia, observamos uma recuperação gradual nos anos seguintes, com um aumento significativo no número de novas famílias inseridas no acompanhamento do PAIF em 2022 e 2023.

Em 2022, o total de famílias em acompanhamento foi registrado em 1.487, com uma média aproximada de 123,92 famílias. Esse número aumentou em 2023 para 1.661 famílias, refletindo uma média de aproximadamente 138,42 famílias.

Em 2022, foram inseridas no acompanhamento do PAIF um total de 55 novas famílias, com uma média aproximada de 4,58 por período. Esse número aumentou em 2023 para 62 famílias, refletindo uma média de cerca de 5,17 novas famílias por período.

Tabela 109 -Famílias atendidas/acompanhadas por ano no PAIF (CRAS Paulina Bonalume Andreatta)

Ano	Famílias em acompanhamento pelo PAIF		Novas famílias inseridas no acompanhamento do PAIF	
	Total	Média	Total	Média
<b>2017</b>	1.191	99,25	106	8,83
<b>2018</b>	1.631	135,92	23	1,92
<b>2019</b>	1.335	112,92	35	2,92
<b>2020</b>	1.261	105,08	10	0,83
<b>2021</b>	1.157	96,42	2	0,17
<b>2022</b>	1.487	123,92	55	4,58
<b>2023</b>	1.661	138,42	62	5,17

Fonte: SNAS, 2024.

#### 3.5.4.2.1. Perfil das famílias incluídas no PAIF CRAS Paulina Bonalume Andreatta

A análise dos dados das novas famílias inseridas no acompanhamento do PAIF do CRAS Paulina Bonalume Andreatta entre os anos de 2017 e 2023, apresentando na tabela a seguir, apresenta uma série de informações sobre o perfil dessas famílias nesse território específico.

Inicialmente, observamos uma tendência variável no número de novas famílias inseridas no acompanhamento do PAIF ao longo dos anos, havendo um aumento significativo no número de famílias em situação de extrema pobreza inseridas no acompanhamento do PAIF entre 2022 e 2023. Esse número de famílias em situação de extrema pobreza inseridas no acompanhamento/atendimento é devido

ao território do CRAS possuir a localidade com maior indicativo de famílias nessa condição.

Além disso, os dados apresentam variações nos números de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família inseridas no acompanhamento do PAIF ao longo dos anos, principalmente, nota-se o decréscimo no ano de 2020, devido a emergência ocasionada pela COVID-19.

É importante destacar também a presença de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em descumprimento de condicionalidades. Evidencia-se que entre os anos analisados, em 2017 foi o ano de maior inclusão de famílias com integrantes em descumprimento e nota-se que após 2020, esse número vem aumentando constantemente, sendo identificado as situações de vulnerabilidade que a família vivencia e realizado a inclusão no Serviço.

Outro aspecto relevante é a presença de famílias com membros beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), cujo número apresenta variações ao longo do período analisado.

Por fim, a inserção de famílias com crianças e adolescentes em Serviços de Acolhimento mostra uma relativa estabilidade ao longo dos anos, com pequenas variações. Esse aspecto destaca a importância contínua do acompanhamento e da intervenção para garantir o bem-estar e a proteção das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Apesar do aumento de novas famílias incluídas no Serviço no ano de 2023 em relação ao perfil apresentado na tabela a seguir, é importante destacar a necessidade de ampliar os processos de busca ativa no Serviço, pois conforme apresentado nos dados anteriormente, existe uma demanda reprimida significativa de famílias que, embora se encontrem em situação de vulnerabilidade, ainda não foram incluídas no atendimento ou não acessam os serviços de forma regular. Isso aponta para a importância de estratégias para a identificação e inclusão dessas famílias, especialmente aquelas em situação de extrema pobreza ou vulnerabilidade social elevada.

Tabela 110 – Perfil das novas famílias PAIF CRAS Paulina Bonalume Andreatta

<b>Perfil das novas famílias inseridas em acompanhamento no PAIF</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>
Famílias em situação de extrema pobreza	0	3	8	2	0	24	17
Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	95	16	20	2	0	19	46
Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em descumprimento de condicionalidades	48	6	15	1	0	2	21
Famílias com membros beneficiários do BPC	9	2	1	1	0	5	3
Famílias com crianças e adolescentes em Serviços de Acolhimento	2	2	0	0	1	2	3

Fonte: SNAS, 2024.

#### 3.5.4.2.2. Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF

Os dados contidos na tabela a seguir apresentam o número de famílias que participaram de atividades coletivas do PAIF ao longo dos anos de 2017 e 2023. É importante observar a tendência de queda na participação das famílias ao longo do período analisado. Em 2017, um total de 675 famílias participaram regularmente dos grupos, um número que diminuiu gradualmente ao longo dos anos, chegando a 119 em 2023.

No entanto, é crucial novamente destacar o impacto significativo da pandemia do COVID-19 nos anos de 2020 e 2021. Em 2020, o número de famílias participantes caiu para apenas 36, refletindo as restrições de mobilidade e as medidas de distanciamento social implementadas para conter a propagação do vírus. Em 2021, conforme os registros, não houve informação de famílias participantes, indicando um período de interrupção nas atividades coletivas com as famílias do PAIF CRAS Paulina Bonalume Andreatta.

Apesar desses desafios, observa-se uma recuperação parcial na participação das famílias nos anos seguintes. Em 2022 e 2023, o número de famílias participantes aumentou para 136 e 119, respectivamente. Esse aumento gradativo que ocorreu nesses dois anos, evidencia-se pelo trabalho social realizado particularmente com as famílias atendidas.

Tabela 111 - Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF CRAS Paulina Bonalume Andreatta

<b>Ano</b>	<b>Total</b>	<b>Média</b>
<b>2017</b>	675	56,25
<b>2018</b>	516	43,00
<b>2019</b>	181	15,08
<b>2020</b>	36	3,00
<b>2021</b>	0	0,00
<b>2022</b>	136	11,33
<b>2023</b>	119	9,92

Fonte: SNAS, 2024.

### 3.5.5. Dados da evolução dos atendimentos

A partir dos dados dos relatórios de atendimentos por pessoa e família, realizados de 2022 a 2023, apresenta-se nos gráficos a seguir os quantitativos por ano, para acompanhamento da evolução dos atendimentos, dos CRAS Carolina Ferrari Amadori (Alvorada) e Paulina Bonalume Andreatta (São João) e da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Primeiramente, é notável o aumento geral no número de atendimentos em todas as unidades e na Secretaria de Assistência Social de um ano para o outro. O total geral de atendimentos cresceu de 24.377 em 2022 para 28.508 em 2023, indicando um aumento de 4.131 atendimentos, o que representa um crescimento significativo de aproximadamente 16,9%. Esse aumento é interpretado como um reflexo do aumento das demandas para acesso aos programas e benefícios eventuais ofertados, indicando ainda uma visão deturpada sobre a eventualidade proposta pelas orientações técnicas quanto a concessão de benefícios no SUAS com outras políticas públicas.

Ao analisar as unidades individualmente, observa-se que o CRAS Carolina Ferrari Amadori apresentou um aumento de 550 atendimentos, passando de 12.241 em 2022 para 12.791 em 2023. Embora esse crescimento seja menor em comparação com outras unidades, ele demonstra uma demanda contínua pelos serviços oferecidos. As médias de atendimentos foram de 1.020,08 em 2022 e 1.065,92 em 2023.

Do total de atendimentos registrados, em 2022, os profissionais de nível superior do CRAS Carolina realizaram 5.430 atendimentos, com uma média de 452 atendimentos mensais. Por outro lado, os profissionais de nível médio, que atendem exclusivamente no Cadastro Único, registraram 3.627 atendimentos, com uma média

mensal de 302 atendimentos. Em 2023, nota-se uma redução nos atendimentos dos profissionais de nível superior, totalizando 5.035, com uma média de 419 atendimentos mensais, enquanto os atendimentos realizados pelos profissionais do Cadastro Único aumentaram significativamente, totalizando 5.729 atendimentos, com uma média de 477 registros mensais.

A Secretaria de Assistência Social também registrou um aumento significativo no número de atendimentos, passando de 7.199 em 2022 para 7.571 em 2023. Esse crescimento de 372 atendimentos indica uma maior procura pelos serviços oferecidos pela secretaria, com médias de atendimentos em 2022 e 2023 de 599,92 e 630,92 respectivamente.

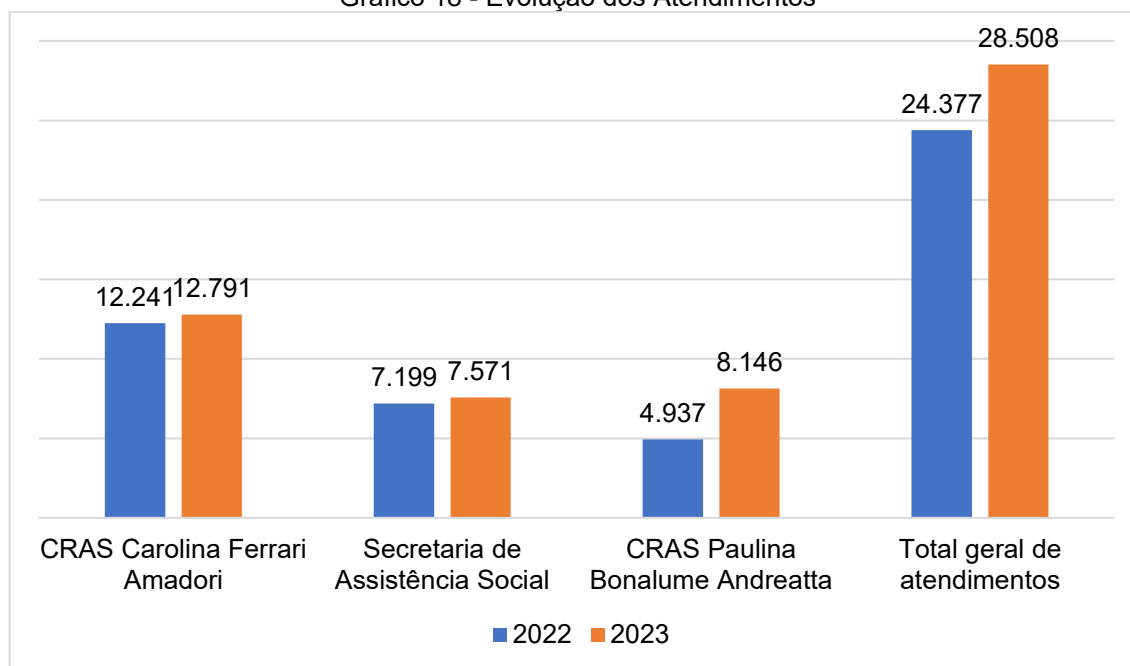
O CRAS Paulina Bonalume Andreatta se destaca como a unidade com o maior crescimento percentual no número de atendimentos, passando de 4.937 em 2022 para 8.146 em 2023, o que representa um aumento de 3.209 atendimentos entre os dois anos. Esse crescimento, de aproximadamente 65%, indica uma demanda crescente pelo acesso a programas e benefícios socioassistenciais, com médias de atendimentos de 411,42 em 2022 e 678,83 em 2023.

Além disso, observa-se que os atendimentos de nível superior, em 2022, somaram 2.259 registros, com uma média de 188 atendimentos mensais, enquanto os profissionais que atuam com o Cadastro Único realizaram 2.816 atendimentos, com média de 234 atendimentos mensais. Em 2023, os atendimentos de nível superior aumentaram para 3.304, com uma média de 275 atendimentos mensais, e os atendimentos realizados pelos profissionais do Cadastro Único também cresceram, totalizando 3.964 registros, com uma média de 330 atendimentos mensais.

Ao analisar as médias de atendimentos por unidade, é possível notar que o CRAS Carolina Ferrari Amadori tem a maior média de atendimentos em ambos os anos, seguido pelo CRAS Paulina Bonalume Andreatta e pela Secretaria de Assistência Social.



Gráfico 18 - Evolução dos Atendimentos



Fonte: IDS Social, abril 2024.

Assim, é notório o descompasso entre o tamanho das demandas sociais identificadas entre os dois anos, a quantidade famílias incluídas no CadÚnico, os atendimentos realizados pelos profissionais, o que vai de antemão aos princípios já identificados da Proteção Social Básica, demonstrando que a atual estrutura humana não dá conta de suprir as demandas.

Percebe-se que o trabalho dos profissionais que integram a Proteção Social Básica, que promovem o acesso a programas, projetos, serviços e benefícios assemelha-se ao processo de “enxugar gelo”, ou seja, não estão conseguindo dar conta da expressiva demanda, bem como, desenvolver a contento o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, sendo este o carro-chefe do CRAS.

Nessa esteira, observa-se que os recursos humanos disponíveis para o atendimento da população, na garantia de direitos e na proteção social, com foco na prevenção, são exíguos em relação ao estabelecido pela NOB/RH SUAS. Isso, via de regra, faz com que as equipes não consigam atender e acompanhar a demanda, aumentando assim o risco social, acarretando a elevação dos casos em acompanhamento na Proteção Social Especial.

Para além disso, **correlacionando a demanda de atendimento e a capacidade estrutural e de profissionais, nota-se que os atendimentos na unidade do CRAS Carolina Ferrari Amadori são superiores as quantidades de**

**profissionais disponíveis.** Esta unidade, que atende a 17 bairros do município, realizou 12.791 atendimentos em 2023. Esse descompasso indica uma sobrecarga operacional que sugere a necessidade de revisar a territorialização de referenciamento da unidade, pois o número de famílias referenciadas (5.000) já supera a quantidade recomendada. É fundamental reavaliar a distribuição territorial para equilibrar melhor a demanda e a capacidade de atendimento, garantindo um serviço mais eficaz e eficiente.

#### 3.5.5.1. Motivos de atendimentos

Em relação aos motivos dos atendimentos registrados pelos profissionais nas unidades de atendimento dos CRAS e da Secretaria de Assistência Social, entre os anos de 2022 e 2023, nota-se que ao todo foram informados 89 motivos, os quais servem como indicadores de demandas para acesso aos serviços, programas, projetos e benefícios.

Neste sentido, tendo como base o alto número de motivos de atendimentos registrados, optou-se por apresentar apenas os 5 que tiveram maiores incidências de registros entre os anos.

A demanda por atendimento na Secretaria de Assistência Social no ano de 2022, através do motivo de informações foi notavelmente alta, com 1.595 atendimentos registrados. Esse número expressivo sugere a busca sobre os serviços disponíveis, seus direitos e como acessá-los. Paralelamente, o atendimento social, realizado pelas Assistentes Sociais, também foram amplamente procurados, com 1.483 atendimentos. A atualização do Cadastro Único foi outro motivo comum, com 850 atendimentos, evidenciando a importância de manter as informações cadastrais precisas e atualizadas para garantir o acesso a programas e benefícios sociais.

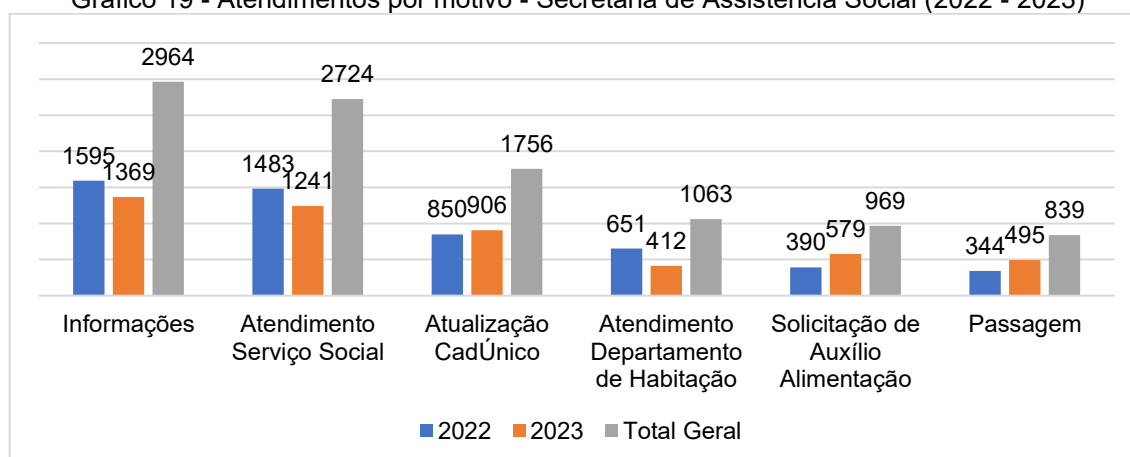
Além disso, as questões relacionadas à habitação e à segurança alimentar também estiveram entre as principais demandas em 2022. O motivo de atendimento Departamento de Habitação registrou 651 atendimentos, apontando para uma necessidade em questões habitacionais. Enquanto isso, a solicitação de auxílio alimentação foi motivo para 390 atendimentos, destacando a necessidade do acesso a alimentos adequados para a população atendida.

No ano seguinte, em 2023, observaram-se algumas mudanças nesses padrões de demanda. Embora ainda liderando a lista, o número de atendimentos relacionados a informações diminuiu para 1.369. Paralelamente, o motivo de atendimento Assistente Social também diminuiu para 1.241.

Por outro lado, alguns motivos de atendimento mostraram aumento em 2023. A atualização do Cadastro Único aumentou ligeiramente para 906 atendimentos, sugerindo uma maior conscientização sobre a importância desse procedimento. Além disso, houve um aumento significativo nos atendimentos relacionados à solicitação de auxílio alimentação, passando para 579 atendimentos, indicando uma crescente demanda com a segurança alimentar.

Outro motivo que apresentou aumento foi a solicitação de passagem, contabilizando 495 naquele ano, refletindo um aumento na demanda para fornecimento do benefício eventual para pessoas migrantes.

Gráfico 19 - Atendimentos por motivo - Secretaria de Assistência Social (2022 - 2023)



Fonte: IDS Social, abril 2024.

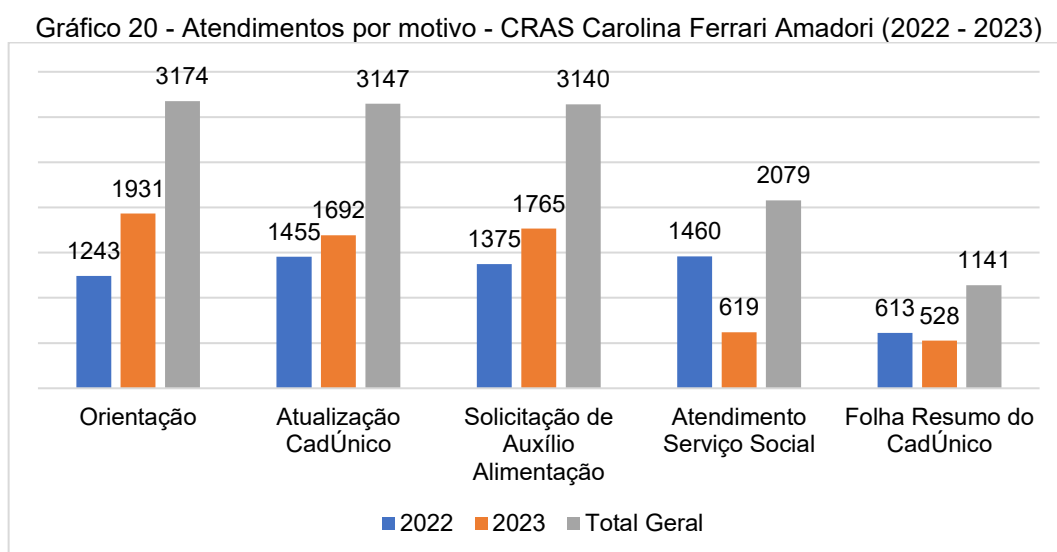
A análise dos dados dos motivos de atendimentos registrados pelo CRAS Carolina Ferrari Amadori nos anos de 2022 e 2023 apresenta importantes informações sobre a dinâmica e as demandas dos usuários atendidos na unidade.

No decorrer do período analisado, os serviços de orientação aparecem como um dos principais motivos de atendimento, com um aumento substancial de 1.243 atendimentos em 2022 para 1.931 em 2023.

Além disso, a atualização do Cadastro Único e a solicitação de auxílio alimentação também se destacaram como motivos frequentes de atendimento, com tendências de aumento em ambos os casos ao longo dos 2 anos. A atualização do

Cadastro Único também é um motivo comum de atendimento do CRAS, com 1.455 atendimentos em 2022 e 1.692 atendimentos em 2023. Já a solicitação de auxílio alimentação também representa uma parte considerável dos atendimentos, com 1.375 atendimentos em 2022 e 1.765 atendimentos em 2023. Esses dados apontam para a importância desses benefícios no suporte às famílias em situação de vulnerabilidade, indicando uma crescente sobre a necessidade de acessar e manter atualizadas as informações cadastrais, assim como a busca para suprir necessidades básicas como alimentação.

No entanto, foi observada uma queda significativa no número de atendimentos relacionados a Assistente Social, de 1.460 em 2022 para 619 em 2023. Além disso, a diminuição dos atendimentos referentes à folha resumo do cadastro único, embora represente uma proporção menor do total de atendimentos, também merece destaque, passando de 613 em 2022 para 528 em 2023.



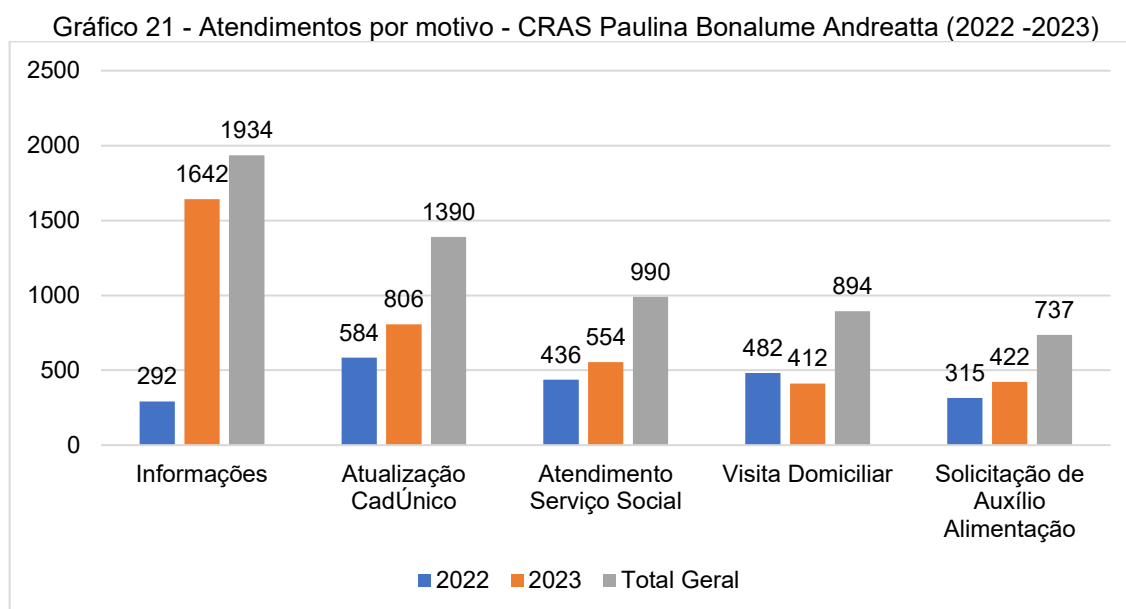
Fonte: IDS Social, abril 2024.

Em relação aos motivos dos atendimentos registrados pelo CRAS Paulina Bonalume Andreatta, entre os anos de 2022 e 2023, destaca-se, inicialmente, o expressivo aumento nos atendimentos relacionados a informações. Em 2022, foram realizados 292 atendimentos, enquanto em 2023 esse número saltou para 1.642.

Paralelamente, observa-se um aumento constante nos atendimentos de atualização do Cadastro Único, indicando dois pontos primordiais, sendo o primeiro a busca ativa e a localização para atualização cadastral e a demanda espontânea para realizar a ação para o acesso a programas sociais e benefícios governamentais. Os

atendimentos relacionados ao atendimento de serviço social também registraram um aumento, de 436 em 2022 para 554 em 2023. No entanto, alguns motivos de atendimentos apresentaram variações. Os atendimentos de visita domiciliar diminuíram de 482 em 2022 para 412 em 2023.

Por outro lado, os atendimentos relacionados à solicitação de auxílio alimentação aumentaram, sugerindo uma crescente demanda para acesso a alimentos, o que pode estar relacionado a fatores socioeconômicos enfrentados pelos usuários.



Fonte: IDS Social, abril 2024.

A análise geral dos motivos de atendimentos nos gráficos apresentados, apresenta um panorama abrangente das demandas nos equipamentos de atendimentos. Em diversos contextos, os atendimentos relacionados a informações surgem como uma necessidade premente, indicando uma busca constante por acesso a informações sobre direitos e serviços disponíveis.

A atualização do Cadastro Único também se destaca como um motivo recorrente, sublinhando a importância de manter as informações cadastrais atualizadas para garantir o acesso a benefícios e programas sociais ofertados nas 3 esferas de governo.

Além disso, os atendimentos relacionados ao motivo de serviço social que foram apresentados, destaca a complexidade das questões sociais vivenciadas pelos

usuários e a necessidade contínua dos profissionais nas unidades para lidar com essas questões.

A solicitação de auxílio alimentação também se destaca como uma necessidade significativa nas unidades, refletindo uma preocupação latente com a segurança alimentar demandadas pelos usuários, evidenciando a importância de programas de segurança alimentar e nutricional na mitigação da vulnerabilidade social.

### 3.5.6. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

A análise dos dados referentes à participação nas atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) nas unidades do CRAS Carolina Ferrari Amadori, CRAS Paulina Bonalume Andreatta, Espaço de Convivência da Pessoa Idosa, Instituto Plural, FUNDABEM e Remanso do Pedreira, entre os anos de 2022 e 2023, totalizaram um quantitativo de 872 e 1.084 pessoas para os anos citados.

O SCFV, inserido como um Serviço da Proteção Social Básica, atua de forma complementar ao trabalho social realizado com as famílias através do PAIF (Proteção Social Básica) e do PAEFI (Proteção Social Especial). Ele é oferecido de acordo com a faixa etária dos usuários, promovendo atividades artísticas, culturais, de lazer, esportivas, entre outras. Com caráter preventivo, protetivo e proativo, o SCFV busca enfrentar as situações de vulnerabilidade e riscos sociais e relacionais que podem resultar no rompimento dos vínculos familiares e comunitários.

**Os dados apresentam um crescimento significativo no número total de participantes, refletindo um aumento da adesão ao SCFV**, evidenciando a importância desse Serviço como um instrumento de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, além de estimular o desenvolvimento de autonomia e competências pessoais e relacionais entre os participantes.

**É notável o destaque para as faixas etárias de crianças e adolescentes, na faixa etária de 6 a 15 anos, representam um contingente expressivo de participantes, sendo identificado 575 no ano de 2022 e 643 em 2023.**

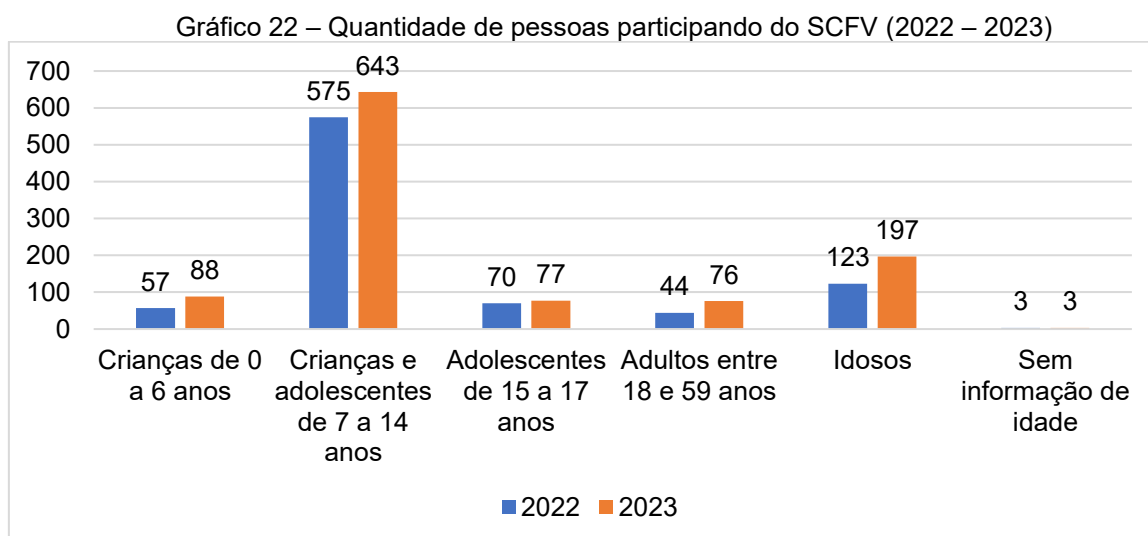
Considerando o impacto do envelhecimento populacional, o aumento significativo no número de participantes idosos nas atividades do SCFV é um reflexo da crescente sobre a importância do convívio social e das atividades de lazer para

esse público específico. **Entre os anos de 2022 e 2023, o número de idosos atendidos passou de 123 para 197.**

Nesse contexto, o SCFV direcionado aos idosos assume um papel fundamental no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, na prevenção de situações de risco social e no desenvolvimento da autonomia e sociabilidade desse grupo. Valorizando suas experiências, esse Serviço se configura como uma forma de interação e proteção social, proporcionando oportunidades para que os idosos potencializem suas escolhas e decisões, além de oferecer um espaço para compartilhar vivências e promover o bem-estar emocional e físico.

Crianças na primeira infância, adolescentes de 15 a 17 anos, Jovens e pessoas adultas a participação é pequena no SCFV diante do total de oferta das duas outras modalidades citadas acima, condição esta que abre espaço e oportunidade para desenvolver atividades para estas faixas etárias nas unidades assistenciais que desenvolvem o SCFV no município. Pois, concentram-se esforços em dois ciclos de vidas distantes, o que cria um ermo distante entre as modalidades e, conseqüentemente, nas faixas etárias.

É importante ressaltar que os encontros promovidos pelo SCFV são oportunidades de convivência que oferecem apoio e alternativas para a prevenção e enfrentamento de vulnerabilidades individuais e sociais. As experiências vivenciadas nesse contexto podem contribuir significativamente para a aquisição e desenvolvimento de competências para a vida, fortalecendo as relações consigo mesmo, com os outros e com o território.



Fonte: IDS Social, abril de 2024.

### 3.5.7. Indicadores do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Este serviço integra a Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e é regulamentado pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

O Serviço é oferecido como complemento ao trabalho social com famílias, realizado através do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI).

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) tem um caráter preventivo, protetivo e proativo, visando enfrentar situações de vulnerabilidade e riscos sociais e relacionais que possam levar ao rompimento dos laços familiares e comunitários. Este é um dos serviços que concretizam as seguranças socioassistenciais de acolhimento e convivência familiar e comunitária, além de promover o desenvolvimento da autonomia, trabalhando para a aquisição de competências pessoais e relacionais pelos participantes.

No SCFV, os participantes são organizados em grupos de acordo com sua faixa etária e as particularidades do ciclo de vida em que se encontram. O trabalho dentro desses grupos é planejado de forma coletiva, envolvendo o técnico de referência, os educadores/orientadores sociais e os próprios usuários. As atividades realizadas nos grupos seguem percursos progressivos, promovendo o compartilhamento de informações, orientações e experiências; valorizando a identidade pessoal e coletiva do grupo e da comunidade a que pertencem; incentivando a criação de vínculos de apoio e proteção na família e na comunidade, além de estimular a participação nos diálogos e agendas públicas que refletem os interesses e demandas dos participantes.

#### 3.5.7.1. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – CRAS Carolina Ferrari Amadori



Conforme os registros das participações no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, no ano de 2022, houve 224 registros de pessoas participando e em 2023, com 228.

A tabela na sequência, demonstra que houve um aumento significativo na participação de crianças de 0 a 6 anos, passando de 12 em 2022 para 23 em 2023. Por outro lado, houve uma queda na participação de crianças e adolescentes de 6 a 14 anos em 2023, embora ainda representem a maioria dos participantes, com 136 em 2022 e 116 em 2023. Os adolescentes de 15 a 17 anos mantiveram uma participação estável ao longo dos anos, com 34 em 2022 e 37 em 2023.

A participação de adultos entre 18 e 59 anos apresentou um aumento em 2023, com 41 em 2022 e 50 em 2023 para adultos. Em relação as pessoas idosas, nota-se que em 2022, houve 92 em 2023, 67 participantes. Isso indica uma maior diversificação e inclusão de diferentes grupos etários no serviço de convivência, possivelmente devido a uma resposta positiva à oferta de atividades que atendem às necessidades e interesses específicos desses grupos.

É importante destacar também o registro de participantes sem informação de idade, que aumentou de 1 em 2022 para 2 em 2023. Isso ressalta a necessidade de manter registros precisos e atualizados para garantir uma análise abrangente e precisa da participação no serviço de convivência.

Tabela 112 – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, por grupos etários (CRAS Carolina Ferrari Amadori – Alvorada)

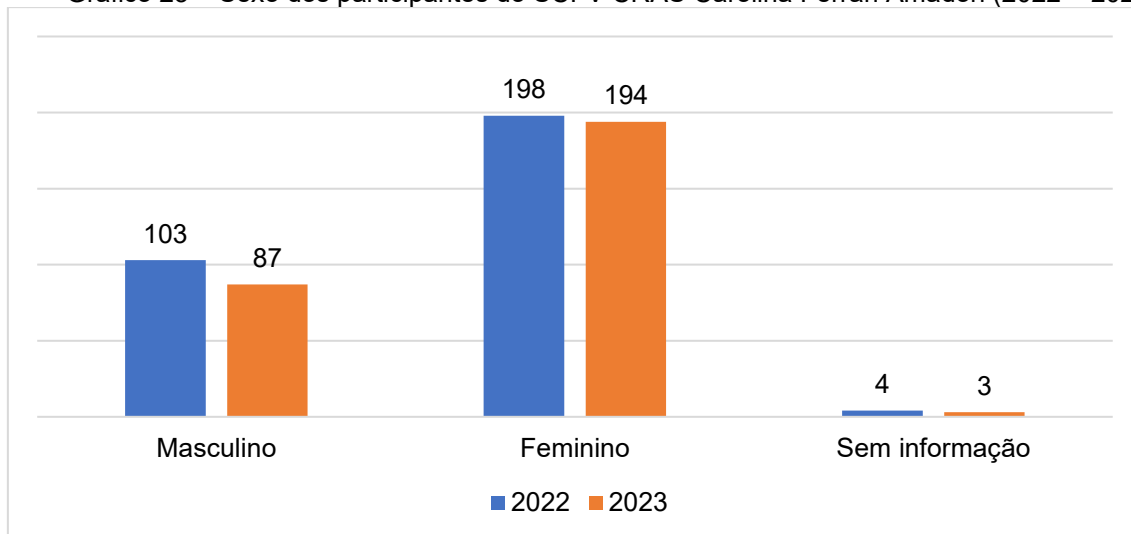
<b>Grupo</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>
Crianças de 0 a 6 anos	12	23
Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	136	116
Adolescentes de 15 a 17 anos	34	37
Adultos entre 18 e 59 anos	41	50
Idosos	92	67
Sem informação de idade	1	2

Fonte: IDS Social, abril de 2024.

Existe também a predominância de pessoas do sexo feminino na participação das atividades realizadas pela unidade, sendo evidenciado que em 2022, a proporção deste sexo representou 64,9% (198) em relação a 33,8% (103) de masculinos e 1,3% (4) constam sem a informação do sexo.

No ano de 2023, a participação do sexo feminino aumentou para 68,3% (194), 30,6% (87) masculino e 1,1% (3) não possuíam a informação do sexo.

Gráfico 23 – Sexo dos participantes do SCFV CRAS Carolina Ferrari Amadori (2022 – 2023)



Fonte: IDS Social, abril de 2024.

Outro destaque são as pessoas com algum tipo de deficiência que participaram das atividades do SCFV, onde observa-se a tendência geral de diminuição no número total de participantes, caindo de 32 em 2022 para 22 em 2023.

Ao analisar a distribuição por tipo de deficiência, observamos que baixa visão, deficiência intelectual e deficiência física foram os tipos mais frequentemente registrados em ambos os anos. No entanto, houve variações nas quantidades entre os anos para cada tipo de deficiência. Por exemplo, houve uma queda no número de participantes com deficiência física, passando de 13 em 2022 para 4 em 2023, enquanto o número de participantes com autismo aumentou de 0 em 2022 para 2 em 2023.

Tabela 113 - Pessoas com deficiência SCFV CRAS Carolina Ferrari Amadori (2022 - 2023)

Tipo de Deficiência	2022	2023
Baixa visão	10	8
Deficiência intelectual	6	6
Deficiência física	13	4
Autismo	0	2
Síndrome de Down	1	1
Deficiência múltipla	0	1
Surdocegueira	1	0
Cegueira	1	0
<b>Total Geral</b>	<b>32</b>	<b>22</b>

Fonte: IDS Social, abril de 2024.

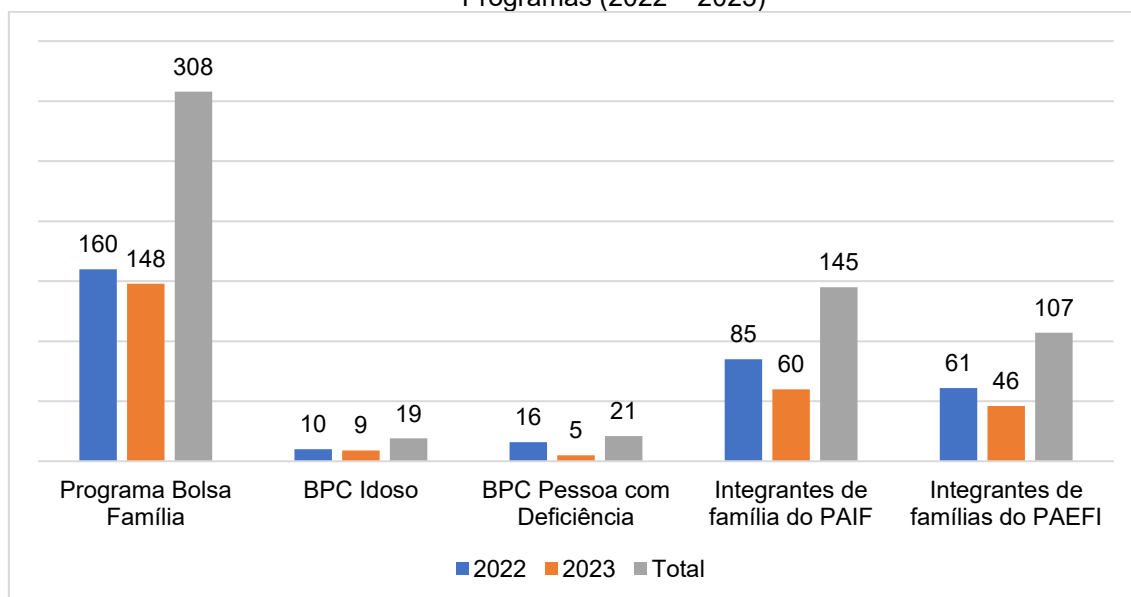
A análise dos dados referentes à participação de pessoas beneficiárias de programas sociais ou integrantes de famílias inseridas em acompanhamento no PAIF ou PAEFI apresentam aspectos importantes sobre a dinâmica e a relevância desse Serviço complementar as ações realizadas com as famílias.

Em primeiro lugar, destaca-se a participação consistente no Programa Bolsa Família ao longo dos anos de 2022 e 2023, com um total de 308 beneficiários entre os anos.

Além disso, os dados evidenciam a presença de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para idosos e pessoas com deficiência, embora em números menores em comparação com o Programa Bolsa Família, onde é verificado que ao todo, participaram do SCFV 19 pessoas que recebem/recebiam o BPC Idoso e 21 beneficiárias do BPC pessoa com deficiência.

Outro aspecto relevante é a participação nos Serviços de Acompanhamento Familiar. Embora tenha havido uma diminuição na participação de integrantes de famílias do PAIF e PAEFI ao longo do período analisado, essa presença ainda é significativa. Em relação aos participantes, observa-se que em 2022, 85 pessoas integrantes de famílias vinculadas ao PAIF participaram, enquanto em 2023, houve uma redução para 60 pessoas. No caso das pessoas integrantes de famílias vinculadas ao PAEFI, em 2022, participaram 61 pessoas, e em 2023, houve uma diminuição para 46 usuários.

Gráfico 24 - Vínculos dos participantes do SCFV do CRAS Carolina Ferrari Amadori em Serviços e Programas (2022 – 2023)



Fonte: IDS Social, abril de 2024.

Em relação a participação das pessoas por mês entre os dois anos, é notável a variação significativa no número de participantes de um mês para outro. A tabela a seguir apresenta que em maio de 2023 registrou-se o maior número de participantes, com 148, enquanto janeiro de ambos os anos apresentou números relativamente mais baixos, com 72 em 2022 e 55 em 2023.

Comparando os dados entre os anos de 2022 e 2023, podemos observar tanto aumentos quanto diminuições na participação em determinados meses, conforme verifica-se o mês de fevereiro de 2023 registrou um aumento notável em comparação com o mesmo mês de 2022, com 109 participantes em 2023 contra 77 em 2022. No entanto, janeiro e abril de 2023 mostraram uma diminuição na participação em relação aos números de 2022, com 55 participantes em janeiro de 2023 comparado com 72 em 2022, e 103 participantes em abril de 2023 contra 69 em 2022.

Tabela 114 - Pessoas participantes por mês no SCFV CRAS Carolina Ferrari Amadori (2022 - 2023)

<b>Mês</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>
Janeiro	72	55
Fevereiro	77	109
Março	78	85
Abril	69	103
Maiο	63	148
Junho	110	123
Julho	95	134
Agosto	106	141
Setembro	153	141
Outubro	144	115
Novembro	128	119
Dezembro	94	101

Fonte: IDS Social, abril de 2024.

### 3.5.7.2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – CRAS Paulina Bonalume Andreatta

O CRAS Paulina Bonalume Andreatta, atendeu no ano de 2022, 205 pessoas e em 2023, nota-se que houve um aumento de 89 pessoas, perfazendo 294 usuários participantes.

Observa-se um aumento notável no total de participantes, passando de 205 em 2022 para 294 em 2023. Ao analisar a distribuição por faixa etária, destaca-se a participação expressiva de crianças e adolescentes, representando uma parte significativa dos participantes no Serviço. Com 182 participantes em 2022 e 200 em

2023, essa faixa etária evidencia a relevância do SCFV na oferta de atividades para o desenvolvimento integral desses grupos, contribuindo para a construção de habilidades sociais e emocionais desde a infância até a adolescência.

Além disso, é notável o aumento expressivo na participação de adultos entre 18 e 59 anos e de idosos. Esses grupos, muitas vezes vivenciando situações de vulnerabilidade social, que encontram no SCFV um espaço de acolhimento e oportunidades de interação social e desenvolvimento pessoal. O crescimento de 31 para 60 participantes adultos e de 11 para 33 participantes idosos de 2022 para 2023 reflete uma maior conscientização sobre o Serviço e uma oferta ampla de atividades.

Por fim, a presença de participantes sem informação da idade destaca o compromisso do SCFV com a inclusão e a diversidade, garantindo que pessoas de todas as idades tenham acesso ao programa e seus benefícios.

Tabela 115 - Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos (CRAS Paulina Bonalume Andreatta - São João)

<b>Grupo</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>
Crianças de 0 a 6 anos	45	65
Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	92	117
Adolescentes de 15 a 17 anos	24	18
Adultos entre 18 e 59 anos	31	60
Idosos	11	33
Sem informação da idade	2	1
<b>Total</b>	<b>205</b>	<b>294</b>

Fonte: IDS Social, abril de 2024.

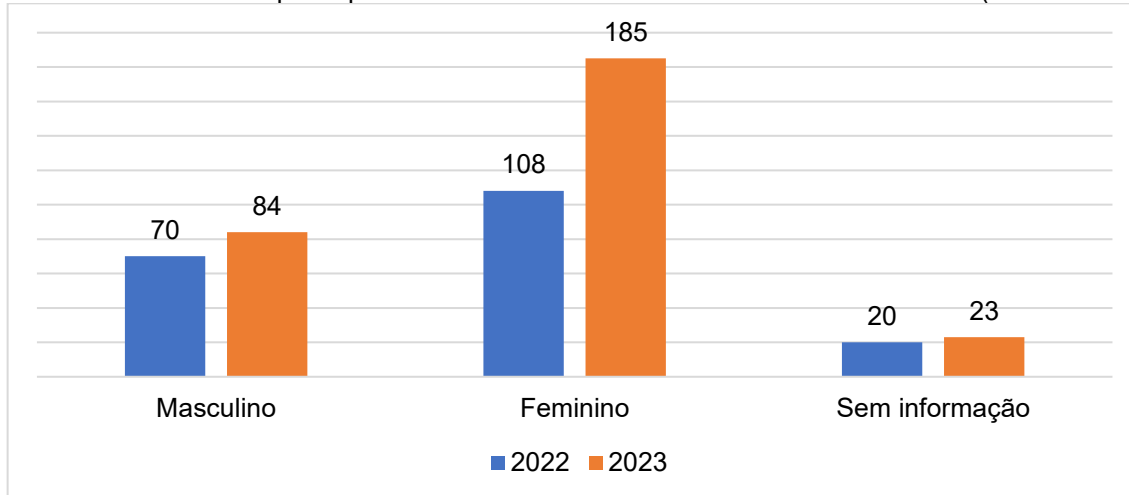
Ao examinarmos a distribuição por gênero no gráfico a seguir, fica evidente que, em ambos os anos, há uma participação maior de mulheres em comparação com homens. Em 2022, registrou-se 108 participações femininas, número que aumentou para 185 em 2023. Por outro lado, a participação masculina foi de 70 em 2022, aumentando para 84 em 2023.

É importante ressaltar que ambos os grupos, masculino e feminino, apresentaram um aumento na participação ao longo do período analisado. Esse crescimento geral indica um reconhecimento crescente da importância do SCFV como um espaço de convivência e fortalecimento de vínculos, tanto para homens quanto para mulheres.

Além disso, é digno de nota a presença de participantes com informações não especificadas sobre o sexo. Embora em menor número em comparação com os grupos masculino e feminino, esses participantes representam uma parte significativa

do total. Isso destaca a importância de realizar a capacitação para os servidores sobre os procedimentos para a inclusão/atualização cadastral.

Gráfico 25 – Sexo dos participantes do SCFV CRAS Paulina Bonalume Andreatta (2022 – 2023)



Fonte: IDS Social, abril de 2024.

Em relação as pessoas com deficiência no SCFV ofertado no CRAS Paulina, observamos variações na participação por tipo de deficiência entre os dois anos analisados. Houve um aumento no número de participantes com baixa visão e deficiência intelectual, enquanto a participação de pessoas com deficiência física diminuiu levemente. Além disso, foram registradas participações de usuários com autismo, deficiência múltipla e cegueira em ambos os anos, embora em números reduzidos.

O total geral de participantes com deficiência aumentou de 15 em 2022 para 18 em 2023, indicando um crescimento leve na adesão ao SCFV por parte dessa população específica ao longo do período analisado.

Tabela 116 - Pessoas com deficiência SCFV CRAS Paulina Bonalume Andreatta (2022 - 2023)

Tipo de Deficiência	2022	2023
Baixa visão	2	3
Deficiência intelectual	6	8
Deficiência física	6	5
Autismo	0	1
Deficiência múltipla	0	1
Cegueira	1	0
<b>Total Geral</b>	<b>15</b>	<b>18</b>

Fonte: IDS Social, abril de 2024.

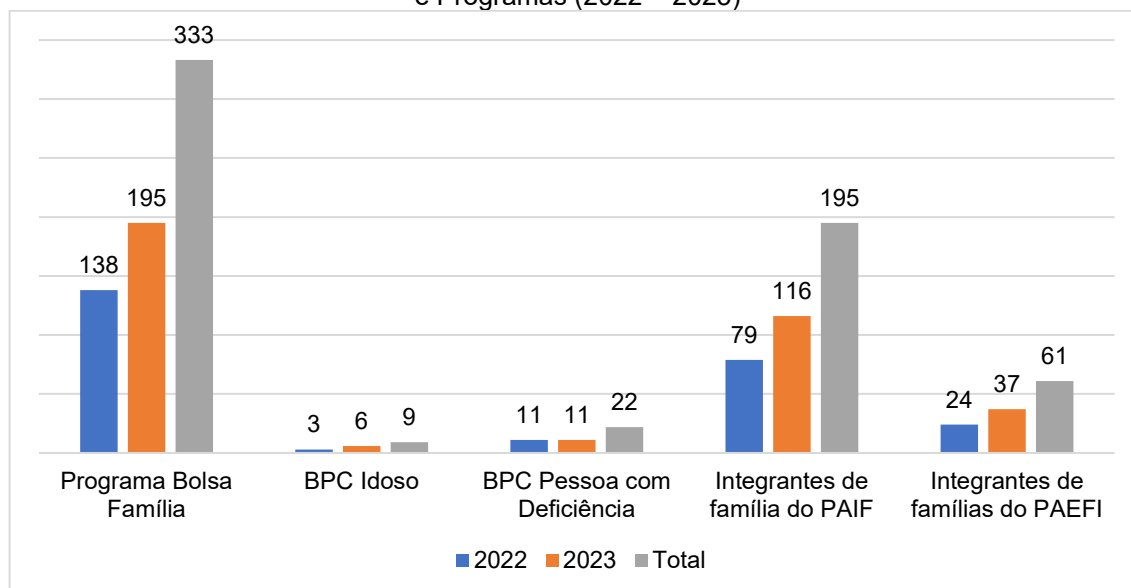
A análise dos dados referentes ao vínculo das pessoas beneficiárias de programas ou integrantes de famílias inseridas em acompanhamento no PAIF ou PAEFI são apresentados no gráfico a seguir.

Nota-se a expressiva participação no SCFV de pessoas integrantes de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, com um total de 333 participações entre os dois anos.

Além disso, observa-se um aumento na participação de pessoas beneficiárias do BPC Idosos, que passou de 3 participações em 2022 para 6 em 2023 e verifica-se que houve estabilidade na participação do BPC Pessoa com Deficiência, com 11 participações em ambos os anos.

Ao longo do período analisado, houve um aumento notável na participação de integrantes de famílias do PAIF e PAEFI. Em 2022, registrou-se um total de 79 participações de integrantes de famílias do PAIF, enquanto em 2023 esse número aumentou para 116 participações. Da mesma forma, no PAEFI, houve um aumento de 24 para 37 participações no mesmo período.

Gráfico 26 – Vínculos dos participantes do SCFV do CRAS Paulina Bonalume Andreatta em Serviços e Programas (2022 – 2023)



Fonte: IDS Social, abril de 2024.

Em relação a participação por mês nas atividades do SCFV na unidade, observamos uma variação considerável em ambos os anos. Em 2022, o mês de fevereiro registrou o maior número de participantes, com 89 pessoas, enquanto em 2023, o mês de maio apresentou o maior número, com 131 participantes.

Além disso, destacam-se os meses que apresentam picos de participação, como maio de 2023, que registrou o maior número de participantes em ambos os anos, com 131 participantes. Esses picos indicam a realização de atividades especiais que mobilizaram um maior número de participantes.

Ao compararmos os dados entre os anos, notamos algumas diferenças na participação mensal. Em janeiro de 2022 houve 44 participantes, enquanto em janeiro de 2023, esse número diminuiu para 27. No entanto, em outros meses, como março e maio, houve um aumento significativo na adesão em 2023 em comparação com 2022.

Tabela 117 - Pessoas participantes por mês no SCFV CRAS Paulina Bonalume Andreatta (2022 - 2023)

Mês	2022	2023
Janeiro	44	27
Fevereiro	89	51
Março	66	78
Abril	71	96
Maio	65	131
Junho	73	123
Julho	77	56
Agosto	73	94
Setembro	59	77
Outubro	78	61
Novembro	83	87
Dezembro	71	81

Fonte: IDS Social, abril de 2024.

### 3.5.7.3. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos executado por Centros de Convivência públicos e privados

No Município além da execução direta realizada pelas unidades dos CRAS, existe 2 Centros de Convivência de natureza governamental, sendo um ofertado para pessoas idosas e outro que atende pessoas com idade igual ou superior a 7 anos (CadSUAS, 2024). Além destes, consta a inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, 3 Organizações da Sociedade Civil – OSC, que desenvolvem o Serviço, conforme já mencionado anteriormente.

Para o levantamento da capacidade de atendimento, foi utilizado o CensoSUAS de 2023, onde as instituições ao responder ao questionário, identificaram a quantidade de pessoas que poderiam ser inseridas no SCFV, como também outros



indicadores referentes as características da execução do Serviço, estrutura física e recursos humanos, como veremos a seguir.

**Com base nessas respostas, identifica-se que o Município, com os centros de convivência, possui uma capacidade total de atendimentos de 570 usuários por mês.**

O Centro de Convivência do Sudoeste possui uma capacidade de atendimento de 50 usuários, com uma média de participação de 6 a 11 meses. Os usuários frequentam o Serviço apenas um dia por semana, permanecendo de uma a duas horas por encontro.

Em paralelo, o Centro de Convivência Genoefa Viganó indicou que possui como capacidade de atendimento até 40 pessoas idosas. No entanto, seus usuários apresentam uma média de participação superior a 60 meses. A frequência semanal é de quatro a cinco dias, com permanência de duas a três horas.

O Centro de Convivência Fundação Pato Branquense do Bem-estar, não-governamental, apresenta uma capacidade de 130 usuários. Os usuários desse centro têm uma média de participação de 25 a 36 meses, ou seja, de 2 a 3 anos. A frequência semanal é de quatro a cinco dias, com permanência de duas a três horas.

O Centro de Convivência Instituto Plural, não-governamental, também possui uma capacidade de 50 usuários, com uma média de participação de 36 a 60 meses, ou seja, de 3 a 5 anos. A frequência semanal varia entre dois e três dias, com execução de uma a duas horas.

Por fim, o Centro de Convivência Remanso da Pedreira, não-governamental, destaca-se com a maior capacidade de atendimento, podendo incluir até 300 usuários. Os usuários deste Serviço apresentam uma média de participação superior a 60 meses, ou seja, mais de 5 anos. A frequência semanal dos usuários varia entre quatro e cinco dias, com uma permanência média de quatro a seis horas.

#### 3.5.7.4. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Espaço de Convivência da Pessoa Idosa

O Espaço de Convivência da Pessoa Idosa desenvolve o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos e conforme verifica-se na tabela a seguir, no ano de 2022, foram registradas 84 participações de idosos nas atividades do SCFV, enquanto em 2023, esse número aumentou significativamente

para 130. Esse aumento de 46 participações, representa a busca ativa realizada pelos profissionais do Serviço, bem como a demanda para inclusão advinda do encaminhamento das unidades de CRAS e de CREAS.

Tabela 118 - Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos (Espaço de Convivência da Pessoa Idosa)

Grupo	2022	2023
Acima de 60 anos	84	130

Fonte: IDS Social, abril 2024.

Observa-se que a participação dos idosos é representativa em uma ampla gama de idades, desde os 60 anos até os 98 anos. Destacam-se algumas faixas etárias com maior presença, como os idosos entre 66 e 87 anos, que apresentam números de participação mais significativos, com algumas variações entre os anos de 2022 e 2023.

A faixa etária dos 86 anos registrou 7 participações em 2022 e 4 em 2023, totalizando 11 pessoas no período analisado. Já os idosos de 70 anos, apesar de terem registrado apenas 1 usuário em 2022, aumentaram para 6 em 2023, totalizando 7 no período.

Além disso, é importante notar a presença de idosos sem informação de idade, que totalizam 12 participações no período analisado. A falta de informação da idade indica a necessidade de melhorar os registros para garantir uma coleta de dados mais completa e precisa.

Tabela 119 - Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos (Espaço de Convivência da Pessoa Idosa)

Idade	2022	2023	Total Geral
60 anos	4	5	9
61 anos	2	3	5
62 anos	1	3	4
63 anos	2	5	7
64 anos	2	7	9
65 anos	0	4	4
66 anos	6	3	9
67 anos	2	6	8
68 anos	3	3	6
69 anos	5	4	9
70 anos	1	6	7
71 anos	5	5	10
72 anos	1	6	7
73 anos	2	6	8
74 anos	1	2	3
75 anos	2	4	6
76 anos	3	2	5
77 anos	4	3	7

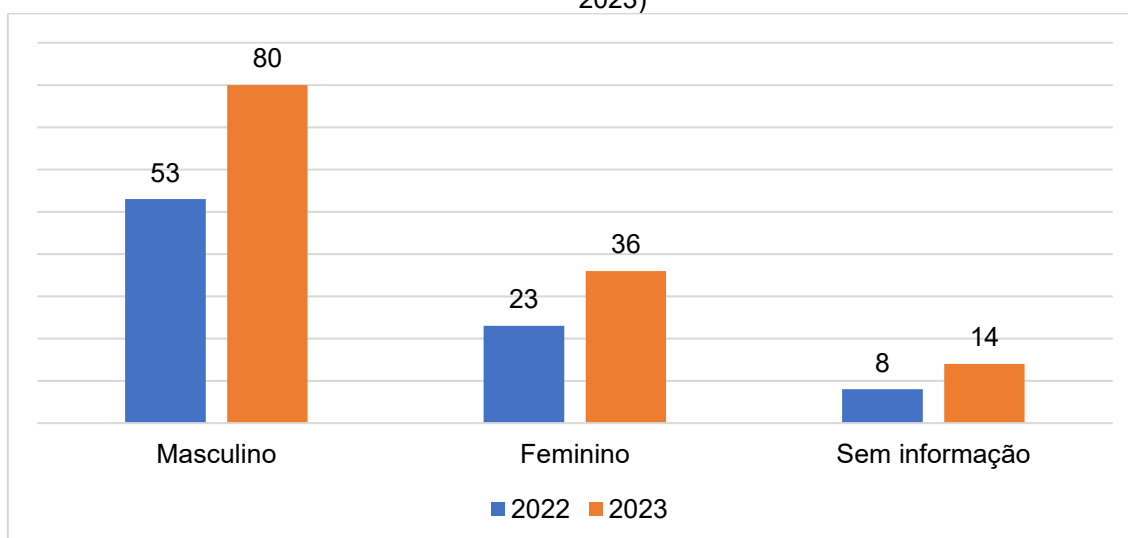
Idade	2022	2023	Total Geral
78 anos	1	7	8
79 anos	5	1	6
80 anos	0	8	8
81 anos	4	2	6
82 anos	3	4	7
83 anos	3	5	8
84 anos	2	4	6
85 anos	4	2	6
86 anos	7	4	11
87 anos	2	3	5
88 anos	0	2	2
91 anos	1	0	1
92 anos	1	2	3
93 anos	0	1	1
98 anos	0	1	1
Sem informação	5	7	12
<b>Total</b>	<b>84</b>	<b>130</b>	<b>214</b>

Fonte: IDS Social, abril de 2024.

Em relação ao sexo dos participantes, em ambos os anos, o sexo feminino apresenta uma participação mais significativa em comparação com o sexo masculino. Em 2022, houve 53 participações femininas e 23 masculinos, enquanto em 2023, esses números aumentaram para 80 e 36, respectivamente.

Além disso, nota-se um aumento geral na participação de ambos os sexos de 2022 para 2023. Enquanto o número total de participações em 2022 foi de 84, esse número aumentou para 130 em 2023. Também é importante observar a presença de participantes com informações de sexo não identificadas, totalizando 8 em 2022 e 14 em 2023.

Gráfico 27 – Sexo dos participantes do SCFV do Espaço de Convivência da Pessoa Idosa (2022 – 2023)



Fonte: IDS Social, abril de 2024.

Observa-se que a baixa visão e a deficiência física são as deficiências mais frequentes entre os participantes, com números relativamente consistentes em ambos os anos. No entanto, em 2023, houve um aumento no número de participações de idosos com deficiência intelectual e deficiência múltipla. É importante destacar que a participação de idosos com deficiência é relativamente baixa em comparação com o total de participações.

Tabela 120 - Pessoas com deficiência SCFV Espaço de Convivência da Pessoa Idosa (2022 - 2023)

<b>Tipo de Deficiência</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>
Baixa visão	7	9
Cegueira	0	1
Deficiência física	8	8
Deficiência intelectual	0	3
Deficiência múltipla	0	1
Surdez	1	0
<b>Total Geral</b>	<b>16</b>	<b>22</b>

Fonte: IDS Social, abril de 2024.

O Gráfico a seguir apresenta os dados que identificam a região de residência do idoso que participou do Serviço de Convivência e observa-se que a região com o maior número de participantes em ambos os anos é a região Oeste, com 35 participantes em 2022 e 46 em 2023, totalizando 81 participações no período. Essa região representa a maior concentração de participantes no SCFV, sugerindo uma maior demanda para inclusão no Serviço na área Oeste.

Em seguida, a região Sul também apresenta números significativos de participação, com 26 participantes em 2022 e um aumento para 50 em 2023, totalizando 76 participações no período, indicando uma crescente participação dos idosos residentes na região Sul no Serviço.

Por outro lado, as regiões Central, Leste e Norte apresentam números menores de participação, com 9, 2 e 2 participantes em 2022, respectivamente, e um leve aumento em 2023.

Além disso, é importante observar que há um número significativo de participantes que não possuem a identificação da região de residência, totalizando 10 participantes em 2022 e 16 em 2023. Essa falta de informação dificulta a compreensão completa da distribuição geográfica dos participantes.

Tabela 121 – Região de Residência das pessoas participantes do SCFV Espaço de Convivência da Pessoa Idosa (2022 - 2023)

<b>Região de Residência</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>Total</b>
Central	9	14	23

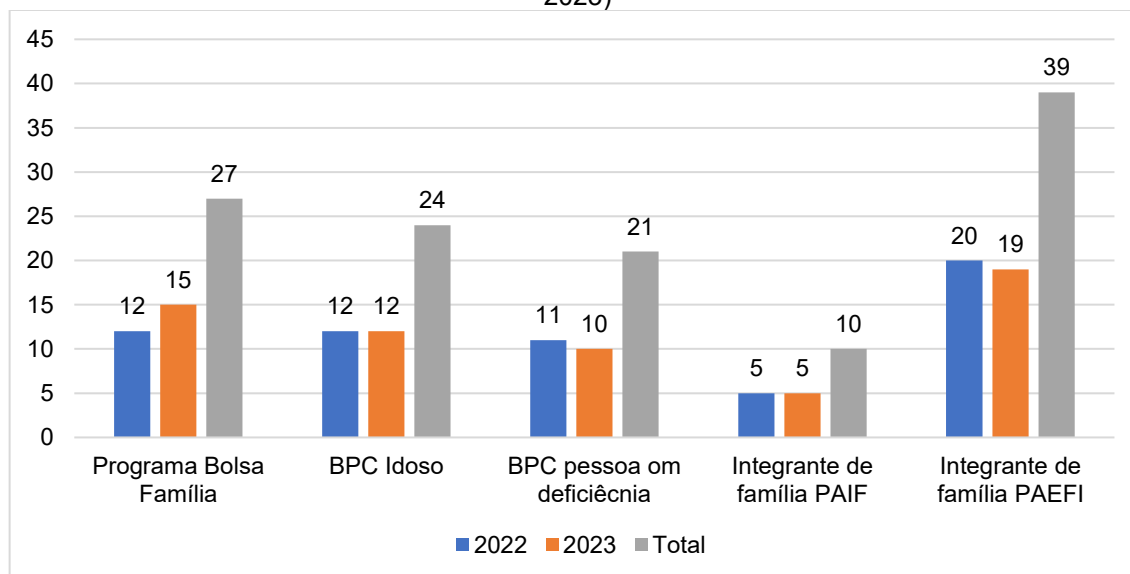
Leste	2	2	4
Norte	2	2	4
Oeste	35	46	81
Sul	26	50	76
Sem informação	10	16	26
<b>Total Geral</b>	<b>84</b>	<b>130</b>	<b>214</b>

Fonte: IDS Social, abril de 2024.

Sobre os vínculos dos usuários participantes do SCFV no Espaço, nota-se que os programas Bolsa Família, BPC Idoso e BPC Pessoa com Deficiência têm números relativamente estáveis de participantes ao longo dos dois anos, com pequenas variações entre 2022 e 2023. Em 2022, o Programa Bolsa Família contou com a participação de 12 pessoas, enquanto em 2023 esse número aumentou para 15. No caso do BPC Idoso, houve a participação de 12 pessoas em ambos os anos. Já o BPC Pessoa com Deficiência teve 11 participações em 2022 e 10 em 2023. Esses números sugerem uma adesão consistente a esses programas por parte dos participantes do SCFV, indicando a importância desses benefícios sociais para os beneficiários do serviço.

Por outro lado, os integrantes de famílias cadastradas no PAIF e no PAEFI apresentam uma quantidade maior de participações, com 10 e 39 participantes, respectivamente, em 2022. Em 2023, o número de participações no PAIF permaneceu o mesmo, com 10 participantes, enquanto no PAEFI houve uma leve redução para 19 participantes.

Gráfico 28 – Vínculo dos participantes do SCFV do Espaço de Convivência da Pessoa Idosa (2022 – 2023)



Fonte: IDS Social, abril de 2024.

Em relação a quantidade de idosos participando do SCFV no Espaço, verifica-se através da análise dos dados que mostra uma variação na quantidade de idosos que participaram ao longo dos meses de 2022 e 2023.

No ano de 2022, observa-se uma tendência de aumento na participação de idosos ao longo dos primeiros meses do ano, atingindo em outubro 49 participantes, e depois apresentando uma queda gradual até dezembro, com 51 participantes. Já em 2023, há uma mudança significativa, com uma participação substancialmente maior desde o início do ano, alcançando em março com 76 participantes e mantendo-se relativamente estável nos meses seguintes.

Tabela 122 - Pessoas participantes por mês no SCFV Espaço de Convivência da Pessoa Idosa (2022 - 2023)

Mês	2022	2023
Janeiro	6	43
Fevereiro	14	55
Março	27	76
Abril	25	54
Maiο	23	55
Junho	21	53
Julho	41	34
Agosto	37	42
Setembro	45	42
Outubro	49	38
Novembro	48	30
Dezembro	51	33

Fonte: IDS Social, abril de 2024.

### 3.5.7.5. Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos – Fundação de Bem-estar Social (FUNDABEM)

A Fundação de Bem-estar Social (FUNDABEM) atendeu entre os anos de 2022 e 2023, o total de 344, sendo no ano de 2022, 145 e em 2023, houve um aumento para 199, representando um acréscimo de 55 novos usuários do Serviço.

Importante ressaltar que o público atendido pela FUNDABEM é de crianças e adolescentes de 6 até 15 anos. Contudo, a entidade também atendeu outros públicos que não constam na tabela a seguir, mas estão cadastradas no IDS Social entre os dois anos: de 0 a 6 anos, foram atendidas 3, entre 16 e 17 anos: 9, e de 18 a 29 anos: 3 pessoas.

Tabela 123 - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos FUNDABEM (2022 – 2023)

<b>Faixa etária</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>Total</b>
Entre 6 e 15 anos	145	199	344
<b>Total</b>	<b>143</b>	<b>195</b>	<b>341</b>

Fonte: IDS Social, abril de 2024.

Em relação a idade dos participantes, observamos na tabela abaixo um crescimento geral no número de participantes, indo de 145 em 2022 para 199 em 2023, totalizando 344 participações no período.

Ao examinarmos a distribuição por idade, notamos variações significativas em diferentes faixas etárias ao longo dos anos. Por exemplo, as faixas de 10 e 11 anos registraram um notável aumento no número de participantes, indicando uma possível resposta positiva às atividades específicas desenvolvidas para essas faixas etárias.

Por outro lado, algumas faixas etárias, como as de 6 e 13 anos, apresentaram uma diminuição no número de participantes, o que pode ser atribuído a uma série de fatores, como mudanças nas preferências das crianças e adolescentes, disponibilidade de outras atividades ou até mesmo questões logísticas.

Tabela 124 - Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos, por idade (FUNDABEM)

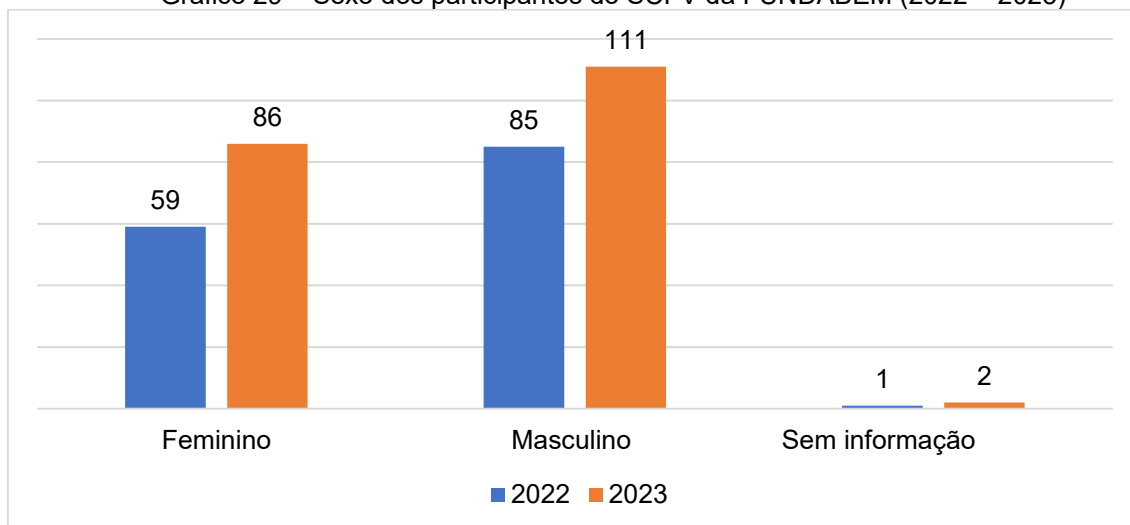
<b>Idade</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>Total Geral</b>
6 anos	7	13	20
7 anos	17	20	37
8 anos	20	25	45
9 anos	24	24	48
10 anos	26	35	61
11 anos	18	30	48
12 anos	13	24	37
13 anos	9	13	22
14 anos	6	9	15
15 anos	5	6	11
<b>Total</b>	<b>145</b>	<b>199</b>	<b>344</b>

Fonte: IDS Social, abril de 2024.

Em relação ao sexo dos participantes, observamos que em 2022, o Serviço contava com um total de 145 participantes, dos quais 59 eram do sexo feminino e 85 do sexo masculino. No ano seguinte, houve um aumento no número total de participantes, chegando a 199, sendo 86 do sexo feminino e 111 do sexo masculino.

Além disso, tanto o sexo feminino quanto o masculino registraram aumentos em suas respectivas participações de um ano para o outro.

Gráfico 29 – Sexo dos participantes do SCFV da FUNDABEM (2022 – 2023)



Fonte: IDS Social, abril de 2024.

Em relação a participação de pessoas com deficiência no Serviço, nota-se que em ambos os anos a Organização atendeu 4 pessoas respectivamente, sendo 3 identificados com deficiência física e 1 com deficiência intelectual, conforme a tabela a seguir.

Tabela 125 - Pessoas com deficiência SCFV Espaço de Convivência FUNDABEM (2022 - 2023)

Tipo de Deficiência	2022	2023
Deficiência física	3	3
Deficiência intelectual	1	1
<b>Total Geral</b>	<b>4</b>	<b>4</b>

Fonte: IDS Social, abril de 2024.

Sobre a região de residência da pessoa inserida no Serviço ofertado pela FUNDABEM, nota-se que em 2022, houve uma predominância de participantes nas regiões Oeste e Sul, com 68 e 72 participantes, respectivamente, enquanto as regiões Central e Interior registraram uma representação menor, com 3 e 2 participantes, concomitantemente.

No entanto, em 2023, houve um aumento significativo no número total de participantes, refletido em um aumento em todas as regiões. As regiões Oeste e Sul ainda lideraram em termos de participação, com 88 e 94 participantes, respectivamente, enquanto as regiões Central e Interior também viram um crescimento em suas participações, com 9 e 6 participantes, respectivamente.

Além disso, consta a indicação de 2 participantes que não possuem a indicação de endereço no 2023.



Tabela 126 – Região de Residência das pessoas participantes do SCFV FUNDABEM (2022 - 2023)

Região de Residência	2022	2023	Total
Central	3	9	12
Interior	2	6	8
Oeste	68	88	156
Sul	72	94	166
Sem informação	0	2	2
<b>Total Geral</b>	<b>145</b>	<b>199</b>	<b>344</b>

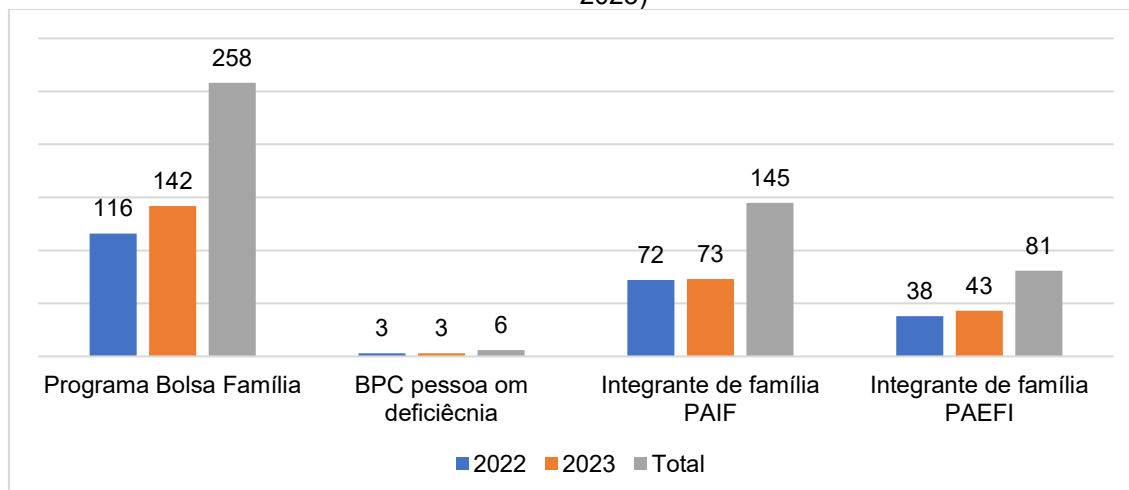
Fonte: IDS Social, abril de 2024.

Sobre o vínculo do usuário a Serviços e Programas socioassistenciais, nota-se um aumento significativo na participação de pessoas integrantes de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família de 2022 para 2023, com um acréscimo de 26 participantes, sendo 116 em 2022 e 142 em 2023, totalizando 258 entre os dois anos. Em contrapartida, o número de participantes no Benefício de Prestação Continuada (BPC) para pessoa com deficiência permaneceu estável em 3 participantes em ambos os anos.

Quanto à participação de pessoas integrantes de famílias incluídas no PAIF, observamos uma variação mínima de um ano para o outro, com apenas um participante adicional em 2023, passando de 72 em 2022 para 73 no outro ano.

Por fim, notamos um aumento na participação de pessoas integrantes de famílias em acompanhamento no PAEFI, passando de 38 em 2022 para 43 em 2023. Esse aumento reflete o encaminhamento de pessoas que vivenciaram alguma situação de risco, sendo atendido a família na unidade do CREAS e o trabalho complementar no Centro de Convivência.

Gráfico 30 – Vínculos dos participantes do SCFV da FUNDABEM Serviços e Programas (2022 – 2023)



Fonte: IDS Social, abril de 2024.

Em relação ao número de pessoas participando do SCFV na unidade por mês, a tabela abaixo apresenta que em 2022, a Instituição obteve uma média mensal de cerca de 103 participantes. Por outro lado, o ano de 2023 apresentam um pequeno aumento, com uma média mensal mais elevada de aproximadamente 106 crianças/adolescentes.

Fica evidente que há uma variabilidade nos números mês a mês, isto é, enquanto alguns meses (outubro e novembro de 2022 e fevereiro e agosto de 2023) registram números elevados, outros meses apresentam um quantitativo menor de participação (março e dezembro de 2022 e março e maio de 2023).

Destaca-se também que em janeiro de ambos os anos, a Instituição não teve registros de atividades coletivas. Contudo, até onde sabe-se, nesses períodos há uma diminuição na participação e a Organização, realiza os encontros de forma quinzenal.

Tabela 127 - Pessoas participantes por mês no SCFV FUNDABEM (2022 - 2023)

Mês	2022	2023
Janeiro	0	0
Fevereiro	101	159
Março	98	71
Abril	116	106
Maiο	119	73
Junho	116	106
Julho	121	106
Agosto	125	148
Setembro	119	136
Outubro	142	122
Novembro	146	122
Dezembro	44	128

Fonte: IDS Social, abril de 2024.

### 3.5.7.6. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Remanso da Pedreira – REMAP

A entidade Remanso da Pedreira (REMAP) atendeu entre os anos de 2022 e 2023, o total de 413, sendo no ano de 2022, 202 e em 2023, houve um leve aumento para 211.

Importante ressaltar que o público atendido pelo Remanso da Pedreira é de crianças e adolescentes de 6 até 15 anos. Contudo, a entidade também atendeu outros públicos que não constam na tabela a seguir, mas estão cadastradas no IDS

Social entre os dois anos: de 0 a 6 anos, foram atendidas 5, e de 18 a 29 anos: 5 pessoas.

Tabela 128 - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos REMAP (2022 – 2023)

Faixa etária	2022	2023	Total Geral
Entre 6 e 15 anos	202	211	413
<b>Total Geral</b>	<b>202</b>	<b>211</b>	<b>413</b>

Fonte: IDS Social, abril de 2024.

Especificado por idades, é perceptível que a distribuição da participação varia de acordo com a idade, como exemplo, as idades de 9 e 10 anos que apresentam o maior número de participantes em ambos os anos, totalizando 65 participantes em 2022 e 58 em 2023.

Por outro lado, as idades de 6 e 15 anos têm o menor número de participantes em ambos os anos, com 22 e 15 participantes, respectivamente, no total geral.

Tabela 129 - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, por idade REMAP (2022 – 2023)

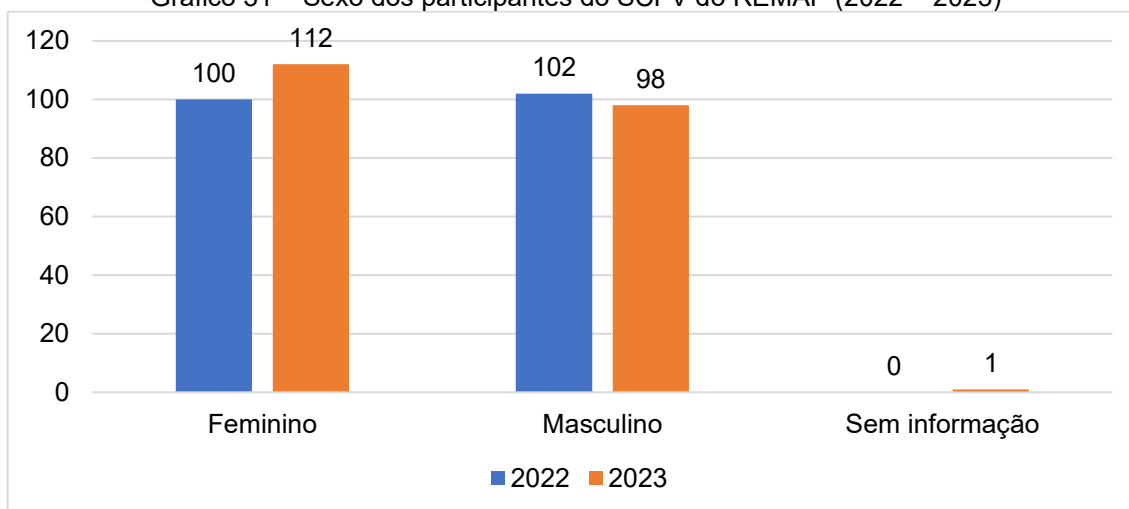
Idade	2022	2023	Total Geral
6 anos	11	11	22
7 anos	21	18	39
8 anos	31	27	58
9 anos	34	31	65
10 anos	31	27	58
11 anos	20	34	54
12 anos	20	19	39
13 anos	16	20	36
14 anos	12	15	27
15 anos	6	9	15
<b>Total</b>	<b>202</b>	<b>211</b>	<b>413</b>

Fonte: IDS Social, abril de 2024.

Em 2022, o total de participantes alcançou 202 indivíduos, dos quais 100 eram do sexo feminino e 102 do sexo masculino. No ano subsequente, 2023, houve um aumento no número total de participantes, atingindo 211, com um aumento no número de participantes do sexo feminino, totalizando 112, enquanto houve uma leve queda no número de participantes do sexo masculino, que foi de 98.

Os números refletem uma tendência de crescimento geral na participação no SCFV ao longo dos dois anos. No entanto, é notável a disparidade entre os sexos em relação ao aumento da participação. Enquanto o número de participantes do sexo feminino aumentou de forma significativa de um ano para o outro, o número de participantes do sexo masculino apresentou uma leve diminuição.

Gráfico 31 – Sexo dos participantes do SCFV do REMAP (2022 – 2023)



Fonte: IDS Social, abril de 2024.

Em relação a identificação de pessoas com deficiência que participaram do SCFV na instituição, nota-se que em 2022, houve o registro da participação de 4 pessoas com deficiência. Esses participantes se distribuíram entre diferentes tipos de deficiência: uma pessoa com deficiência física, duas com deficiência intelectual e uma com cegueira. No ano seguinte, 2023, houve uma diminuição no número total de participantes, caindo para 3. A composição por tipo de deficiência permaneceu semelhante, com uma pessoa com deficiência física, uma com deficiência intelectual e uma com cegueira.

Tabela 130 - Pessoas com deficiência SCFV Espaço de Convivência Remanso da Pedreira (2022 - 2023)

Tipo de Deficiência	2022	2023
Deficiência física	1	1
Deficiência intelectual	2	1
Cegueira	1	1
<b>Total Geral</b>	<b>4</b>	<b>3</b>

Fonte: IDS Social, abril de 2024.

Em relação a região de residência dos participantes do SCFV, em ambos os anos, a maioria residia na região Sul, com 189 participantes em 2022 e 198 em 2023, onde é possível verificar que o território de abrangência para atendimento da OSC é concentrado naquela região. Por outro lado, as regiões Central, Norte e Oeste apresentaram números relativamente menores de participantes em comparação com a região Sul. Além disso, é importante notar que houve uma pequena mudança nas distribuições de participantes entre algumas regiões de 2022 para 2023.

Por fim, a presença de um pequeno número de participantes com informações de residência não identificadas (Sem informação) em ambos os anos sugere a necessidade de melhorar os processos de coleta e registro de dados para garantir uma análise mais precisa e abrangente da participação no SCFV.

Tabela 131 – Região de Residência das pessoas participantes do SCFV Remanso da Pedreira (2022 - 2023)

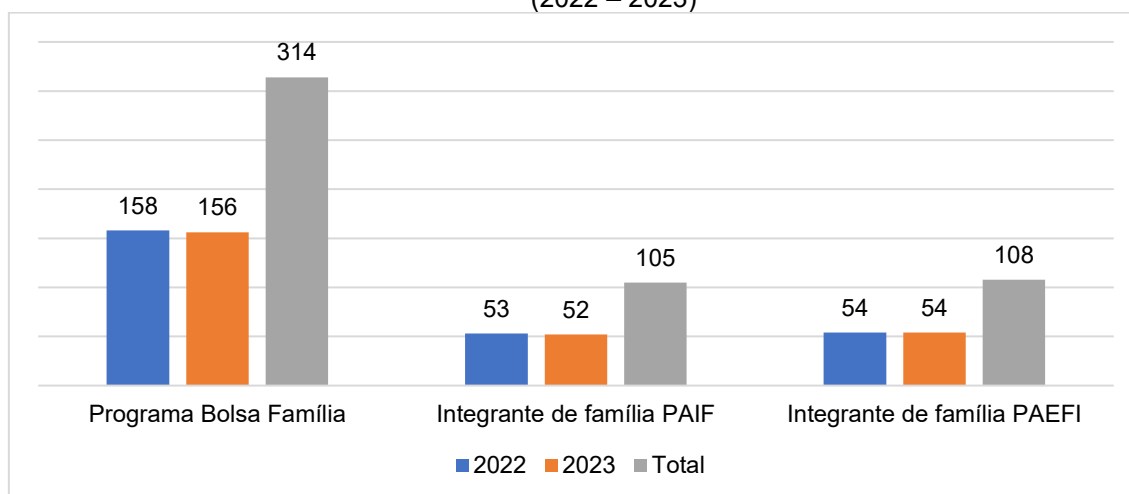
Região de Residência	2022	2023	Total
Central	2	3	5
Interior	1	0	1
Norte	1	2	3
Oeste	6	5	11
Sul	189	198	387
Sem informação	3	3	6
<b>Total Geral</b>	<b>202</b>	<b>211</b>	<b>413</b>

Fonte: IDS Social, abril de 2024.

Sobre o vínculo da pessoa beneficiária de programas ou integrante de famílias inseridas em acompanhamento no PAIF ou PAEFI, observa-se que em relação ao Programa Bolsa Família, houve uma estabilidade no número de beneficiários ao longo dos anos de 2022 e 2023, com 158 e 156 participantes, respectivamente.

Já em relação aos integrantes de famílias cadastradas no PAIF e no PAEFI, observa-se um número semelhante de participantes em ambos os anos. No PAIF, houve 53 participantes em 2022 e 52 em 2023, enquanto no PAEFI, foram registrados 54 participantes em cada ano.

Gráfico 32 –Vínculo dos participantes do SCFV do Remanso da Pedreira em Serviços e Programas (2022 – 2023)



Fonte: IDS Social, abril de 2024.

Em relação ao número de pessoas participando do SCFV na unidade por mês, a tabela abaixo apresenta que em 2022, a Instituição obteve uma média mensal de cerca de 127 participantes. Por outro lado, o ano de 2023 apresenta uma tendência ascendente, com uma média mensal mais elevada de aproximadamente 175 crianças/adolescentes.

Ao analisar mensalmente, destacam-se variações significativas, como exemplo, o aumento notável de participantes em janeiro de 2023 em comparação com o mesmo período do ano anterior. Além disso, nota-se que em meses consecutivos de 2023 houve um número de pessoas participando mais elevado do que em 2022.

No entanto, os meses finais de ambos os anos mostram uma diminuição no número de participantes, com 2023 apresentando uma queda mais acentuada.

Tabela 132 - Pessoas participantes por mês no SCFV REMANSO DA PEDREIRA (2022 - 2023)

Mês	2022	2023
Janeiro	110	169
Fevereiro	102	171
Março	105	181
Abril	102	153
Maior	111	187
Junho	114	188
Julho	148	182
Agosto	151	189
Setembro	144	188
Outubro	144	185
Novembro	143	163
Dezembro	157	151

Fonte: IDS Social, abril de 2024.

### 3.5.7.7. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Instituto Plural

O Instituto Plural atendeu entre os anos de 2022 e 2023, o total de 34, sendo no ano de 2022, 12 e em 2023, houve um aumento para 22, representando um acréscimo de 10 novos usuários do Serviço.

Importante ressaltar que o público atendido pelo Instituto Plural é de adolescentes de 15 até 17 anos. Contudo, a entidade também atendeu outros públicos que não constam na tabela a seguir, mas estão cadastradas no IDS Social entre os dois anos: de 0 a 6 anos, foram atendidas 7, entre 7 e 15 anos: 38, entre 16 e 17 anos: 9, de 18 a 29 anos: 19 pessoas, de 30 a 59 anos: 18 pessoas e mais de 60 anos: 5.

Tabela 133 - Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos Instituto Plural (2022 – 2023)

Idade	2022	2023	Total Geral
Entre 15 e 17 anos	12	22	34
<b>Total Geral</b>	<b>12</b>	<b>22</b>	<b>34</b>

Fonte: IDS Social, abril de 2024.

Especificado por idades, nota-se um aumento geral no número de participantes de todas as faixas etárias de 2022 para 2023. Observa-se também que a faixa etária de 17 anos teve o maior aumento no número de participantes, passando de 2 em 2022 para 9 em 2023. Por outro lado, as faixas etárias de 15 e 16 anos também apresentaram aumento, mas em menor escala.

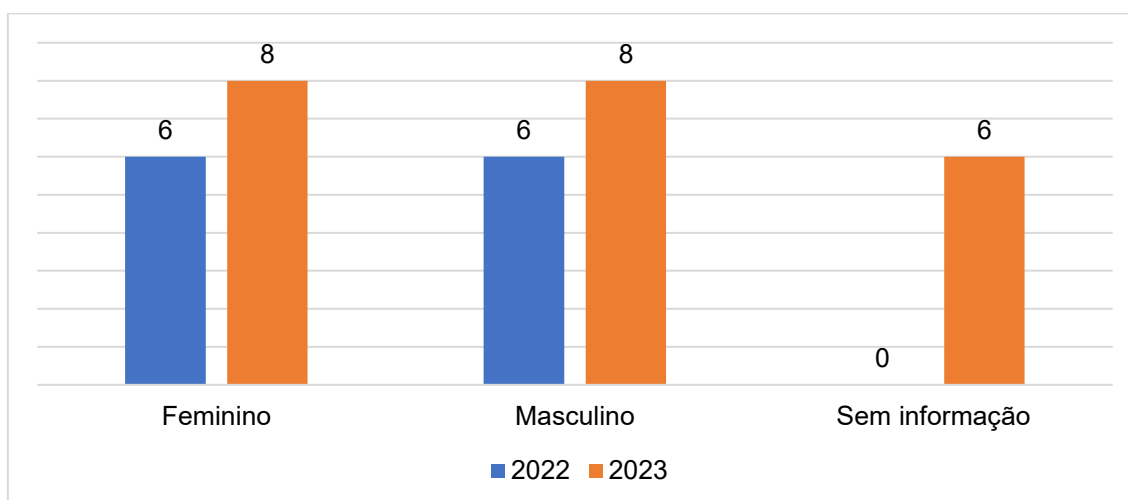
Tabela 134 - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, por idade Instituto Plural (2022 – 2023)

Idade	2022	2023	Total Geral
15 anos	5	5	10
16 anos	5	8	13
17 anos	2	9	11
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>22</b>	<b>34</b>

Fonte: IDS Social, abril de 2024.

Sobre o sexo dos participantes, houve um equilíbrio entre os sexos feminino e masculino nas participações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo no Instituto Plural nos anos de 2022 e 2023, com seis participantes de cada sexo em ambos os anos. Notavelmente, em 2023, há um aumento no número de participantes cujo sexo não foi informado, totalizando seis casos.

Gráfico 33 – Sexo dos participantes do SCFV do Instituto Plural (2022 – 2023)



Fonte: IDS Social, abril de 2024.

Em relação a identificação de pessoas com deficiência que participaram do SCFV na instituição, não consta registros.

Em relação a região de residência dos participantes do SCFV, em ambos os anos, a maioria residia na região Sul, com 7 participantes em 2022 e 16 em 2023. No entanto, algumas regiões, como a Central e a Oeste, registraram uma diminuição no número de participantes em 2023. É importante observar que houve um participante adicional sem informação sobre a região de residência em 2023.

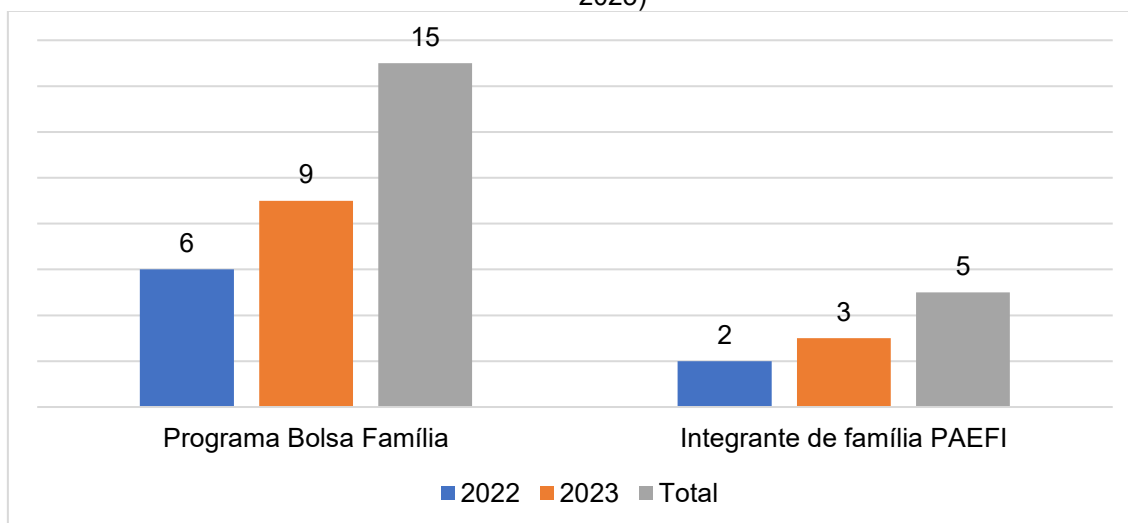
Tabela 135 – Região de Residência das pessoas participantes do SCFV Instituto Plural (2022 - 2023)

Região de Residência	2022	2023	Total
Central	1	4	<b>5</b>
Leste	1	0	<b>1</b>
Norte	0	1	<b>1</b>
Oeste	3	0	<b>3</b>
Sul	7	16	<b>23</b>
Sem informação	0	1	<b>1</b>
<b>Total Geral</b>	<b>12</b>	<b>22</b>	<b>34</b>

Fonte: IDS Social, abril de 2024.

Sobre o vínculo da pessoa beneficiária de programas ou integrante de famílias inseridas em acompanhamento, observa-se que em relação ao Programa Bolsa Família, houve um aumento no número de participantes de 6 em 2022 para 9 em 2023. Já para o programa de Integrante de Família PAEFI, houve uma leve elevação de 2 para 3 participantes no mesmo período.

Gráfico 34 – Vínculos dos participantes do SCFV do Instituto Plural em Serviços e Programas (2022 – 2023)



Fonte: IDS Social, abril de 2024.



### 3.5.7.8. Encaminhamentos sociais

Os encaminhamentos sociais são processos de orientação e direcionamento das famílias ou indivíduos, para serviços e/ou benefícios socioassistenciais ou de outros setores, objetivando o acesso aos direitos. É uma forma de complementar o trabalho realizado naquela unidade, acessando outros equipamentos e setores para a solução da demanda das famílias e/ou indivíduos.

#### 3.5.7.8.1. Encaminhamentos realizados pela Secretaria de Assistência Social

A tabela a seguir apresenta os encaminhamentos realizados pela Secretaria de Assistência Social entre os anos de 2022 e 2023 e demonstra uma variedade de encaminhamentos realizados para os usuários atendidos, refletindo a diversidade de necessidades vivenciadas pelas pessoas.

No total, foram realizados 511 encaminhamentos durante esse período. Entre eles, os mais frequentes foram os encaminhamentos para "Outros encaminhamentos" (282), seguidos pelos encaminhamentos para "Para outros serviços ou unidades do Sistema Único de Saúde" (93) e "Para acesso à Tarifa Social de Energia Elétrica" (69).

É notório que houve uma redução geral no número de encaminhamentos de um ano para o outro, passando de 288 em 2022 para 223 em 2023. Por outro lado, é importante destacar o aumento significativo nos encaminhamentos para o Benefício de Prestação Continuada - BPC, que passaram de 2 em 2022 para 30 em 2023.

Além disso, os dados apresentam encaminhamentos específicos para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos voltados para crianças, adolescentes e idosos.

Tabela 136 - Encaminhamentos realizados pela Secretaria de Assistência Social (2022 – 2023)

Encaminhamento	2022	2023	Total
Encaminhamento para outras unidades/serviços de Proteção Social Especial	10	1	<b>11</b>
Outros encaminhamentos	165	117	<b>282</b>
Para acesso à Tarifa Social de Energia Elétrica	52	17	<b>69</b>
Para atualização cadastral no CadÚnico	1	8	<b>9</b>
Para Educação - Creche e Pré-escola (ensino infantil)	1	0	<b>1</b>
Para Educação - Rede regular de ensino (ensino fundamental e ensino médio)	1	0	<b>1</b>
Para inclusão no CadÚnico	0	3	<b>3</b>
Para o INSS, visando acesso ao BPC	2	30	<b>32</b>

Encaminhamento	2022	2023	Total
Para outros serviços ou unidades do Sistema Único de Saúde	53	40	<b>93</b>
Para programa da área de habitação	0	5	<b>5</b>
Para Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos voltados a crianças e adolescentes	3	0	<b>3</b>
Para Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos voltados para idosos	0	2	<b>2</b>
<b>Total Geral</b>	<b>288</b>	<b>223</b>	<b>511</b>

Fonte: IDS Social, abril 2024.

### 3.5.7.8.2. Encaminhamentos sociais realizados pelo CRAS Carolina Ferrari Amadori

Os dados apresentados na tabela a seguir, representam os encaminhamentos sociais realizados pelo CRAS Carolina Ferrari Amadori nos anos de 2022 e 2023 para outras políticas públicas e fica evidenciado que houve uma diminuição no total de encaminhamentos de 280 em 2022 para 270 em 2023.

Observa-se que a maioria dos encaminhamentos são destinados para acesso a outros serviços ou unidades do Sistema Único de Saúde, totalizando 126 em 2022 e 105 em 2023 indicando uma demanda significativa por serviços de saúde por parte dos usuários atendidos pelo CRAS.

Outro destaque são os encaminhamentos para acesso ao INSS visando o Benefício de Prestação Continuada, que representam uma parcela dos encaminhamentos, com 96 em 2022 e 61 em 2023. Além disso, é observa-se o aumento nos encaminhamentos para Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos voltados a crianças e adolescentes, que passaram de 2 em 2022 para 29 em 2023.

Em contrapartida, alguns tipos encaminhamentos tiveram uma redução ou não apresentaram registros em 2023, como os encaminhamentos para Educação - Creche e Pré-escola e para Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos voltados para idosos.

Tabela 137 - Encaminhamentos sociais realizados pelo CRAS Carolina Ferrari Amadori (2022 -2023)

Encaminhamento	2022	2023	Total
Outros encaminhamentos	37	58	<b>95</b>
Para acesso a Documentação Civil (Certidão de Nascimento, RG, Carteira de Trabalho etc.)	1	0	<b>1</b>
Para Conselho Tutelar	2	2	<b>4</b>
Para Educação - Creche e Pré-escola (ensino infantil)	6	0	<b>6</b>
Para o INSS, visando acesso ao BPC	96	61	<b>157</b>

Encaminhamento	2022	2023	Total
Para outros serviços ou unidades do Sistema Único de Saúde	126	105	<b>231</b>
Para programa da área de habitação	1	8	<b>9</b>
Para Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos voltados a crianças e adolescentes	2	29	<b>31</b>
Para Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos voltados para idosos	0	2	<b>2</b>
Para Serviços, Programas ou Projetos voltados à geração de trabalho e renda	9	5	<b>14</b>
<b>Total Geral</b>	<b>280</b>	<b>270</b>	<b>550</b>

Fonte: IDS Social, abril 2024.

### 3.5.7.8.3. Encaminhamentos sociais realizados pelo CRAS Paulina Bonalume Andreatta

Em relação aos encaminhamentos sociais realizados pelo CRAS, nota-se que houve uma redução significativa no número total de encaminhamentos, diminuindo de 373 em 2022 para 185 em 2023. No entanto, alguns encaminhamentos específicos merecem destaque. O número de encaminhamentos para acesso à tarifa social de energia elétrica aumentou consideravelmente, passando de 3 em 2022 para 21 em 2023.

Por outro lado, os encaminhamentos para outros serviços ou unidades do Sistema Único de Saúde (SUS) diminuíram, de 8 em 2022 para 1 em 2023. Em relação ao acesso ao Benefício de Prestação Continuada pelo INSS, houve uma redução nos encaminhamentos, passando de 24 em 2022 para 22 em 2023.

Tabela 138 - Encaminhamentos sociais realizados pelo CRAS Paulina Bonalume Andreatta (2022 – 2023)

Encaminhamento	2018	2019	Total Geral
Outros encaminhamentos	326	138	<b>464</b>
Para acesso a Documentação Civil (Certidão de Nascimento, RG, Carteira de Trabalho etc.)	1	0	<b>1</b>
Para acesso à Tarifa Social de Energia Elétrica	3	21	<b>24</b>
Para Conselho Tutelar	8	1	<b>9</b>
Para o INSS, visando acesso ao BPC	24	22	<b>46</b>
Para programa da área de habitação	0	3	<b>3</b>
Para Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos voltados a crianças e adolescentes	8	0	<b>8</b>
Para Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos voltados para idosos	3	0	<b>3</b>
<b>Total Geral</b>	<b>373</b>	<b>185</b>	<b>558</b>

Fonte: IDS Social, abril 2024.

### **3.6. INDICADORES DEMANDAS DE ATENDIMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE**

A Proteção Social Especial (PSE) do SUAS é a modalidade de atendimento voltada às famílias e aos indivíduos que vivenciam violências e violações de direitos, ocorridas no âmbito familiar, comunitário ou social, que podem lhes causar danos físicos e/ou psicológicos. A PSE oferta serviços especializados de proteção para evitar a perpetuação ou o agravamento dessas situações e, em virtude disso, se subdivide em PSE de Média Complexidade e PSE de Alta Complexidade.

A PSE de Média Complexidade é constituída pelos serviços e por um programa que buscam reduzir agravos, reparar danos, ressignificar as violações sofridas e contribuir com o fortalecimento da autonomia e da função protetiva das famílias e indivíduos.

Já a PSE de Alta Complexidade é composta pelo conjunto de serviços de acolhimento, prestados em diferentes modalidades e unidades, com o dever de assegurar proteção integral às pessoas, de forma individual, ou mesmo às famílias. Nos próximos tópicos, serão abordados os dados da PSE de Alta Complexidade.

Ressalta-se que, conforme o Manual de preenchimento do Registro Mensal de Atendimentos (RMA) do CREAS, o acompanhamento familiar pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) é uma ação continuada, as famílias tendem a permanecer em acompanhamento por mais de um mês. Assim, o RMA é sempre alimentado após o encerramento do mês de referência para que se possa fazer o registro das atividades realizadas durante todo o período do mês. As mesmas famílias podem permanecer em acompanhamento por mais de um mês, por isso, ao apresentar as tabelas com o total de famílias acompanhadas entre os anos de 2017 e 2023, esse total de famílias em acompanhamento é o resultado da soma entre a quantidade de famílias que já vinham sendo acompanhadas pelo PAEFI e a quantidade de novas famílias que foram inseridas no Serviço no ano apresentado.

É importante pontuar que uma mesma família pode enquadrar-se, simultaneamente, em mais de uma categoria apresentada na sequência. Esses itens buscam identificar algumas características dessas famílias incluídas entre o período analisado.

### 3.6.1. Famílias e indivíduos no PAEFI

O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), é um serviço ofertado pelo Centro Especializado de Assistência Social (CREAS), no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade. Presta ações de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos.

O número total de casos<sup>54</sup> (famílias ou indivíduos) é o resultado da soma entre as famílias/indivíduos que já vêm sendo acompanhadas pelo PAEFI e a quantidade de novos casos inseridos no acompanhamento do PAEFI e durante os anos apresentados, de 2017 a 2023, nota-se uma redução no quantitativo entre os anos de 2017 e 2019, com aumento no ano de 2020 e, em 2021 apresentou nova queda. Posteriormente, nota-se que houve um aumento na média de famílias/indivíduos em acompanhamento/atendimento.

Um apontamento relevante diz respeito ao volume de casos em acompanhamento/atendimento pelo CREAS. No ano de 2023, observa-se uma média de 375,75 casos, o que, considerando o contingente de profissionais lotados na unidade apresentado anteriormente e a capacidade de atendimento recomendada pela Norma Operacional Básica – NOBSUAS/RH, nota-se uma disparidade significativa, necessitando assim, a possível implementação futura de um novo equipamento.

Cabe ainda apontar que de acordo com a Nota Técnica 27 de 2015/GSUAS/SNAS/MDS, a quantidade média de casos em acompanhamento no mês, dividida pela equipe técnica (Assistente Social e Psicólogo) deve ser menor ou igual a 50 casos, o que levando em consideração o quadro de profissionais e correlacionando a média mensal, nota-se uma fragilidade na composição da equipe. Para além disso, é necessário realizar uma análise dos casos atualmente em atendimento/acompanhamento, para se chegar a real demanda de atendimentos.

Tabela 139 - Total de casos e novos casos inseridos no PAEFI, por ano

Ano	Casos (famílias e indivíduos) em acompanhamento pelo PAEFI		Novos casos inseridos em acompanhamento pelo PAEFI	
	Total	Média	Novos Casos	Média
2017	6.845	570,42	364	30,33

<sup>54</sup> O quantitativo total de famílias ou indivíduos acompanhados no ano é um dado agregado.

Ano	Casos (famílias e indivíduos) em acompanhamento pelo PAEFI		Novos casos inseridos em acompanhamento pelo PAEFI	
	Total	Média	Novos Casos	Média
2018	6.326	527,17	360	30,00
2019	3.970	330,83	295	24,58
2020	4.323	360,25	182	15,17
2021	3.409	284,08	155	12,92
2022	4.056	338,00	256	21,33
2023	4.509	375,75	228	19,00

Fonte: SNAS, 2024.

### 3.6.1.1. Perfil dos novos casos inseridos no acompanhamento do PAEFI

Os dados apresentados na tabela a seguir representam o perfil dos novos casos inseridos no acompanhamento no PAEFI ao longo dos anos de 2017 a 2023. Observa-se um aumento gradual no número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família ao longo do período analisado, indicando que muitas famílias que ingressaram no acompanhamento do PAEFI possuem renda per capita inferior a meio salário mínimo. Em 2017, foram registradas 10 famílias, chegando a 60 em 2023, totalizando 209 famílias beneficiárias ao longo do período. Aqui cabe destacar que a violência não está atrelada a condição econômica, contudo, a mesma pode ser um fator que venha a agravar a situação vivenciada dessas famílias.

Em contraste, o número de famílias com membros beneficiários do Benefício de Prestação Continuada - BPC teve variações significativas, contabilizando 82 famílias com integrantes beneficiários em 2019, seguido por uma queda acentuada nos anos subsequentes, chegando a 22 em 2023, totalizando 199 famílias ao longo do período.

A presença de crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil, integrantes de famílias incluídas no acompanhamento do PAEFI entre os anos, é notória, com o indicativo de 4 casos em 2020 e em 2023, 9, totalizando 17 casos ao longo dos anos. Para este campo de identificação é necessário apontar que são considerados aquelas crianças que ainda tenham algum vínculo com o mundo do trabalho ou que estiveram na condição de trabalho infantil em algum momento, mesmo que não estejam mais nessa condição no momento da inserção da família em acompanhamento.

Os números de famílias com crianças ou adolescentes em Serviços de Acolhimento variaram consideravelmente ao longo dos anos, com um aumento em 2019, contabilizando 31 casos, e uma queda notável em 2022 e 2023, chegando a

zero em 2023, totalizando 73 casos ao longo do período. A identificação deste perfil das novas famílias incluídas, leva-se em consideração o histórico da criança/adolescente, isto é, não necessariamente que a pessoa está em situação de acolhimento no ano de inclusão no Serviço.

Além disso, os casos associados ao uso abusivo de substâncias psicoativas mostraram uma diminuição ao longo do tempo, com um total de 26 casos ao longo do período. As substâncias psicoativas são aquelas que não são produzidas pelo organismo e alteram o funcionamento cerebral, causando modificações no estado mental, sendo considerado substâncias de utilização permitida, como álcool e tabaco, como também substâncias ilícitas, como maconha, cocaína, crack.

Por fim, os casos de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas em meio aberto permaneceram consistentemente baixos, totalizando 22 casos ao longo dos anos.

Tabela 140 - Perfil familiar dos casos no PAEFI, por ano

<b>Perfil das famílias</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>Total</b>
Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	10	4	31	38	36	30	60	<b>209</b>
Famílias com membros beneficiários do BPC	6	4	82	51	13	21	22	<b>199</b>
Famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil	1	0	1	4	1	1	9	<b>17</b>
Famílias com crianças ou adolescentes em Serviços de Acolhimento	5	1	31	32	3	1	0	<b>73</b>
Famílias cuja situação de violência/violação esteja associada ao uso abusivo de substâncias psicoativas	14	4	6	0	1	0	1	<b>26</b>
Famílias com adolescente em cumprimento de Medidas Socioeducativas em meio aberto	8	1	6	7	0	0	0	<b>22</b>

Fonte: SNAS, 2024.

### 3.6.1.2. Tipos de violência

Antes de apresentar os registros de violências do período de 2017 e 2023, informados pela equipe técnica do CREAS, cabe ressaltar alguns conceitos importantes que contribuem para a identificação e caracterização do tipo de violência que a família/indivíduo vivenciaram ou vivenciam: situações de risco, vulnerabilidades, violências e violações de direitos (explicadas na figura a seguir).





Figura 3 - Vulnerabilidade social, Situação de risco, Violência e Violação de direitos



Fonte: BRASIL, 2011.

Após a inclusão da família ou do indivíduo no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos (PAEFI), ocorre a identificação de violação de direitos, sendo diversas expressões de violência e violações de direitos que, ocorridas a partir do campo relacional, agravam as situações de risco pessoal



e/ou, social e fragilizam os vínculos familiares e comunitários, incidindo no direito à convivência familiar e comunitária, na autonomia e no bem-estar dos indivíduos e famílias.

É necessário ressaltar que um mesmo indivíduo pode ter uma ou mais violações de direitos associadas ao seu processo de acompanhamento, dessa forma os dados serão tratados como violações e não por número de indivíduos.

Observa-se inicialmente uma tendência geral de variações nos números de violência registrada entre os anos. Entre 2017 e 2020, houve uma queda constante no número de casos, atingindo o ponto mais baixo em 2020, refletindo o quanto a pandemia do COVID-19 contribuiu para ocultar ainda mais as situações de risco vivenciadas pelas pessoas, com apenas 217 casos registrados.

No entanto, essa tendência de declínio foi seguida por um aumento gradual nos casos nos anos subsequentes, alcançando em 2023, 324 casos registrados. Em média 315,14 casos por ano atendido na unidade.

Os casos de negligência, que é identificada quando existe uma dependência de cuidados e de proteção de uma pessoa em relação a outra, nas quais as necessidades específicas não são atendidas por seus cuidadores apresentaram os maiores quantitativos nos anos de 2017 e 2019, com 113 e 91 casos, respectivamente, resultando em uma média de aproximadamente 101 casos por ano. Ainda, é considerado como negligência a situação de abandono, bem como a omissão em termos de prover as necessidades físicas e emocionais da criança, do adolescente, da pessoa com deficiência e do idoso e se configura quando os responsáveis falham na atenção dessas necessidades.

Em relação às situações de abuso/violência sexual<sup>55</sup> que podem ocorrer por meio de contatos físicos como carícias não desejadas, penetração (oral, anal ou vaginal com pênis ou objetos), masturbação forçada, dentre outros, apresentaram 575 registros entre os anos de 2017 e 2023, sendo acompanhados pela equipe técnica do CREAS. Em 2017, foram identificados 77 casos, no ano de 2018, esse número aumentou para 116 registros. Em 2019, esse quantitativo reduziu para 78; no ano de 2020, foram incluídos no acompanhamento 56 casos; em 2021, esse número voltou a crescer, perfazendo 65 casos. No ano de 2022, foram 96 registros para esse tipo de

---

<sup>55</sup> “Abuso sexual é um ato através do qual um adulto obriga ou persuade uma criança ou adolescente a realizar atividade sexual que não é adequada para a sua idade e que viola os princípios sociais atribuídos aos papéis familiares” (GOUVEIA, 2006 *apud* BRASIL, 2018).

violência e em 2023, totalizou 87 casos, tendo uma média de 82,14 atendimentos entre os anos.

Entre 2017 e 2023, os casos de violência física que se refere a toda e qualquer ação, única ou repetida, não acidental ou intencional, cometida por um agente agressor, provocando danos físicos que podem variar entre as lesões leves a consequências extremas como a morte, somaram 450 casos, tendo uma média de 64,29, sendo identificado em 2023 o ano de maior incidência para esse tipo de violência, com 82 casos, seguido de 75 registros em 2018. Nos dois anos seguintes (2019 e 2020), nota-se que houve uma redução dos casos informados para esse tipo de violência, perfazendo 62 para o ano de 2019 e 46 para o ano de 2020. Em 2021 e 2022, houve um aumento novamente nos casos identificados, totalizando 58 e 68 registros respectivamente.

Para o tipo de violência como exploração sexual que se refere a todo e qualquer uso de uma criança/adolescente para propósitos sexuais em troca de dinheiro ou favores em espécie entre a criança, o intermediário ou agenciador que se beneficiam do comércio de crianças para este propósito, podendo se manifestar por meio da exploração sexual de crianças e adolescentes, pornografia, turismo sexual, tráfico de criança e adolescentes para fins comerciais e sexuais (CMESC, 1996), houve ao todo 12 casos identificados no período tabulado, sendo o ano de 2018 o de maior incidência, com 6 registros; seguido de 2020, com 3 casos; 2017 com 2 e 2019, com 1 registro.

Existe também o indicativo de violência do tipo abandono, que se configura como uma das formas mais graves de negligência, sendo caracterizado pelo completo afastamento do grupo familiar, ficando a criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência, desamparada e exposta a várias formas de perigo, apresentando 1 registro para o ano de 2020, 5 registros no ano de 2021, 1 caso em 2022 e a expressiva quantidade de casos em 2023, com 11 registros.

Nos anos de 2017, 2020 e 2021, foram incluídos no PAEFI, usuários que sofreram violência do tipo de trabalho infantil, sendo 4 crianças com esse indicativo no ano de 2017, 6 casos em 2020 e 3 registros nos anos de 2021, 2022 e 2023, totalizando 19 registros para este tipo de violação de direito.

A trajetória de rua foi outra situação identificada, que “considera-se a população em situação de rua um grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a

inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória” e para esses casos, foram identificados nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2021, 1 registro para cada ano. No ano de 2022, foram identificados 2 casos para essa situação. Em 2020 e 2023, não foram identificados casos de pessoas em situação de rua nos registros do IDS Social.

A violência psicológica, é identificada quando existe um tipo de assimetria nas relações entre as pessoas, mais especificamente nas relações de poder, podendo se expressar na imposição de forças de uma pessoa sobre a outra, de alguém com mais força sobre outra pessoa que é subjugado num processo de apropriação e dominação da sua vontade. Entre 2017 e 2023, foram identificados 398 casos, tendo uma média de 56,86 casos por ano, sendo 2017 com 54 registros, em 2018 aumentando para 93. Em 2019, foi o ano que mais houve o indicativo para este tipo de violência, totalizando 75 casos. Nos quatro anos seguintes, nota-se que houve inicialmente uma redução no registro desse tipo de violência, porém houve foi crescente: em 2020 com 45 registros; 2021, foram inclusos 38 casos; 2022, com 43; 2023, com 50 pessoas vítimas deste tipo de violência.

A violência patrimonial, pode ser caracterizada como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades. Nota-se que entre 2017 e 2023, foram identificados 47, sendo 11 registros para o ano de 2017; 8 casos em 2018; 14 apontamentos em 2019; 1 caso em 2020. Para o ano de 2021, não foram localizados registros para esse tipo de violência. Contudo, em 2022, esse número aumento para 8 casos identificados e em 2023, reduziu para 5.

Ainda, houve a indicação de 1 registro de violência institucional no ano de 2022 e o indicativo de discriminação em decorrência de raça/etnia, com 1 caso em 2023.

Conta também o registro de 114 casos de violências identificadas como “Outro”, as quais se referem às situações que não se enquadram nas descritas anteriormente.

Os índices de crescimento do número de violências registradas no CREAS de um ano para o outro apresentam variações, como em 2018, em que houve um

aumento de 6,86% em relação a 2017. No entanto, em 2019, ocorreu uma redução de 16,54%, seguida por uma diminuição ainda maior de 35,80% em 2020. Esses declínios, principalmente no ano de 2020, estão atrelados aos impactos da pandemia do COVID-19 que muitos casos acabaram sendo subnotificados. A partir de 2021, houve um crescimento gradual, com aumentos de 11,52%, 24,38%, e 7,64% nos anos subsequentes até 2023.

Tabela 141 - Tipos de violências (2017 - 2023)

Tipo de violência	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Abuso/violência sexual	77	116	78	56	65	96	87	<b>575</b>
Abandono	0	0	0	1	5	1	11	<b>18</b>
Exploração sexual	2	6	1	3	0	0	0	<b>12</b>
Negligência	113	86	91	51	70	74	80	<b>565</b>
Outro	58	20	16	8	2	5	5	<b>114</b>
Trabalho Infantil	4	0	0	6	3	3	3	<b>19</b>
Trajetória de rua	1	1	1	0	1	2	0	<b>6</b>
Violência física	59	75	62	46	58	68	82	<b>450</b>
Violência Institucional	0	0	0	0	0	1	0	<b>1</b>
Violência patrimonial	11	8	14	1	0	8	5	<b>47</b>
Violência Psicológica	54	93	75	45	38	43	50	<b>398</b>
Discriminação em decorrência de raça/etnia	0	0	0	0	0	0	1	<b>1</b>
<b>Total Geral</b>	<b>379</b>	<b>405</b>	<b>338</b>	<b>217</b>	<b>242</b>	<b>301</b>	<b>324</b>	<b>2.206</b>

Fonte: IDS Social, abril 2024.

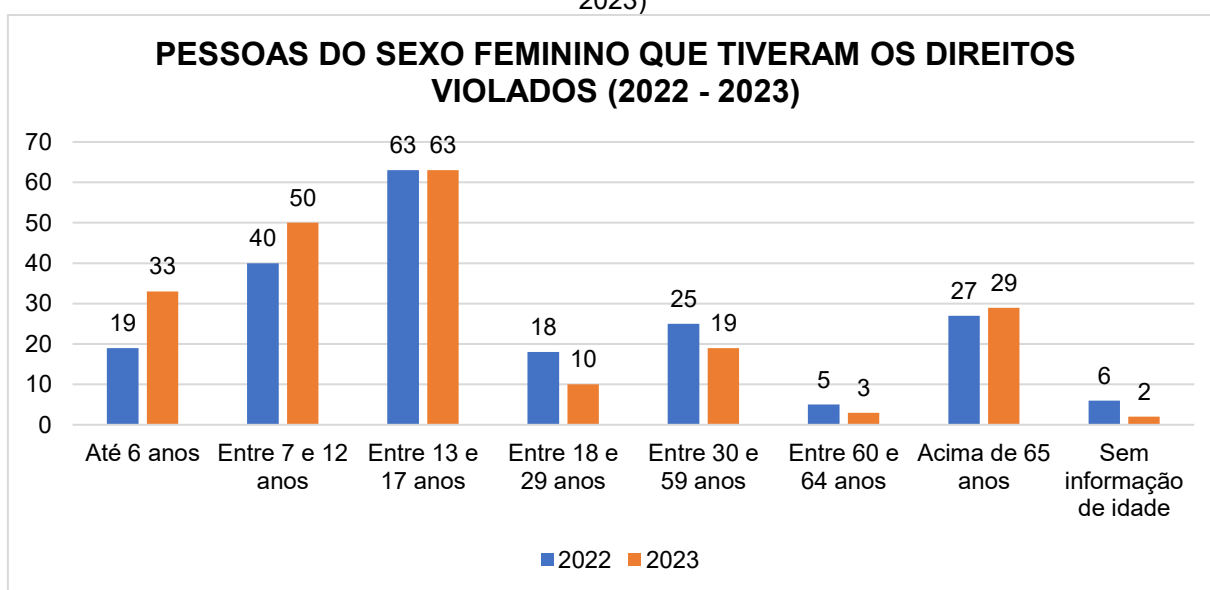
O gráfico a seguir, apresenta a quantidade de pessoas do sexo feminino que tiveram seus direitos violados, organizado por faixa etária. Inicialmente, ao observar a distribuição por idade, é evidente que mulheres de todas as idades são vulneráveis a diferentes formas de violência e violações de direitos. Entretanto, há um destaque para as faixas etárias mais jovens e para pessoas idosas. A faixa etária entre 13 e 17 anos apresenta consistentemente o maior número de casos em ambos os anos, apontando a necessidade de realizar a prevenção destas violências principalmente para esse público etário. Além disso, as faixas etárias entre 7 e 12 anos e acima de 65 anos também registram números significativos de casos, ressaltando a importância de proteger os direitos das pessoas idosas.

A comparação entre os anos de 2022 e 2023 apresenta uma tendência de aumento no número total de casos de violações de direitos contra o sexo feminino. Esse aumento é especialmente significativo na faixa etária de até 6 anos, destacando a necessidade de implementar medidas para proteger as crianças durante a primeira infância. Esta fase do desenvolvimento é caracterizada por uma extrema vulnerabilidade a diversas formas de abuso e negligência, tornando essencial a

implementação de políticas e programas específicos para garantir a segurança e o bem-estar desses indivíduos em formação.

É crucial ressaltar que, além das faixas etárias específicas, o sexo feminino continua a ser prevalente em situações de violência e violações de direitos de maneira geral e este fenômeno não é isolado, mas profundamente enraizado em desigualdades estruturais de gênero, moldadas por normas culturais e sociais que perpetuam a subordinação das mulheres.

Gráfico 35 – Pessoas do sexo feminino que tiveram os direitos violados, por faixa etária (2022 – 2023)



Fonte: IDS Social. 2024.

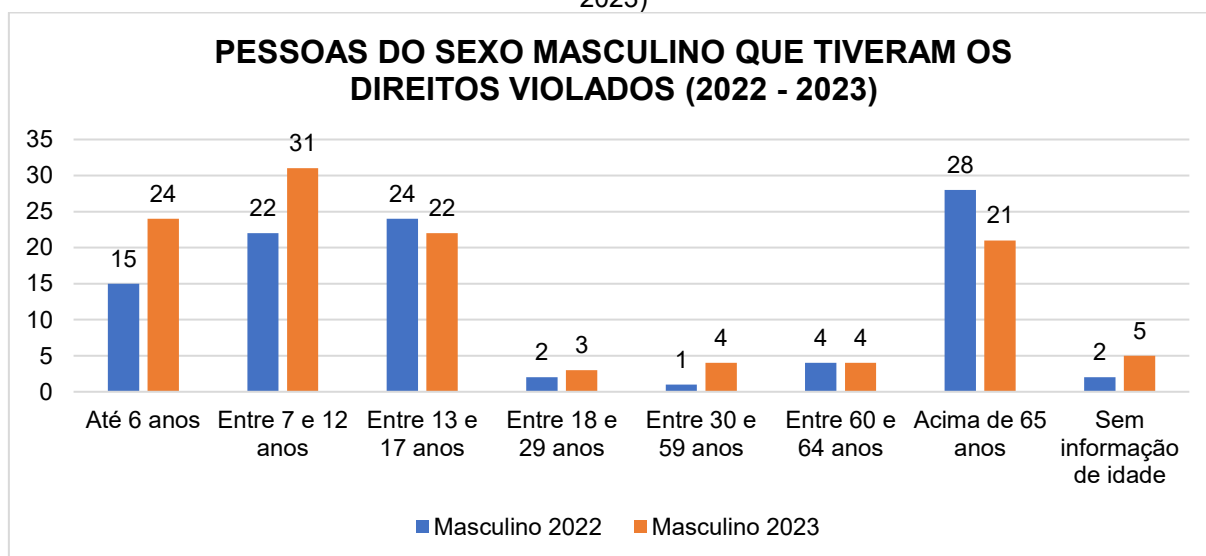
Em relação as violações de direitos contra o sexo masculino nos anos de 2022 e 2023 lança luz sobre uma realidade muitas vezes negligenciada.

Assim, fica evidente que pessoas do sexo masculino de todas as idades enfrentam desafios significativos em relação às violações de direitos. Nesse sentido, as faixas etárias mais vulneráveis são as mais jovens e a de pessoas idosas. Especificamente, as crianças do sexo masculino, especialmente aquelas com menos de 12 anos, parecem estar em maior risco, como indicado pelo número relativamente alto de casos nessas faixas etárias, totalizando 37 em 2022 e 55 no ano de 2023. Além disso, as pessoas idosas, com idade superior a 65 anos, também enfrentam uma proporção considerável de violações de direitos, os quais perfizeram 49 casos entre os dois anos.

A comparação entre os anos de 2022 e 2023 apresenta um aumento no número total de casos de violações de direitos contra o sexo masculino em 2023. Esse aumento é particularmente evidente em faixas etárias de até 6 anos e entre 7 e 12 anos.

É importante reconhecer que, embora as mulheres frequentemente recebam mais atenção em discussões sobre violência e violações de direitos, as pessoas do sexo masculino também enfrentam situações de violência e abuso. No entanto, muitos casos de violência contra homens acabam sendo subnotificados devido a preconceitos e estigmas sociais associados à masculinidade. Expectativas culturais sobre a força e a invulnerabilidade masculinas muitas vezes levam os homens a enfrentar barreiras para relatar abusos e procurar ajuda, contribuindo para a invisibilidade dessas questões. Os dados apresentados destacam a necessidade de reconhecer e abordar essas realidades, garantindo que os Serviços estejam disponíveis e acessíveis a todos os indivíduos, independentemente do sexo.

Gráfico 36 – Pessoas do sexo masculino que tiveram os direitos violados, por faixa etária (2022 – 2023)



Fonte: IDS Social. 2024.

Os dados referentes às violações de direitos identificadas, nos anos de 2017 a 2023, agregadas por bairros. Devido a identificação de 61 localidades do Município, de acordo com a residência da pessoa, cita-se os bairros que tiveram os maiores quantitativos entre os anos.

O bairro com maior número de violações de direitos entre 2017 e 2023 foi o Alvorada que registrou um total de 205 ocorrências entre 2017 e 2023, com o ano de 2018 marcando o maior indicativo de incidência. Em seguida, São Cristóvão e São João surgem com 145 e 137 ocorrências, respectivamente, sendo 2022 e 2019 os anos de maior incidência para cada um.

Observa-se que o Industrial e Jardim Floresta tiveram seus anos de maior incidência mais recentemente, em 2023 e 2019, respectivamente. O Novo Horizonte e Santo Antônio também teve um aumento significativo em anos específicos (2017 e 2023).

Sobre as violências identificadas nas localidades, nota-se que 66,2% dos casos estavam relacionados a pessoas do sexo feminino, 32,7% eram masculinos e 1,1% não possuíam a identificação do sexo. Para além disso, a faixa etária de adolescentes de 13 a 17 anos, possui o maior indicativo de violências, seguido de crianças com idade entre 7 e 12 anos. Ainda, a violência sexual é a que mais se destaca em relação a estas localidades, com exceção dos bairros Alvorada, Centro, Industrial e Novo Horizonte. Para essas localidades a negligência e a violência física são predominantes.

Tabela 142 - Violações de direitos (2017 - 2023)

Bairro/localidade	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Aeroporto	5	0	1	2	1	4	6	19
Alto da Gloria	2	4	6	3	4	0	3	22
Alvorada	36	46	27	21	18	31	26	205
Amadori	1	1	1	0	0	2	1	6
Anchieta	1	2	0	2	3	1	5	14
Baixada	2	1	0	1	0	2	1	7
Bancários	2	1	5	3	0	3	2	16
Bela Vista	13	15	7	4	12	8	5	64
Bonatto	1	2	3	0	3	5	6	20
Bortot	2	0	2	1	2	2	2	11
Brasília	5	4	1	0	0	2	1	13
Cadorin	1	0	1	0	0	0	2	4
Centro	11	17	11	12	6	19	21	97
Comunidade Fazenda da Barra	1	1	1	3	1	0	0	7
Comunidade Nossa Senhora do Carmo	0	0	1	1	0	1	0	3
Comunidade Passo da Ilha	3	10	0	1	2	2	0	18
Comunidade São Caetano	1	0	0	3	0	0	0	4
Comunidade São Pedro de Alcântara	0	1	0	0	0	0	0	1
Comunidade Quebra Freio	0	0	0	0	0	0	1	1



Bairro/localidade	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Comunidade Sede Dom Carlos	1	3	0	0	2	0	1	7
Comunidade Sede Gavião	0	0	1	0	0	0	0	1
Comunidade Três Pontes	1	1	0	0	0	0	0	2
Cristo Rei	4	5	3	0	5	4	8	29
Dall Ross	0	0	1	0	0	0	0	1
Fraon	5	7	10	6	4	2	10	44
Gralha Azul	10	7	7	3	4	1	4	36
Industrial	17	7	12	16	11	8	25	96
Jardim Das Américas	1	1	1	0	0	1	1	5
Jardim Floresta	15	20	23	6	4	11	9	88
Jardim Primavera	0	1	1	1	1	2	2	8
La Salle	4	2	2	2	1	3	2	16
Linha Bom Retiro	0	1	1	0	0	1	1	4
Linha Cachoeirinha	0	0	0	1	0	0	0	1
Linha Damasceno	0	1	0	0	0	0	1	2
Linha Encruzilhada	1	1	0	0	1	0	0	3
Linha Independência	1	1	1	4	3	0	0	10
Linha Martinello	2	0	0	0	0	2	0	4
Menino Deus	2	6	6	2	4	3	3	26
Morumbi	5	9	8	1	8	8	4	43
Novo Horizonte	10	14	14	7	13	10	12	80
Pagnoncelli	1	1	1	1	0	1	1	6
Parque Do Som	0	1	0	0	0	2	2	5
Parzianello	0	2	1	0	1	1	2	7
Pinheirinho	17	9	5	9	3	8	10	61
Pinheiros	0	1	0	0	1	0	0	2
Planalto	17	21	15	18	11	23	13	118
Sambugaro	0	1	0	0	0	0	2	3
Santa Terezinha	3	5	4	4	4	4	7	31
Santo Antônio	13	10	14	6	6	17	11	77
São Cristóvão	23	20	22	10	14	28	28	145
São Francisco	1	2	5	2	3	3	4	20
São Joao	20	24	30	13	23	12	15	137
São Luiz	2	5	1	1	0	1	2	12
São Roque	2	7	10	9	6	8	8	50
São Roque do Chopim	1	5	1	7	2	9	4	29
São Vicente	9	5	5	0	5	7	2	33
Sem Informação	67	52	37	14	40	20	17	247
Sudoeste	22	28	19	5	7	11	14	106
Trevo da Guarani	1	2	1	1	0	0	1	6
Veneza	7	3	4	8	3	2	5	32
Vila Esperança	3	8	4	3	0	3	6	27
Vila Isabel	4	1	1	0	0	3	5	14
<b>Total</b>	<b>379</b>	<b>405</b>	<b>338</b>	<b>217</b>	<b>242</b>	<b>301</b>	<b>324</b>	<b>2.206</b>

Fonte: IDS Social, abril 2024.

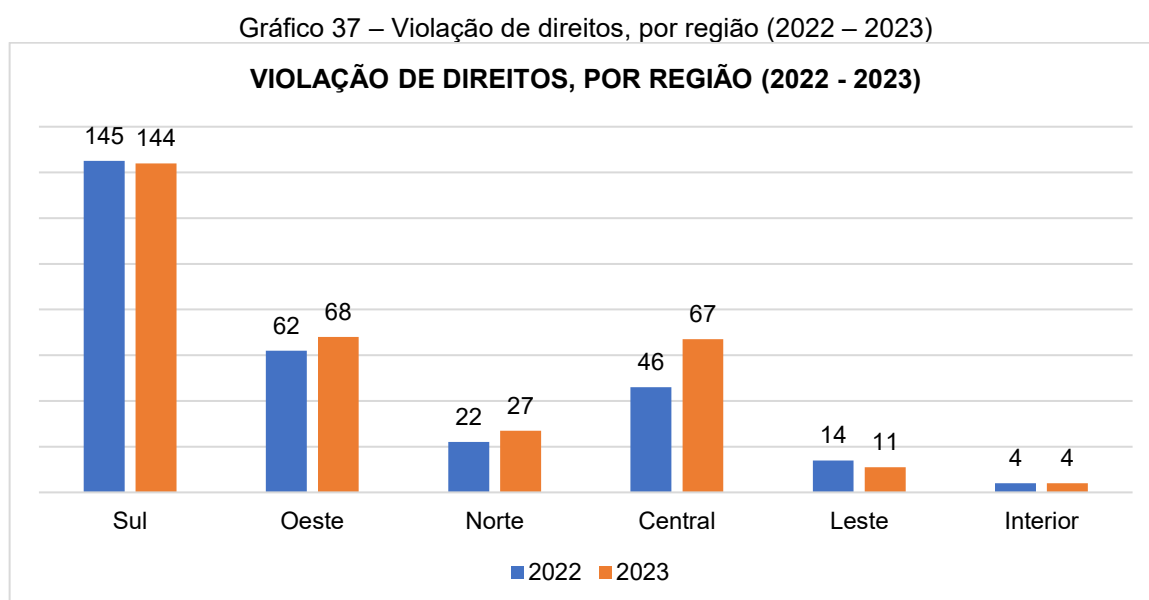
Como forma de apresentação dos registros das violências atendidas pelo CREAS, organizou-se a informação por região do Município, tendo como base os anos de 2022 e 2023.



O panorama apresentado na tabela a seguir sobre as violações de direitos por região entre 2022 e 2023, apresenta uma compreensão das situações de risco que incide nas regiões do Município, destacando-se a Região Sul, onde se observa uma entre os dois anos foi a que apresentou o maior número de casos de violação de direitos.

A Região Oeste, apresentou um aumento no número de violações de direitos, passando de 62 em 2022, para 68 em 2023, identificando-se também para a região central, que entre os dois anos, houve um aumento de 5 casos.

A baixa incidência de registros de atendimentos de casos de violência em algumas regiões do município com alto poder aquisitivo pode ser um reflexo da subnotificação desses casos. É importante destacar que situações de violência podem ocorrer em núcleos familiares de todas as classes econômicas, inclusive aquelas com melhor situação financeira. No entanto, fatores como estigma social, vergonha e medo de repercussões podem levar a uma menor busca para atendimento no CREAS, entre famílias de maior poder aquisitivo. Além disso, muitos desses casos podem ser reportados a outros órgãos, como serviços de saúde e segurança pública, sem que haja uma subsequente entrada no acompanhamento do CREAS, resultando em uma lacuna nos dados de assistência social específica.



Fonte: IDS Social, maio 2024.

### 3.6.1.3. Crianças ou adolescentes vítimas de violência intrafamiliar (física ou psicológica)

O fenômeno da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes é uma realidade que demanda constante atenção para a prevenção e combate.

A faixa etária e sexo com maior número de casos registrados de violência intrafamiliar, dos tipos física ou psicológica, foi de 13 a 17 anos, do sexo feminino, nos anos de 2018, 2019 e 2023. **Destaca-se que em 2023, o sexo feminino, esteve à frente em todas as faixas etárias para este tipo de violência.**

A distribuição por gênero demonstra que tanto meninos quanto meninas são vítimas desse tipo de violência, destacando a natureza universal do problema. Embora em alguns anos o número de casos entre meninas supere o de meninos, a diferença entre os sexos varia, apontando para a complexidade das dinâmicas familiares e das formas como a violência se manifesta em diferentes contextos.

A segmentação por faixa etária apresenta uma situação em que à medida que a faixa etária aumenta, também parece crescer o número de casos de violência intrafamiliar. Esse padrão indica que crianças com idade entre 7 e 12 anos e adolescentes estão particularmente vulneráveis a esse tipo de abuso, ressaltando a importância de intervenções direcionadas a essa faixa etária específica.

Tabela 143 - Crianças ou adolescentes vítimas de violência intrafamiliar (física ou psicológica)

Ano	Total	Sexo	0 a 6 anos	7 a 12 anos	13 a 17 anos
2017	55	Masc.	9	10	4
		Fem.	10	10	12
2018	103	Masc.	9	15	11
		Fem.	19	23	26
2019	60	Masc.	10	10	3
		Fem.	9	10	18
2020	50	Masc.	10	11	1
		Fem.	6	15	7
2021	31	Masc.	4	10	4
		Fem.	4	3	6
2022	52	Masc.	7	13	9
		Fem.	3	7	13
2023	80	Masc.	5	14	12
		Fem.	11	17	21

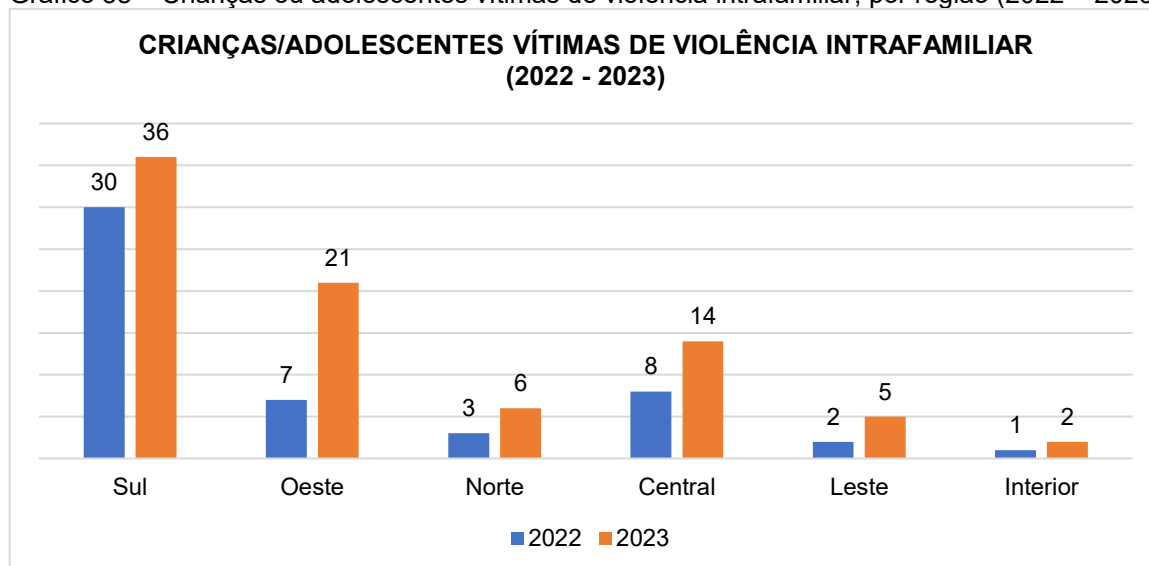
Fonte: IDS Social, abril 2024.

Em relação a região da criança/adolescente vítima de violência intrafamiliar, nota-se que é crucial destacar o aumento geral no número de casos de violência

intrafamiliar em todas as regiões, como nas localidades da região Sul, onde houve um aumento de 30 casos em 2022 para 36 casos em 2023.

Além disso, a região Oeste também chama a atenção devido ao aumento significativo no número de casos de violência intrafamiliar, passando de 7 em 2022 para 21 em 2023. Outras regiões também testemunharam aumentos nos casos de violência intrafamiliar. No Norte, por exemplo, houve um aumento de 3 para 6 casos, enquanto na região Central os números subiram de 8 para 14 casos. É imperativo que medidas efetivas sejam desenvolvidas para reduzir a violência intrafamiliar de forma abrangente, garantindo um ambiente seguro e saudável para todas as crianças e adolescentes.

Gráfico 38 – Crianças ou adolescentes vítimas de violência intrafamiliar, por região (2022 – 2023)



Fonte: IDS Social, maio 2024.

#### 3.6.1.4. Crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual

Os anos de 2018 e 2022 aparecem como os períodos com as maiores incidências de abuso sexual, registrando 107 e 89 casos, respectivamente.

Ao calcular a média de casos por faixa etária, observa-se que todas as idades estão sujeitas ao abuso sexual, refletindo a amplitude e a gravidade dessa questão. **Para crianças de 0 a 6 anos, a média é de aproximadamente 4 casos, enquanto para crianças com idade entre 7 e 12 anos, a média é de cerca de 11 casos. Já para adolescentes de 13 a 17 anos, a média chega a 18 casos.** Esses números

alarmantes ressaltam a vulnerabilidade generalizada das crianças e adolescentes a esse tipo de violência, independentemente de sua idade.

Destaca a predominância de meninas como vítimas de abuso sexual em comparação com meninos, corroborando padrões globais de gênero nesse tipo de violência.

Tabela 144 - Crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual

Ano	Total	Sexo	0 a 6 anos	7 a 12 anos	13 a 17 anos
2017	78	Masc.	4	10	0
		Fem.	11	32	21
2018	107	Masc.	8	7	4
		Fem.	14	45	29
2019	77	Masc.	4	6	0
		Fem.	14	24	29
2020	55	Masc.	2	7	2
		Fem.	3	10	30
		Sem informação	-	-	1
2021	59	Masc.	3	4	4
		Fem.	5	13	24
		Sem informação	3	-	3
2022	89	Masc.	1	4	7
		Fem.	6	27	44
2023	83	Masc.	8	4	0
		Fem.	11	23	37

Fonte: IDS Social, abril 2024.

Em relação a região de residência das crianças ou adolescentes que foram vítimas de violência sexual fornece uma visão detalhada e abrangente da distribuição geográfica dessa forma de violência.

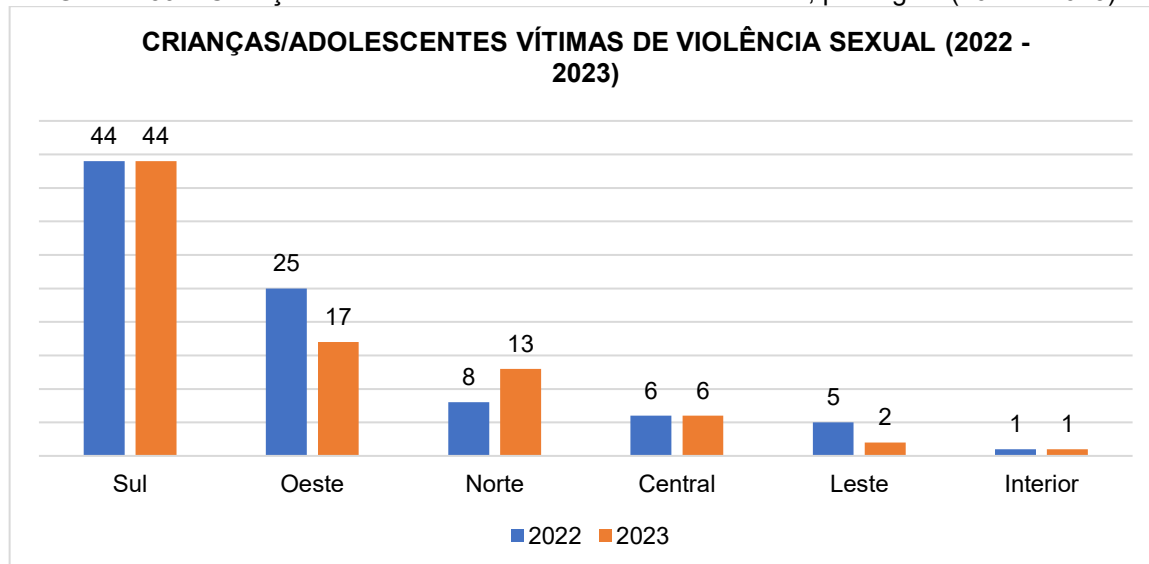
É crucial observar a distribuição variada das vítimas de abuso sexual por região, abrangendo áreas geográficas distintas, como Sul, Oeste, Norte, Central, Leste e Interior. Isso evidencia que o abuso sexual não é um problema isolado em uma região específica, mas sim uma questão que afeta diversas localidades do Município, necessitando de intervenções por diversos atores da Rede de Proteção.

Durante os anos de 2022 e 2023, observa-se estabilidade nos números de vítimas de abuso sexual nas regiões Sul e Oeste. No Sul, o número de casos permaneceu constante em 44 casos em ambos os anos, enquanto na região Oeste houve uma redução de 25 casos em 2022 para 17 casos em 2023.

Por outro lado, as regiões Norte, Central, Leste e Interior demonstram algumas variações nos números de vítimas de abuso sexual entre os dois anos analisados. Na região Norte, houve um aumento de 8 para 13 casos, enquanto na

região Central os números permaneceram inalterados em 6 casos. Já na região Leste, houve uma diminuição de 5 para 2 casos.

Gráfico 39 – Crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual, por região (2022 – 2023)



Fonte: IDS Social, maio 2024.

### 3.6.1.5. Crianças e adolescentes vítimas de negligência ou abandono

O total de casos de crianças e adolescentes vítimas de negligência ou abandono, entre os anos de 2017 e 2021, foi maior em 2018, com 72 casos registrados no RMA do CREAS.

As crianças e adolescentes do sexo masculino apresentaram os maiores números de casos nos anos de 2017, 2020 e 2021, nas faixas etárias de 0 a 6 anos e de 13 a 17 anos.

Em 2019, o maior quantitativo foi de crianças e adolescentes do sexo feminino entre 7 e 12 anos e, em 2018, os maiores quantitativos foram 16 casos, de ambos os sexos na faixa de 13 a 17 anos, como pode ser observado em destaque na tabela a seguir.

Tabela 145 - Crianças e adolescentes vítimas negligência ou abandono

Ano	Total	Sexo	0 a 6 anos	7 a 12 anos	13 a 17 anos
2017	47	Masc.	5	9	15
		Fem.	1	6	11
2018	72	Masc.	4	12	16
		Fem.	13	11	16
2019	23	Masc.	3	3	2
		Fem.	5	6	4

Ano	Total	Sexo	0 a 6 anos	7 a 12 anos	13 a 17 anos
2020	14	Masc.	5	1	0
		Fem.	4	2	2
2021	23	Masc.	7	5	3
		Fem.	3	3	2
2022	23	Masc.	5	1	1
		Fem.	10	3	3
2023	52	Masc.	11	10	8
		Fem.	10	8	5

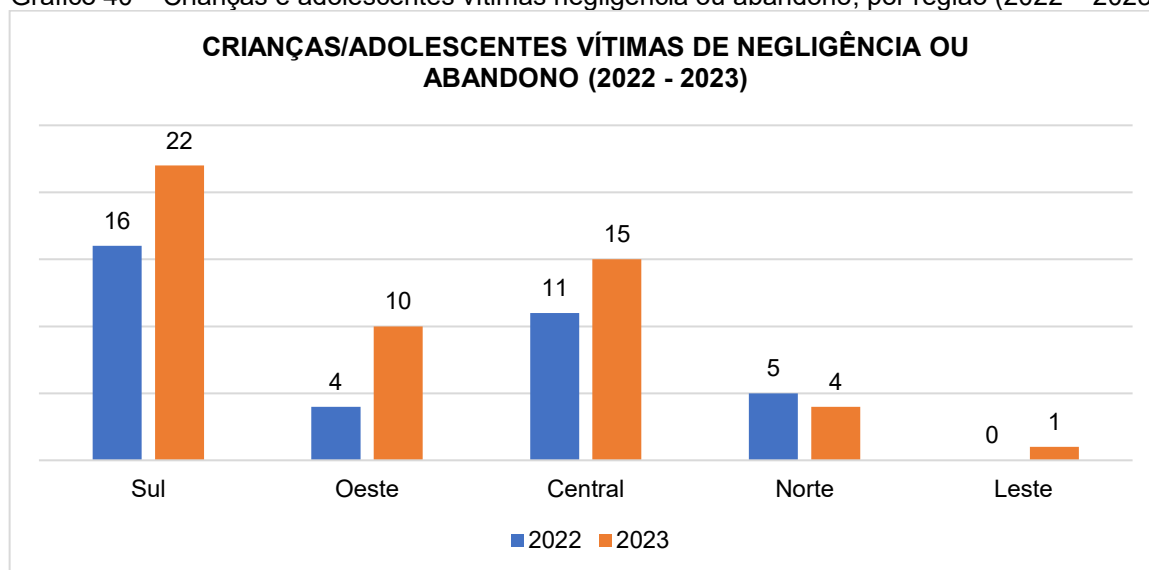
Fonte: IDS Social, abril 2024

Sobre a região de residências das crianças e adolescentes vítimas de negligência ou abandono, o gráfico a seguir apresenta por região o quantitativo de casos atendidos no CREAS **entre os anos de 2022 e 2023, onde é possível observar um aumento significativo no número de casos em todas as regiões entre os anos.**

Destaca-se que as regiões Sul e Central emergiram como as áreas com os maiores números de casos tanto em 2022 quanto em 2023. O Sul registrou um aumento de 16 para 22 casos, enquanto a região Central passou de 11 para 15 casos no mesmo período.

É importante ressaltar que todas as regiões mostraram aumentos ou a manutenção dos casos entre os dois anos analisados. Mesmo regiões com números menores, como Oeste, Norte e Leste, não ficaram sem esse indicativo para este tipo de violência, o que mesmo com baixos números, pode-se indicar a subnotificação.

Gráfico 40 – Crianças e adolescentes vítimas negligência ou abandono, por região (2022 – 2023)



Fonte: IDS Social, maio 2024.

### 3.6.1.6. Crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil

Entre 2017 e 2023, observa-se que foram identificados 9 casos de trabalho infantil, sendo 2017 e 2022, os anos com maiores incidências, com 3 casos em cada ano. No entanto, nos anos de 2018 e 2019, não foram registrados casos, indicando uma possível subnotificação desse fenômeno.

A análise por sexo apresenta uma predominância de casos envolvendo pessoas do sexo masculino. Isso sugere a existência de fatores específicos que podem influenciar a exposição de meninos ao trabalho infantil, como o acesso desigual à educação. No entanto, é crucial reconhecer que o trabalho infantil afeta ambos os sexos e que a proteção e o apoio devem ser oferecidos a todas as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Ademais, é importante abordar questões relacionadas ao abuso de poder por parte dos responsáveis, os quais podem coagir ou forçar crianças e adolescentes a estarem nessa condição, privando-os de seus direitos fundamentais e expondo-os a essas condições.

Quanto à faixa etária, os dados apresentam uma concentração de casos na faixa dos 13 aos 15 anos. Isso pode indicar uma maior exposição a atividades laborais devido à idade mais avançada e, muitas vezes, à necessidade de contribuir com a renda familiar. No entanto, é notório que também houve casos envolvendo crianças de 0 a 12 anos, destacando a vulnerabilidade desses grupos mais jovens.

A subnotificação de casos é uma preocupação significativa, pois pode obscurecer a verdadeira extensão do problema e dificultar a implementação eficaz de políticas e programas de combate ao trabalho infantil.

Os dados do Observatório da Prevenção e da Erradicação do Trabalho Infantil, do Ministério Público do Trabalho, apresenta em sua última consolidação de 2022, o indicativo de 4 crianças/adolescentes notificados em situação de trabalho infantil.

Tabela 146 - Crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil (até 15 anos)

Ano	Total	Sexo	0 a 12 anos	13 a 15 anos
2017	3	Masc.	1	1
		Fem.	1	-
2018	-	Masc.	-	-
		Fem.	-	-
2019	-	Masc.	-	-
		Fem.	-	-
2020	1	Masc.	-	-
		Fem.	1	-

Ano	Total	Sexo	0 a 12 anos	13 a 15 anos
2021	1	Masc.	-	-
		Fem.	-	1
2022	3	Masc.	-	3
		Fem.	-	-
2023	1	Masc.	1	-
		Fem.	-	-

Fonte: IDS Social, abril 2024

O trabalho infantil é uma questão alarmante que impacta negativamente o desenvolvimento físico, emocional e educacional das crianças e adolescentes. Ao analisarmos os dados referentes ao trabalho infantil no Município, especificamente na zona sul, nos anos de 2022 e 2023, podemos observar que a incidência de casos para este tipo de violência está atrelada a esta região.

**Em 2022, foram identificadas três crianças em situação de trabalho infantil na faixa etária entre 13 e 17 anos.** Esses dados indicam que, mesmo na faixa etária mais avançada entre as crianças, ainda há uma presença significativa de jovens inseridos precocemente no mercado de trabalho, privando-os de uma infância adequada e das oportunidades de educação e lazer necessárias para seu pleno desenvolvimento.

A situação torna-se ainda mais preocupante ao considerarmos que, **em 2023, um único caso foi registrado, mas dessa vez envolvendo uma criança entre 7 e 12 anos de idade.** Esse dado evidencia que o trabalho infantil não está limitado apenas à faixa etária mais avançada, mas também afeta crianças mais jovens, que deveriam estar protegidas e dedicando-se exclusivamente aos seus estudos e atividades próprias da infância.

Esses números são um claro reflexo das desigualdades sociais e econômicas presentes em nossa sociedade, que muitas vezes forçam crianças e adolescentes a trabalharem para contribuir com a renda familiar ou por falta de acesso a oportunidades educacionais adequadas.

#### 3.6.1.7. Pessoas idosas vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual)

Quanto às violências identificadas contra as pessoas idosas entre os anos de 2017 e 2023, observa-se tendências, mas principalmente destaca-se os anos de 2022



e 2023 como os que possuem o maior quantitativo em termos de incidência desse tipo de violência.

Em 2022 e 2023, houve um aumento significativo no número de casos de violência intrafamiliar contra pessoas idosas, com 64 e 57 casos registrados, respectivamente.

É crucial observar também a disparidade entre os sexos das vítimas. Embora as mulheres idosas sejam mais frequentemente vítimas de violência intrafamiliar, os homens idosos também estão sujeitos a esse tipo de violência, especialmente nos anos de 2022 e 2023.

Além disso, **ao calcular a média de casos ao longo dos anos, encontramos uma média de aproximadamente 25,14 casos por ano.** Esse número reflete a a gravidade do problema da violência intrafamiliar contra pessoas idosas, reforçando a necessidade de intervenções contínuas para proteger os idosos.

Tabela 147 - Pessoas idosas vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual)

Ano	Total	Sexo	60 anos ou mais
2017	18	Masc.	3
		Fem.	15
2018	16	Masc.	4
		Fem.	12
2019	13	Masc.	4
		Fem.	9
2020	3	Masc.	0
		Fem.	3
2021	5	Masc.	2
		Fem.	2
2022	64	Masc.	9
		Fem.	14
2023	57	Masc.	6
		Fem.	16

Fonte: IDS Social, abril 2024.

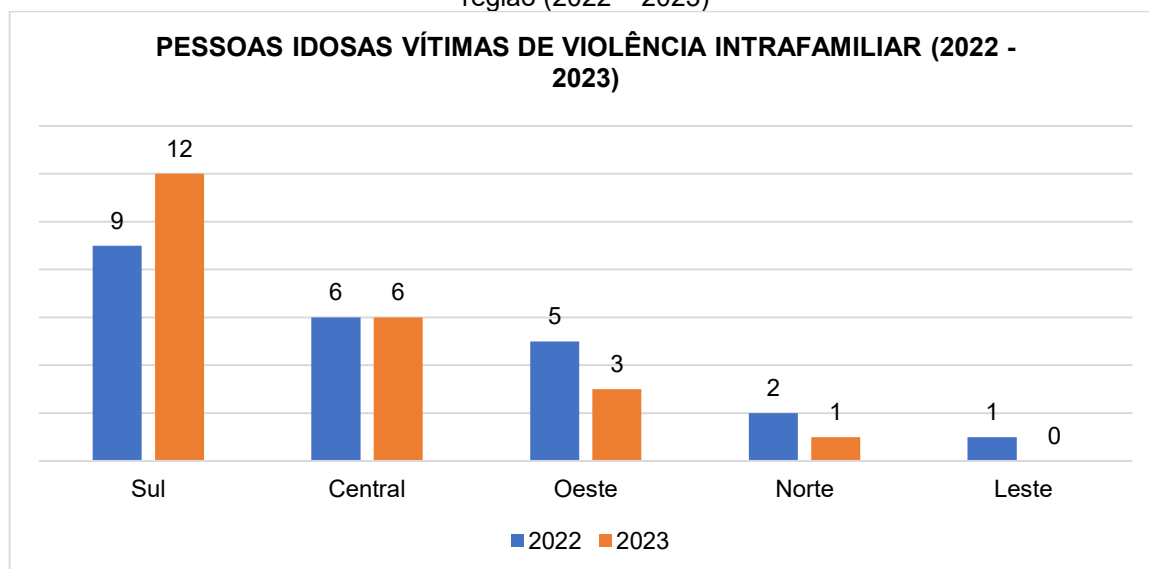
Sobre a região de residência da pessoa idosa vítima deste tipo de violência, entre os anos de 2022 e 2023 apresenta uma situação complexa e multifacetada, com variações significativas entre as diferentes regiões.

Pode-se observar que, em geral, houve uma diminuição de denúncias para atendimento nos casos de violência intrafamiliar contra pessoas idosas em algumas regiões, como Oeste e Norte, de 2022 para 2023. No entanto, é importante ressaltar que essa diminuição não foi uniforme em todas as regiões. Regiões como Sul e Central, apresentaram um aumento no número de casos durante o mesmo período.

A região Sul se destaca como aquela com o maior número de casos em ambos os anos, com 9 casos em 2022 e 12 casos em 2023. Esse padrão indica uma persistência da violência intrafamiliar contra pessoas idosas nessa região, exigindo intervenções de proteção social para evitar ou minimizar a incidência da violência.

Por outro lado, a região Oeste registrou uma redução no número de casos atendidos pelo CREAS, passando de 5 casos em 2022 para 3 casos em 2023. Enquanto isso, a região Norte, apesar de apresentar um dos menores números de casos em ambos os anos, ainda apresenta ocorrências em relação a violência intrafamiliar com pessoas idosas.

Gráfico 41 – Pessoas idosas vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual), por região (2022 – 2023)



Fonte: IDS Social, maio 2024.

### 3.6.1.8. Pessoas idosas vítimas de negligência ou abandono

Quanto aos casos de negligência ou abandono entre os anos de 2017 e 2023 que foram vítimas de negligência ou abandono apresenta uma variação considerável no número de casos ao longo dos anos.

Em alguns anos, como 2017 e 2018, houve um número relativamente alto de casos, enquanto em outros anos, como 2020 e 2021, houve uma diminuição significativa no número de casos registrados.

Outro ponto de destaque é a diferença entre os sexos das vítimas. Em geral, as mulheres idosas parecem ser mais frequentemente vítimas de negligência ou

abandono do que os homens idosos, com exceção dos anos de 2022 e 2023, onde o número de casos entre ambos os sexos foram próximos.

Além disso, a maioria dos casos envolve pessoas idosas com 60 anos ou mais, destacando a vulnerabilidade dessa faixa etária específica. No entanto, é importante notar que em alguns anos, como 2021, o número de casos foi significativamente menor, identificando como a pandemia ocasionado pelo coronavírus impactou a notificação e denúncias para os casos de violência.

Tabela 148 - Pessoas idosas vítimas de negligência ou abandono

Ano	Total	Sexo	60 anos ou mais
2017	74	Masc.	27
		Fem.	47
2018	53	Masc.	23
		Fem.	30
2019	51	Masc.	23
		Fem.	28
2020	26	Masc.	18
		Fem.	8
2021	8	Masc.	4
		Fem.	4
2022	30	Masc.	17
		Fem.	13
2023	30	Masc.	18
		Fem.	12

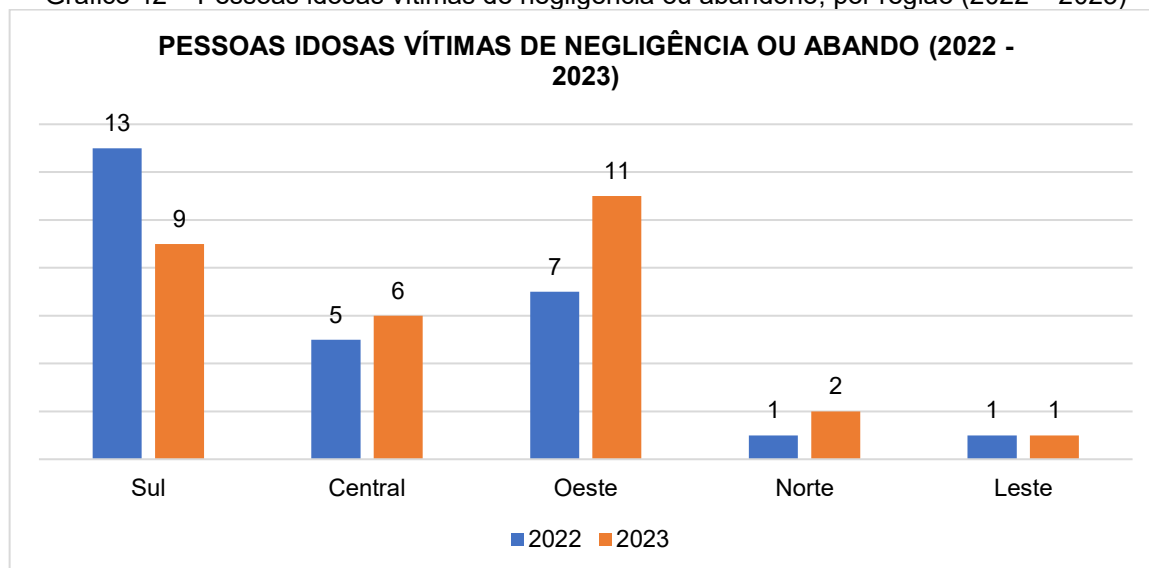
Fonte: IDS Social, abril 2024.

Sobre a região de residência da pessoa idosa vítima de negligência ou abandono entre os anos de 2022 e 2023, nota-se que as principais incidências que demandaram atendimento no CREAS estavam relacionadas as regiões sul, oeste e central.

Os números apresentam variações entre as regiões e ao longo do tempo, como na região Sul, onde houve uma redução no número de casos, caindo de 13 em 2022 para 9 em 2023. Em contrapartida, na região Oeste, houve um aumento expressivo de 7 para 11 casos no mesmo período.

Outras regiões, como Central e Leste, mostraram-se mais estáveis, com pequenas variações nos números de casos entre os dois anos. Enquanto isso, na região Oeste apresentaram mudanças mais evidentes, com aumentos significativos no número de casos em 2023.

Gráfico 42 – Pessoas idosas vítimas de negligência ou abandono, por região (2022 – 2023)



Fonte: IDS Social, maio 2024.

### 3.6.1.9. Pessoas com deficiência vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual)

Entre os anos de 2017 e 2023, foram incluídas em acompanhamento pelo CREAS 53 pessoas com algum tipo de deficiência que foram vítimas de violências física, psicológica ou sexual.

É perceptível que a maioria dos casos de violência intrafamiliar envolve pessoas do sexo feminino, ressaltando uma disparidade de gênero nesse contexto. A distribuição por faixa etária mostra que adultos entre 18 e 59 anos são os mais afetados, embora casos envolvendo crianças e idosos também tenham sido registrados.

É crucial destacar que a violência intrafamiliar pode agravar ainda mais a situação das pessoas com deficiência, que já enfrentam múltiplas formas de discriminação e marginalização na sociedade. A vivência ou o sofrimento de qualquer tipo de violência pode ampliar os desafios enfrentados por essas pessoas, minando sua autonomia, autoestima e qualidade de vida. Além disso, a violência pode comprometer ainda mais o acesso dessas pessoas a serviços de saúde, educação e apoio social, perpetuando um ciclo de vulnerabilidade e exclusão.

Tabela 149 - Pessoas com deficiência vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual)

Ano	Total	Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos	18 a 59 anos	60 anos ou mais
2017	5	Masc.	0	0	1	0



Ano	Total	Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos	18 a 59 anos	60 anos ou mais
2018	8	Fem.	0	0	4	0
		Masc.	0	0	4	0
		Fem.	0	0	4	0
2019	6	Masc.	1	0	2	0
		Fem.	0	2	1	0
2020	5	Masc.	0	0	0	1
		Fem.	2	0	1	1
2021	4	Masc.	0	0	1	1
		Fem.	1	0	0	1
2022	14	Masc.	1	1	0	2
		Fem.	0	2	3	5
2023	11	Masc.	1	1	3	0
		Fem.	0	1	2	3

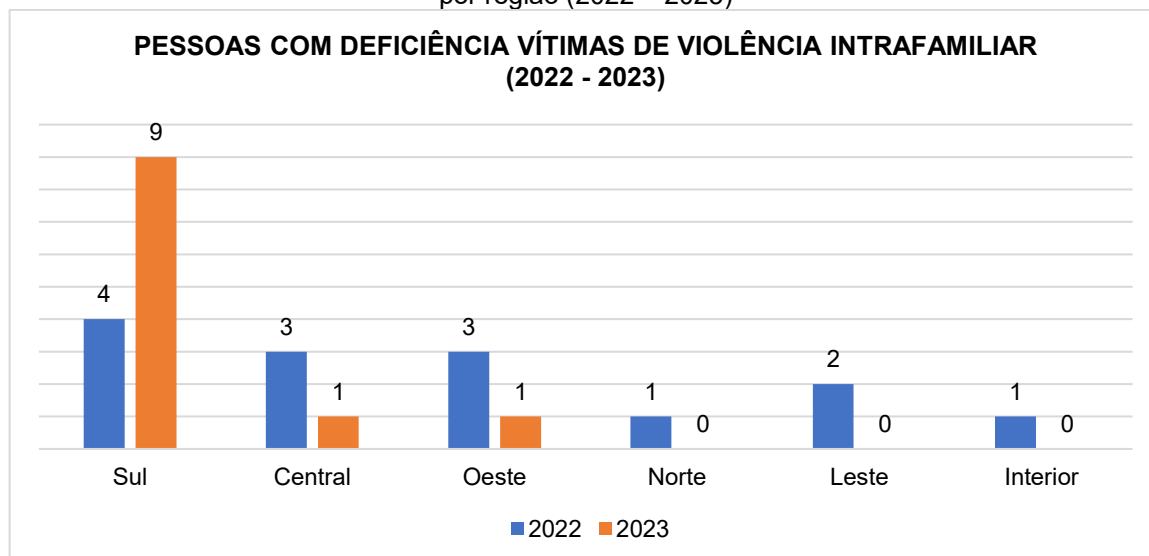
Fonte: IDS Social, abril 2024.

O atendimento de pessoas com deficiência, de acordo com a região de residência, que foram vítimas de violência intrafamiliar entre os anos de 2022 e 2023 apresenta uma realidade complexa e heterogênea em diferentes regiões.

A região Sul apresentou um aumento considerável no número de casos, passando de 4 em 2022 para 9 em 2023. Essa tendência contrasta com outras regiões, como Norte, Leste e Interior, que registraram uma diminuição ou ausência de casos em 2023.

Outras regiões, como Central e Oeste, demonstraram estabilidade nos números de casos ao longo dos dois anos analisados. Por outro lado, regiões como Sul e Leste apresentaram mudanças mais significativas, destacando a dinâmica desse fenômeno ao longo do tempo.

Gráfico 43 – Pessoas com deficiência vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual), por região (2022 – 2023)



Fonte: IDS Social, maio 2024.

### 3.6.1.10. Pessoas com deficiência vítimas de negligência ou abandono

No que se refere a negligência ou abandono vivenciada pela pessoa com deficiência entre os anos de 2017 e 2023, apresentados na tabela a seguir, nota-se que o número total de casos variou consideravelmente, oscilando entre 7 e 19 casos por ano. Observa-se também uma predominância de casos entre pessoas do sexo masculino, embora haja uma proporção significativa de casos entre pessoas do sexo feminino em determinados anos, como 2019 e 2022. Quanto à faixa etária mais afetada, os dados apresentam que adultos entre 18 e 59 anos são os mais vulneráveis, embora crianças e idosos também estejam entre as vítimas em alguns casos.

É importante destacar que a negligência ou o abandono podem ter impactos devastadores na saúde e no bem-estar das pessoas com deficiência, especialmente aquelas em faixas etárias mais vulneráveis, como crianças e idosos.

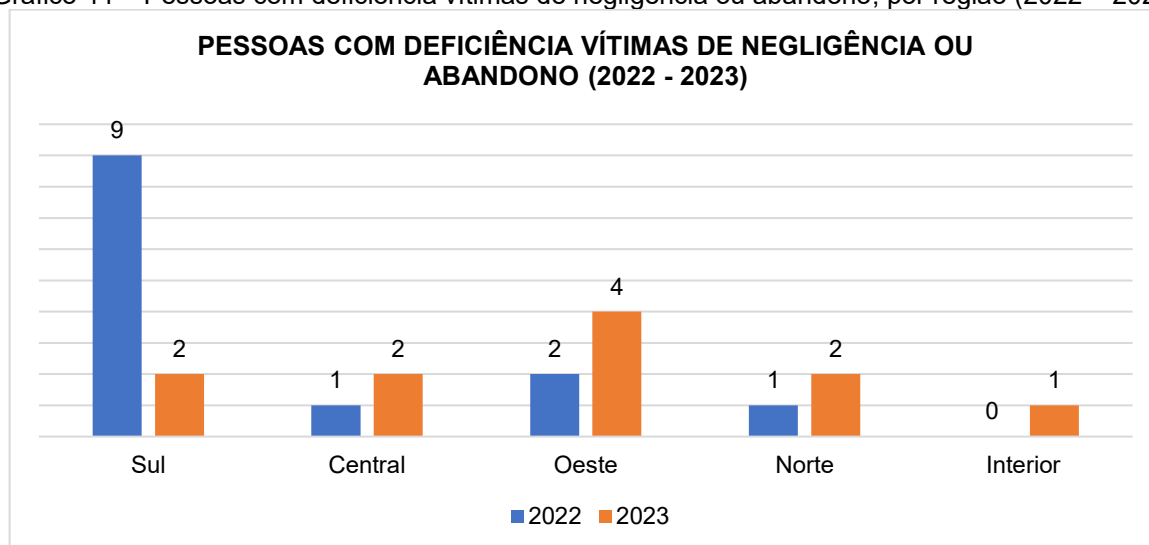
Tabela 150 - Pessoas com deficiência vítimas de negligência ou abandono

Ano	Total	Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos	18 a 59 anos	60 anos ou mais
2017	10	Masc.	0	0	6	0
		Fem.	0	0	4	0
2018	7	Masc.	0	0	4	0
		Fem.	0	0	3	0
2019	19	Masc.	0	0	5	0
		Fem.	0	0	9	5
2020	8	Masc.	0	0	0	6
		Fem.	0	1	0	1
2021	9	Masc.	3	0	0	2
		Fem.	0	1	1	2
2022	15	Masc.	1	0	2	4
		Fem.	0	1	2	5
2023	13	Masc.	1	2	3	2
		Fem.	0	0	0	5

Fonte: IDS Social, abril 2024.

Sobre a região de residência da pessoa vítima de negligência ou abandono, entre os anos de 2022 e 2023, o gráfico a seguir apresenta que a região Sul registrou uma queda de 9 casos em 2022 para 2 casos em 2023, enquanto a região Oeste teve um aumento de 2 para 4 casos no mesmo período. Por outro lado, algumas regiões, como Central e Norte, apresentaram uma estabilidade nos números de casos entre os dois anos analisados.

Gráfico 44 – Pessoas com deficiência vítimas de negligência ou abandono, por região (2022 – 2023)



Fonte: IDS Social, maio 2024.

### 3.6.1.11. Mulheres adultas (18 a 59 anos) vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual)

Entre 2017 e 2023, foram atendidas no CREAS 168 mulheres que tiveram seus direitos violados. O ano de 2017 registrou o maior número de casos, com 47 mulheres afetadas, destacando uma frequência relativamente alta de violência intrafamiliar nesse período. No entanto, nota-se que em 2018 não foram registrados casos, indicando uma possível subnotificação. Nos anos seguintes, os números oscilaram, atingindo novamente o patamar de 40 casos em 2019.

Além disso, ao analisar a média mensal de casos, observamos uma variação significativa ao longo do período. Em 2017, a média mensal foi de aproximadamente 3,92 casos, refletindo uma frequência relativamente alta de casos de violência intrafamiliar. Nos anos seguintes, essa média diminuiu consideravelmente, chegando a zero em 2018, e aumentando novamente em 2019 e 2022.

Tabela 151 - Mulheres adultas (18 a 59 anos) vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual)

Ano	Total	Média/mês
2017	47	3,92
2018	0	0,00
2019	40	3,33
2020	6	0,50
2021	8	0,67
2022	39	3,25
2023	28	2,33

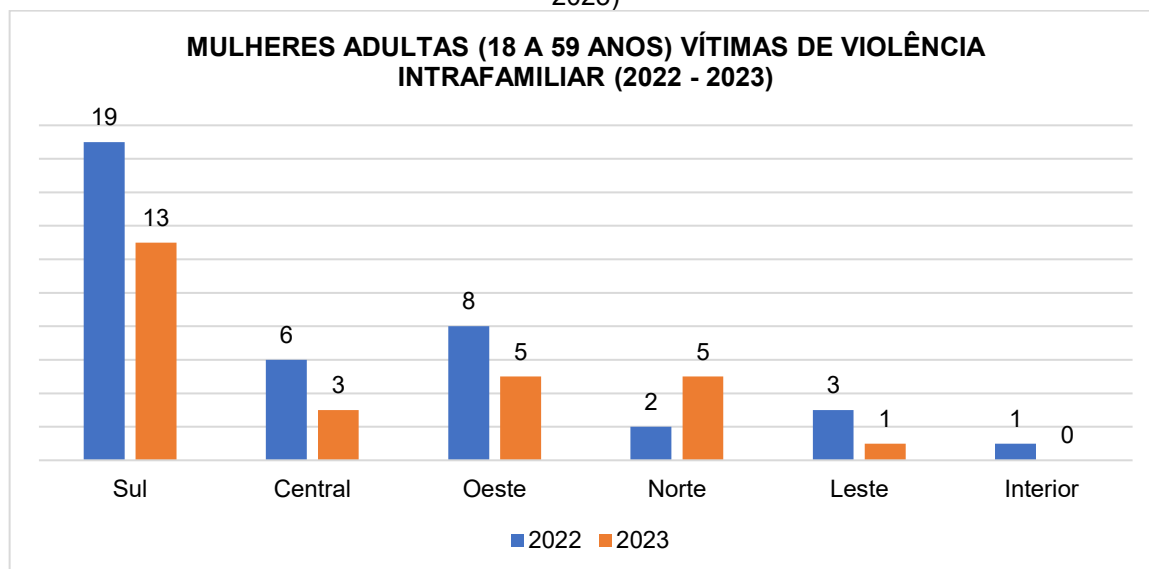
Fonte: IDS Social, abril 2024.

A região de residência das mulheres vítimas de violência, atendidas pelo CREAS entre os anos de 2022 e 2023, nota-se que a região Sul se destaca com o maior número de casos em ambos os anos, seguida pelas regiões Oeste e Central.

Enquanto algumas regiões, como Central e Leste, mostraram uma redução no número de casos de 2022 para 2023, outras, como Norte e Oeste, apresentaram um aumento.

A subnotificação de casos de violência contra mulheres é um fenômeno que compromete a eficácia das políticas de prevenção e proteção. Muitas mulheres enfrentam barreiras significativas para denunciar casos de violência, incluindo medo de retaliação, dependência financeira do agressor, vergonha e estigma social. Além disso, a cultura do silêncio e a minimização da violência podem levar muitas vítimas a internalizarem o sofrimento, resultando na não divulgação de seus casos. Como resultado, muitos incidentes de violência contra mulheres permanecem não registrados, distorcendo a percepção da gravidade do problema e dificultando a implementação de medidas eficazes para combatê-lo.

Gráfico 45 – Mulheres adultas (18 a 59 anos) vítimas de violência intrafamiliar, por região (2022 – 2023)



Fonte: IDS Social, maio 2024.



### 3.6.2. Medidas Socioeducativas

As medidas socioeducativas são sanções aplicadas aos adolescentes com práticas de ato infracional e que estão previstas no Capítulo IV do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Dentre as medidas socioeducativas descritas no ECA apenas a de Liberdade Assistida (LA) e a de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) são de responsabilidade da Assistência Social. Destaca-se que além destas, a autoridade competente poderá determinar medidas explicitadas no rol do artigo 101, do ECA. Contudo, de acordo com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), a responsabilidade deveria ser compartilhada entre os atores de atendimento.

A LA é uma medida socioeducativa aplicada pelo poder judiciário visando acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente a partir de uma intervenção educativa centrada no atendimento personalizado, garantindo a promoção social dele, por meio do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, escolarização, inserção no mercado de trabalho e / ou cursos profissionalizantes e formativos (BRASIL, 2021<sup>56</sup>).

A PSC consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais (BRASIL, 2021).

A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2014) informa que os usuários deste Serviço são os adolescentes de 12 a 18 anos incompletos ou jovens de 18 a 21 anos, em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade, aplicada pela Justiça da Infância e da Juventude ou, na ausência dessa, pela Vara Civil correspondente e suas famílias.

Cabe também apontar que o Serviço está vinculado a unidade de atendimento do CREAS e possui como referência no atendimento socioeducativo, 1 Assistente Social, 1 Psicóloga e 1 Educador Social, os quais, de acordo com o SIMASE, cada profissional pode atender e acompanhar até 20 adolescentes inseridos no Serviço.

Outro ponto de destaque para esta etapa é que o levantamento de informações sobre as Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e de

---

<sup>56</sup> Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/eca\\_digital\\_Defeso\\_V2.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/eca_digital_Defeso_V2.pdf). Acesso em: abril 2024.

Prestação de Serviços à Comunidade, foram realizadas com base nos registros informados no sistema IDS Social entre os anos de 2017 e 2023, bem como, relatórios produzidos pela equipe de referência de atendimento das MSE.

#### 3.6.2.1. Volume de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas

Nesta seção, optou-se em manter os dados das medidas socioeducativas acompanhadas pelo CREAS entre 2017 e 2023, as quais foram tabuladas no diagnóstico realizado em 2022, sendo apresentados alguns indicadores referentes aos adolescentes que ingressaram no acompanhamento nos anos de 2022 e 2023.

Na tabela a seguir, estão especificados os quantitativos de adolescentes que ingressaram e os que finalizaram o acompanhamento em MSE em cada ano, de 2017 a 2023. Conforme dados do sistema IDS Social, 2018 foi o ano com maiores quantitativos de adolescentes que tiveram a aplicação de uma Medida Socioeducativa (MSE). E em 2020 apresentou o maior número de adolescentes que encerraram o acompanhamento nesses tipos de MSE.

Antes de 2017, havia 61 registros de MSE ativas no sistema, sendo 17 de LA, 30 de PSC e constava também como medida de proteção, 1 de Inclusão em Programa Oficial ou Comunitário de Auxílio, Orientação e Tratamento a Alcoólatras e Toxicômanos, 7 de Matrícula e Frequência obrigatórias em Estabelecimento Oficial de Ensino Fundamental, 4 de Orientação, Apoio e Acompanhamento Temporário, 1 de Requisição de Tratamento Médico, Psicológico ou Psiquiátrico, em Regime Hospitalar ou Ambulatorial e 1 Semiliberdade. Os totais apresentados referem-se aos números de registros de MSE que foram incluídas para acompanhamento, não representando necessariamente o número de adolescentes, ou seja, um adolescente pode ter no mesmo período a aplicação de uma LA e uma PSC concomitantemente.

A Liberdade Assistida (LA) e a Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) demonstraram padrões de demanda distintos. No caso da LA, observou-se uma demanda relativamente estável ao longo dos anos, com inclusões variando de 20 a 44 adolescentes por ano, destacando-se os anos de 2020 e 2022 como períodos de maiores inclusões. Realizando uma média de inclusões entre os 7 anos, percebe-se que do total de LA aplicadas, foram inseridos no Serviço 31,57 adolescentes por ano e em relação aos desligamentos uma média de 26 para cada período.

Por outro lado, a PSC entre os anos de 2017 e 2019 foram constantes, com inclusões variando de 50 a 54 adolescentes por ano, reduzindo constantemente entre os anos seguintes o número de inclusões, chegando em 2023 com 28 adolescentes novos. Os anos de 2017 e 2019 foram identificados como períodos de maiores inclusões e desligamentos.

Aponta-se ainda que após o ano de 2018, o número de novas medidas socioeducativas vem diminuindo ano a ano, havendo um decréscimo de 26% em relação ao período de 2018 a 2023. Isso verifica-se também em relação a MSE do tipo Prestação de Serviços à Comunidade, onde de 2018 até 2021, reduziu para 58%. Contudo, em relação a LA, nota-se que houve um aumento de 19% nesse mesmo período.

Tabela 152 – Série histórica das Medidas Socioeducativas LA e PSC iniciadas e encerradas

Tipo de Medidas Socioeducativas	2017		2018		2019		2020		2021		2022		2023	
	Iniciadas	Encerradas	Iniciadas	Encerradas	Iniciadas	Encerradas	Iniciadas	Encerradas	Iniciadas	Encerradas	Iniciadas	Encerradas	Iniciadas	Encerradas
<b>Total de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas (LA e/ou PSC)</b>	72	75	89	79	87	59	80	72	55	72	66	56	43	43
<b>Liberdade Assistida – LA</b>	21	24	37	25	37	22	38	27	24	27	44	28	20	29
<b>Prestação de Serviços à Comunidade - PSC</b>	51	51	52	54	50	37	42	45	31	45	22	28	23	14

Fonte: IDS Social, maio 2024.

A tabela a seguir, demonstra o quantitativo de Medidas Socioeducativas que estavam em acompanhamento, como também as que foram incluídas, encerradas, a quantidade que permaneceram em acompanhamento e ainda a variação percentual em relação ao início e término de cada mês.

Ao término do período de 2021, em dezembro, havia o quantitativo de 41 casos ativos que estavam em acompanhamento.

Durante o ano de 2022, observa-se uma variação significativa na quantidade de MSE iniciadas e encerradas. O mês de agosto se destacou como o período com o maior número de MSE iniciadas, totalizando 16, enquanto julho registrou o maior número de MSE encerradas, com 7. No mês de agosto foi o período com a maior

variação percentual em relação ao mês anterior, apresentando um aumento de 33%, enquanto julho registrou a maior variação percentual negativa, com uma diminuição de 13%.

Embora tenham sido identificados períodos de maior dinâmica de inclusões e desligamentos, como fevereiro, maio e novembro de 2022, seguidos por uma diminuição nos meses subsequentes, a tendência não é totalmente consistente. Nos meses de março, junho e outubro daquele ano nota-se quedas na quantidade de MSE no final do mês.

Em relação as inclusões de novos adolescentes, bem como o desligamento no ano de 2023, observamos uma relativa estabilidade na quantidade total de MSE, sendo o mês de fevereiro se destacou com o maior aumento percentual, registrando um aumento de 10% na quantidade de MSE em relação ao mês anterior. Nesse período, houve um total de 9 MSE iniciadas e 3 encerradas, contribuindo para um aumento significativo na quantidade total de MSE no final do mês, que chegou a 58.

Por outro lado, abril registrou a maior diminuição percentual, com uma queda de 8% na quantidade de MSE em relação ao mês anterior. Nesse mês, foram encerradas 9 MSE, superando as 5 iniciadas, o que resultou em uma redução na quantidade total de MSE no final do mês, que ficou em 53.

Destaca-se também que, apesar das variações mensais, a quantidade total de MSE no final do ano permaneceu igual ao do início de 2023, variando de 50 a 58.

**A média mensal de inclusões de adolescentes no Serviço foi de aproximadamente 5,5 novos adolescentes em 2022, enquanto em 2023 essa média diminuiu para cerca de 3,58.** Em relação aos adolescentes desligados do Serviço, manteve-se estável ao longo desses dois anos, com cerca de 4,67 adolescentes desligados por mês em 2022 e aproximadamente 3,58 em 2023.

Levando em consideração o total de MSE em acompanhamento entre os anos e correlacionando a capacidade de atendimento pelas profissionais de referência do Serviço, nota-se que em 2022, a média de adolescentes para cada profissional foi de 15,36 e em 2023, aumentando para 16,94.



Mês	2022					2023				
	Quantidade de MSE no início do mês	Quantidade de MSE iniciadas	Quantidade de MSE encerradas	Quantidade de MSE no final do mês	Varição Percentual	Quantidade de MSE no início do mês	Quantidade de MSE iniciadas	Quantidade de MSE encerradas	Quantidade de MSE no final do mês	Varição Percentual
Janeiro	41	2	0	43	5%	51	3	2	52	2%
Fevereiro	43	10	8	45	5%	52	9	3	58	10%
Março	45	0	5	40	-11%	58	3	4	57	-2%
Abril	40	4	2	42	5%	57	5	9	53	-8%
Maio	42	9	4	47	12%	53	2	4	51	-4%
Junho	47	2	4	45	-4%	51	1	2	50	-2%
Julho	45	1	7	39	-13%	50	0	4	46	-9%
Agosto	39	16	3	52	33%	46	8	8	46	0%
Setembro	52	5	3	54	4%	46	4	6	44	-5%
Outubro	54	4	8	50	-7%	44	7	0	51	14%
Novembro	50	8	3	55	10%	51	1	1	51	0%
Dezembro	55	5	9	51	-7%	51	0	0	51	0%

Fonte: IDS Social, maio 2024.

#### 3.6.2.1.1. Quantitativo de atos infracionais

As especificações referentes ao ato infracional foram levantadas com base no IDS Social, entre os anos de 2017 e 2023, proporciona uma visão abrangente sobre os adolescentes que ingressaram no acompanhamento ao longo deste período.

**O tráfico de drogas aparece como o ato infracional mais frequente durante todo o período analisado. Com um total de 144 ocorrências ao longo dos sete anos**, este tipo de infração demonstra uma presença constante e significativa. Ao observarmos a distribuição por ano, identificamos uma média de aproximadamente 20 ocorrências anuais, ressaltando a persistência desse desafio. O tráfico de drogas exerce uma influência profunda e negativa na vida dos adolescentes, representando não apenas uma ameaça à saúde, mas também uma fonte de pressões sociais e econômicas. A exposição a esse fenômeno pode levar os adolescentes a se envolverem em atividades ilegais, colocando em risco seu bem-estar físico, mental e emocional, criando um ambiente de instabilidade e vulnerabilidade, onde os jovens podem se encontrar vulneráveis à exploração e à violência.

Outro destaque sobre os atos infracionais é inerente ao furto, que se figura como outro ato infracional de relevância, registrando um total de 63 ocorrências ao longo do período analisado. Com uma média de aproximadamente 9 ocorrências por ano, apresenta-se com índices elevados para este tipo de ato. Da mesma forma, o roubo também merece atenção, totalizando 50 ocorrências no período analisado.

O ato infracional de vias de fato/lesão corporal, embora apresente uma incidência menor em comparação com outros tipos de infrações, não pode ser subestimado em sua gravidade. Ao longo do período analisado, registrou-se um total de 34 ocorrências, evidenciando a relevância desse fenômeno, e as consequências desses atos podem ser graves, não apenas fisicamente, mas também psicologicamente, afetando tanto as vítimas quanto os infratores.

A posse de drogas representa um desafio significativo no contexto dos atos infracionais entre adolescentes. Ao longo do período analisado, foram registradas 25 ocorrências relacionadas à posse de drogas, refletindo a presença desse acontecimento na vida dos jovens. A posse de drogas pode ser sintomática de problemas subjacentes, como vulnerabilidade socioeconômica, falta de apoio familiar ou influências que o adolescente possui, tanto no ambiente intrafamiliar, quanto extrafamiliar.

Embora com uma incidência menor em comparação com o tráfico de drogas, furto, roubo, lesão corporal e posse de drogas, o estupro é uma infração grave que merece atenção especial. Registrando um total de 17 ocorrências ao longo dos sete anos, esse tipo demonstra a seriedade de suas consequências para as vítimas e a sociedade como um todo.

Tabela 154 - Quantitativo de atos infracionais (2017 – 2023)

Ato infracional	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total Geral
Adulteração de sinal identificador de veículo automotor	-	-	-	-	-	-	1	1
Ameaça	9	-	1	1	1	1	2	15
Agressão	-	-	1	-	-	-	-	1
Autoacusação falsa	-	-	-	-	-	1	-	1
Associação criminosa	-	-	-	-	2	-	-	2
Associação para o tráfico	-	-	-	-	1	-	-	1
Ato obsceno	-	-	-	-	1	-	-	1
Crimes contra a fauna	-	-	-	-	1	-	-	1
Crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor	-	-	-	-	-	1	-	1
Dano	-	-	1	-	2	-	4	7
Desacato	-	-	1	1	1	-	-	3
Desobediência	-	-	-	-	-	1	-	1
Direção sob influência de álcool ou outra substância que determine dependência	-	-	-	-	-	1	-	1
Estupro	-	-	4	4	-	7	2	17
Falsificação de documento público	-	-	-	-	-	-	1	1
Favorecimento real	-	-	-	-	4	1	-	5



Ato infracional	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total Geral
Furto	22	-	9	8	10	12	2	<b>63</b>
Homicídio	-	-	-	-	2	1	-	<b>3</b>
Injúria	-	-	-	-	1	-	4	<b>5</b>
Lesão corporal					-	5	5	<b>10</b>
Posse de drogas	5	3	4	2	2	7	2	<b>25</b>
Posse irregular de arma de fogo de uso permitido	-	-	1	-	1	3	1	<b>6</b>
Progressão de medida	-	-	-	-	2	4	6	<b>12</b>
Receptação	-	-	3	1	3	1	1	<b>9</b>
Roubo	9	29	5	4	2	-	1	<b>50</b>
Tráfico de drogas	9	41	23	21	17	23	10	<b>144</b>
Homicídio tentado	-	-	1	2	-	-	-	<b>3</b>
Vender, fornecer, ministrar ou entregar bebida alcoólica a criança ou adolescente	-	-	-	-	-	-	1	<b>1</b>
Vias de fato/lesão corporal	16	8	7	2	1	-	-	<b>34</b>
Violação de domicílio	-	-	-	-	-	2	-	<b>2</b>
Outro	2	8	9	2	-	-	1	<b>22</b>
<b>Total Geral</b>	<b>72</b>	<b>89</b>	<b>70</b>	<b>48</b>	<b>54</b>	<b>71</b>	<b>43</b>	<b>448</b>

Fonte: IDS Social, maio 2024.

Em relação ao gênero do adolescente que ingressou no acompanhamento das medidas socioeducativas entre os anos de 2022 e 2023 relacionado ao tipo de ato infracional, apresentados na tabela a seguir, aponta para a predominância do furto e o tráfico de drogas como os mais frequentes, com 12 e 28 casos respectivamente. O furto é majoritariamente cometido por adolescentes do sexo masculino, enquanto o tráfico de drogas apresenta uma distribuição mais equitativa entre os gêneros.

Além disso, é perceptível que alguns atos infracionais, como lesão corporal e progressão de medida, exibem uma variação notável ao longo dos anos, onde o número de casos de lesão corporal aumentou de 5 em 2022 para 12 em 2023, enquanto a progressão de medida teve um declínio de 2022 para 2023.

Ademais, é notório o número de casos discrepantes entre os gêneros em certos tipos de atos infracionais chamando a atenção para as influências sociais e culturais que moldam os comportamentos dos adolescentes, como o estupro e direção sob influência de álcool ou outra substância são predominantemente cometidos por adolescentes do sexo masculino, sugerindo padrões de comportamento e normas de gênero arraigadas na sociedade.



Tabela 155 - Quantitativo de atos infracionais (2023 – 2023)

Tipo de ato infracional	2022		2023		Total	
	Mas	Fem	Mas	Fem	Mas	Fem
Adulteração de sinal identificador de veículo automotor	-	-	1	-	1	-
Ameaça	-	1	2	-	2	1
Autoacusação falsa	1	-	-	-	1	-
Dano	-	-	3	1	3	1
Desobediência	1	-	-	-	1	-
Direção sob influência de álcool ou outra substância que determine dependência	1	-	-	-	1	-
Estupro	1	-	-	-	1	-
Estupro de vulnerável	6	-	2	-	8	-
Falsificação de documento público	-	-	1	-	1	-
Favorecimento real	1	-	-	-	1	-
Furto	11	-	1	1	12	1
Injúria	-	-	4	-	4	-
Homicídio	1	-	-	-	1	-
Lesão corporal	5	2	-	5	5	7
Posse de drogas	4	-	2	-	6	-
Posse irregular de arma de fogo de uso permitido	3	-	1	-	4	-
Progressão de medida	4	-	5	1	9	1
Receptação	1	-	1	-	2	-
Roubo	-	-	1	-	1	-
Tráfico de drogas	21	1	7	3	28	4
Vender, fornecer, ministrar ou entregar bebida alcoólica a criança ou adolescente	-	-	-	1	-	1
Violação de domicílio	1	-	-	-	1	-
<b>Total</b>	<b>62</b>	<b>4</b>	<b>31</b>	<b>12</b>	<b>93</b>	<b>16</b>

Fonte: IDS Social, maio 2024.

### 3.6.2.1.2. Quantitativo de reincidência das Medidas Socioeducativas

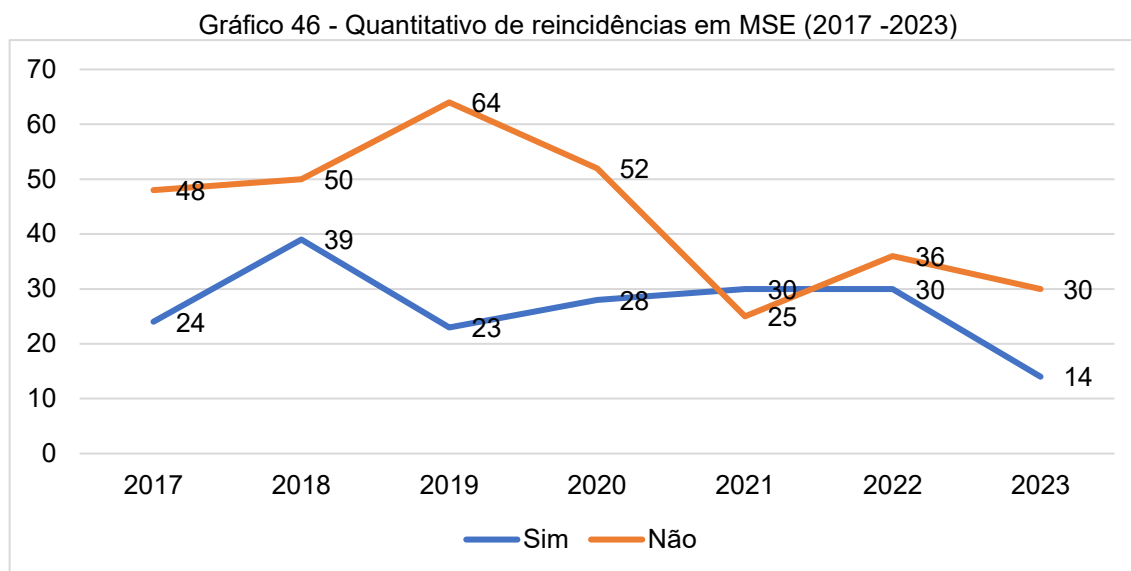
Entre os anos de 2017 e 2023, nota-se que do total das medidas aplicadas em LA e PSC, 188 tiveram reincidência nas MSE, sendo o ano de 2018 o de maior indicativo, com 39, seguido de 2021 e 2022 com 30 registros cada de adolescentes que tiveram novamente a aplicação de uma medida.

Destaca-se que no ano de 2021, o número de adolescentes que tiveram a reincidência e que ingressaram no Serviço foi superior aos novos, demonstrando como a reincidência entre os adolescentes persiste como uma preocupação significativa para as políticas sociais. Isso significa que a falta de acompanhamento após o cumprimento da medida socioeducativa, faz com que o adolescente no contexto que está inserido, reincida. Por isso, é necessário uma interlocução com os demais Serviços Socioassistenciais e políticas setoriais.

Os dados sobre a reincidência de adolescentes no cumprimento de medidas socioeducativas apresentados no quadro a seguir e aponta-se que os cinco motivos que mais contribuem para a reincidência - tráfico de drogas, furto, lesão corporal,



posse de drogas e progressão de medida - estão relacionados a contextos de vulnerabilidade social. Especificamente, o tráfico e posse de drogas, juntamente com o furto, destacam-se como fatores críticos que impulsionam a reincidência, evidenciando a influência direta do ambiente em que os adolescentes estão inseridos.



Fonte: IDS Social, maio 2024.

Com base nos dados das inclusões dos adolescentes no Serviço para os anos de 2017 a 2023, levando em consideração a reincidência, podemos calcular a taxa de recidiva para cada ano. A taxa de reincidência é calculada como o número de casos de reincidência dividido pelo total de casos, multiplicado por 100.

É importante ressaltar que o índice de reincidência nunca será 100% fidedigno devido a um fator crucial: quando um adolescente atinge a maioridade, se ele infringir a lei novamente, não será mais considerado um caso de reincidência no âmbito do sistema socioeducativo, mas sim do sistema penal comum. Isso significa que muitos casos de reincidência podem não ser registrados, já que o adolescente, ao completar 18 anos, pode entrar em contato com o sistema penal, onde os registros são diferentes e as políticas de intervenção podem variar.

Antes de apresentar a taxa por ano, destaca-se que **a taxa geral de reincidência ao longo dos 7 anos considerados foi de 38.10%**. Esse número reflete a proporção de casos em que os adolescentes, que após cumprir as medidas socioeducativas, reincidiram. Embora a reincidência seja uma preocupação constante nos sistemas socioeducativos, essa taxa pode variar dependendo de diversos fatores,

como as condições socioeconômicas dos adolescentes, a prevenção e proteção social existentes nos territórios.

Em 2017, a taxa de reincidência foi de aproximadamente 33.33%, o que significa que cerca de um terço dos adolescentes que cumpriram medidas socioeducativas reincidiram no mesmo tipo de infração. Esse número diminuiu ligeiramente em 2018, com uma taxa de reincidência de cerca de 43.82%.

No entanto, em 2019, houve uma redução significativa na taxa de reincidência, que caiu para aproximadamente 26.44%. Em 2020, a taxa aumentou novamente, atingindo cerca de 35.00%.

Em 2021, houve um aumento considerável na taxa de reincidência, chegando a aproximadamente 54.55%. Em 2022, embora tenha havido uma ligeira redução, a taxa de reincidência permaneceu alta, em torno de 45.45%.

Finalmente, em 2023, a taxa de reincidência diminuiu para aproximadamente 32.56%, indicando uma possível reversão na tendência de aumento observada nos anos anteriores. Esses números destacam a complexidade da questão da reincidência e a importância de estratégias eficazes de intervenção socioeducativa para reduzir esse fenômeno.

#### 3.6.2.2. Quantidade e perfil dos adolescentes inseridos no Serviço

Em relação ao sexo dos adolescentes que ingressaram no serviço entre 2017 e 2023, percebe-se através do gráfico a seguir, uma variação considerável de ano para ano, mas destaca-se a incidência maior de adolescentes do sexo masculino.

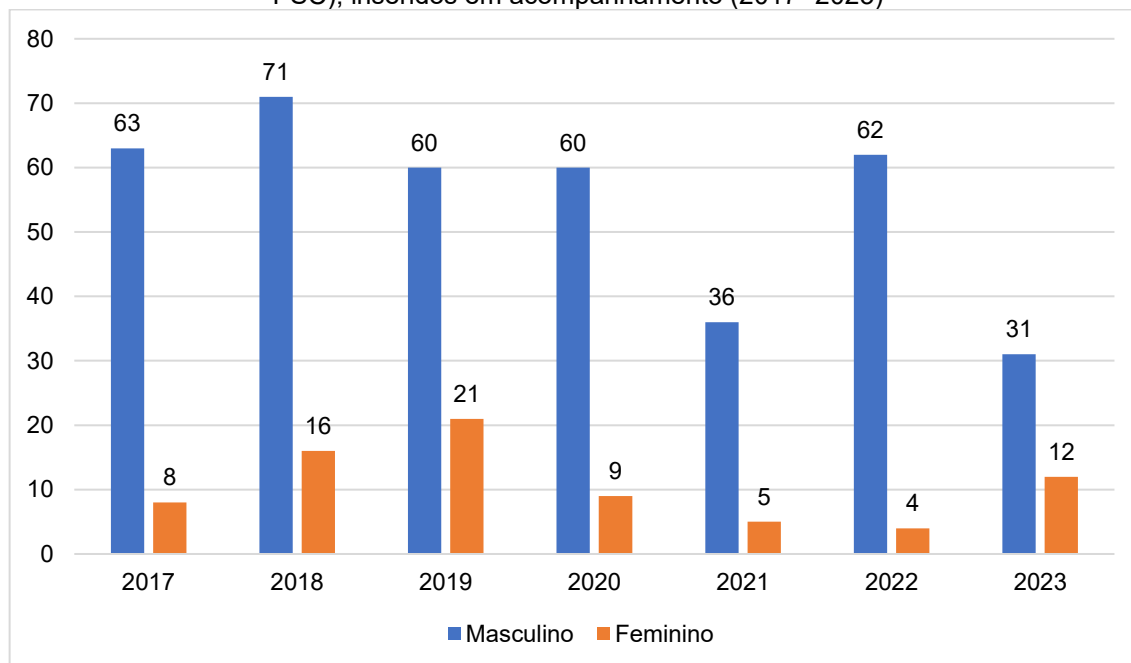
No ano de 2018 houve um aumento notável no número de adolescentes do sexo masculino e feminino inseridos em acompanhamento em comparação com o ano anterior. Por outro lado, em 2021, houve uma redução significativa no número total de inserções para ambos os gêneros.

Outro ponto de destaque é a disparidade de gênero observada ao longo de todos os anos analisados, com uma clara predominância de novos adolescentes do sexo masculino.

Isso verifica-se através de uma tendência de declínio no número total de novos adolescentes inseridos em acompanhamento sendo aparente ao longo do período examinado. Esse declínio é particularmente notável na transição de 2021 para 2022, quando houve uma redução de 36 para 31 no total de adolescentes do sexo

masculino e de 5 para 4 no total de adolescentes do sexo feminino. Novamente, de 2022 para 2023, essa redução foi ainda mais expressiva, com os números diminuindo para 32 para o sexo masculino e 12 para o sexo feminino.

Gráfico 47 - Total de novos adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas (LA e/ou PSC), inseridos em acompanhamento (2017 -2023)



Fonte: IDS Social, maio 2024.

A aplicação de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), entre os anos de 2017 e 2023, totalizaram 237, sendo 192 casos referente a adolescentes do sexo masculino e 29 do gênero feminino.

Em 2017, foram inseridos 19 adolescentes do sexo masculino e 2 do sexo feminino, totalizando 21 novos casos. No ano seguinte, houve um aumento significativo, com 32 adolescentes do sexo masculino e 5 do sexo feminino, totalizando 37 casos.

O ano de 2019 registrou uma estabilização no número de novos casos, com 29 adolescentes do sexo masculino e 8 do sexo feminino, novamente totalizando 37. Em 2020, esse padrão manteve-se relativamente constante, com 34 casos masculinos e 4 femininos, totalizando 38.

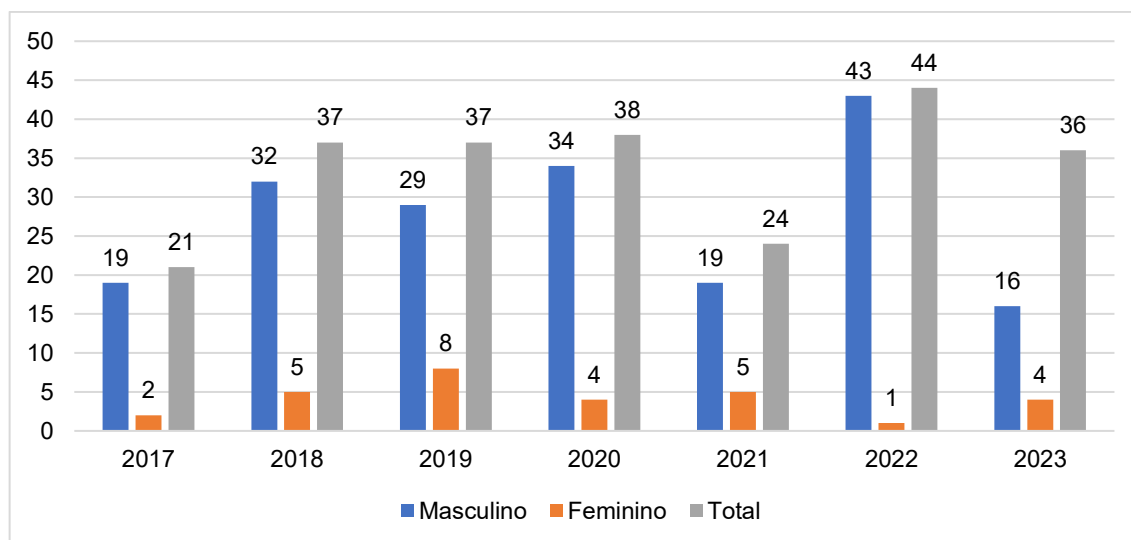
Entretanto, em 2021, observou-se uma queda acentuada, com 19 novos casos masculinos e 5 femininos, totalizando 24. Já em 2022, houve um aumento significativo, com 43 casos masculinos e 1 feminino, totalizando 44. Em 2023, houve

uma redução no número total de casos, com 16 adolescentes do sexo masculino e 4 do sexo feminino, totalizando 36.

Para além disso, nota-se que os adolescentes do sexo masculino são os que prevalecem em todos os anos para este tipo de medida, sendo o ano de 2022 o de maior quantitativo, totalizando 43; seguido de 2020 com 34 registros; e de 2018, com 32 novos casos de meninos acompanhados. Já em relação ao sexo feminino o ano de 2019, apresentou o maior quantitativo de registros, sendo 8 LA aplicadas e nos demais anos, o número de adolescentes não ultrapassou 5 casos.

Destaca-se que esse número expressivo de medidas aplicadas em 2020, deu-se devido a pandemia do COVID-19, onde houve a progressão de medida aplicada para adolescentes que estavam no Centro de Socioeducação.

Gráfico 48 - Novos adolescentes em cumprimento de LA, inseridos em acompanhamento (2017 - 2023)



Fonte: IDS Social, maio 2024.

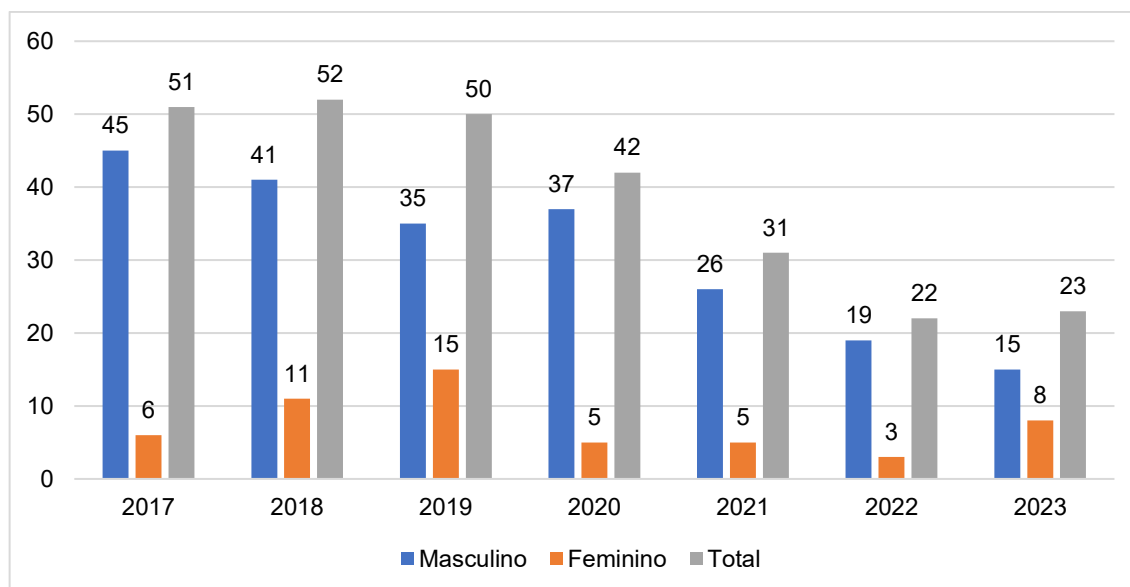
Já os quantitativos totais de adolescentes em PSC, o ano de 2018 apresentou o quantitativo de 52 adolescentes incluídos no Serviço. De 2019 a 2023, ano a ano, os totais gerais apresentaram diminuição, sendo que em 2022 foi o ano com o menor número de novos adolescentes em cumprimento de PSC, 22 no total.

Não diferente da LA, os adolescentes do sexo masculino apresentam os maiores quantitativos de registros, sendo perceptível a diminuição das inserções em MSE do tipo de PSC entre os anos analisados, exceto o ano de 2020 que houve um aumento de novos adolescentes incluídos, voltando a reduzir em 2021, sendo este o ano de menor número de adolescentes do sexo masculino incluídos.

Aponta-se ainda que em 2018 houve um aumento de casos de PSC para as adolescentes, perfazendo 11 registros e no ano de 2019, ano de maior quantitativo de registros de medidas do tipo de PSC para o sexo feminino, totalizou 15 registros e para o ano de 2020 e 2021, nota-se 5 casos para cada ano, reduzindo em 2022 para 3 casos e novamente aumentando para 8 registros em 2023.

Por fim, nota-se uma tendência de redução no número total de novos adolescentes inseridos em acompanhamento nos últimos anos, especialmente levando em consideração entre 2017 e 2023, sendo está verificada no gráfico a seguir.

Gráfico 49 - Novos adolescentes em cumprimento de PSC, inseridos em acompanhamento (2017 - 2023)



Fonte: IDS Social, maio 2024.

A idade dos adolescentes quando cometeram o ato infracional é outro ponto de destaque, sendo notável a predominância das MSEs entre adolescentes com idades entre 15 e 18 anos, representando uma parcela significativa do total de medidas aplicadas ao longo dos anos. Essa concentração nestas faixas etárias, apresenta a necessidade de aprimorar e desenvolver Serviços no Município que venham a atender às demandas específicas desse grupo etário, proporcionando alternativas atrativas e enriquecedoras que estimulem o desenvolvimento de suas habilidades e interesses, com a criação de um ambiente acolhedor e inclusivo, onde os jovens se sintam motivados e apoiados a se envolverem em iniciativas construtivas e produtivas.

Na tabela a seguir, apresenta-se a idade do adolescente em relação ao ano de aplicação da medida socioeducativa. **Nota-se que a maior ocorrência de registros entre os anos, estão relacionadas a pessoas com idade de 17 anos, contabilizando 136 casos**, os quais estão próximos da maioridade civil, o que sinaliza, para o Poder Público o desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao acesso do trabalho e renda, vislumbrando a melhoria da qualidade de vida e da renda familiar.

Em 2017, destacaram-se os adolescentes com idade de 16 anos, tendo um total de 18 medidas aplicadas. Já em 2018, observou-se um aumento para a idade de 18 anos, com um total de 23 medidas aplicadas nesse grupo. O ano de 2019 foi marcado por uma incidência significativa de medidas entre adolescentes de 16 anos, totalizando 30 medidas. Em contrapartida, 2020 apresentou uma distribuição mais

equilibrada, com intervenções entre adolescentes de 15 anos, totalizando 20 medidas. No ano seguinte, em 2021, as medidas foram mais frequentemente aplicadas a adolescentes de 16 anos, totalizando 13 medidas. Em 2022, houve uma incidência significativa entre adolescentes de 17 anos, totalizando 19 medidas. Por fim, em 2023, as medidas continuaram concentradas principalmente entre adolescentes de 17 anos, totalizando 11 medidas.

Tabela 156 - Quantidade de MSE por idade dos adolescentes (2017 - 2023)

Localidade	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
12 anos	2	1	1	0	0	0	0	4
13 anos	4	3	0	0	3	1	0	11
14 anos	11	4	5	3	0	4	3	30
15 anos	9	15	12	7	4	8	5	60
16 anos	18	19	18	11	7	12	4	89
17 anos	12	19	30	24	21	19	11	136
18 anos	12	23	16	23	14	15	18	121
19 anos	3	5	5	10	5	6	2	36
20 anos	1	0	0	2	1	1	0	5
<b>Total Geral</b>	<b>72</b>	<b>89</b>	<b>87</b>	<b>80</b>	<b>55</b>	<b>66</b>	<b>43</b>	<b>492</b>

Fonte: IDS Social, maio 2024.

A localidade de residência do adolescente que ingressaram no acompanhamento das medidas socioeducativas entre 2017 e 2023, evidencia alguns bairros que se destacam pelo maior número de medidas aplicadas. Os cinco bairros com as maiores incidências são: Alvorada, São Cristóvão, Centro, São João e Planalto.

O bairro Alvorada se destaca como o bairro com maior número de medidas socioeducativas ao longo do período analisado, com um total de 69 medidas aplicadas. O ano de 2018 foi particularmente significativo esta localidade, com uma alta incidência de medidas aplicadas, representando 17 inclusões. O São Cristóvão também demonstra uma alta incidência, com 47 medidas aplicadas, sendo o ano de 2019 o mais relevante, com 11.

No Centro, embora próximo em números, registra a maior incidência em 2022, com 9 casos e com um total de 41 medidas socioeducativas aplicadas para aquela localidade.

Os bairros São João e Planalto, embora com números um pouco menores, também figuram entre os bairros com maior número de medidas aplicadas, totalizando 40 e 30, respectivamente. Para o São João, o ano de 2020 e 2021 se destaca, com 8

registros para cada ano, enquanto para Planalto, o ano de 2019 registra o maior número de medidas aplicadas, sendo registrado 10 casos.

Ao calcular o percentual de medidas aplicadas para cada bairro em relação ao total geral, podemos observar a relevância de cada um na incidência das medidas socioeducativas. Alvorada lidera com aproximadamente 14.02% das medidas, seguido por São Cristóvão com cerca de 9.55%. O Centro representa aproximadamente 8.33% das medidas aplicadas, enquanto São João e Planalto contribuem com cerca de 8.13% e 6.10%, respectivamente.

Em relação aos demais bairros presentes na tabela, é possível observar uma variedade de incidências de medidas socioeducativas ao longo dos anos. Alguns bairros apresentam um número considerável de medidas aplicadas, como já apresentado, enquanto outros registram uma menor incidência.

Nesse sentido, o bairro Sudoeste lidera essa estatística, com um total de 29 medidas socioeducativas, o que representa aproximadamente 5.89% das medidas aplicadas no total. No Novo Horizonte e Santo Antônio também se destacam, ambos com 21 medidas aplicadas, representando cerca de 4.27% cada. O Jardim Floresta e Bonatto também possuem números significativos, com 18 e 16 medidas aplicadas, respectivamente, o que representa aproximadamente 3.66% e 3.25% das medidas totais.

Em 2022, houve uma considerável incidência de casos que ingressaram no acompanhamento das MSE em diversos bairros. O Centro se destacou com o maior número de casos, registrando 10 inclusões. Além disso, bairros como Alvorada, Jardim Floresta, São Roque e Santo Antônio apresentaram um número significativo de casos, com 9, 4, 4 e 3 inclusões, respectivamente. Outros bairros como São Cristóvão, São João, Planalto, Industrial, Bela Vista e La Salle registraram 3 casos cada. Embora com números menores nesse ano, os mesmos em outros períodos apresentam os maiores indicativos.

No ano de 2023, houve uma série de casos que ingressaram no acompanhamento das MSE em diferentes localidades. O bairro São Cristóvão registrou o maior número de casos, com um total de 10 medidas aplicadas. Outros bairros também registraram a aplicação de MSE, como Industrial e Pinheirinho, ambos com 3 medidas registradas. No Fraron, Santa Terezinha, Centro, Alvorada, Bela Vista, Bonatto e Aeroporto tiveram 2 medidas aplicadas em cada localidade.





Tabela 157 - Quantidade de adolescentes em MSE, por bairros e localidades (2017 - 2023)

Bairro/Localidade	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Aeroporto	-	-	1	4	1	1	2	9
Alto da Glória	2	1	2	-	-	-	1	6
Alvorada	11	17	12	12	6	9	2	69
Amadori	-	1	-	2	-	-	-	3
Baixada	-	1	-	-	-	1	-	2
Bela Vista	2	2	-	2	2	3	2	13
Bonatto	-	2	2	2	7	1	2	16
Bortot	1	-	1	-	-	1	-	3
Centro	6	5	8	7	3	10	2	41
Comunidade Fazenda da Barra	1	-	1	-	-	-	-	2
Comunidade Três Pontes	-	-	-	-	1	-	-	1
Comunidade Passo da Ilha	-	-	-	-	-	1	1	2
Comunidade São Bráz	-	-	-	-	-	-	1	1
Cristo Rei	2	-	1	1	5	-	-	9
Fraron	1	-	2	-	-	-	2	5
Gralha Azul	1	1	2	-	2	1	1	8
Industrial	4	1	2	1	1	3	3	15
Jardim das Américas	1	1	-	-	-	-	-	2
Jardim Floresta	1	4	4	4	1	4	-	18
Jardim Primavera	-	-	1	-	-	-	-	1
La Salle	5	3	-	2	-	3	-	13
Linha Martinelo	1	-	-	-	-	-	-	1
Linha Independência	-	-	-	-	-	1	1	2
Menino Deus	1	2	-	3	-	-	-	6
Morumbi	1	-	-	1	-	2	1	5
Novo Horizonte	4	5	3	7	1	1	-	21
Pinheirinho	-	2	3	2	-	2	3	12
Planalto	3	8	10	3	2	3	1	30
Sambugaro	1	-	-	-	-	1	-	2
Santa Terezinha					-	-	2	2
Santo Antônio	3	3	6	4	1	3	1	21
São Cristóvão	3	11	7	6	7	3	10	47
São Francisco	-	-	-	-	-	-	1	1
São João	7	7	6	8	8	3	1	40
São Luiz	2	1	1	-	-	-	-	4
São Roque	-	3	4	2	1	4	-	14
São Roque do Chopim	1	1	-	-	-	2	-	4
São Vicente	-	-	-	3	-	-	1	4
Sudoeste	4	7	7	4	6	-	1	29
Veneza	2	-	-	-	-	2	-	4
Vila Esperança	1	-	1	-	-	1	1	4
<b>Total Geral</b>	<b>72</b>	<b>89</b>	<b>87</b>	<b>80</b>	<b>55</b>	<b>66</b>	<b>43</b>	<b>492</b>

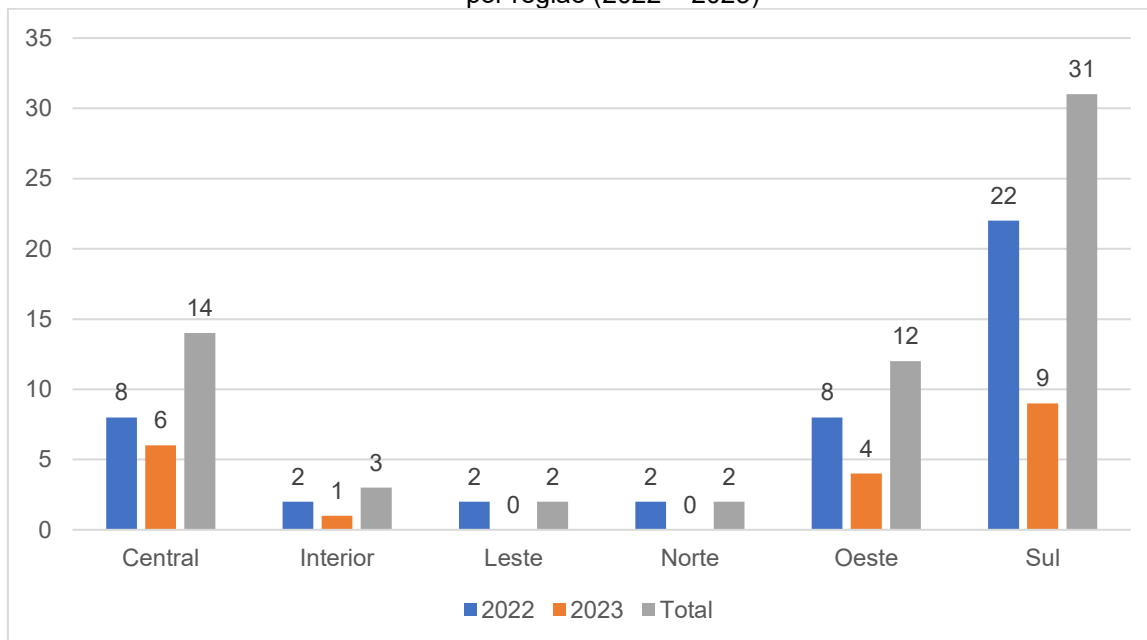
Fonte: IDS Social, maio 2024.

Analisando os dados por região e ano, observamos que a região Sul apresenta consistentemente o maior número de casos de medida socioeducativa do tipo Liberdade Assistida, tanto em 2022 quanto em 2023, totalizando 22 casos e 9 casos, respectivamente.

Em contrapartida, a região Central, apesar de ter registrado 8 casos em 2022, apresentou uma redução para 6 casos em 2023. As regiões Oeste e Interior

mostraram uma diminuição no número de casos de 2022 para 2023, com 8 para 4 e 2 para 1, respectivamente.

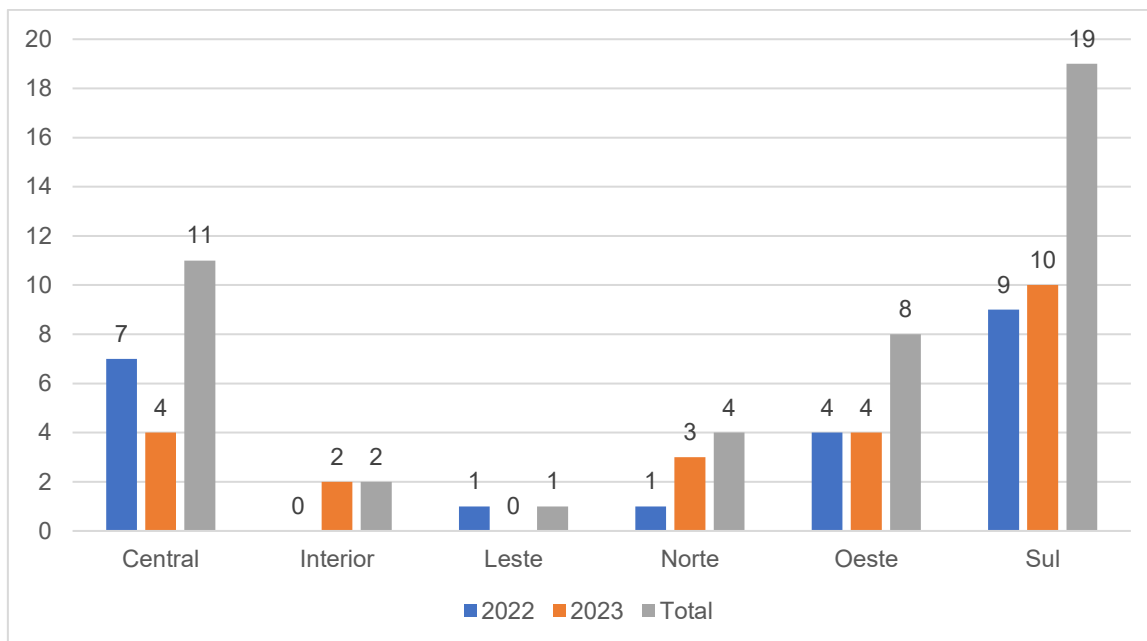
Gráfico 50 – Quantidade de adolescentes em cumprimento de LA, inseridos em acompanhamento, por região (2022 – 2023)



Fonte: IDS Social, maio 2024.

Em relação a região de residência dos adolescentes em cumprimento de PSC que foram inseridos no acompanhamento entre os anos de 2022 e 2023, os dados apresentam que a região Sul foi a que teve o maior número de medidas socioeducativas deste tipo nos anos de 2022 e 2023, totalizando 19 e 10 casos, respectivamente. Em seguida, a região Central registra 4 casos em 2022. A região Norte também se destaca, com 4 casos em 2022 e 3 em 2023. As regiões Oeste e Interior têm números semelhantes, com 8 e 2 casos, respectivamente, ao longo dos dois anos analisados. Por fim, a região Leste não registra nenhum caso em 2022, e não há dados disponíveis para 2023.

Gráfico 51 – Quantidade de adolescentes em cumprimento de PSC, inseridos em acompanhamento, por região (2022 – 2023)



Fonte: IDS Social, maio 2024.

### 3.6.2.3. Medidas Protetivas aplicadas aos adolescentes

Antes de apresentarmos os tipos de medidas protetivas, registradas no sistema IDS Social, para os adolescentes em cumprimento de uma MSE, é necessário pontuar que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, apresenta no Artigo 101, que a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

- I - Encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
  - II - Orientação, apoio e acompanhamento temporários;
  - III - Matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
  - IV - Inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente; (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)
  - V - Requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
  - VI - Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
  - VII - Acolhimento institucional; (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência.
  - VIII - Inclusão em programa de acolhimento familiar; (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência
  - IX - Colocação em família substituta. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência
- Parágrafo único. O abrigo é uma medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade (BRASIL, 2021, p. 66).

Na base de dados do IDS Social, de 2017 a 2023, as medidas protetivas aplicadas em conformidade com o Artigo 101 citado acima, totalizaram 86 registros. É oportuno informar que tais medidas são aplicadas em concomitância à LA e PSC.

Os maiores quantitativos de medidas registradas por ano, foram a de Matrícula e Frequência obrigatória em Estabelecimento Oficial de Ensino Fundamental com o total de 36 adolescentes e de Orientação, Apoio e Acompanhamento Temporários, com 24.

Tabela 158 -Quantitativo de Medidas protetivas aplicadas (2017 – 2023)

<b>Tipo de Medidas Protetivas</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>Total</b>
Inclusão em Programa Comunitário ou Oficial de Auxílio à Família, à Criança e ao Adolescente	1	1	1	1	1	-	-	<b>5</b>
Inclusão em Programa Oficial ou Comunitário de Auxílio, Orientação e Tratamento a Alcoólatras e Toxicômanos	2	1	-	1	3	1	1	<b>9</b>
Matrícula e Frequência obrigatória em Estabelecimento Oficial de Ensino Fundamental	10	9	8	7	1	1	-	<b>36</b>
Obrigação de Reparar o Dano	-	-	1	-	-	-	-	<b>1</b>
Orientação, Apoio e Acompanhamento Temporários	10	2	5	4	1	2	-	<b>24</b>
Requisição de Tratamento Médico, Psicológico ou Psiquiátrico, em Regime Hospitalar	1	1	2	1	1	1	-	<b>7</b>
<b>Total Geral</b>	<b>24</b>	<b>14</b>	<b>17</b>	<b>14</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>82</b>

Fonte: IDS Social, maio 2024.

### 3.6.3. Serviço Especializado em Abordagem Social

Conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o Serviço Especializado em Abordagem Social consiste em:

Serviço ofertado de forma continuada e programada com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Deverão ser consideradas praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, trens, metrô e outros. (BRASIL, 2009, p. 31).

#### 3.6.3.1. Quantidade e perfil de pessoas abordadas pelo Serviço de Abordagem Social

Em 2019 foram abordadas 593 pessoas pelo Serviço Especializado em Abordagem Social, o maior quantitativo no recorte de 2017 a 2021. O menor foi em 2017 com o total de 41 pessoas abordadas pelo serviço.

Em 2020 não houve registro de atendimentos realizados no sistema municipal, porém o Serviço foi executado, pois houve a oferta de benefícios eventuais e encaminhamentos para acolhimento institucional. Além disso, houve a diminuição do fluxo de pessoas migrantes no município, devido às restrições sanitárias impostas pelos órgãos de saúde.

Em 2021, houve o reordenamento do serviço de Abordagem Social, adequando o atendimento conforme tipificação do SUAS, sendo referenciada uma equipe específica para o atendimento desse público. Foi realizada também, nesse mesmo ano, uma Audiência Pública para exposição de todo o processo de reordenamento do serviço, com estruturação de um fluxo de atendimento e protocolos, incluindo outras políticas públicas (saúde, cultura, trânsito, segurança pública, dentre outras).

A partir de 2021, o número de abordagens sociais realizadas para pessoas teve um acréscimo considerável, onde naquele ano foi realizado 279 atendimentos para pessoas, sendo o sexo masculino, na faixa etária de 18 a 59 anos, o maior indicativo de abordagens, com 227. No ano de 2022, o número de abordagens aumentou, passando para 318 e novamente o sexo masculino da faixa etária de 18 a 59 anos esteve à frente das abordagens realizadas, com 254 casos.

Já em 2023, houve um acréscimo de 351 abordagens sociais realizadas em relação a 2022, a qual representou 669 atendimentos. Pessoas do sexo masculino, na faixa etária de 18 a 59 anos, destacam-se novamente, representando 514 atendimentos.

Na tabela a seguir, destaca-se os maiores quantitativos de atendimentos em cada ano, cuja maioria foram de pessoas do sexo masculino.

Tabela 159 - Quantidade e perfil de pessoas abordadas pelo Serviço de Abordagem Social

Ano	Total	Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos	18 a 59 anos	60 anos+
2017	41	Masc.	0	13	28	0
		Fem.	0	0	0	0
2018	260	Masc.	6	2	202	21
		Fem.	0	2	23	4
2019	593	Masc.	2	7	484	39
		Fem.	1	2	52	6
2020	0	Masc.	0	0	0	0

Ano	Total	Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos	18 a 59 anos	60 anos+
		Fem.	0	0	0	0
2021	276	Masc.	0	4	227	27
		Fem.	1	0	15	2
2022	318	Masc.	2	4	254	31
		Fem.	0	0	25	2
2023	669	Masc.	9	4	514	47
		Fem.	9	2	76	8

Fonte: SNAS, 2024.

### 3.6.3.2. Situações identificadas pelo Serviço de Abordagem Social

Antes de apresentarmos o levantamento dos dados desta seção, cabe apontar que os dados tabulados são referentes ao número de vezes que uma pessoa foi abordada, podendo ser esta mais de uma vez e identificado as características mais de uma vez para a mesma pessoa.

Quanto às situações identificadas pela equipe de Abordagem Social, foram abordadas 28 pessoas adultas usuárias de crack ou outras drogas ilícitas em 2017; 266 em 2019; 63 no ano de 2021; 56 em 2022; e um aumento considerável em 2023, passando para 97 registros. Em 2019 foram abordadas 303 pessoas migrantes e 29 em 2021. Em 2021, foram abordadas 4 crianças ou adolescentes usuárias de crack ou outras drogas e, em 2019, 2 crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil.

Já em 2022, os números registrados do perfil das pessoas abordadas, 3 crianças/adolescentes estavam em situação de trabalho infantil, sendo verificado que houve a inclusão destes adolescentes no PAEFI. Nesse mesmo ano nota-se que houve o quantitativo de 24 pessoas migrantes, isto é, que estavam em trânsito no Município e que foram abordadas pelo Serviço.

Em 2023, foram identificados pela equipe do Serviço, 6 crianças ou adolescentes usuárias de crack ou outras drogas e 97 pessoas adultas usuárias de crack ou outras drogas ilícitas. Em relação as pessoas migrantes, nota-se que houve um aumento de casos, passando para 72.

Tabela 160 - Situações identificadas pelo Serviço de Abordagem Social

Grupos	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil (até 15 anos)	0	0	2	0	0	3	0
Crianças ou adolescentes em situação de exploração sexual	0	0	0	0	0	0	0
Crianças ou adolescentes usuárias de crack ou outras drogas	0	0	0	0	4	0	6

Grupos	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Pessoas adultas usuárias de crack ou outras drogas ilícitas	28	0	266	0	63	53	97
Migrantes	0	0	303	0	29	24	72
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>0</b>	<b>571</b>	<b>0</b>	<b>96</b>	<b>80</b>	<b>175</b>

Fonte: SNAS, 2024.

O uso de substâncias como álcool, tabaco e outras substâncias psicoativas está frequentemente associado à permanência nas ruas e à fragilização ou rompimento dos vínculos familiares. O consumo dessas substâncias pode levar a uma série de consequências negativas, prejudicando as relações familiares, onde o abuso de substâncias pode gerar conflitos familiares, resultando em rupturas nos relacionamentos e, eventualmente, levando as pessoas a se afastarem de suas famílias e a viverem nas ruas.

Outro ponto atrelado à utilização destas substâncias está relacionado à situação econômica, pois o uso constante de substâncias pode levar ao desemprego e à falta de recursos financeiros, dificultando a capacidade de manter uma residência fixa. Além disso, problemas de saúde são frequentes, uma vez que o consumo excessivo de álcool e drogas causa sérios problemas de saúde física e mental, que muitas vezes não são tratados adequadamente, agravando a situação de vulnerabilidade social.

Em 2022, foram registradas 894 abordagens sociais relacionadas ao uso de álcool, número que aumentou para 1.166 em 2023, totalizando 2.060 abordagens. Esse aumento de 30,4% apresenta uma crescente significativa no consumo de álcool entre a população abordada.

No caso do tabaco, as abordagens passaram de 144 em 2022 para 565 em 2023, totalizando 709. A elevação de 292,4% indica a necessidade da articulação com a Política de saúde para trabalhar com esses indivíduos sobre o consumo desta substância, através de campanhas e outras orientações sobre os malefícios do tabaco.

Para abordar eficazmente esses problemas, é fundamental que a Política de Saúde e o Serviço de Abordagem Social trabalhem em conjunto, desenvolvendo estratégias para a implementação de Programas de reabilitação e tratamento, integrados com Serviços de saúde mental para tratar de forma holística os indivíduos. Além do tratamento médico, é essencial proporcionar apoio psicossocial contínuo para

auxiliar os indivíduos a reintegrarem-se na sociedade e a reconstruírem seus vínculos familiares.

Em relação a abordagem a grupos populacionais, tradicionais e específicos, a equipe no ano de 2022, atendeu 18 pessoas indígenas, sendo 3 pessoas com idade de até 12 anos, 12 jovens e adultos com idade entre 18 e 59 anos e 2 sem a informação de idade. No ano de 2023, o número aumentou para 22, onde verificou-se que se manteve o mesmo quantitativo de crianças com idade de até 12 anos, a identificação de 1 adolescente na faixa etária de 13 a 17 anos, 13 pessoas com idade entre 18 e 59 anos, 4 idosos e 1 pessoa sem a informação da idade.

O levantamento dos locais onde pessoas abordadas informaram que costumam dormir entre os anos de 2022 e 2023 apresenta um aumento significativo em diversos quesitos questionados as pessoas.

Em 2022, 8 pessoas foram registradas dormindo em terminais urbanos, aumentando para 22 em 2023, totalizando 30 casos no período. Enquanto em 2022 não houve registros de pessoas dormindo em terrenos baldios, em 2023, surgiram 15 casos identificados.

O número de pessoas dormindo em praças e bosques subiu de 20 em 2022 para 46 em 2023, totalizando 66 casos. Em 2022, não foram registrados casos de pessoas dormindo em passarelas e pontes, porém, em 2023, houve 7 casos.

O número de pessoas dormindo em imóveis abandonados subiu de 53 em 2022 para 60 em 2023, totalizando 113 casos. Um aumento significativo foi observado no número de pessoas dormindo em domicílios particulares, que passou de 376 em 2022 para 623 em 2023, somando 999 casos. O número de pessoas dormindo em marquises aumentou de 6 em 2022 para 42 em 2023, totalizando 48 casos.

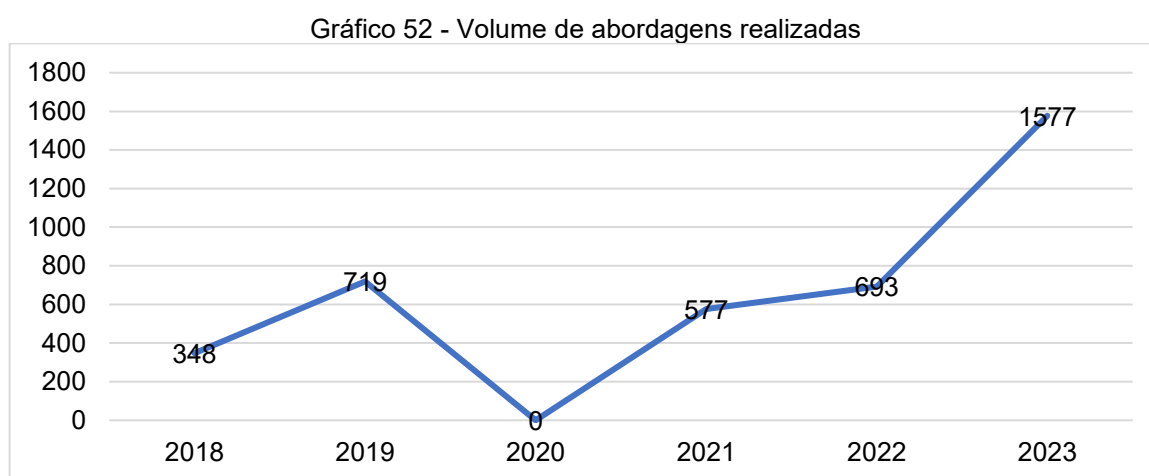
A utilização de albergues apresentou o aumento mais expressivo, passando de 49 casos em 2022 para 733 em 2023, totalizando 782 casos. Este salto de 684 indicações deste quesito, apresenta algumas variáveis, como a marcação correta no sistema para a identificação, bem como, conforme citado anteriormente, o Município implementou a Casa de Passagem em 2022, possibilitando assim a ampliação do acesso das pessoas.

### 3.6.3.3. Volume de abordagens realizadas



Outro dado extraído do RMA do CREAS, refere-se à quantidade total de abordagens realizadas, que compreendem o número de pessoas abordadas, multiplicado pelo número de vezes em que foram abordadas durante o mês, no caso esses dados estão agregados por ano.

Nota-se que desde 2018 e 2019, exceto 2020 conforme já mencionado, houve um acréscimo de abordagens realizadas. Em 2021, o número total de abordagens realizadas foi de 577, aumentando em 693 em 2022 e em 2023, houve um número expressivo de atendimentos para este Serviço, o qual totalizou 1.577 atendimentos.



Fonte: SNAS, 2024.

#### 3.6.4. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua

Nos Registros Mensais de Atendimentos (RMAs) de 2017 a 2022 do CREAS, não foram registrados atendimentos no Bloco I – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), item “I – Pessoas em situação de rua que ingressaram no PAEFI durante o mês de referência”.

Em 2023, foi identificado e incluído no acompanhamento do PAEFI uma pessoa do sexo masculino, com idade entre 18 e 59 anos.

#### 3.6.5. Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas famílias

O Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias disponibiliza atendimentos especializados às famílias com pessoas com deficiência e idosos com algum grau de dependência, que apresentaram suas limitações agravadas por violações de direitos que agravam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia.

Tem a finalidade de promover a autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas participantes. As ações devem possibilitar a ampliação da rede de pessoas com quem a família do dependente convive e compartilha cultura, troca vivências e experiências. Soma-se a isso o fato de que os profissionais da equipe poderão identificar demandas do dependente e/ou do cuidador e situações de violência e/ou violação de direitos e acionar os mecanismos necessários para resposta a tais condições.

O Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas famílias é referenciado à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). O atendimento na entidade é voltado para crianças, adolescentes, adultos com deficiência ou algum grau de dependência e idosos com deficiências.

Nas tabelas a seguir estão os quantitativos de pessoas com deficiência atendidas pela APAE, nos anos de 2019 a 2023, de acordo com a faixa etária.

A tabela a seguir apresenta os dados dos atendimentos realizados pela Instituição para crianças com idade de até 6 anos. Nota-se que em 2019, foram atendidas o total de 40 pessoas de 0 a 6 anos, o maior quantitativo dentre os 5 anos.

Ao analisar a distribuição por tipo de deficiência, observa-se que a deficiência física e a deficiência intelectual representam os maiores indicativos, com 48 e 50 casos, respectivamente, ao longo dos cinco anos. Enquanto isso, deficiências como baixa visão, cegueira e síndrome de Down também estão representadas, embora em menor número, totalizando 1, 1 e 10 casos, para cada.

Tabela 161 - Pessoas atendidas pela APAE (0 a 6 anos)

Tipo de deficiência	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Baixa visão	1	-	-	-	-	1
Cegueira	-	1	-	-	-	1
Deficiência auditiva	1	-	-	-	-	1
Deficiência física	13	24	10	1	-	48
Deficiência intelectual	15	6	17	5	7	50
Deficiência múltipla	2	2	3	-	-	7
Síndrome de Down	8	1	1	-	-	10
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>34</b>	<b>31</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>118</b>

Fonte: IDS Social, maio 2024.

Em relação aos atendimentos realizados pela Instituição para crianças com idades entre 7 e 12 anos, verifica-se que entre 2019 e 2023, foram realizados 308 atendimentos.

Observando os totais anuais, em 2019, foi o ano que mais houve atendimento para essa faixa etária, representando 133 atendimentos, seguido de 2020, totalizando 112 atendimentos. A deficiência intelectual se destaca como a mais comum, totalizando 252 casos ao longo dos cinco anos.

Tabela 162 - Pessoas atendidas pela APAE (7 a 12 anos)

Tipo de deficiência	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Baixa visão	1	1	-		1	3
Deficiência física	16	11	-	4	-	31
Deficiência auditiva	-	-	-	1	-	1
Deficiência intelectual	107	91	23	15	16	252
Deficiência múltipla	5	3	-	-	-	8
Síndrome de Down	4	6	-	2	1	13
<b>Total</b>	<b>133</b>	<b>112</b>	<b>23</b>	<b>22</b>	<b>18</b>	<b>308</b>

Fonte: IDS Social, maio 2024.

Os dados referentes às pessoas atendidas pela APAE na faixa etária de 13 a 17 anos entre o período de 2019 a 2023, computou um total de 175 adolescentes.

Ao longo dos cinco anos, observa-se uma variação nos atendimentos anuais. Em 2019, ano com maior indicação de atendimentos, houve um total de 58 intervenções, reduzindo em 2021 para 41. No entanto, houve uma diminuição nos anos seguintes, com 22 atendimentos em 2022 e 23 em 2023.

A distribuição por tipo de deficiência apresenta que a deficiência intelectual é a mais comum nessa faixa etária, totalizando 97 casos ao longo dos cinco anos. Em contrapartida, a deficiência física, deficiência múltipla e síndrome de Down também estão representadas, com 36, 22 e 20 casos, respectivamente.

Tabela 163 - Pessoas atendidas pela APAE (13 a 17 anos)

Tipo de deficiência	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Deficiência física	12	9	13	2	-	36
Deficiência intelectual	38	12	13	14	20	97
Deficiência múltipla	5	1	13	3	-	22
Síndrome de Down	3	9	2	3	3	20
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>31</b>	<b>41</b>	<b>22</b>	<b>23</b>	<b>175</b>

Fonte: IDS Social, maio 2024.

Dentre as pessoas de 18 a 59 anos, ao longo de cinco anos, de 2019 a 2023, foram atendidos um total de 1.810 adultos pela organização. No ano de 2019 registrou 653 atendimentos, seguido por uma redução em 2020 para 488. Em 2021, houve uma diminuição ainda mais significativa, com 317 atendimentos, antes de uma leve recuperação em 2022 e 2023, com 175 e 177 atendimentos, respectivamente.

Nos atendimentos realizados por tipo de deficiência, verifica-se que a deficiência intelectual surge como a mais comum, totalizando 1.284 casos ao longo dos cinco anos. Além disso, deficiências como física, auditiva e síndrome de Down também estão representadas, com 234, 28 e 126 casos cada.

Essa faixa etária é a que mais apresenta atendimentos pela Instituição ao longo dos 5 anos, deixando evidente a necessidade de implementação de Serviços para este público. Para além disso, levando em consideração o número de pessoas incluídas no Cadastro Único com a indicação de deficiência e que necessitam de cuidados de outras pessoas, bem como o número de casos de violências contra pessoas com deficiência, torna-se indispensável o planejamento de Serviços socioassistenciais especializados para atendimento desta demanda crescente, conforme os dados apresentados anteriormente.

Tabela 164 - Pessoas atendidas pela APAE (18 a 59 anos)

Tipo de deficiência	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Baixa visão	7	5	2	1	-	<b>15</b>
Cegueira	-	2	-	-	-	<b>2</b>
Deficiência auditiva	14	4	10	-	-	<b>28</b>
Deficiência física	84	81	43	13	13	<b>234</b>
Deficiência intelectual	440	354	212	130	145	<b>1.284</b>
Deficiência múltipla	43	41	23	4	7	<b>118</b>
Surdez	4	1	-	-	1	<b>6</b>
Síndrome de Down	61	-	27	27	11	<b>126</b>
<b>Total</b>	<b>653</b>	<b>488</b>	<b>317</b>	<b>175</b>	<b>177</b>	<b>1.810</b>

Fonte: IDS Social, maio 2024.

As pessoas idosas, com 60 anos ou mais, apresentaram os menores quantitativos dentre todas as faixas etárias, sendo atendido entre os 5 anos, um total de 62 pessoas idosas.

Em 2019, foram registrados 11 atendimentos, aumentando para 15 em 2020, antes de diminuir para 7 em 2021. No entanto, houve um aumento novamente em 2022, com 5 atendimentos, e um aumento significativo em 2023, totalizando 24 atendimentos.

A distribuição dos atendimentos por tipo de deficiência, apresenta que a intelectual é a mais comum, totalizando 46 casos ao longo dos cinco anos, seguida pela surdez, com 7 casos. Além disso, há registros de atendimentos relacionados à baixa visão, deficiência física e deficiência múltipla, embora em menor número.

Tabela 165 - Pessoas atendidas na APAE (60 anos ou mais)

Tipo de deficiência	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Baixa visão	-	-	-	-	2	2
Deficiência física	1	-	-	1	-	2
Deficiência intelectual	10	13	5	3	15	46
Deficiência Múltipla	-	-	-	-	5	5
Surdez	-	2	2	1	2	7
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>15</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>24</b>	<b>62</b>

Fonte: IDS Social, maio 2024.

A análise geral dos dados dos atendimentos realizados pela APAE ao longo dos últimos anos destaca a importância e o impacto significativo do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias. Este serviço é essencial para promover a autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência e idosos em diversas faixas etárias.

Entre 2019 e 2023, a APAE atendeu um total de 118 crianças nessa faixa etária, com a deficiência intelectual sendo a mais comum, totalizando 50 casos. A diversidade de deficiências atendidas, incluindo física, múltipla e síndrome de Down, destaca a importância de um atendimento especializado e individualizado para promover o desenvolvimento integral dessas crianças desde a primeira infância.

Na faixa etária de 7 a 12 anos, a APAE atendeu 308 crianças. A deficiência intelectual novamente se destacou, com 252 casos. Entre 2019 e 2023, a APAE atendeu 175 adolescentes na faixa etária de 13 a 17 anos, com a deficiência intelectual sendo a mais prevalente, totalizando 97 casos, ficando evidente a necessidade de Serviços e Programas que ofereçam suporte durante a transição para a vida adulta, assim como o atendimento a outras deficiências, como física, múltipla e síndrome de Down.

Já para as pessoas com idade entre 18 e 59 anos, foram atendidas um total de 1.810 adultos, com a deficiência intelectual sendo a mais frequente, somando 1.284 casos. A ampla gama de deficiências atendidas, incluindo física, auditiva e múltipla, apresenta a necessidade de serviços contínuos que apoiem a autonomia e a

inclusão social desses indivíduos, especialmente considerando as mudanças nas demandas ao longo dos anos.

Para os idosos, a APAE atendeu 62 pessoas, com a deficiência intelectual e a surdez sendo as mais comuns, sendo que esses dados destacam a importância de Serviços que cuidem das necessidades de saúde, como também, promovam a inclusão e a participação ativa dos idosos com deficiência na sociedade.

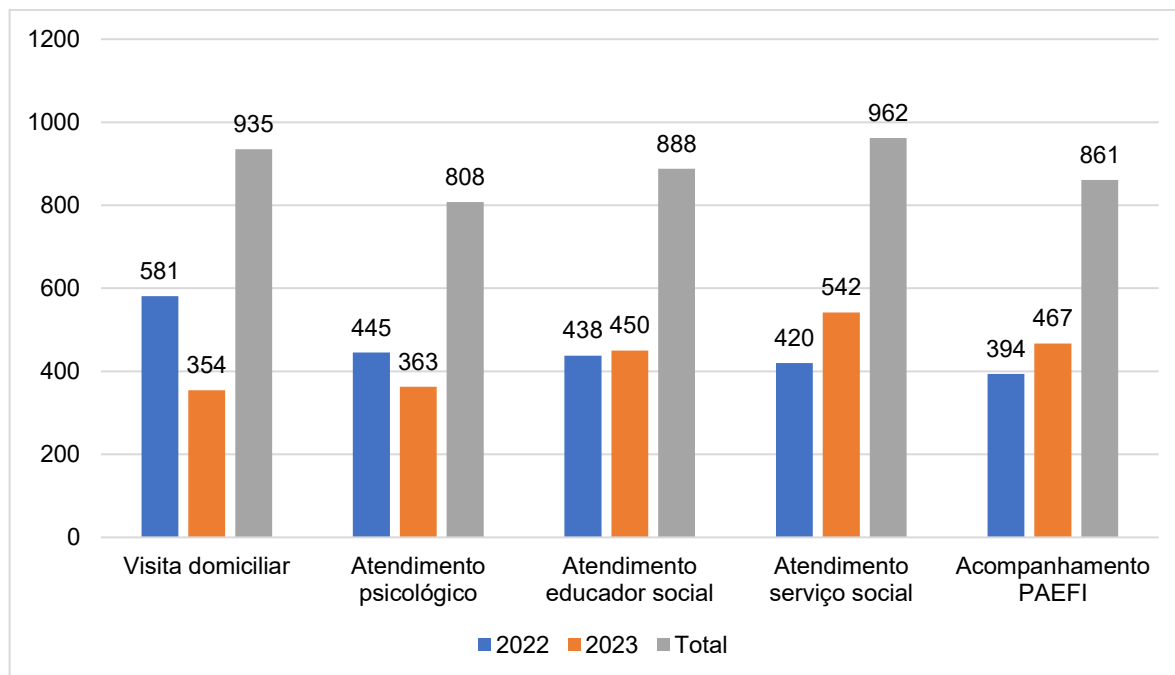
### 3.6.6. Principais motivos de atendimentos do CREAS (2022 – 2023)

Em relação aos principais motivos de atendimentos identificados para o Equipamento do CREAS, entre os anos de 2022 e 2023, percebe-se que o motivo com maior número de atendimentos no total foi o de atendimento serviço social, com 962 registros. Em seguida, visita domiciliar, que apresenta 935 registros. O menor número de atendimentos no total foi para o atendimento psicológico, com 808 registros entre os anos.

Em 2022, o maior número de atendimentos foi para visita domiciliar, com 581 registros, seguido por atendimento psicológico, com 445 atendimentos. Em 2023, o cenário mudou, e o maior número de atendimentos foi para atendimento serviço social, com 542 registros, seguido por acompanhamento PAEFI, com 467 atendimentos.

Há uma tendência de aumento em alguns tipos de atendimento, como o motivo de atendimento do serviço social, que houve 122 atendimentos a mais, passando de 420 em 2022 para 542 em 2023. O motivo de acompanhamento PAEFI, também teve um incremento considerável, passando de 394 em 2022 para 467 em 2023, representando um aumento de 73 atendimentos.

Por outro lado, alguns motivos registraram uma diminuição como a visita domiciliar, que houve uma redução notável, de 581 atendimentos em 2022 para 354 em 2023, uma diminuição de 227 registros e também o atendimento psicológico, que teve uma diminuição, de 445 atendimentos em 2022 para 363 em 2023, uma redução de 82 atendimentos.



Fonte: IDS Social, maio 2024.

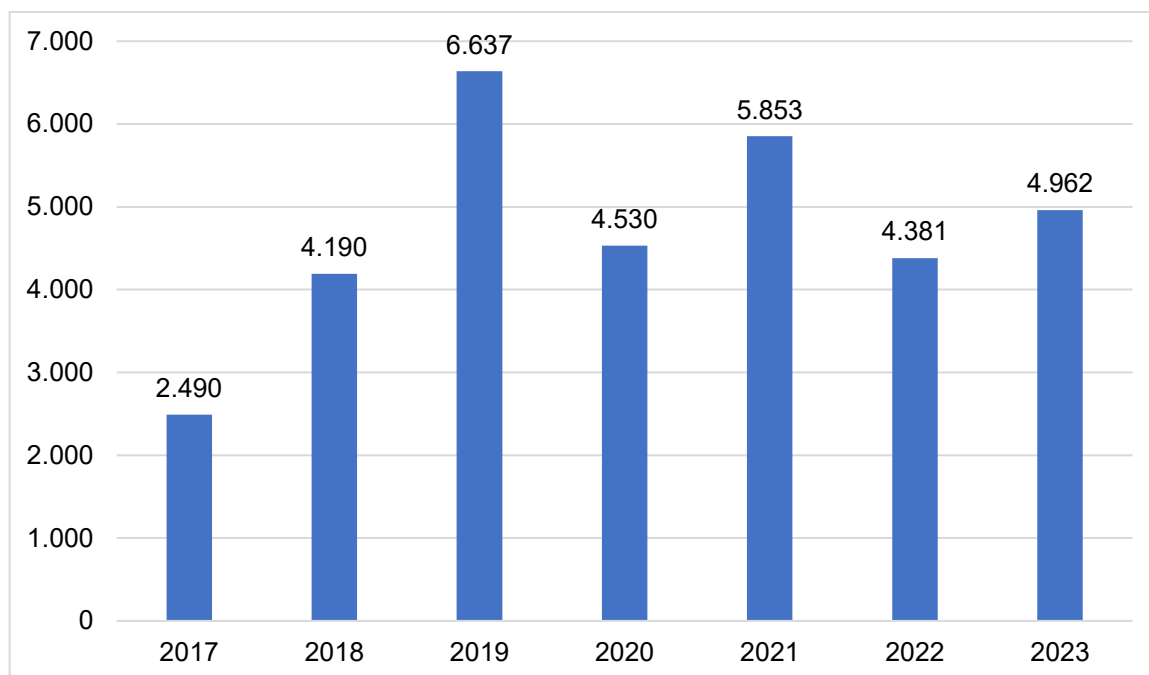
Entre 2017 e 2018, houve um aumento significativo no total de atendimentos, passando de 2.490 para 4.190, um crescimento de aproximadamente 68%. No ano de 2019, a unidade alcançou 6.637 atendimentos, obtendo um aumento de cerca de 58% em relação ao ano anterior.

Em 2020, houve uma redução no número de atendimentos para 4.530, representando uma redução de 31,7% em comparação a 2019. Este declínio foi atribuído aos efeitos da pandemia de COVID-19, que afetou a capacidade de muitas organizações de realizar atendimentos presenciais e manter os níveis de serviço.

Em 2021, o número de atendimentos subiu novamente para 5.853, um aumento de 29% em relação a 2020, indicando uma recuperação parcial da capacidade de atendimento.

Em 2022, houve outra diminuição, com o total de atendimentos caindo para 4.381, tendo uma redução de 25% em relação a 2021. Já em 2023, os atendimentos aumentaram para 4.962, com um crescimento de 13% em comparação ao ano anterior.

Gráfico 54 - Evolução dos atendimentos - CREAS (2017 -2023)



Fonte: IDS Social, maio 2024.

### 3.6.7. Encaminhamentos Sociais do CREAS

Com relação aos encaminhamentos sociais realizados pelo CREAS, o maior número de encaminhamentos por ano, foi no ano de 2021, com o total de 941. Nota-se uma crescente de encaminhamentos do CREAS para unidades/serviços de Proteção Social Especial, ficando evidente desde 2021, onde houve 120 registros passando para 642, em 2023.

Verifica-se também que em 2022 o número de encaminhamentos reduziu em relação ao ano de 2021, perfazendo um quantitativo de 755, ficando evidente o aumento em 2023, com 839.

Outro destaque é em relação ao número de casos que foram encaminhados, seja para serviços socioassistenciais, como também em relação a outras políticas setoriais, onde verifica-se que na prática, pode ter ocorrido mais encaminhamentos, porém não houve o registro no sistema, impossibilitando de identificar a quantidade real de encaminhamentos. Assim, é necessário, com base nos registros realizados a criação de protocolos que normatizem a referência/contrarreferência entre as unidades.





Encaminhamento	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total Geral
Encaminhamento do CREAS para o CRAS	-	15	4	12	-	10	<b>41</b>
Encaminhamento para outras unidades/serviços de Proteção Social Especial	2	179	4	120	586	642	<b>1.533</b>
Outros encaminhamentos	49	451	385	747	91	114	<b>1.837</b>
Para acesso a Benefícios Eventuais	-	-	-	3	-	-	<b>3</b>
Para acesso a Documentação Civil (Certidão de Nascimento, RG, Carteira de Trabalho, etc.)	-	11	-	3	2	15	<b>31</b>
Para acesso à Tarifa Social de Energia Elétrica	-	-	-	2	-	-	<b>2</b>
Para Agência do Trabalhador	-	5	2	9	-	-	<b>16</b>
Para atualização cadastral no CadÚnico	-	-	-	1	-	-	<b>1</b>
Para Conselho Tutelar	2	2	-	2	-	1	<b>7</b>
Para Educação - Creche e Pré-escola (ensino infantil)	-	-	-	-	12	3	<b>15</b>
Para Educação - Rede regular de ensino (ensino fundamental e ensino médio)	9	8	5	8	5	6	<b>41</b>
Para Educação de Jovens de Adultos (por exemplo: Brasil Alfabetizado)	-	1	-	-	-	-	<b>1</b>
Para Ministério Público	-	1	-	-	-	-	<b>1</b>
Para outros serviços ou unidades do Sistema Único de Saúde	-	2	-	-	22	21	<b>45</b>
Para programa da Área de habitação	2	-	-	1	-	9	<b>12</b>
Para serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos voltados a crianças e adolescentes	-	7	-	2	15	3	<b>27</b>
Para serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos voltados a Idosos	-	-	-	1	12	4	<b>17</b>
Para serviços de esporte	-	-	-	-	5	1	<b>6</b>
Para Serviços de Saúde Mental	-	3	-	-	-	-	<b>3</b>
Para Serviços, Programas ou Projetos voltados à capacitação profissional	-	1	-	-	-	-	<b>1</b>
Para Serviços, Programas ou Projetos voltados à geração de trabalho e renda	-	-	-	-	5	10	<b>15</b>
Para Unidade de Saúde da Família	5	30	12	30	-	-	<b>77</b>
<b>Total Geral</b>	<b>69</b>	<b>716</b>	<b>412</b>	<b>941</b>	<b>755</b>	<b>839</b>	<b>3.732</b>

Fonte: IDS Social, maio 2024.

### **3.7. INDICADORES DE DEMANDAS DE ATENDIMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE**

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade compreende a oferta de serviços especializados, em diferentes modalidades e unidades, a fim de assegurar o acolhimento de indivíduos ou famílias com fragilização ou com rompimento de vínculos familiares, ou, ainda, que necessitam ser afastados temporariamente de seus contextos familiares ou comunitários para que lhes seja garantida a sua proteção.

O acolhimento no SUAS se dará em duas situações:

- a) Quando os vínculos familiares estiverem fragilizados/rompidos e;
- b) Quando o afastamento for necessário como medida protetiva.

Desse modo, esse serviço é prestado com caráter excepcional e provisório, até que seja viabilizado o retorno à família de origem, o encaminhamento para a família substituta – quando for o caso – ou o alcance da autonomia (moradia própria/alugada).

Conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, os Serviços de Acolhimento podem ser ofertados nas seguintes modalidades:

a) Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades:

- Abrigo institucional;
- Casa - Lar;
- Casa de Passagem;
- Residência Inclusiva.

b) Serviço de Acolhimento em República;

c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;

d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

Assim, serão descritos nos próximos itens cada modalidade de acolhimento desenvolvidas no município separadas e com os quantitativos, sendo apresentado primeiramente os dados dos acolhimentos das instituições públicas Casa de Acolhimento Proteger, do Serviço de Família Acolhedora, e posteriormente, o perfil dos usuários acolhidos nas instituições privadas, inscritas no Conselho Municipal de

Assistência Social (CMAS), sendo elas: Albergue Bom Samaritano (extinto), Associação Missão Vida Nova, Lar dos Idosos São Francisco de Assis e Associação dos Amigos de Prevenção ao Câncer (GAMA).

### 3.7.1. Casa de Acolhimento Proteger

Segundo as Orientações Técnicas de Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, quando houver a necessidade de proteção da integridade física e psicológica de crianças e adolescentes, esses deverão ser afastados do seio familiar de origem através de uma medida de proteção, devendo ser inseridos em unidades de acolhimento, que podem ofertar serviços nas seguintes modalidades: Acolhimentos Institucionais, Casa Lar, Família Acolhedora e Repúblicas.

A medida de proteção de acolhimento para crianças e adolescentes está prevista no Art. 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como

medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade. (BRASIL, 2021, p. 66).

No Município de Pato Branco, conforme já informado anteriormente, havia até meados do mês de maio de 2022, duas instituições que realizavam o acolhimento institucional para crianças e adolescentes, as quais serão apresentadas a seguir.

É importante pontuar que o Serviço de Acolhimento Institucional para menores de 18 anos, passou por um reordenamento, unificando as instituições.

A Casa de Acolhimento Proteger<sup>57</sup> é uma unidade institucional reordenada para o atendimento de crianças e adolescentes de 0 a 18 anos de ambos os sexos. Essa alteração, conforme já mencionado, ocorreu no ano de 2022 e os dados apresentados são relativos aos registros entre 2017 e 2023. Neste período a instituição realizava o acolhimento institucional para crianças e adolescentes com idade entre 0 e 18 anos do sexo feminino e, de 0 a 10 anos de crianças do sexo masculino. Verifica-se que, entre todo o período identificado, a entidade registrou 257 inclusões no serviço.

O ano de 2018 apresentou o maior quantitativo de crianças e adolescentes acolhidos dentre os anos de 2017 a 2023, representando 61 casos de acolhimentos,

---

<sup>57</sup> Antiga Casa Abrigo Esperança.

sendo a faixa etária com maior incidência a de crianças e adolescentes com idade entre 7 e 15 anos. Pontua-se ainda que as crianças e adolescentes da faixa etária de 7 a 15 anos perfizeram o maior quantitativo dentre os acolhidos, nos anos de 2017 a 2019 e 2023.

Nota-se também que, de acordo com as informações tabuladas, os números de acolhimento institucional estavam diminuindo entre os anos de 2018 e 2020, apresentando um aumento no total de 7 pessoas em 2021 na comparação com os dados de 2020.

No ano de 2022, esse número reduziu para 19 crianças e adolescentes acolhidos e em 2023, houve um leve aumento para 23 casos, sendo o maior número de novos acolhidos, a faixa etária de 7 a 15 anos, com 10 e 15 para cada ano.

Tabela 167 – Número de acolhidos, por faixa etária (2017 - 2023)

Faixa etária	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Até 6 anos	21	22	19	13	9	8	6	<b>98</b>
Entre 7 e 15 anos	20	32	19	7	13	10	15	<b>116</b>
Entre 16 e 17 anos	7	6	9	2	5	1	2	<b>32</b>
Entre 18 e 29 anos	5	1	1	1	3	-	-	<b>11</b>
<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>61</b>	<b>48</b>	<b>23</b>	<b>30</b>	<b>19</b>	<b>23</b>	<b>257</b>

Fonte: IDS Social, maio 2024.

Entre 2017 e 2023, observamos um total de 257 ocorrências, distribuídas entre 175 femininas (68%) e 82 masculinas (32%). Em 2017, houve 53 novos acolhidos, sendo 42 meninas e 11 meninos. As ocorrências femininas representaram aproximadamente 79% do total deste ano. Em 2018, o número de ocorrências aumentou para 61, com 46 femininas e 15 masculinas, resultando em uma leve diminuição na proporção de ocorrências femininas para cerca de 75%.

No ano de 2019, o total de inclusões reduziu para 48, com 33 pessoas do sexo feminino e 15 masculinos. A porcentagem de ocorrências femininas foi de 69%. Em 2020, houve uma queda significativa no total de inserções no Serviço, registrando apenas 23 casos, sendo 12 meninas e 11 meninos. Este ano apresentou a menor diferença entre os sexos, com cerca de 52% das ocorrências sendo femininas.

Em 2021, o número de ocorrências subiu para 30, com 21 meninas e 9 meninos. A proporção de ocorrências de pessoas femininas aumentou para 70%. No entanto, em 2022, o número de ocorrências caiu novamente para 19, com 7 do sexo feminino e 12 masculino. Este foi o único ano em que as inclusões masculinas superaram as femininas, representando aproximadamente 63% do total.

Em 2023, as ocorrências voltaram a subir para 23, com 14 meninas e 9 meninos, resultando em 61% das ocorrências sendo femininas.

O ano de 2020 destaca-se pela queda significativa no número de ocorrências, possivelmente devido a fatores externos, como a pandemia de COVID-19. O ano de 2022 é outro ponto atípico, onde as inclusões de crianças e adolescentes do sexo masculino superaram o feminino.

Tabela 168 - Número de acolhidos, por sexo (2017 -2023)

<b>Sexo</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>Total</b>
Feminino	42	46	33	12	21	7	14	175
Masculino	11	15	15	11	9	12	9	82
<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>61</b>	<b>48</b>	<b>23</b>	<b>30</b>	<b>19</b>	<b>23</b>	<b>257</b>

Fonte: IDS Social, maio 2024.

A forma de acesso ao serviço de acolhimento institucional ocorre através do Poder Judiciário, bem como por requisição do Conselho Tutelar. Diante disto, é importante ressaltar que os motivos de acolhimento apresentados a seguir estão em consonância com as guias de acolhimento institucional, provenientes do Poder Judiciário, as quais ao serem encaminhadas para a unidade de acolhimento, os profissionais responsáveis pelo registro o realizam de acordo com a informação contida no documento encaminhado.

O motivo mais frequente foi o Acolhimento de Passagem, que totalizou 106 ocorrências, representando 41% do total. Os anos de maior destaque para este motivo foram 2017 (27), 2018 (34) e 2019 (26). No entanto, houve uma redução a partir de 2020, com nenhuma ocorrência registrada em 2022 e 2023.

A Negligência foi o segundo motivo mais comum, com 36 ocorrências, correspondendo a 14% do total. Esse motivo manteve-se relativamente constante ao longo dos anos, apresentando um aumento em 2020 com 7 ocorrências.

O Conflito Familiar foi responsável por 24 ocorrências, cerca de 9% do total. Este motivo foi mais frequente em 2018, com 7 casos, e em 2021, com 6 casos. O Abuso Sexual/Suspeita de Abuso Sexual totalizou 21 ocorrências, 8% do total, com destaque para os anos de 2017 (6) e 2018 (8). O Mandado Judicial registrou 17 ocorrências, representando 7% do total. Este motivo teve um aumento em 2022, com 6 casos.

Motivos secundários incluíram Carência de Recursos Materiais com 12 ocorrências, sendo os anos de 2017 (4), 2020 (3) e 2023 (3) os mais destacados. A

Situação de Risco teve 10 ocorrências, distribuídas de maneira dispersa ao longo dos anos. A Violência Física também contou com 10 ocorrências, com uma pequena elevação em 2023 (4).

A Entrega Voluntária totalizou 9 ocorrências, com os anos de 2022 e 2023 registrando 2 casos cada um. O Abandono pelos Pais ou Responsáveis contabilizou 8 ocorrências, com um aumento em 2019 (5). A Violência Psicológica registrou 3 ocorrências, todas em 2021. A Situação de Rua teve apenas 1 ocorrência, registrada em 2023.

O Acolhimento de Passagem foi o motivo mais frequente até 2019, mas apresentou uma redução significativa a partir de 2020. Isso deu-se devido ao reordenamento ocorrido no ano de 2021, onde a partir de deste ano, esse motivo de acolhimento passou a não ser mais utilizado, conforme previsto nas legislações e orientações técnicas que regem o Serviço. A Negligência e o Conflito Familiar foram motivos constantes ao longo dos anos.

Vale ressaltar que, de acordo com o ECA, o motivo que correspondeu a 9 casos de acolhimento com a informação de carência de recursos materiais, não deve ser condição para afastar a criança ou adolescente do seio familiar, uma vez que o simples fato de a família não possuir condições de moradia, bem como, de recursos financeiros (aqui relacionamos o fator da pobreza), não justifica tal ação.

Tabela 169 - Motivos de acolhimento (2017 -2023)

Motivos	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Abandono pelos pais ou responsáveis	1	-	5	-	1	-	1	8
Abuso sexual/suspeita de abuso sexual	6	8	2	1	3	-	1	21
Acolhimento de Passagem	27	34	26	8	11	-	-	106
Carência de recursos materiais	4	2	-	3	-	-	3	12
Conflito familiar	5	7	2	1	6	1	2	24
Entrega voluntária	3	-	1	1	-	2	2	9
Mandado judicial	-	2	4	1	2	6	2	17
Negligência	5	6	5	7	3	5	5	36
Situação de risco	-	2	3	-	1	2	2	10
Violência física	2	-	-	1	-	3	4	10
Situação de rua	-	-	-	-	-	-	1	1
Violência Psicológica	-	-	-	-	3	-	-	3
<b>Total Geral</b>	<b>53</b>	<b>61</b>	<b>48</b>	<b>23</b>	<b>30</b>	<b>19</b>	<b>23</b>	<b>257</b>

Fonte: IDS Social, maio 2024.

Entre 2017 e 2023, foram registrados 251 desacolhimentos, conforme a tabela a seguir, sendo o motivo mais frequente o Retorno à Família de Origem, totalizando 140 casos, o que representa 56% do total. Este motivo foi mais expressivo nos anos

de 2017 (29 casos), 2018 (37 casos), 2019 (27 casos) e 2021 (24 casos). Embora tenha havido uma redução em 2020 e 2022, o retorno à família de origem continua sendo o principal motivo de desacolhimento entre os períodos.

O segundo motivo mais comum foi o Retorno à Família Extensa, com 57 desacolhimentos, correspondendo a 23% do total. Este motivo foi mais frequente em 2018 (16 casos) e 2019 (15 casos), mas houve uma redução a partir de 2021.

O Acolhimento por Família Substituta totalizou 20 desacolhimentos, representando 8% do total. Este motivo teve um número significativo de casos nos primeiros anos, especialmente em 2017 (10 casos) e 2018 (5 casos), mas diminuiu a partir de 2019, com um pequeno aumento novamente em 2023.

Entre os motivos secundários, a Adoção foi registrada 14 vezes, sendo em 2019 (3 casos), 2020 (4 casos) e 2022 (4 casos). As Evasões ocorreram 11 vezes, com pequenos aumentos em 2018, 2021 e 2022. O motivo Não Informado apareceu apenas uma vez em 2017.

Tabela 170 - Motivos de desacolhimento (2017 -2023)

Motivos	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Adoção	1	1	3	4	-	4	1	14
Evasão	1	2	1	1	2	2	2	11
Família substituta	10	5	1	1	-	-	3	20
Não informado	1	-	-	-	-	-	-	1
Retorno à família extensa	11	16	15	7	3	2	3	57
Retorno à família de origem	29	37	27	10	24	4	9	140
<b>Total Geral</b>	<b>53</b>	<b>61</b>	<b>48</b>	<b>23</b>	<b>30</b>	<b>18</b>	<b>18</b>	<b>251</b>

Fonte: IDS Social, maio 2024.

Em 2022, o número de crianças e adolescentes vinculados ao Programa Bolsa Família foi de 7. No ano seguinte, esse número aumentou para 12, totalizando 19 acolhidos em ambos os anos. Essa crescente, representa um aumento de 71,4% de 2022 para 2023.

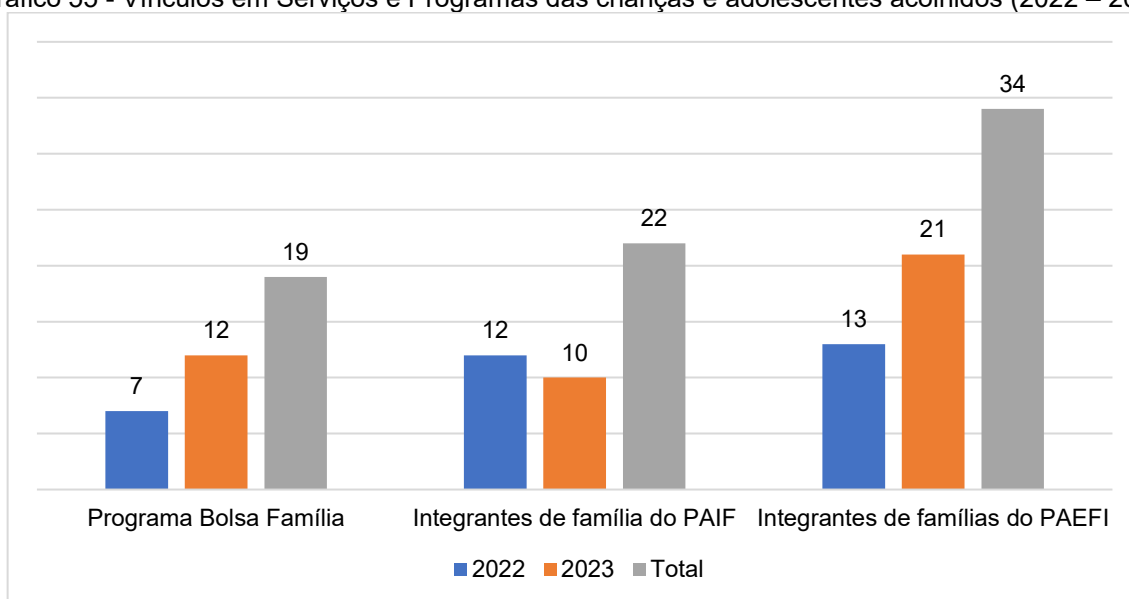
Já em relação aos acolhidos que ingressaram no Serviço e que eram integrantes de famílias vinculadas ao PAIF, houve 12 crianças e adolescentes inseridas em 2022. No entanto, esse número diminuiu para 10 em 2023, resultando em um total de 22 acolhidos nos dois anos, representando uma redução de 16,7% na inclusão de crianças e adolescentes integrantes de famílias atendidas pela Proteção Social Básica.

Por outro lado, o vínculo do integrante no PAEFI, apresentou um aumento substancial. Em 2022, 13 crianças e adolescentes estavam sendo

acompanhadas/atendidas na unidade do CREAS e vinculadas ao Serviço, e esse número cresceu para 21 em 2023, totalizando 34 acolhidos nos dois anos, representando um aumento de 61,5%.

Para além disso, levando em consideração os números de crianças/adolescentes que eram integrantes de famílias vinculadas ao PAIF ou PAEFI, nota-se que mesmo com as intervenções realizadas pelos Profissionais de ambas as proteções, não conseguiram evitar o rompimento dos vínculos familiares, necessitando a inclusão do usuário no Acolhimento.

Gráfico 55 - Vínculos em Serviços e Programas das crianças e adolescentes acolhidos (2022 – 2023)



Fonte: IDS Social, maio de 2024.

### 3.7.2. Família acolhedora

O serviço de Família Acolhedora é responsável pela organização do acolhimento de crianças e adolescentes afastados de suas famílias por medida de proteção, proporcionando-lhes residência em famílias acolhedoras cadastradas. Esse acolhimento é temporário, até que seja possível o retorno à família de origem ou, na impossibilidade disso, o encaminhamento para adoção.

A principal responsabilidade do serviço é a seleção, capacitação, cadastramento e acompanhamento das famílias acolhedoras. Além disso, é realizado o acompanhamento contínuo da criança ou adolescente acolhido e de sua família de origem.



Para que uma família possa estar apta ao Serviço de acolhimento familiar é necessário atender aos seguintes requisitos:

- I – ser maior de 21 (vinte e um anos), sem restrição quanto ao estado civil;
- II – ser residente no Município há pelo menos dois anos;
- III – não estar habilitado, em processo de adoção, nem interessado em adotar criança ou adolescente;
- IV – não ter nenhum membro da família que resida no domicílio envolvido com o uso abusivo de álcool, drogas ou substâncias semelhantes;
- V – ter a concordância dos demais membros da família que convivem no mesmo domicílio;
- VI – apresentar boas condições de saúde física e mental;
- VII – comprovar idoneidade moral e apresentar certidão de antecedentes criminais de todos os membros que residem no domicílio da família acolhedora;
- VIII – comprovar a estabilidade financeira da família;
- IX – possuir espaço físico adequado na residência para acolher criança ou adolescente;
- X – parecer psicossocial favorável, expedido pela Equipe Interdisciplinar do Serviço de Acolhimento Familiar;
- XI – participar das capacitações (inicial e continuada), bem como comparecer às reuniões e acatar as orientações da Equipe Técnica.

Conforme mencionado anteriormente, o Serviço foi implementado em 05 de abril de 2022 e naquele ano foi incluído no Serviço 3 crianças e adolescentes, sendo 1 para a faixa etária de até 6 anos, outra entre 7 e 15 anos, e uma terceira entre 16 e 17 anos. Em 2023, não houve acolhimentos familiar registrados em nenhuma das faixas etárias.

Tabela 171 – Número de acolhidos, por faixa etária (2022 - 2023)

Faixa etária	2022	2023	Total
Até 6 anos	1	0	1
Entre 7 e 15 anos	1	0	1
Entre 16 e 17 anos	1	0	1
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>3</b>

Fonte: IDS Social, maio 2024.

Aqui cabe apontamentos sobre a inexistência de novos acolhimentos em família acolhedora no ano de 2023, os quais estão atrelados a algumas variáveis, sendo a falta de profissionais que compõe a equipe mínima para o Serviço, bem como, a baixa procura de novas famílias acolhedoras para participarem do Programa. Na segunda situação, cabe destacar que é realizado ações de divulgações sobre o Serviço através de reuniões em Instituições do Município, a distribuição de *flyers*, *banners*, *outdoor*, contudo, não há procura de novas famílias para serem habilitadas.

Em relação ao sexo das crianças e adolescentes acolhidas no ano de 2022, nota-se que todos eram do gênero masculino, conforme a tabela a seguir.

Tabela 172 – Número de acolhidos, por sexo (2022 - 2023)

Faixa etária	2022	2023	Total
Masculino	3	0	3
Feminino	0	0	0
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>3</b>

Fonte: IDS Social, maio 2024

A forma de acesso ao serviço de acolhimento institucional ocorre através do Poder Judiciário e **em relação aos motivos que levaram ao acolhimento familiar em 2022, foram para os 3 casos o motivo de negligência por parte dos responsáveis.**

Em relação ao desacolhimento, dos 3 casos que ingressaram em 2022, no ano de 2023, foram desligados do Serviço 2 crianças, sendo um pelo motivo de retorno à família extensa e outro houve o retorno para o acolhimento institucional.

Assim, nota-se que conforme os dados apresentados na tabela a seguir, no ano de 2023, após os desacolhimentos registrados, permaneceu apenas um adolescente em acolhimento familiar no decorrer daquele ano.

Tabela 173 – Número de acolhimentos, desacolhimentos e que permaneceram em acolhimento (2022 - 2023)

Ano	Quantidade de inclusões no Serviço	Quantidade de desligamentos do Serviço	Quantidade de crianças ou adolescentes que permaneceram
2022	3	0	3
2023	0	2	1

Fonte: IDS Social, maio 2024

Em relação ao vínculo do usuário a Serviços e Programas na data do acolhimento, nota-se que 1 criança era integrante de família beneficiária do Programa Bolsa Família e as 3 que ingressaram no acolhimento possuíam vínculo em família inserida no acompanhamento familiar do PAIF e PAEFI.

Outra informação está relacionada a habilitação de famílias para receberem as crianças e adolescentes. Para que uma família possa estar habilitada para este Serviço é necessário completar alguns processos que vão desde a apresentação de documentações em relação ao contexto familiar, para garantir o bem-estar e a segurança das crianças e adolescentes acolhidos, como exemplo, ser maior de 21 anos, residente no município.

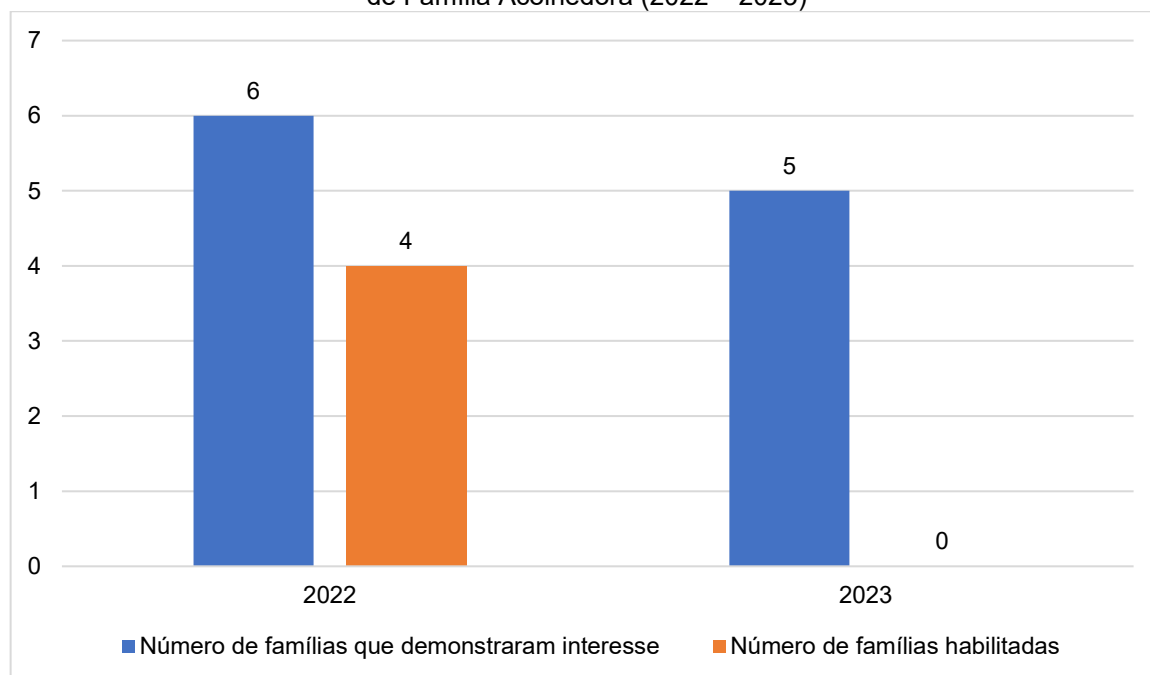
Outro requisito fundamental é que a família interessada não esteja habilitada, em processo de adoção, nem tenha interesse em adotar crianças ou adolescentes. Isso evita conflitos de interesse e garante que o objetivo principal seja o acolhimento temporário, e não a adoção definitiva. Adicionalmente, nenhum membro da família que resida no domicílio pode estar envolvido com o uso abusivo de álcool, drogas ou substâncias similares, pois isso comprometeria a segurança e o ambiente saudável para a criança ou adolescente acolhido.

Após a verificação desta etapa, a equipe do Serviço, realiza entrevistas psicossociais com as famílias candidatas para análise das condições sociais e emocionais dos integrantes do núcleo familiar. Em caso de atender os requisitos necessários, é desenvolvido um parecer psicossocial favorável, emitido pela Equipe Interdisciplinar do Serviço de Acolhimento Familiar, confirmando que a família está apta e preparada para a tarefa.

Outro ponto de destaque em relação a seleção e habilitação das famílias é a participação em capacitações, tanto iniciais quanto contínuas, sendo esta etapa obrigatória, assim como a presença nas reuniões e a aceitação das orientações fornecidas pela Equipe Técnica, garantindo que as famílias estejam preparadas e atualizadas sobre as melhores práticas de acolhimento.

Assim, **desde a iniciação do Serviço, 11 famílias demonstraram interesse no Serviço, sendo 6 em 2022 e 5 em 2023.** Desse total, nota-se que houve a habilitação de 4 famílias, através da oferta de uma capacitação realizada no ano de implantação do Serviço. Contudo, de acordo com informações, uma destas famílias que participaram da capacitação optou pela desistência naquele mesmo ano. Em 2023, houve a desistência de mais uma família que estava apta do Serviço. O gráfico abaixo apresenta o quantitativo de famílias que procuraram o Serviço e a quantidade de famílias que foram habilitadas por ano.

Gráfico 56 – Número de famílias que demonstraram interesse, pelo número de habilitadas no Serviço de Família Acolhedora (2022 – 2023)



Fonte: Relatórios de atendimentos do Serviço de Família Acolhedora. 2024

### 3.7.3. Casa de Passagem

Conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009), a Casa de Passagem é um Serviço destinado ao acolhimento provisório com uma estrutura para acolher com privacidade pessoas do mesmo sexo ou grupo familiar. É previsto para pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento.

Ainda, a Resolução 109, de 11 de novembro de 2009<sup>58</sup>, apresenta duas modalidades de Atendimento, sendo uma delas:

[...] em unidade institucional de passagem para a oferta de acolhimento imediato e emergencial, com profissionais preparados para receber os usuários em qualquer horário do dia ou da noite, enquanto se realiza um estudo diagnóstico detalhado de cada situação para os encaminhamentos necessários. (BRASIL, 2009, p. 31).

Até dezembro do ano de 2021, o Serviço era ofertado por uma Organização da Sociedade Civil, conforme apresentado no diagnóstico realizado em 2022. Após o encerramento das atividades por aquela Instituição, o Município em junho de 2022,

<sup>58</sup> Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao\\_CNAS\\_N109\\_%202009.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf). Acesso em: 14 out. 2022.

instituiu o Serviço de acolhimento institucional, na modalidade de abrigo institucional/casa de passagem para pessoas que estão em trânsito. Assim, será abordado nesta seção o perfil dos usuários incluídos no Serviço, após a implementação do equipamento no Município.

Entre os anos de 2022 e 2023, a Instituição registrou 1.445 acolhimentos, apontando o ano de 2023, com o maior quantitativo entre os 2 anos, com 1.091 inclusões no Serviço.

Em relação ao maior número de acolhimentos por faixa etária, nota-se que o maior público que acessou o serviço foi de pessoas com idade entre 30 e 59 anos, totalizando 751 casos e aponta-se também que em 2023, do total de registros para essa faixa etária, foi de 570 inserções.

Outra faixa etária de destaque, são de pessoas com idade entre 18 e 29 anos, os quais contabilizaram 387 registros no período identificado, sendo no ano de 2023 o de maiores números de registros, com 282.

Cabe apontar que crianças e adolescentes indicados na tabela a seguir, estavam acompanhadas de seus pais ou responsáveis, não sendo aceito devido às orientações técnicas que regem o Serviço a inclusão de menores de 18 anos desacompanhados.

Tabela 174 - Número de acolhidos, por faixa etária (2022 -2023)

<b>Faixa etária</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>Total</b>
Até 6 anos	4	64	<b>75</b>
Entre 7 e 15 anos	8	44	<b>62</b>
Entre 16 e 17 anos	2	8	<b>10</b>
Entre 18 e 29 anos	105	282	<b>387</b>
Entre 30 e 59 anos	181	570	<b>751</b>
Acima de 60 anos	22	84	<b>106</b>
Sem informação	15	39	<b>54</b>
<b>Total</b>	<b>354</b>	<b>1.091</b>	<b>1.445</b>

Fonte: IDS Social, maio 2024.

Nota-se que a maior demanda para inclusão no serviço foi o público masculino, totalizando 790 registros: em 2022, 175 e 615 em 2023. Já em relação ao público feminino, o qual contabilizou 345 no período informado, perfizer no ano de 2022 a quantia de 98 casos e em 2023 houve 247 registros. Consta também, 310 registros que não possuem o gênero informado no sistema.

Tabela 175 - Número de acolhidos, por sexo (2022 - 2023)

<b>Sexo</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>Total</b>
Feminino	98	247	<b>345</b>
Masculino	175	615	<b>790</b>
Sem informação	81	229	<b>310</b>
<b>Total</b>	<b>354</b>	<b>1.091</b>	<b>1.445</b>

Fonte: IDS Social, maio 2024.

Nos anos de 2022 e 2023, a Casa de Passagem acolheu um total de 115 pessoas de diversas nacionalidades. Observou-se um aumento significativo no número de acolhimentos, passando de 21 em 2022 para 94 em 2023.

A nacionalidade com o maior número de acolhidos foi a venezuelana, totalizando 57 pessoas, com 8 acolhimentos em 2022 e 49 em 2023. Este aumento expressivo destaca a grave crise política e econômica na Venezuela, que levou muitos cidadãos a buscar refúgio em outros países.

Os argentinos constituem o segundo maior grupo, com 35 pessoas acolhidas – 6 em 2022 e 29 em 2023. O Haiti, com 8 acolhidos (3 em 2022 e 5 em 2023), também aparece de forma significativa.

Tabela 176 – Nacionalidade das pessoas acolhidas na Casa de Passagem (2022 - 2023)

<b>Motivos</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>Total</b>
Angola	2	-	<b>2</b>
Argentina	6	29	<b>35</b>
Colômbia	-	1	<b>1</b>
Cuba	1	-	<b>1</b>
Haiti	3	5	<b>8</b>
Marrocos	-	2	<b>2</b>
Paraguai	-	3	<b>3</b>
Peru	-	3	<b>3</b>
Uruguai	1	2	<b>3</b>
Venezuela	8	49	<b>57</b>
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>94</b>	<b>115</b>

Fonte: IDS Social, maio 2024

Antes de apresentar os motivos que levaram ao acolhimento de passagem na instituição, é importante pontuar que o acesso a este Serviço pode ocorrer por encaminhamento de agentes institucionais de Serviço Especializado em Abordagem Social, bem como por encaminhamentos do CREAS ou demais serviços socioassistenciais, de outras políticas públicas setoriais e de defesa de direitos, bem como por demanda espontânea.

O motivo predominante foi o Acolhimento de Passagem, que somou 1.200 acolhimentos (241 em 2022 e 959 em 2023). Já o acolhimento devido à Situação de Rua permaneceu constante, com 109 registros (56 em 2022 e 53 em 2023).

Os acolhimentos de pessoas que acompanham familiares durante internações hospitalares ou tratamentos médicos apresentaram uma variação significativa. O número de Acompanhante reduziu de 25 em 2022 para 5 em 2023, totalizando 30 acolhimentos. No entanto, houve um aumento substancial de acolhimentos para Acompanhante aguardando alta hospitalar - Infante na UTI, que saltou de 3 em 2022 para 26 em 2023, somando 29 no total.

Tabela 177 - Motivos de acolhimentos (2022 - 2023)

<b>Motivos</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>Total</b>
Acolhimento de Passagem	241	959	1.200
Acompanhante	25	5	30
Acompanhante aguardando alta hospitalar	1	13	14
Acompanhante aguardando alta hospitalar - Infante na UTI	3	26	29
Conflito familiar	1	11	12
Estado de saúde	9	7	16
Exame/consulta	-	1	1
Hemodiálise	7	-	7
Situação de risco	8	12	20
Situação de rua	56	53	109
Outros	3	4	7
<b>Total</b>	<b>354</b>	<b>1.091</b>	<b>1.445</b>

Fonte: IDS Social, maio 2024.

O número total de desacolhimentos aumentou de 354 em 2022 para 1.088 em 2023. O motivo mais frequente foi o deslocamento para outro município, que totalizou 650 desacolhimentos (36 em 2022 e 614 em 2023). Outro motivo significativo foi a condição de pessoa em trânsito pelo município, com 279 desacolhimentos (143 em 2022 e 136 em 2023).

Tabela 178 - Motivos de desacolhimento (2022 - 2023)

<b>Motivo</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>Total</b>
Acessou o mercado de trabalho	49	35	<b>84</b>
Pessoa em trânsito pelo município	143	136	<b>279</b>
Recusa em permanecer na instituição	48	41	<b>89</b>
Retorno a família de origem	37	30	<b>67</b>
Retorno ao município de origem	17	52	<b>69</b>
Retornou a cidade que residia	12	3	<b>15</b>
Se deslocou para outro município	36	614	<b>650</b>
Transferência de acolhimento	-	63	<b>63</b>
Outros	12	114	<b>126</b>
<b>Total</b>	<b>354</b>	<b>1.088</b>	<b>1.442</b>

Fonte: IDS Social, maio 2024.

#### **3.7.4. Associação Missão Vida Nova**

A Associação Missão Vida Nova oferta abrigo institucional / casa de passagem para população de rua, atendendo adultos e famílias. O Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias se caracteriza como:

acolhimento provisório com estrutura para acolher com privacidade pessoas do mesmo sexo ou grupo familiar (...) para pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condição de autossustento (BRASIL, 2009, p. 32).

Quando desenvolvido na modalidade de Abrigo Institucional deve ofertar acolhimento provisório com características residenciais, proporcionando ambiente acolhedor, com tempo de permanência médio de seis meses. Já o acolhimento institucional realizado na modalidade Casa de Passagem corresponde a um acolhimento imediato e emergencial, para atender demanda específica, verificando a situação apresentada e realizando os devidos encaminhamentos, com tempo de permanência médio de três meses.

Em 2022, 166 pessoas foram acolhidas na faixa etária entre 18 e 29 anos. Já em 2023, esse número caiu para 113 acolhidos, resultando em um total de 279 acolhidos. Observou-se uma redução significativa de 32% no número de acolhidos dessa faixa etária de 2022 para 2023. A faixa etária entre 30 e 59 anos teve 533 acolhidos em 2022 e 421 em 2023, totalizando 954 acolhidos. Houve uma redução de 21% no número de acolhidos nessa faixa etária de 2022 para 2023, mas esta faixa etária continua sendo a com o maior número de acolhidos.

Em 2022, 106 pessoas foram acolhidas na faixa etária acima de 60 anos. Esse número caiu para 50 acolhidos em 2023, resultando em um total de 156 acolhidos. A redução foi de 53% no número de acolhidos nessa faixa etária de 2022 para 2023. Em 2022, foram acolhidas 22 pessoas sem informação de idade, enquanto em 2023 esse número foi de 11, totalizando 33 acolhidos. Houve uma redução de 50% no número de acolhidos sem informação de idade de 2022 para 2023.

No total, foram acolhidas 833 pessoas em 2022 e 596 em 2023, resultando em um total geral de 1.429 acolhidos nos dois anos. Observou-se uma redução de aproximadamente 28% no número total de acolhidos de 2022 para 2023. A faixa etária com o maior número de acolhidos em ambos os anos é a faixa entre 30 e 59 anos. Houve uma redução no número de acolhidos em todas as faixas etárias de 2022 para



2023, com as maiores reduções percentuais observadas nas faixas etárias acima de 60 anos e na categoria sem informação.

Tabela 179 - Número de acolhidos, por faixa etária (2022 -2023)

Faixa etária	2022	2023	Total
Entre 18 e 29 anos	166	113	<b>279</b>
Entre 30 e 59 anos	533	421	<b>954</b>
Acima de 60 anos	106	50	<b>156</b>
Sem informação	28	12	<b>33</b>
<b>Total Geral</b>	<b>833</b>	<b>596</b>	<b>1.429</b>

Fonte: IDS Social, maio 2024.

No que diz respeito ao sexo da pessoa acolhida, consta no sistema apenas usuários do gênero masculino, apresentando um total de 1.273 acolhidos durante os dois anos. Em 2022, houve o acolhimento de 734 homens, número que diminuiu para 539 em 2023. Apesar da redução no número de acolhidos masculinos de um ano para o outro, esse grupo permanece como o mais significativo em termos de volume.

É importante destacar também os casos em que não havia informação sobre o sexo dos acolhidos. Em 2022, foram registrados 99 casos. No entanto, houve uma redução nesse número em 2023, com o registro de apenas 57 casos sem informação sobre o sexo. No total, esses casos somam 156, ressaltando a importância da coleta precisa e abrangente de dados para uma análise completa e eficaz.

Tabela 180 - Número de acolhidos, por sexo (2022 -2023)

Sexo	2022	2023	Total
Masculino	734	539	<b>1.273</b>
Sem informação	99	57	<b>156</b>
<b>Total Geral</b>	<b>833</b>	<b>596</b>	<b>1.429</b>

Fonte: IDS Social, maio 2023.

Antes de apresentar os motivos que levaram ao acolhimento de passagem na instituição é importante pontuar que o acesso a este Serviço pode ocorrer por encaminhamento de agentes institucionais de Serviço Especializado em Abordagem Social, bem como por encaminhamentos do CREAS ou demais serviços socioassistenciais, de outras políticas públicas setoriais e de defesa de direitos, e por demanda espontânea.

No que diz respeito aos motivos de acolhimento, o motivo mais prevalente foi o Espontâneo. Em 2022, 820 casos foram classificados sob esse motivo, representando a grande maioria dos acolhimentos. No entanto, houve uma redução significativa em

2023, com apenas 594 casos registrados sob o motivo Espontâneo. Apesar da queda no número de casos, esse motivo continua sendo o mais comum, totalizando 1.414 casos durante o período analisado.

Por outro lado, o motivo outros apresentou um número muito menor de casos em ambos os anos. Em 2022, foram registrados 13 casos sob esse motivo, enquanto em 2023, apenas 2 casos foram classificados dessa forma. O total de casos classificados como Outros foi de 15 durante o período analisado.

Tabela 181 - Motivos de acolhimento (2022 -2023)

<b>Motivos</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>Total</b>
Espontâneo	820	594	<b>1.414</b>
Outros	13	2	<b>15</b>
<b>Total</b>	<b>833</b>	<b>596</b>	<b>1.429</b>

Fonte: IDS Social, maio 2023.

Durante esse período, um total de 1.404 casos de desacolhimento foram registrados e classificados de acordo com os motivos. Um dos motivos identificados foi a Evasão, representando situações em que os acolhidos deixaram os abrigos sem aviso prévio ou consentimento. Em 2022, cinco casos foram registrados sob esse motivo, mas em 2023 não houve registros, mantendo o total de cinco casos durante o período analisado.

Por outro lado, o motivo mais comum de desacolhimento foi classificado como Outros. Em 2022, foram registrados 810 casos sob esse motivo, enquanto em 2023 houve uma diminuição para 585 casos. O total de 1.395 casos classificados como Outros durante o período analisado indica uma ampla variedade de circunstâncias específicas que não se enquadram em categorias predefinidas.

Além disso, em 2022 foram registrados quatro casos de Retorno à cidade/família de origem, mas não houve registros desse motivo em 2023, mantendo o total de quatro casos durante o período analisado.

Tabela 182 - Motivos de desacolhimento (2022 - 2023)

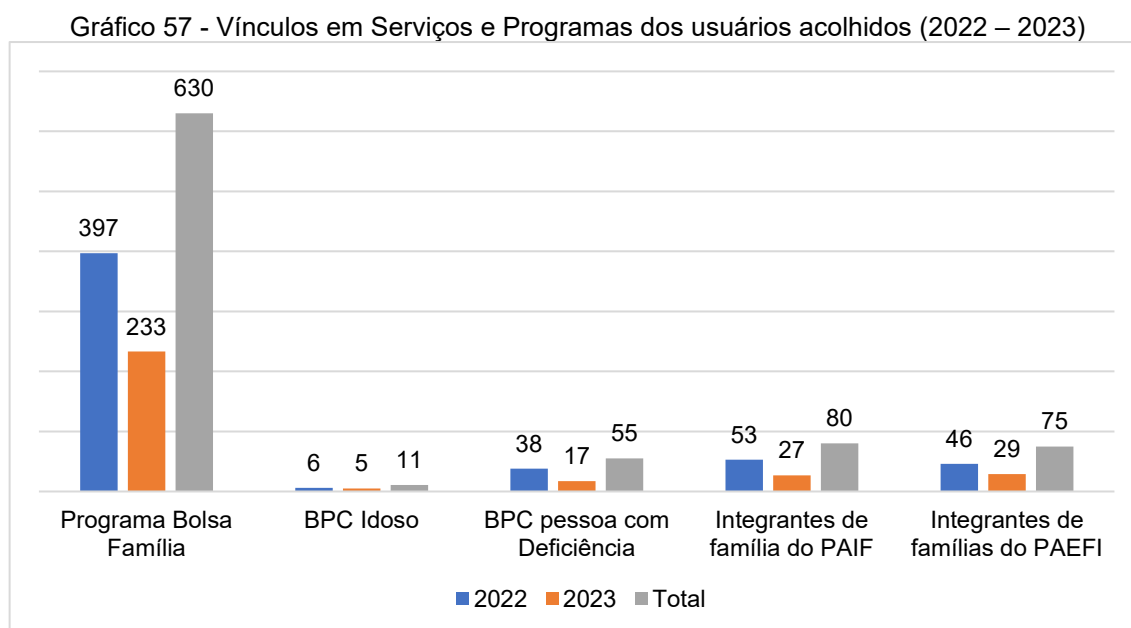
<b>Motivo</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>Total</b>
Evasão	5	-	<b>5</b>
Outros	810	585	<b>1.395</b>
Retorno a cidade/família de origem	4	-	<b>4</b>
<b>Total</b>	<b>819</b>	<b>585</b>	<b>1.404</b>

Fonte: IDS Social, maio 2024.

Em relação ao vínculo do usuário acolhido em Serviços e Programas socioassistenciais, verifica-se no gráfico a seguir que o Programa Bolsa Família, se destaca, totalizando 630 pessoas que eram beneficiárias ao longo dos dois anos. Em 2022, foram 397 pessoas acolhidas beneficiárias e esse número diminuiu para 233 em 2023.

O vínculo de pessoas beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC) idoso permaneceram estáveis, com 6 casos em 2022 e 5 em 2023, totalizando 11 registros de pessoas acolhidas. Houve também a inclusão no Serviço de pessoas beneficiárias do BPC para pessoas com deficiência, que apresentaram uma redução, passando de 38 casos em 2022 para 17 em 2023, totalizando 55 atendimentos.

Em relação ao vínculo do usuário inserido no Serviço integrante de uma família incluída no PAIF e/ou PAEFI também tiveram reduções nos atendimentos. Nota-se que usuários incluídos no acolhimento institucional, integrantes de famílias vinculadas ao PAIF, houve 53 casos em 2022 e 27 em 2023, totalizando 80, enquanto no PAEFI foram 46 casos em 2022 e 29 em 2023, totalizando 75.



Fonte: IDS Social, maio de 2024.

### 3.7.5. Lar dos Idosos São Francisco de Assis

O Lar São Francisco de Assis, é uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), que até o ano de 2021, era denominada como Lar de Idosos São Vicente de Paulo.

Conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009), define o acolhimento para idosos sendo destinado a pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, de ambos os sexos, independentes e/ou com diversos graus de dependência. A natureza do acolhimento deverá ser provisória e, excepcionalmente, de longa permanência quando esgotadas todas as possibilidades de autossustento e convívio com os familiares. É previsto para idosos que não dispõem de condições para permanecer com a família, com vivência de situações de violência e negligência, em situação de rua e de abandono, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos. Para além disso, a Tipificação aponta ainda que

Idosos com vínculo de parentesco ou afinidade – casais, irmãos, amigos etc., devem ser atendidos na mesma unidade. Preferencialmente, deve ser ofertado aos casais de idosos o compartilhamento do mesmo quarto. Idosos com deficiência devem ser incluídos nesse serviço, de modo a prevenir práticas segregacionistas e o isolamento desse segmento. (Brasil, 2009, p. 46).

Em janeiro de 2022, a instituição possuía 34 pessoas idosas acolhidas e no final do mês de dezembro de 2023, consta nos registros do sistema municipal o quantitativo de 35 pessoas idosas inseridas no Serviço. Ao longo do ano de 2022, a média de idosos atendidos foi de 32,33, chegando ao contingente máximo de 33 pessoas idosas acolhidas simultaneamente. Já em 2023, a média fez 35,33, sendo identificado alguns meses com o quantitativo de 37 pessoas idosas acolhidas e tendo como o mínimo registrados em alguns meses de 33 acolhidos.

Entre o ano de 2022 e 2023, foram incluídos no acolhimento institucional 14 idosos, sendo o ano de 2023 o de maior indicativo de inclusões no Serviço, com 8 casos. Já em 2022, foram inseridos no Serviço 6 pessoas idosas, conforme os registros no sistema municipal.

Tabela 183 - Número de acolhidos, por faixa etária (2022 - 2023)

Faixa etária	2022	2023	Total
Entre 60 e 64 anos	0	1	1
Entre 65 e 69 anos	1	1	2
Entre 70 e 74 anos	2	1	3
Entre 75 e 79 anos	1	2	3
Entre 80 e 84 anos	2	0	2
Entre 85 e 89 anos	0	3	3
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>14</b>

Fonte: IDS Social, maio 2024.

Especificados por sexo, em 2022 a entidade incluiu mais pessoas do sexo feminino, totalizando entre os anos, 5 registros e percebe-se que houve uma redução de novos casos incluídos para este sexo no ano de 2023, contando apenas com 1 registro. No que se refere ao sexo masculino, ao todo foram incluídas no Serviço 8 homens, sendo 1 em 2022 e um ama elevação para 7 casos em 2023.

Tabela 184 - Número de acolhidos, por sexo (2022 - 2023)

Sexo	2022	2023	Total
Feminino	5	1	6
Masculino	1	7	8
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>8</b>	<b>14</b>

Fonte: IDS Social, maio 2024.

Antes de apresentar os motivos que levaram os idosos ao acolhimento institucional, é importante destacar que o acesso ao Serviço se dá por requisição de serviços de políticas públicas setoriais, CREAS, demais serviços socioassistenciais, Ministério Público ou Poder Judiciário.

Os motivos de acolhimento identificados como negligência contra a pessoa idosa estiveram à frente dos casos registrados, totalizando 5 entre os anos, sendo caracterizado apenas para o ano de 2022 este motivo. No ano de 2023, não houve inclusão de pessoas idosas com este motivo.

Em relação a demanda espontânea, somaram-se ao todo 4 registros no período informado, sendo o ano de 2023, o de maior indicativo para esse motivo, com 3 registros. Consta também 2 casos identificados como em situação de rua no ano de 2023.

Tabela 185 - Motivos de acolhimentos (2022 - 2023)

Motivos	2022	2023	Total
Conflito familiar	0	1	1
Espontâneo	1	3	4
Estado de saúde	0	2	2
Negligência	5	0	5
Situação de rua	0	2	2
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>8</b>	<b>14</b>

Fonte: IDS Social, maio 2024.

Conforme a tabela abaixo, através dos registros realizados pela Instituição, contata-se que houve apenas um desligamento do Serviço, o qual esteve atrelado ao falecimento de 8 pessoas idosas entre os dois anos. O ano de 2022, foi o que mais

apresentou esse indicativo, totalizado 5 e em 2023, foram desligados do Serviço 3 pessoas idosas.

Tabela 186 - Motivos de desacolhimento (2022 - 2023)

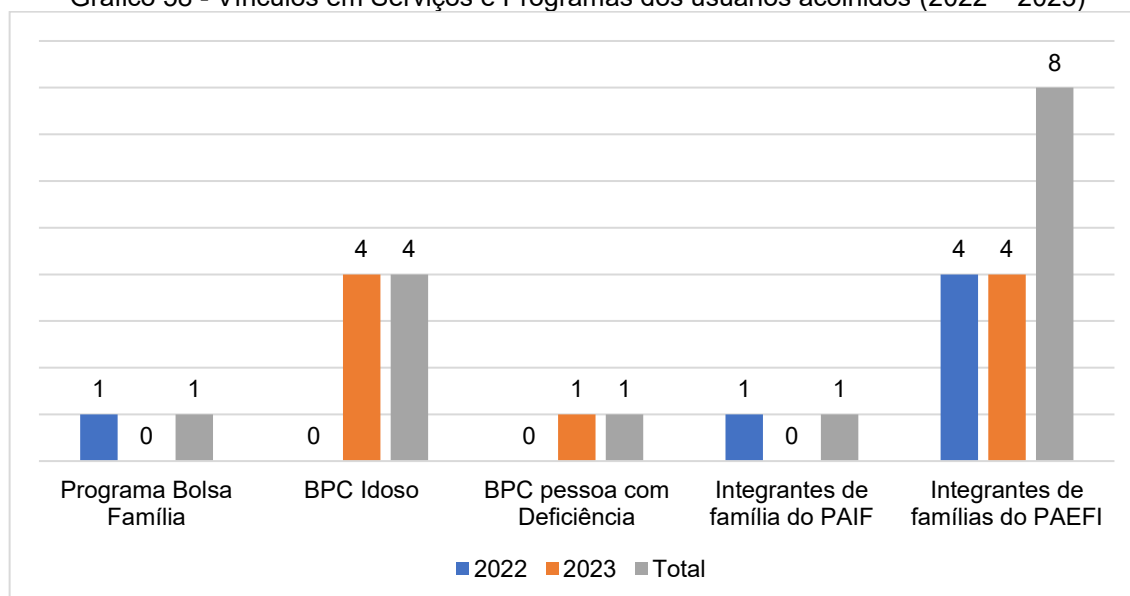
Motivos	2022	2023	Total
Falecimento	5	3	8
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>8</b>

Fonte: IDS Social, maio 2024.

Sobre o vínculo das pessoas idosas que ingressaram no acolhimento institucional de longa permanência, verifica-se, de acordo com os dados registrados o maior indicativo foi o de pessoas integrantes de famílias vinculadas ao PAEFI, com 8, sendo 4 em cada ano. Em relação ao PAIF, existe o indicativo de apenas uma pessoa integrante de uma família vinculada a este Serviço que ingressou no ano de 2023.

Nota-se também que existe o indicativo de 4 pessoas idosas que ingressaram no Serviço que são beneficiárias do BPC pessoa Idosa, sendo identificado esse quantitativo para o ano de 2023 e houve também a inclusão de uma pessoa idosa beneficiária do BPC pessoa com deficiência no ano de 2023, como também uma pessoa idosa, integrante de uma família beneficiária do Programa Bolsa Família em 2022.

Gráfico 58 - Vínculos em Serviços e Programas dos usuários acolhidos (2022 – 2023)



Fonte: IDS Social, maio de 2024.

### 3.7.6. Associação dos Amigos de Prevenção ao Câncer (GAMA)

A Associação dos Amigos de Prevenção ao Câncer (GAMA), desenvolve o acolhimento institucional para pessoas que realizam tratamento fora do domicílio e que não tem condição de autossustento para se manterem enquanto permanecem em atendimento por outras políticas públicas.

A inscrição desta entidade, está de acordo com a Lei n.º 12.868 de 15 de outubro de 2013<sup>59</sup>, que apresenta no Artigo 18:

A certificação ou sua renovação será concedida à entidade de assistência social que presta serviços ou realiza ações socioassistenciais, de forma gratuita, continuada e planejada, para os usuários e para quem deles necessitar, sem discriminação, observada a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

§ 1º Consideram-se entidades de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 e as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º, também são consideradas entidades de assistência social:

[...]

III - as que realizam serviço de acolhimento institucional provisório de pessoas e de seus acompanhantes, que estejam em trânsito e sem condições de autossustento, durante o tratamento de doenças graves fora da localidade de residência, observada a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. (grifos nossos).

Em relação a faixa etária das pessoas acolhidas na Instituição, os dados contidos na tabela a seguir mostram que, na faixa etária de até 6 anos, houve apenas 2 crianças em cada ano, totalizando 4 acolhidos, o que representa apenas 0,27% do total. A faixa etária de 7 a 15 anos teve uma leve diminuição, de 12 para 10 acolhidos, somando 22 no total, equivalente a 1,48%. Notavelmente, a faixa de 16 a 17 anos apresentou um aumento significativo de 2 para 20 acolhidos, também totalizando 22 e representando 1,48% do total.

Pessoas com idade entre 18 e 29 anos, constituem uma porção substancial dos acolhidos, com 169 em 2022 e 141 em 2023, resultando em 310 acolhidos (20,9% do total). No entanto, é a faixa etária de 30 a 59 anos que representa a maior parte dos acolhidos, com 339 em 2022 e 367 em 2023, totalizando 706 pessoas, ou 47,6% do

---

<sup>59</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2013/lei/l12868.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/l12868.htm). Acesso em: 14 out. 2022.

total. Os idosos, acima de 60 anos, também representam um grupo significativo, com 192 acolhidos em 2022 e 227 em 2023, somando 419 acolhidos (28,3%).

Observando a evolução ao longo dos dois anos, nota-se um aumento geral no número de acolhidos, passando de 716 em 2022 para 767 em 2023, o que representa um crescimento de aproximadamente 7,1%. As variações mais notáveis ocorrem nas faixas de 16 a 17 anos e acima de 60 anos, onde o número de acolhidos aumentou, refletindo uma maior demanda por esses serviços em 2023.

A distribuição percentual dos acolhidos reforça a importância do acolhimento para adultos de 30 a 59 anos, que quase metade do total, e para idosos, que constituem o segundo maior grupo. A alta demanda entre esses grupos etários destaca a necessidade de suporte contínuo durante tratamentos médicos prolongados e complexos, que frequentemente inviabilizam o autossustento.

Tabela 187 - Número de acolhidos, por faixa etária (2022 -2023)

<b>Faixa etária</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>Total</b>
Até 6 anos	2	2	<b>4</b>
Entre 7 e 15 anos	12	10	<b>22</b>
Entre 16 e 17 anos	2	20	<b>22</b>
Entre 18 e 29 anos	169	141	<b>310</b>
Entre 30 e 59 anos	339	367	<b>706</b>
Acima de 60 anos	192	227	<b>419</b>
<b>Total</b>	<b>716</b>	<b>767</b>	<b>1.483</b>

Fonte: IDS Social, maio 2024.

Em 2022, a GAMA acolheu um total de 716 indivíduos, dos quais 462 eram mulheres, 184 homens e 70 não tiveram seu sexo registrado. No ano seguinte, houve um aumento no número total de acolhidos, chegando a 767, com um acréscimo em todas as categorias: 507 mulheres, 249 homens e apenas 11 sem informação sobre o sexo.

A análise detalhada desses dados apresenta que as mulheres compõem a maioria dos acolhidos, representando 65,34% do total em 2022 e 66,09% em 2023. No entanto, é crucial observar o aumento no número de homens acolhidos, que cresceu de 25,7% do total em 2022 para 32,45% em 2023. Além disso, a redução significativa no número de acolhidos sem informação sobre o sexo, de 9,78% em 2022 para apenas 1,43% em 2023, demonstra uma melhoria na precisão dos registros do GAMA.



Tabela 188 - Número de acolhidos, por sexo (2022 - 2023)

Sexo	2022	2023	Total
Feminino	462	507	<b>969</b>
Masculino	184	249	<b>433</b>
Sem informação	70	11	<b>81</b>
<b>Total</b>	<b>716</b>	<b>767</b>	<b>1.483</b>

Fonte: IDS Social, maio 2024.

Ao identificarmos os motivos de acolhimento, observamos uma variedade de categorias que refletem as diferentes circunstâncias pelas quais os usuários e seus acompanhantes buscam apoio. O Acolhimento de passagem, acompanhamento durante consultas ou exames médicos, aguardo de alta hospitalar e tratamentos específicos como quimioterapia e hemodiálise aparecem como os principais motivos que levam os indivíduos a procurarem a assistência da GAMA.

Observa-se também uma redução significativa no número de casos de acolhimentos de passagem, 11 casos em 2022 para apenas 2 casos em 2023. Por outro lado, houve um aumento considerável nos casos de acompanhantes aguardando alta hospitalar, com 72 casos registrados em 2022 e 126 casos em 2023. Enquanto isso, os casos de acompanhantes e de pacientes em tratamento de quimioterapia/radioterapia mantiveram-se estáveis, com 124 para 150 casos e 127 para 124 casos, respectivamente. Vale ressaltar também o aumento geral no número de acolhimentos, que passou de 716 em 2022 para 767 em 2023, indicando uma crescente demanda pelo Serviço ofertado pelo GAMA ao longo dos dois anos.

Tabela 189 - Motivos de acolhimento (2022 - 2023)

Motivo	2022	2023	Total
Acolhimento de passagem	11	2	13
Acompanhante	124	150	274
Acompanhante aguardando alta hospitalar	72	126	198
Acompanhante aguardando alta hospitalar - infante na UTI	283	272	555
Conflito familiar	2	-	2
Estado de saúde	1	-	1
Exame/consulta	73	92	165
Hemodiálise	20	1	21
Quimioterapia/radioterapia	127	124	251
Outros	3	-	3
<b>Total</b>	<b>716</b>	<b>767</b>	<b>1.483</b>

Fonte: IDS Social, maio 2024.

Ao analisarmos a distribuição dos motivos de desacolhimento, observamos que a maioria dos usuários deixou o acolhimento devido ao retorno ao município de origem. Em 2022, 637 casos foram registrados sob essa categoria, aumentando para

766 casos em 2023. Esse motivo representa a maior parte dos desacolhimentos, totalizando 1.403 casos ao longo dos dois anos, o que corresponde a 94,61% do total.

Além disso, houve 12 casos em 2022 em que o motivo de desacolhimento não foi informado. O motivo retorno à família de origem, foi registrado para 66 casos em 2022, representando uma parcela significativa, embora menor, dos desacolhimentos.

Em termos de tendências ao longo dos anos, observamos um aumento no número total de desacolhimentos, passando de 716 em 2022 para 767 em 2023.

Tabela 190 - Motivo de desacolhimento (2022 - 2023)

Motivos	2022	2023	Total
Não informado	12	-	12
Pessoa em trânsito pelo município	1	-	1
Retorno a família de origem	66	-	66
Retorno ao município de origem	637	766	1.403
Se deslocou para outro município	-	1	1
<b>Total Geral</b>	<b>716</b>	<b>767</b>	<b>1.483</b>

Fonte: IDS Social, maio 2024.

### 3.7.7. Pessoas com deficiência acolhidas em instituições fora do Município

O acolhimento institucional para pessoas com deficiência entre 18 e 59 anos é um serviço que visa proporcionar cuidados especializados a essa população. As pessoas acolhidas nestas instituições possuem vínculos familiares rompidos e não possuem condições para desenvolver os cuidados necessários devido ao grau de deficiência.

Atualmente, o Município não oferta este Serviço, o que demanda a realização de processos licitatórios para contratação de instituições capacitadas, localizadas em outros Municípios e Estados.

Cabe apontar que, deve-se realizar um estudo de viabilidade para a implementação deste Serviço, seguindo as orientações técnicas, podendo otimizar os recursos, além de assegurar um atendimento integrado e próximo da sua família de origem, possibilitando através de intervenções das equipes a reintegração familiar. Este procedimento busca garantir o cumprimento do direito à convivência familiar e comunitária, conforme estabelecido pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Conforme identificado através dos dados disponibilizados pela Proteção Social Especial, nota-se que o Município possuía até dezembro de 2023, o total de 4

pessoas com deficiência, em situação de acolhimento institucional em outros Municípios.

Em relação a quantidade de pessoas em situação de acolhimento institucional ao longo dos anos, por se tratar de uma sessão nova, optou-se por apresentar a série histórica dos registros de acolhimentos realizados, sendo identificado o primeiro registro desde 2018, conforme os dados cedidos pelo Departamento da Proteção Social Especial.

Entre 2018 e 2023, houve um significativo aumento no número de pessoas com deficiência, na faixa etária de 18 a 59 anos, que ingressaram no acolhimento institucional. Em 2018, apenas uma pessoa foi incluída nesse serviço. Já em 2022, mais uma pessoa foi acolhida, e em 2023, foram registrados dois novos casos, totalizando quatro acolhimentos ao longo desse período. **Esse crescimento representa um aumento de 300% em comparação ao número inicial de 2018.**

Destaca-se que todos os acolhidos entre os anos de 2018 e 2023 permanecem nesta situação.

Tabela 191 - Número de acolhidos, por faixa etária (2018 - 2023)

Faixa etária	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Entre 18 e 29 anos	1	0	0	0	0	1	2
Entre 30 e 59 anos	0	0	0	0	1	1	2
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>4</b>

Fonte: IDS Social, maio 2024.

Embora o número de inclusões no Serviço de acolhimento institucional seja baixo, há uma demanda crescente de pessoas com deficiência na faixa etária de 18 a 59 anos inscritas no CadÚnico. Além disso, os registros de violência contra pessoas com algum tipo de deficiência têm aumentado, o que pode resultar em um maior número de acolhimentos institucionais nesta modalidade. Esses fatores indicam a necessidade de realização de um estudo aprofundado sobre a implementação desta modalidade de acolhimento no Município, para atender adequadamente essa população vulnerável e assegurar sua proteção e bem-estar.

Nota-se que dos 4 acolhidos, 2 são do sexo masculino e 2 são femininos, sendo verificado que no ano de 2023, foram incluídos neste Serviço 2 pessoas do gênero masculino e as outras 2, tiveram a inserção em 2018 e 2022, conforme a tabela abaixo.

Tabela 192 - Número de acolhidos, por faixa sexo (2018 - 2023)

<b>Faixa etária</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>Total</b>
Masculino	0	0	0	0	0	2	<b>2</b>
Feminino	1	0	0	0	1	0	<b>2</b>
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>4</b>

Das pessoas que ingressaram no acolhimento, observa-se que três delas possuem deficiência intelectual identificada, seguidas por deficiência física e deficiência múltipla. Uma pessoa apresenta três tipos de deficiência: múltipla, física e intelectual.

Além disso, em relação ao vínculo dos usuários com programas no momento do acolhimento, constata-se que todas as quatro pessoas recebem o Benefício de Prestação Continuada destinado a pessoas com deficiência.

#### **4. INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO DOS CRAS E CREAS**

De acordo com o artigo 17 da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOBSUAS/2012), uma das responsabilidades dos municípios é "realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito; organizar, coordenar, articular, acompanhar e monitorar a rede de serviços da proteção social básica e especial" (NOB-RH SUAS, 2012).

O monitoramento no âmbito do SUAS é uma função inerente à gestão e ao controle social, como estabelecido no Art. 99 da NOBSUAS/2012. Ele consiste no acompanhamento contínuo e sistemático do desenvolvimento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais em relação ao cumprimento de seus objetivos e metas. Realiza-se por meio da produção regular de indicadores e captura de informações: *in loco*, de dados provenientes dos sistemas de informação e de sistemas que coletam informações específicas para os objetivos do monitoramento.

Os indicadores de monitoramento, conforme o Art. 100 da NOBSUAS, visam mensurar três dimensões principais: estrutura ou insumos, processos ou atividades, e produtos ou resultados. O modelo de monitoramento do SUAS deve conter um conjunto mínimo de indicadores pactuados entre os gestores federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais, permitindo acompanhar a qualidade e o volume de oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, o cumprimento do Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda, o desempenho da gestão de cada ente federativo, e o monitoramento do funcionamento dos Conselhos de Assistência Social e das Comissões Intergestores.

Para o monitoramento do SUAS em âmbito nacional, as principais fontes de informação são o Censo SUAS, os sistemas de registro de atendimentos, cadastros e sistemas gerenciais que integram o SUAS, além de outros que venham a ser instituídos e pactuados nacionalmente. Em âmbito estadual, o monitoramento deve combinar a captura e verificação de informações *in loco* junto aos municípios com a utilização de dados secundários fornecidos pelos indicadores do sistema nacional de monitoramento do SUAS ou provenientes dos próprios sistemas de informação estaduais. Em âmbito municipal e do Distrito Federal, o monitoramento deve capturar

e verificar informações *in loco* junto aos serviços prestados pela rede socioassistencial, sem prejuízo da utilização de fontes de dados secundárias utilizadas pelo monitoramento em nível nacional e estadual.

No contexto do SUAS, a avaliação é uma atividade que tem como objeto de pesquisa todas as situações que influenciam o desenho da política de Assistência Social, abrangendo a gestão, os serviços, os programas, os projetos e os benefícios socioassistenciais. A avaliação deve propor ou auxiliar na proposição de temáticas, acompanhar o processo e traduzir os resultados para o âmbito do SUAS. A União é responsável por promover continuamente avaliações externas de âmbito nacional, estabelecer parcerias com órgãos e instituições federais de pesquisa, e realizar pesquisas amostrais bianuais de abrangência nacional com usuários do SUAS para avaliar aspectos objetivos e subjetivos referentes à qualidade dos serviços prestados. Os Estados e o Distrito Federal também podem realizar avaliações periódicas e instituir práticas participativas de avaliação da gestão e dos serviços da rede socioassistencial. Para a realização dessas avaliações, os diferentes entes federativos podem contratar serviços de órgãos e instituições de pesquisa.

Em Pato Branco, a operacionalização do Monitoramento e Avaliação é de responsabilidade do Departamento de Monitoramento e Avaliação, a qual está em processo de implantação.

A nível federal, ferramentas importantes, como o Relatório Mensal de Atividades (RMA), o Censo SUAS e o Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SISC), são usadas para monitorar e analisar anualmente os indicadores municipais e os municípios são responsáveis por alimentar esses sistemas, a partir dos quais o governo federal gera o Índice de Desenvolvimento dos CRAS e CREAS (IDCRAS e IDCREAS).

O ID CRAS e ID CREAS, foi desenvolvido pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), sendo está responsável pelo desenvolvimento do CENSOSUAS, bem como dos referidos indicadores das unidades. Para a avaliação desses índices, são consideradas três dimensões principais: Estrutura Física, Recursos Humanos e Serviços. Cada uma dessas dimensões é avaliada em cinco níveis, sendo o nível 1 o mais precário e o nível 5 o que mais se aproxima dos padrões de qualidade desejáveis.

Na categoria Estrutura Física, avalia-se a infraestrutura dos equipamentos dos CRAS e CREAS, considerando diversos aspectos como a existência de salas de

atendimento individualizado e coletivo, condições de acessibilidade, recepção e banheiros, além da disponibilidade de um conjunto de equipamentos considerados importantes para o desenvolvimento dos serviços com qualidade.

O indicador relativo a Serviços e Benefícios dos CRAS avalia as atividades desenvolvidas no âmbito do PAIF, a oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para diferentes ciclos de vida, e se a unidade realiza cadastramento e atualização no Cadastro Único. Também são avaliados os profissionais de nível superior e a articulação do CRAS com os CREAS e outros serviços de políticas públicas.

Para o indicador Serviços e Benefícios do CREAS, avalia-se a oferta de serviços socioassistenciais, as atividades desenvolvidas no âmbito do PAEFI, o Serviço de Acompanhamento de Medidas Socioeducativas, a oferta direta ou referenciada do Serviço de Abordagem Social e a articulação com outros equipamentos da rede de proteção social, como CRAS, Unidades de Acolhimento e Conselhos Tutelares. Também são considerados dados referentes ao volume de acompanhamentos do PAEFI em relação ao número de profissionais, como assistentes sociais e psicólogos, na unidade.

A dimensão Recursos Humanos verifica se o quantitativo da equipe de referência é adequado ao porte da unidade, conforme os parâmetros da Norma Operacional Básica – Recursos Humanos (NOB/RH). Também é avaliado o tipo de vínculo do profissional, que deve ser obrigatoriamente estatutário ou empregado público celetista.

Assim, apresenta-se abaixo o IDCRAS das unidades, iniciando pelo CRAS Paulina Bonalume Andreatta. O CRAS Paulina Bonalume Andreatta mostrou uma trajetória de desempenho marcada por oscilações significativas entre 2016 e 2022. Em 2016 e 2017, o IDCRAS permaneceu estável em 3,67. Nesses anos, a estrutura física foi avaliada com uma nota de 4, enquanto a dimensão de Serviços & Benefícios variou de 2 em 2016 para 5 em 2017. A dimensão de Recursos Humanos apresentou um desempenho contrário, começando com uma nota de 5 em 2016 e caindo para 2 em 2017.

Em 2018, houve uma melhoria no desempenho do CRAS, atingindo um IDCRAS de 4,67. Essa melhoria deu-se à manutenção nas três dimensões: estrutura física e serviços & benefícios, ambas com nota 5, e recursos humanos também com nota 5. No entanto, em 2019, o IDCRAS caiu para 4,00 devido à queda na dimensão

de Recursos Humanos, que voltou a receber uma nota 2, apesar de a estrutura física e os serviços & benefícios continuarem a ser bem avaliados.

O ano de 2020 representou o ápice do desempenho, com todas as dimensões recebendo a nota máxima de 5, resultando em um IDCRAS perfeito de 5,00. Em contrapartida, 2021 viu uma queda significativa para um IDCRAS de 3,33, devido a uma redução na avaliação da estrutura física para 3 e recursos humanos mantendo-se em 2. Em 2022, embora a estrutura física e os serviços & benefícios tenham alcançado novamente a nota 5, a avaliação baixa de recursos humanos manteve o IDCRAS em 4,00.

Tabela 193 – IDCRAS: CRAS Paulina Bonalume Andreatta (2016 – 2022)

<b>CRAS PAULINA BONALUME ANDREATTA</b>				
<b>Ano</b>	<b>Dimensão Estrutura Física</b>	<b>Dimensão Serviços &amp; Benefícios</b>	<b>Dimensão Recursos Humanos</b>	<b>IDCRAS</b>
<b>2016</b>	4	2	5	3,67
<b>2017</b>	4	5	2	3,67
<b>2018</b>	4	5	5	4,67
<b>2019</b>	5	5	2	4,00
<b>2020</b>	5	5	5	5,00
<b>2021</b>	3	5	2	3,33
<b>2022</b>	5	5	2	4,00

Fonte: Secretaria Nacional de Assistência Social, Vigilância Socioassistencial do Ministério do Desenvolvimento Social, 2024.

Em relação ao IDCRAS do CRAS Carolina Ferrari Amadori, nota-se que também apresentou variações em seus indicadores de 2016 a 2022. Em 2016 e 2017, o IDCRAS foi de 3,33, com a estrutura física recebendo nota 3 e os serviços & benefícios subindo de 2 em 2016 para 5 em 2017. A dimensão de Recursos Humanos, entretanto, permaneceu com nota 2 nesses anos.

Nos anos de 2018 e 2019, o CRAS registrou um significativo avanço, alcançando um IDCRAS de 4,67 em ambos os anos. Isso foi resultado de uma melhoria na estrutura física, manutenção de alta avaliação em serviços & benefícios, e um desempenho excelente na dimensão de recursos humanos.

Em 2020, o CRAS atingiu um desempenho ideal, com todas as dimensões recebendo nota 5, refletindo um IDCRAS perfeito de 5,00. No entanto, em 2021, o índice caiu para 3,00, devido a uma redução na avaliação da estrutura física para 2 e uma manutenção da avaliação baixa em recursos humanos. Em 2022, o IDCRAS caiu ainda mais para 2,67, principalmente devido à queda drástica na avaliação da



estrutura física para nota 1, enquanto os serviços & benefícios mantiveram a nota 5 e os recursos humanos continuaram com nota 2.

Tabela 194 - IDCRAS: CRAS Carolina Ferrari Amadori (2016 – 2022)

<b>CRAS CAROLINA FERRARI AMADORI</b>				
<b>Ano</b>	<b>Dimensão Estrutura Física</b>	<b>Dimensão Serviços &amp; Benefícios</b>	<b>Dimensão Recursos Humanos</b>	<b>IDCRAS</b>
2016	3	2	5	3,33
2017	3	5	2	3,33
2018	4	5	5	4,67
2019	4	5	5	4,67
2020	5	5	5	5,00
2021	2	5	2	3,00
2022	1	5	2	2,67

Fonte: Secretaria Nacional de Assistência Social, Vigilância Socioassistencial do Ministério do Desenvolvimento Social, 2024.

No que se refere ao índice de Desenvolvimento do CREAS, em 2016, apresentou um desempenho relativamente bom, com um IDCREAS de 4. A dimensão de Estrutura Física e Recursos Humanos tiveram avaliações com notas de 4 e 5, respectivamente. No entanto, a dimensão de Serviços & Benefícios ficou um pouco atrás, com uma nota de 3.

No ano seguinte, 2017, o IDCREAS manteve-se em 4. A dimensão de Serviços & Benefícios aumentou, alcançando nota 5. No entanto, a dimensão de Recursos Humanos caiu para 3, indicando uma possível redução na qualidade ou quantidade de profissionais disponíveis. Isso destaca a importância de uma gestão eficaz dos recursos humanos para manter um desempenho consistente.

Em 2018, houve uma queda no IDCREAS para 3. A dimensão de Serviços & Benefícios despencou para nota 1, enquanto a Estrutura Física também sofreu uma leve queda para nota 3. Apesar de os Recursos Humanos manterem-se em 5, a baixa nos serviços oferecidos impactou negativamente o índice geral. Este declínio sugere a necessidade de uma revisão abrangente das práticas e políticas implementadas.

O ano de 2019 viu uma recuperação significativa, com o IDCREAS subindo para 4,33. A dimensão de Serviços & Benefícios melhorou significativamente, alcançando nota 4, e tanto a Estrutura Física quanto os Recursos Humanos mantiveram boas avaliações de 4 e 5, respectivamente.

Em 2020, o IDCREAS voltou a 4,00. A dimensão de Serviços & Benefícios caiu novamente para 3, enquanto as outras dimensões mantiveram-se constantes.

Os anos de 2021 e 2022 apresentaram uma estabilização no IDCREAS em 3,33. Em ambos os anos, a dimensão de Estrutura Física foi avaliada com nota 3, e a dimensão de Serviços & Benefícios permaneceu em 2.

Tabela 195 – IDCREAS (2016 – 2022)

CREAS				
Ano	Dimensão Estrutura Física	Dimensão Serviços & Benefícios	Dimensão Recursos Humanos	IDCREAS
2016	4	3	5	4
2017	4	5	3	4
2018	3	1	5	3
2019	4	4	5	4,33
2020	4	3	5	4
2021	3	2	5	3,33
2022	3	2	5	3,33

Fonte: Secretaria Nacional de Assistência Social, Vigilância Socioassistencial do Ministério do Desenvolvimento Social, 2024.

## 5. MAPAS TEMÁTICOS

Apresenta-se neste capítulo os mapas de identificação de acesso a programas sociais, de vulnerabilidades sociais (renda familiar, atendimentos de violências e violações de direitos) e da distribuição da rede socioassistencial pública e privada disponível no município, a partir dos dados do Cadastro Único (dezembro de 2023), dos dados de atendimentos disponibilizadas na plataforma IDS Social e de informações compartilhadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Pato Branco (SMAS).

Cabe destacar que os mapas foram desenvolvidos de acordo com a delimitação territorial dos abairramentos estipulados pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, o que significa que a dimensão territorial das localidades não está correlacionada a demanda de situações identificadas, sendo necessário a análise da legenda para cada mapa.

### 5.1. Equipamentos socioassistenciais da rede pública e privada

No mapa a seguir está apresentada a Rede Socioassistencial disponível no município. A secretaria Municipal de Assistência Social está localizada no bairro Sambugaro, região oeste de Pato Branco. Os demais equipamentos públicos são: o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Carolina Ferrari Amadori, no bairro Alvorada, região sul; o CRAS Paulina Bonalume Andreatta, localizado no bairro São João (região oeste); o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e o Conselho Tutelar, localizados no Centro (região central).

Há também o Espaço de Convivência da Pessoa idosa, no Jardim América; a Casa de Acolhimento Proteger, no Planalto (ambos na região oeste) e o Centro de Convivência do Sudoeste, no bairro Santo Antônio e a Casa de Passagem, no bairro Morumbi (região sul).

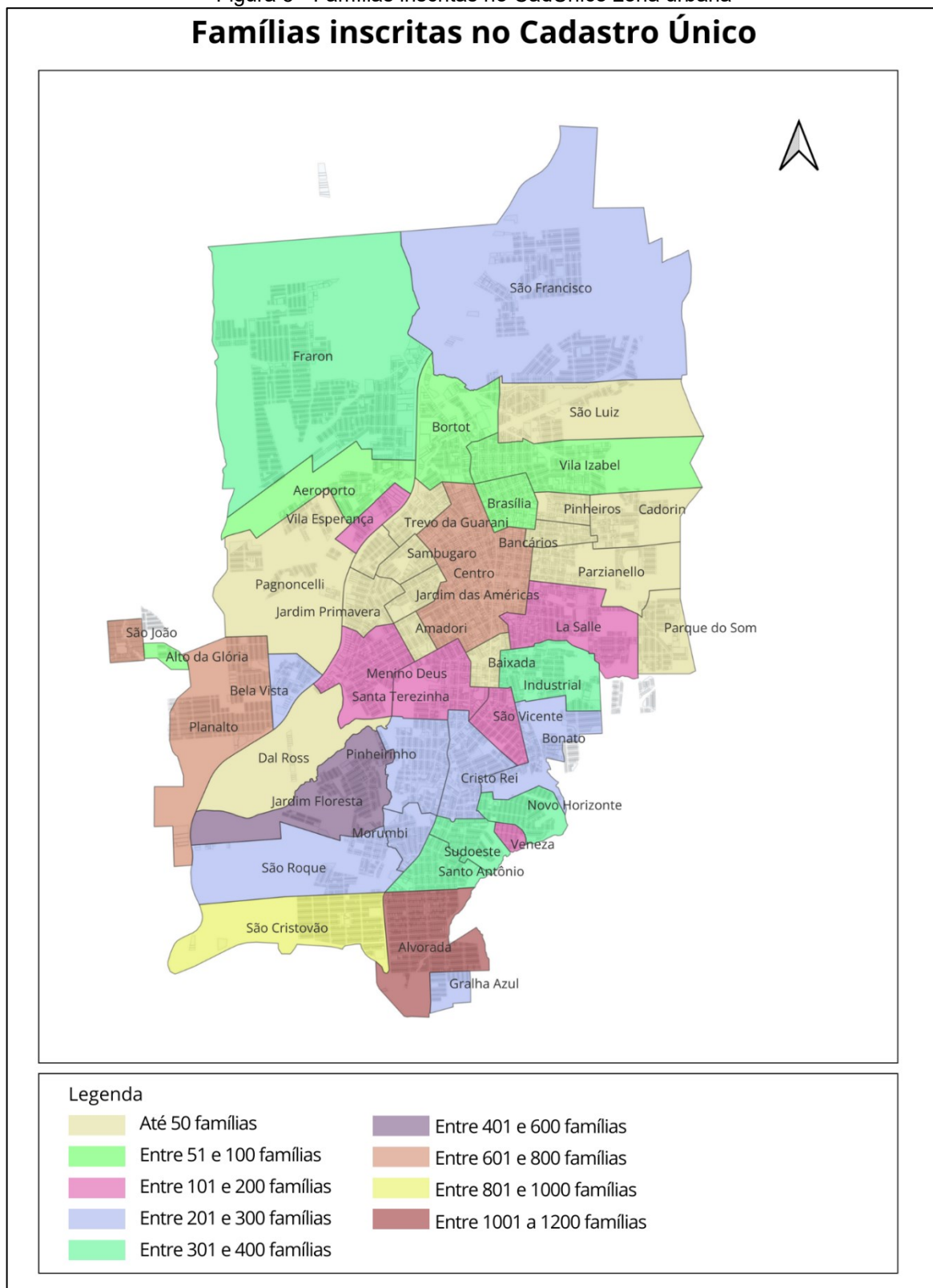
Já a rede privada socioassistencial está disponível da seguinte forma: na região norte, a Missão Vida Nova, no bairro São Francisco; na região leste o Lar dos Idosos São Francisco de Assis, no Pinheiros; na região central estão o Instituto Plural e o CIEE no centro e, a APAE, no bairro São Vicente; na região oeste está a





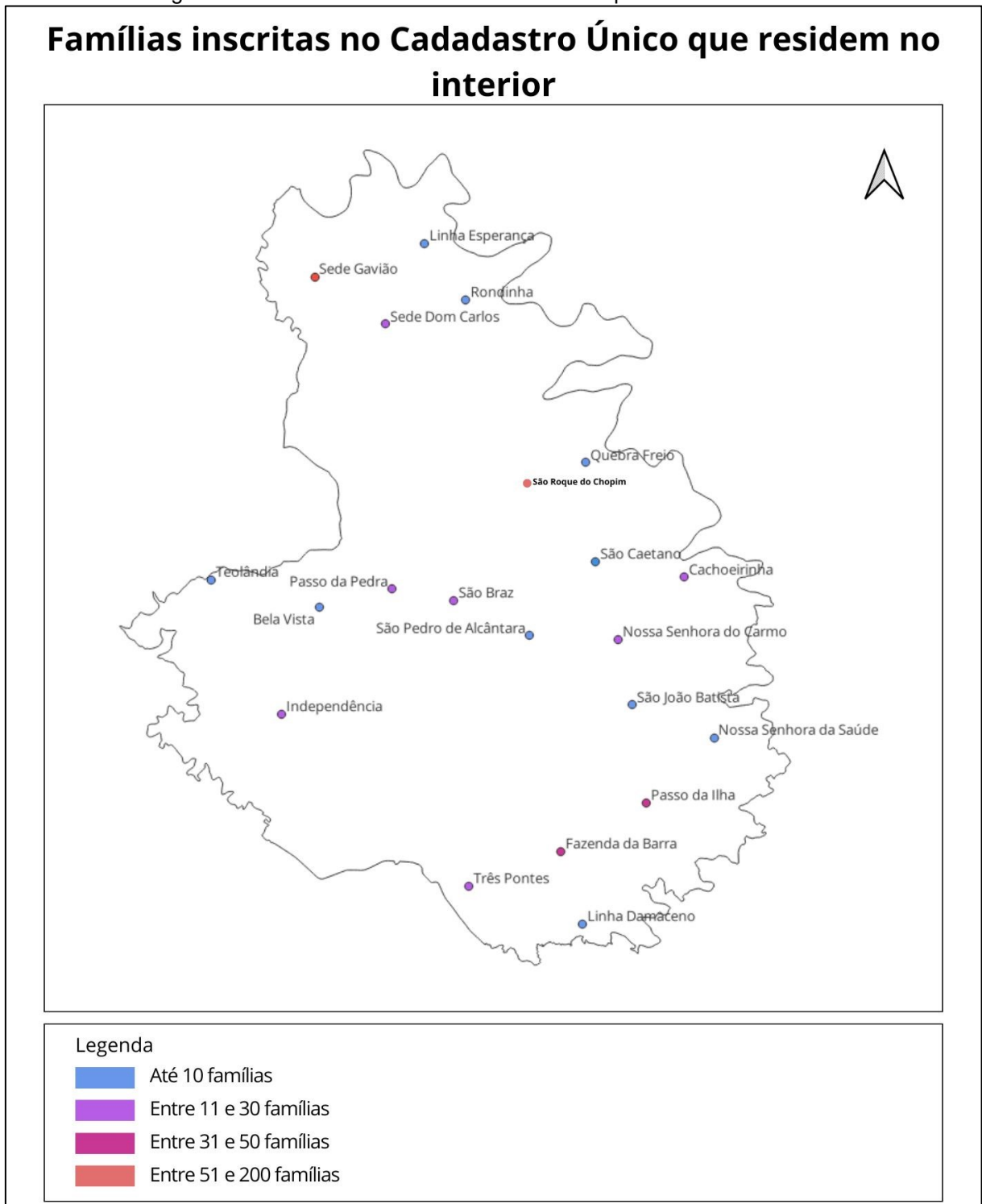
## 5.2. Famílias inscritas no Cadastro Único

Figura 5 - Famílias inscritas no CadÚnico zona urbana



Fonte: Elaborado pelo Departamento de Monitoramento e Avaliação, 2024.

Figura 6 - Famílias inscritas no Cadastro Único que residem no interior

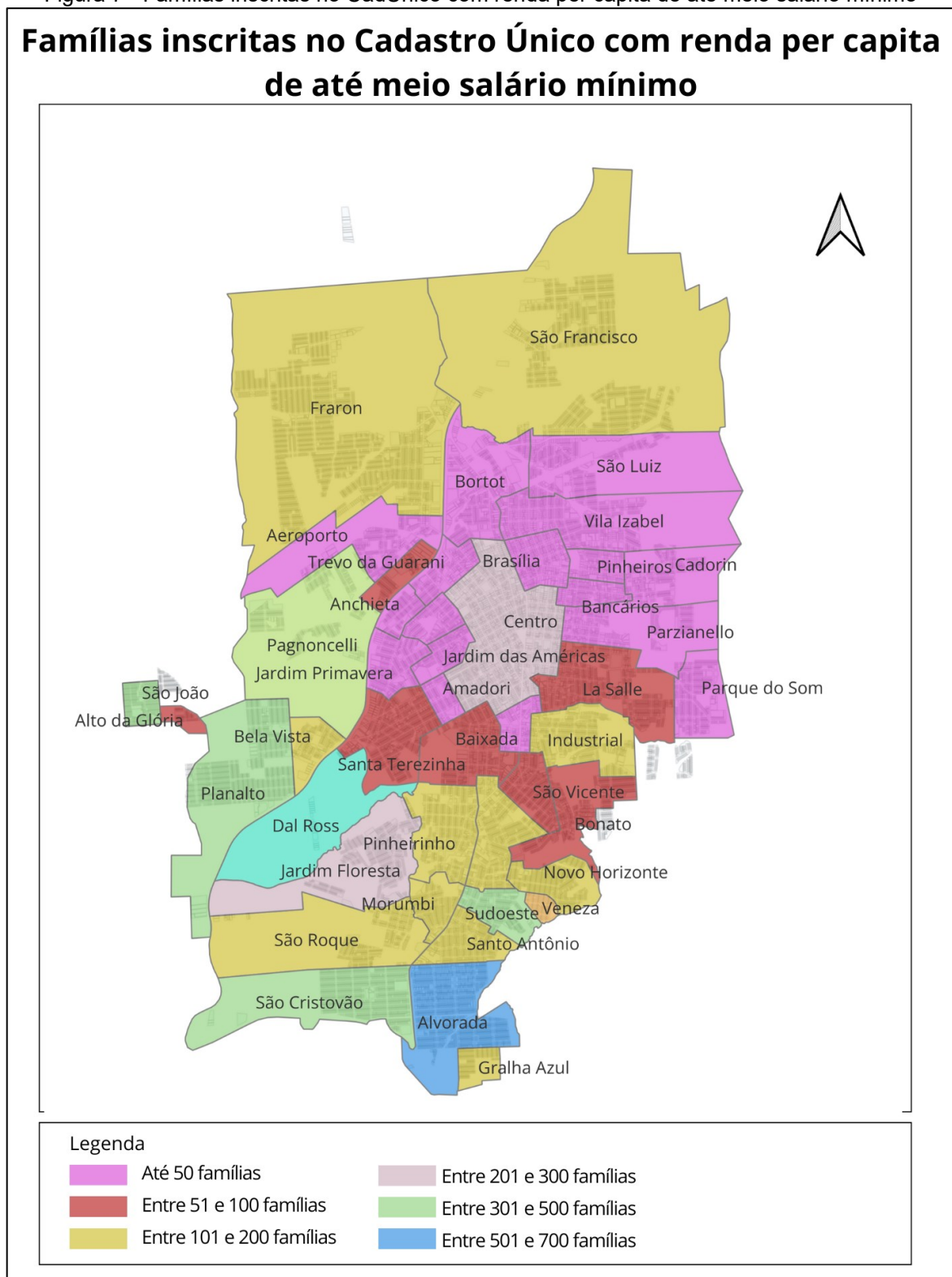


Fonte: Elaborado pelo Departamento de Monitoramento e Avaliação, 2024.



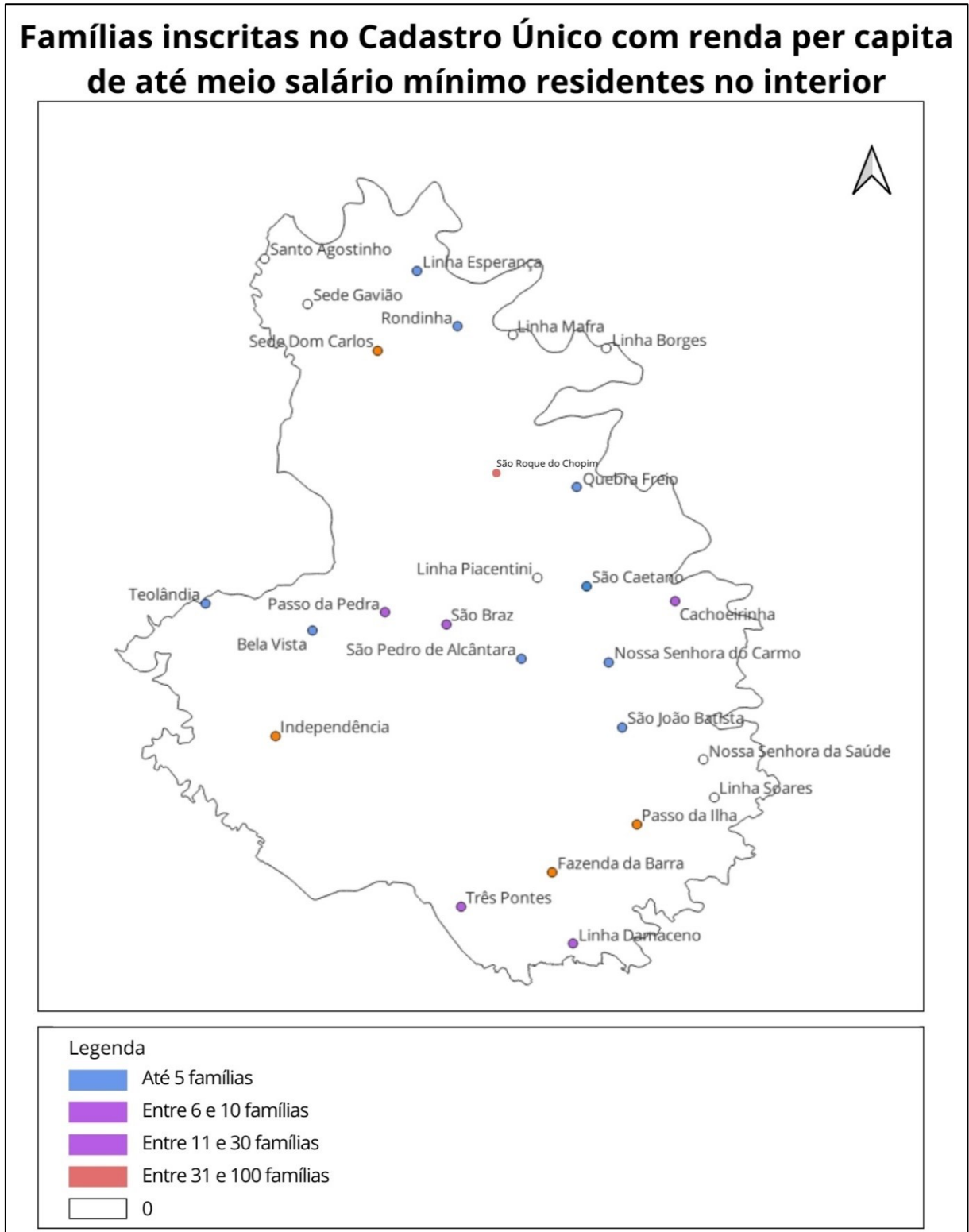
### 5.3. Famílias inscritas no CadÚnico com renda per capita de até ½ salário mínimo

Figura 7 - Famílias inscritas no CadÚnico com renda per capita de até meio salário mínimo



Fonte: Elaborado pelo Departamento de Monitoramento e Avaliação, 2024.

Figura 8 - Famílias inscritas no Cadastro Único com renda per capita de até meio salário mínimo residentes no interior

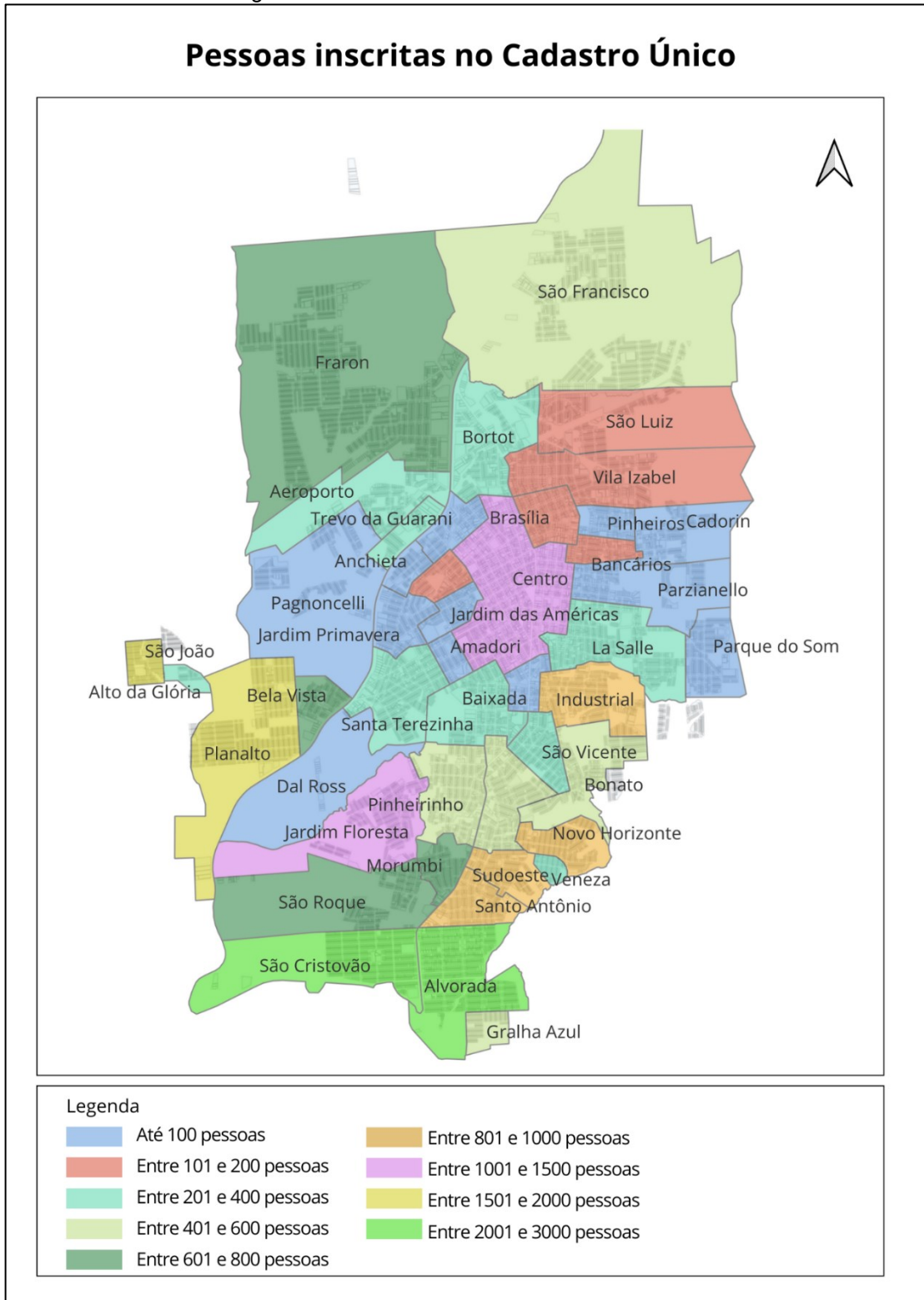


Fonte: Elaborado pelo Departamento de Monitoramento e Avaliação, 2024.



#### 5.4. Pessoas incluídas no CadÚnico

Figura 9 - Pessoas inscritas no Cadastro Único

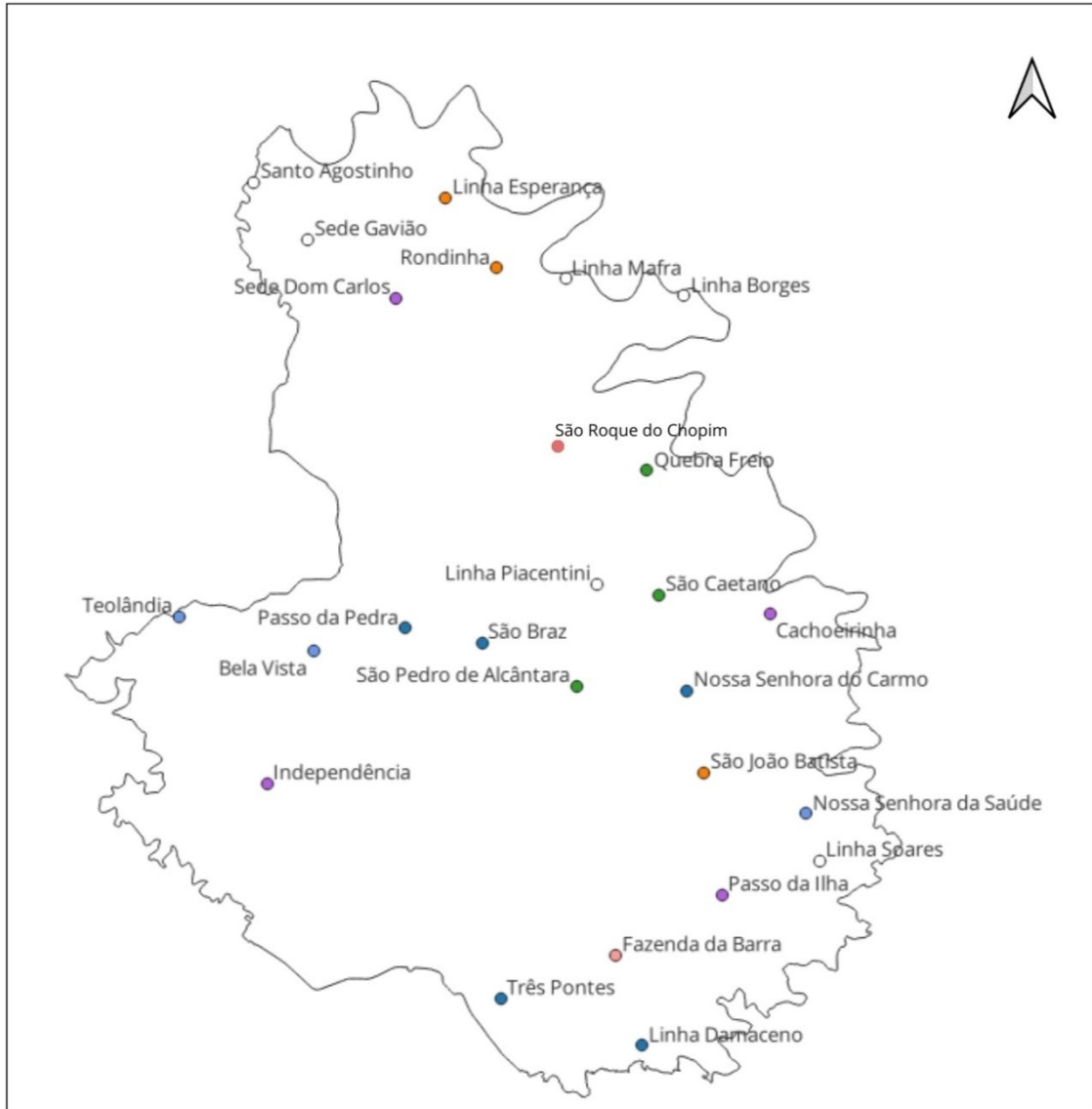


Fonte: Elaborado pelo Departamento de Monitoramento e Avaliação, 2024.



Figura 10 - Pessoas inscritas no Cadastro Único residentes no interior

## Pessoas inscritas no Cadastro Único residentes no interior



### Legenda

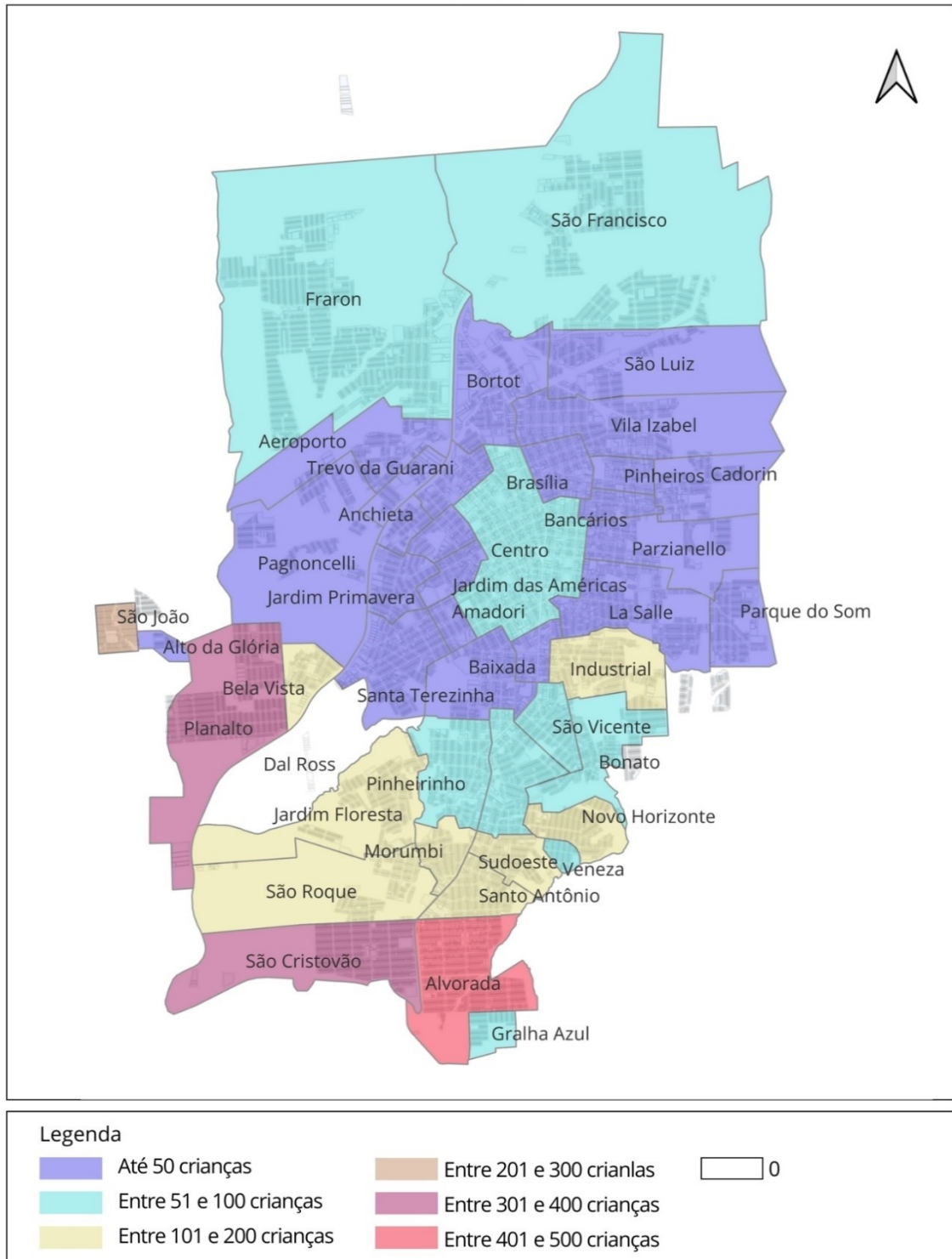
	Até 5 pessoas		Entre 101 e 200 pessoas
	Entre 5 e 10 pessoas		Entre 201 e 500 pessoas
	Entre 11 e 20 pessoas		0
	Entre 21 e 50 pessoas		
	Entre 51 e 100 pessoas		

Fonte: Elaborado pelo Departamento de Monitoramento e Avaliação, 2024.

### 5.5. Crianças de até 6 anos inscritas no Cadastro Único

Figura 11 - Crianças inscritas no Cadastro Único com idade de até 6 anos

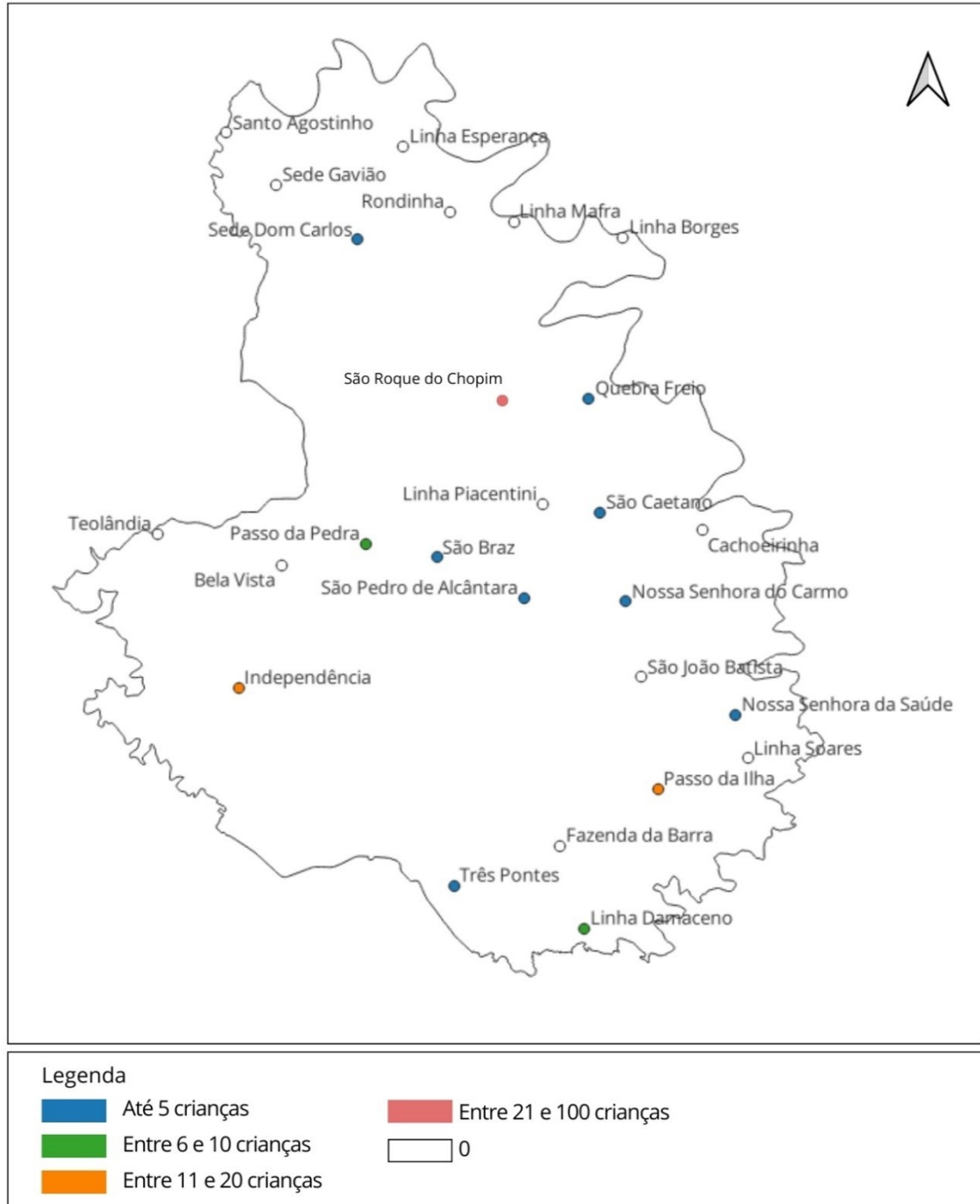
## Crianças inscritas no Cadastro Único com idade de até 6 anos



Fonte: Elaborado pelo Departamento de Monitoramento e Avaliação, 2024.

Figura 12 - Crianças inscritas no Cadastro Único com idade de até 6 anos residentes no interior

## Crianças inscritas no Cadastro Único com idade de até 6 anos residentes no interior

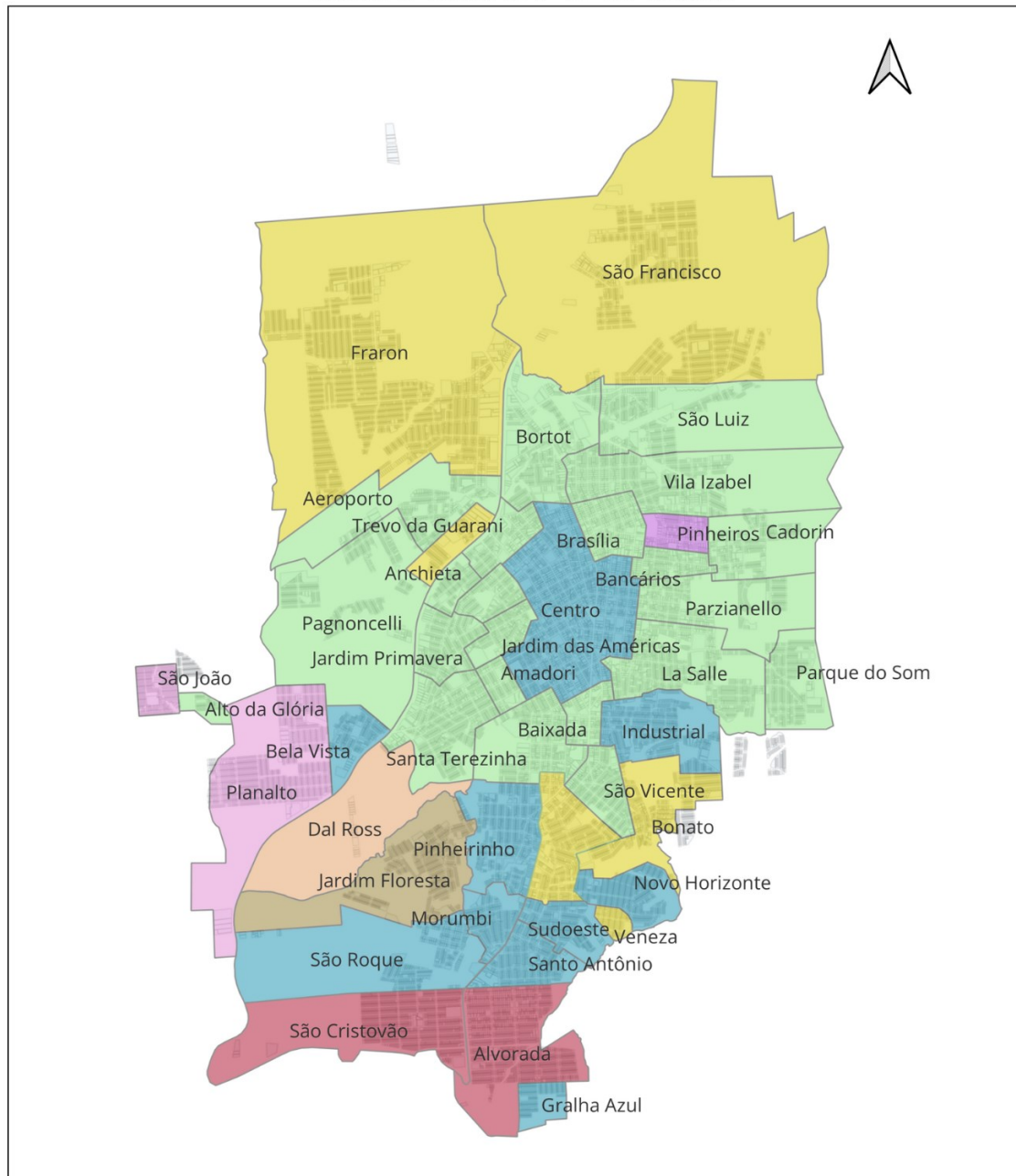


Fonte: Elaborado pelo Departamento de Monitoramento e Avaliação, 2024.



5.6. Crianças e adolescentes com idade entre 7 e 15 anos inscritos no Cadastro Único  
Figura 13 - Crianças e adolescentes inscritas no Cadastro Único com idade entre 7 e 15 anos

### Crianças e adolescentes inscritas no Cadastro Único com idade entre 7 e 15 anos



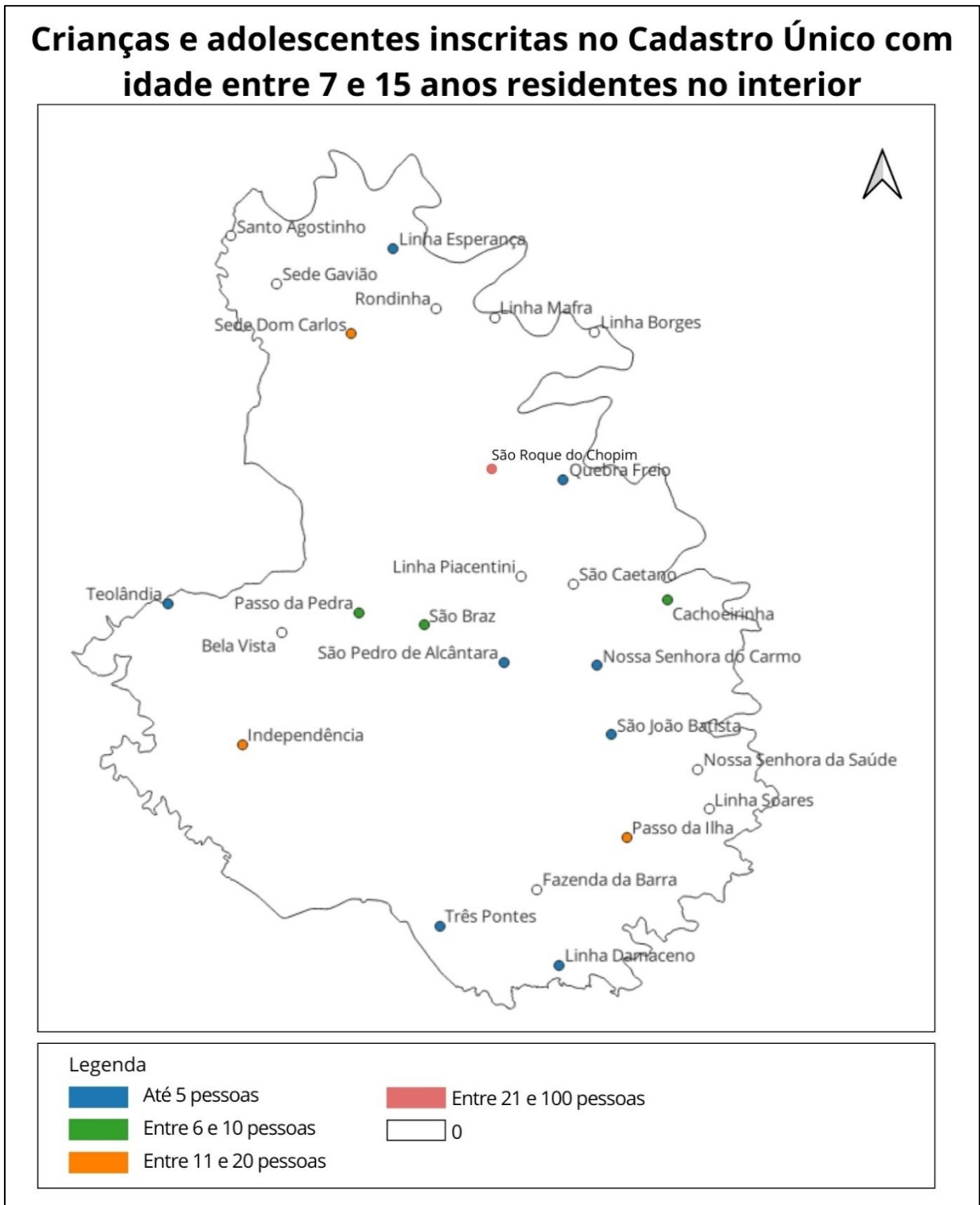
Legenda

Até 50 pessoas	Entre 201 e 300 pessoas
Entre 51 e 100 pessoas	Entre 301 e 400 pessoas
Entre 101 e 200 pessoas	Entre 401 e 500 pessoas

Fonte: Elaborado pelo Departamento de Monitoramento e Avaliação, 2024



Figura 14 - Crianças e adolescentes inscritas no Cadastro Único com idade entre 7 e 15 anos residentes no interior

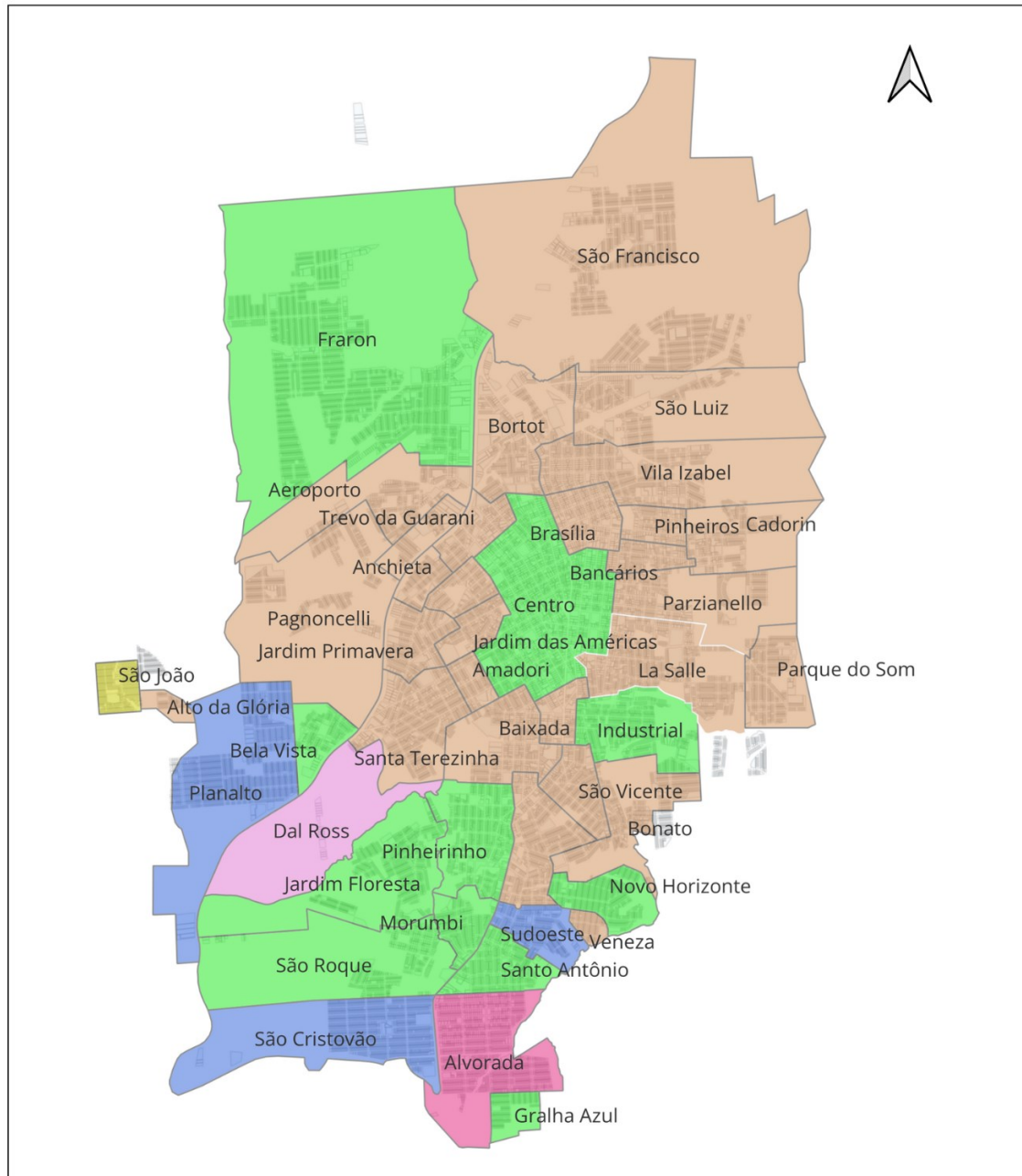







Fonte: Elaborado pelo Departamento de Monitoramento e Avaliação, 2024

5.7. Adolescentes com idade entre 16 e 17 anos inscritos no Cadastro Único

Figura 15 - Adolescentes inscritos no Cadastro Único com idade entre 16 e 17 anos

**Adolescentes inscritos no Cadastro Único com idade entre 16 e 17 anos**



Legenda	
	Aaté 20 pessoas
	Entre 21 e 40 pessoas
	Entre 41 e 60 pessoas
	Entre 61 e 80 pessoas
	Entre 81 e 120 pessoas

Fonte: Elaborado pelo Departamento de Monitoramento e Avaliação, 2024.



Figura 16 - Adolescentes inscritos no Cadastro Único com idade entre 16 e 17 anos residentes no interior

## Adolescentes inscritos no Cadastro Único com idade entre 16 e 17 anos residentes no interior



### Legenda

- Até 5 pessoas
- Entre 21 e 40 pessoas
- Entre 41 e 60 pessoas
- 0

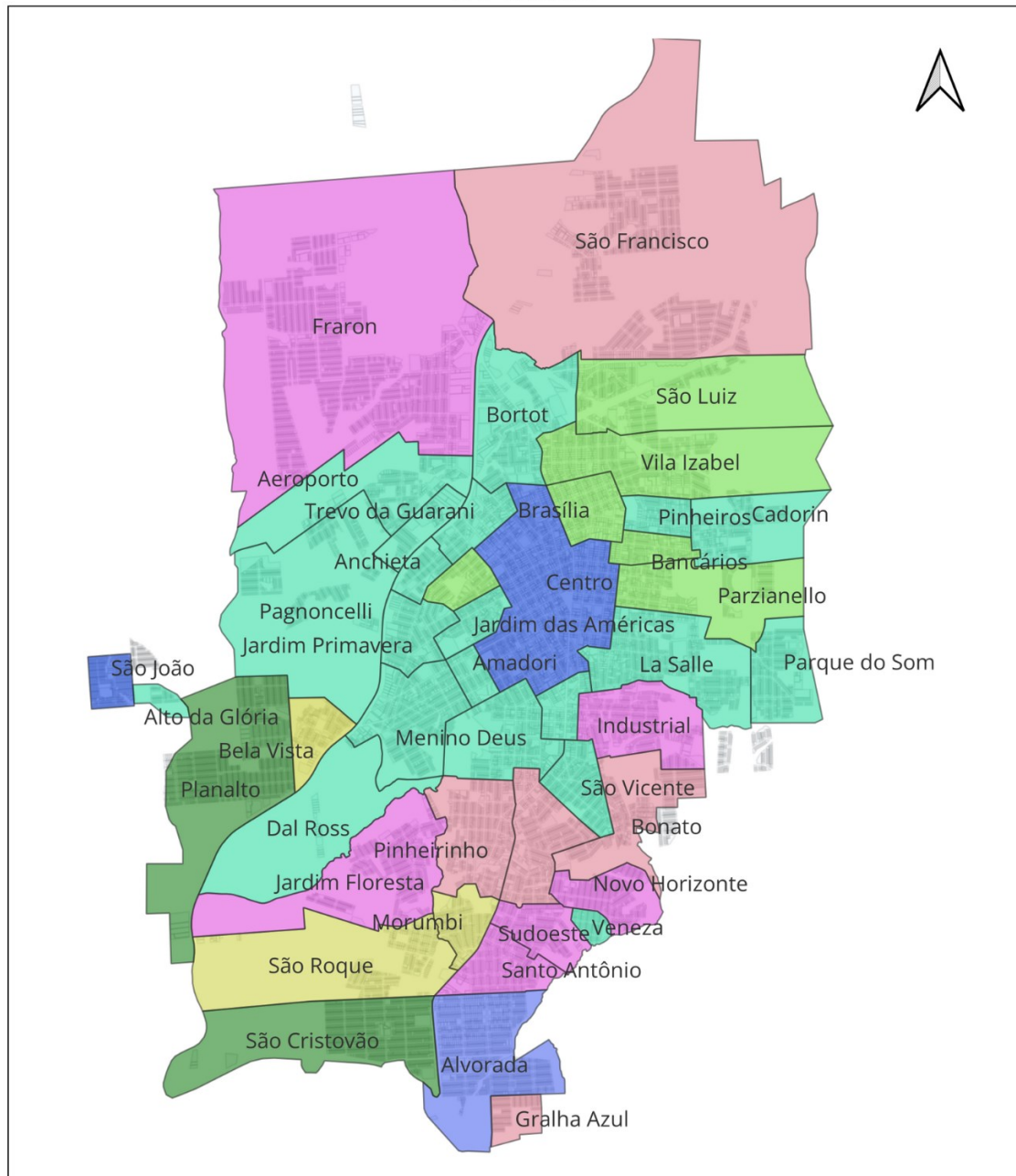
Fonte: Elaborado pelo Departamento de Monitoramento e Avaliação, 2024.





5.8. Adolescentes com idade entre 18 e 59 anos inscritos no Cadastro Único  
Figura 17 - Pessoas inscritas no CadÚnico com idade entre 18 e 59 anos

### Pessoas inscritas no Cadastro Único com idade entre 18 e 59 anos

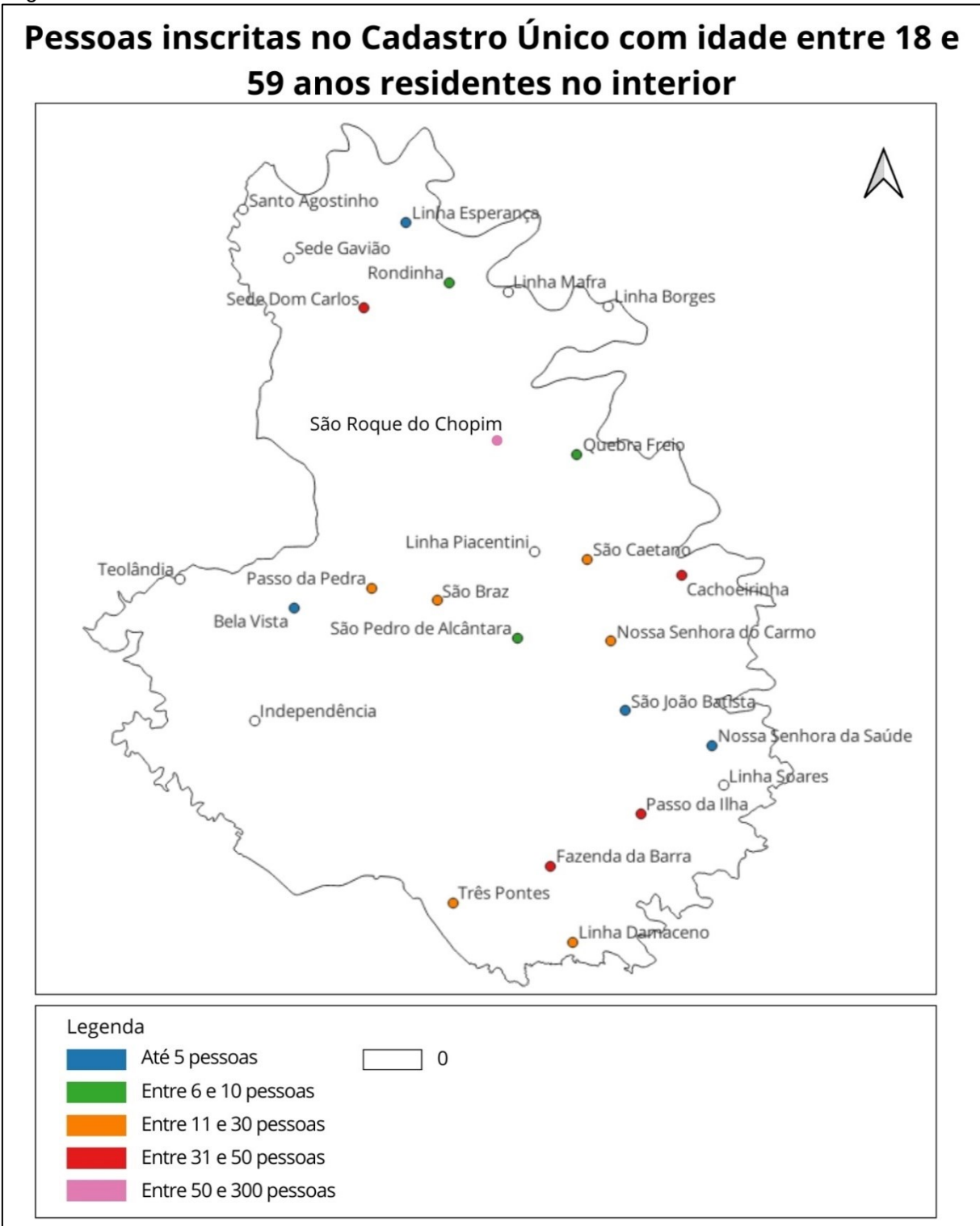


Legenda

Até 50 pessoas	Entre 401 e 500 pessoas
Entre 51 e 100 pessoas	Entre 501 e 700 pessoas
Entre 101 e 200 pessoas	Entre 701 e 900 pessoas
Entre 201 e 300 pessoas	Entre 901 e 1100 pessoas
Entre 301 e 400 pessoas	Entre 1101 e 1400 pessoas

Fonte: Elaborado pelo Departamento de Monitoramento e Avaliação, 2024.

Figura 18 - Pessoas inscritas no Cadastro Único com idade entre 18 e 59 anos residentes no interior

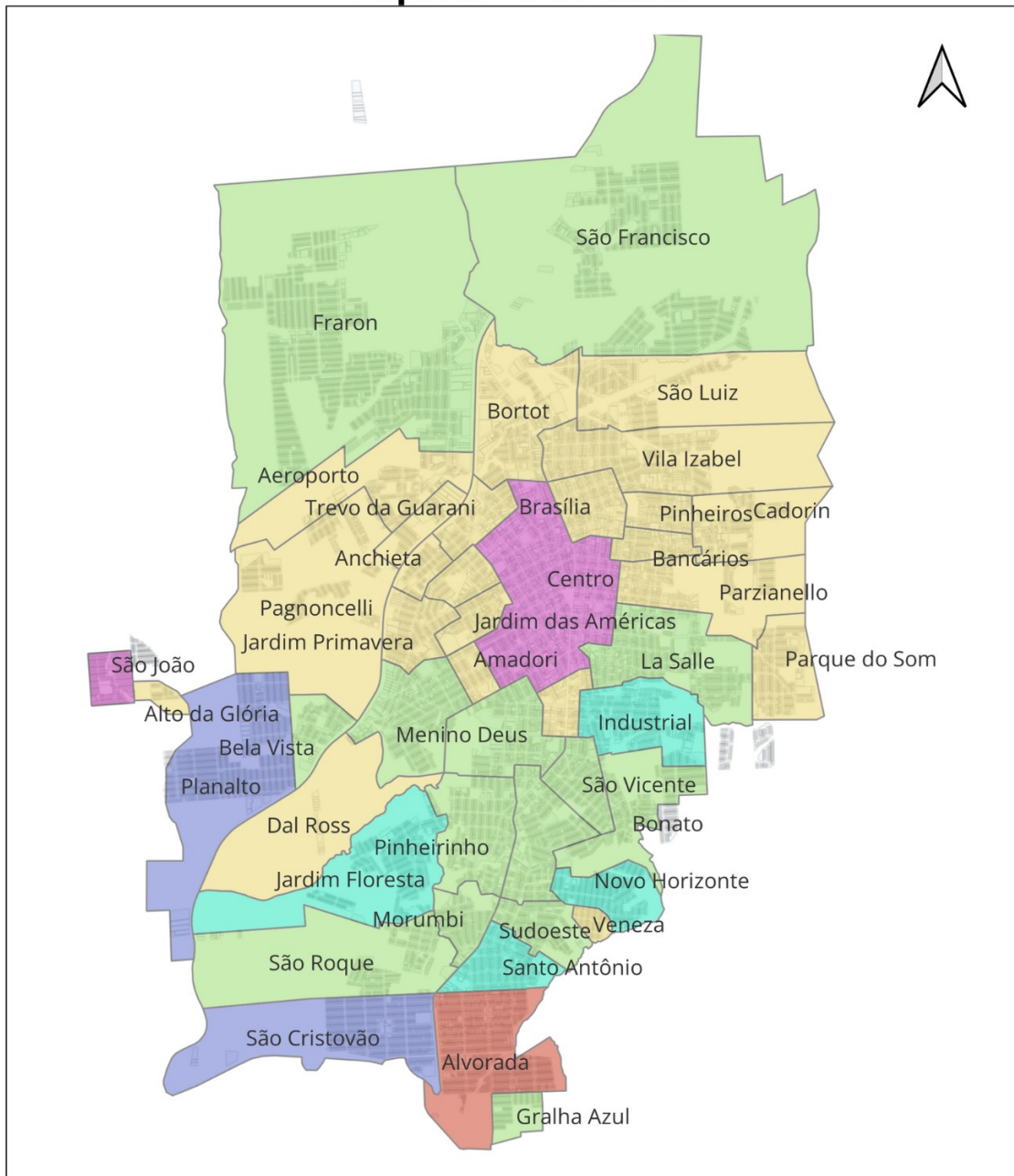


Fonte: Elaborado pelo Departamento de Monitoramento e Avaliação, 2024.



5.9. Adolescentes com idade igual ou superior à 60 anos inscritos no Cadastro Único  
Figura 19 - Pessoas inscritas no Cadastro Único com idade igual ou superior à 60 anos

### Pessoas inscritas no Cadastro Único com idade igual ou superior à 60 anos

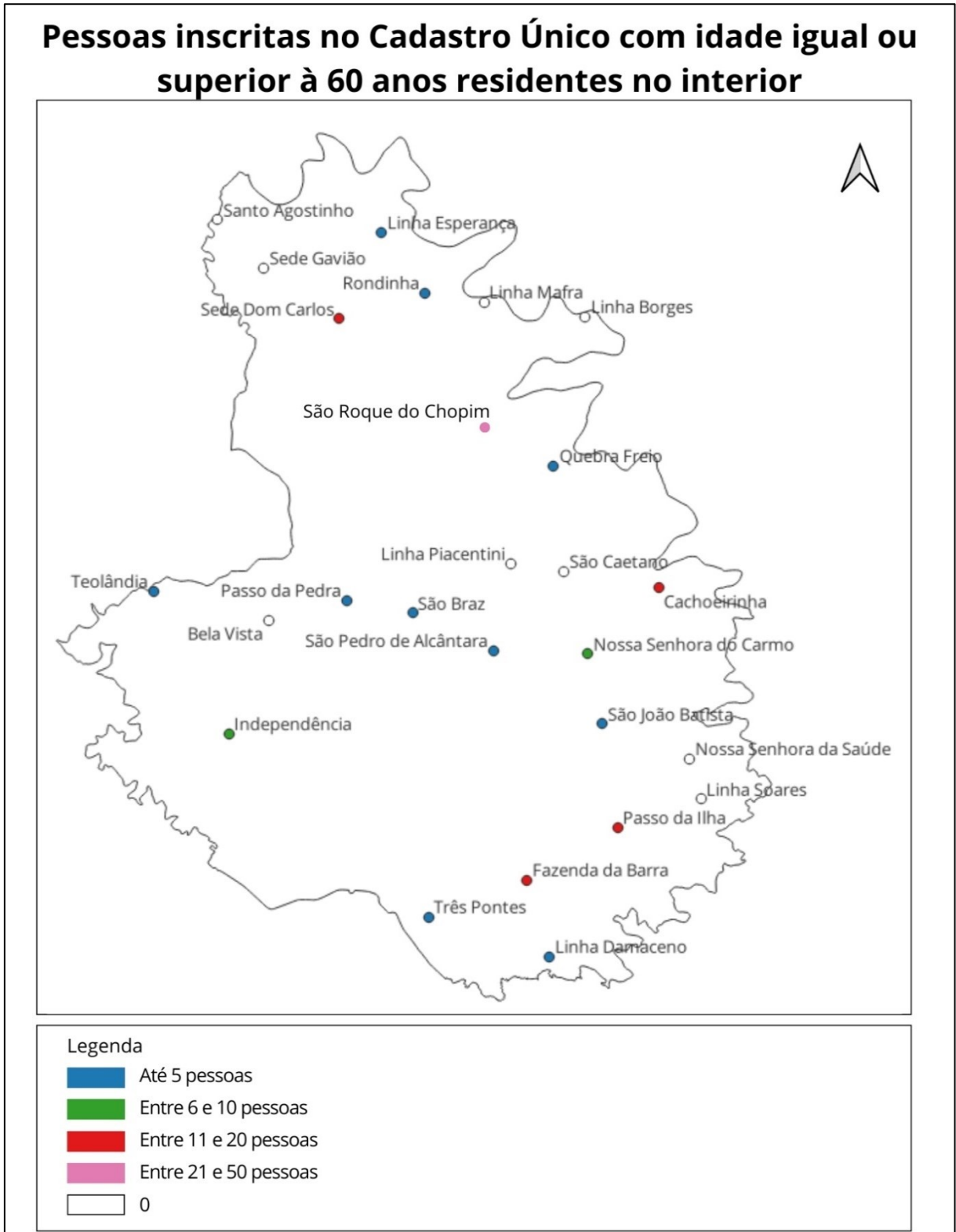


Legenda

Até 50 pessoas	Entre 301 e 400 pessoas
Entre 51 e 100 pessoas	
Entre 101 e 150 pessoas	
Entre 151 e 200 pessoas	
Entre 201 e 300 pessoas	

Fonte: Elaborado pelo Departamento de Monitoramento e Avaliação, 2024.

Figura 20 - Pessoas inscritas no Cadastro Único com idade igual ou superior a 60 anos residentes no interior

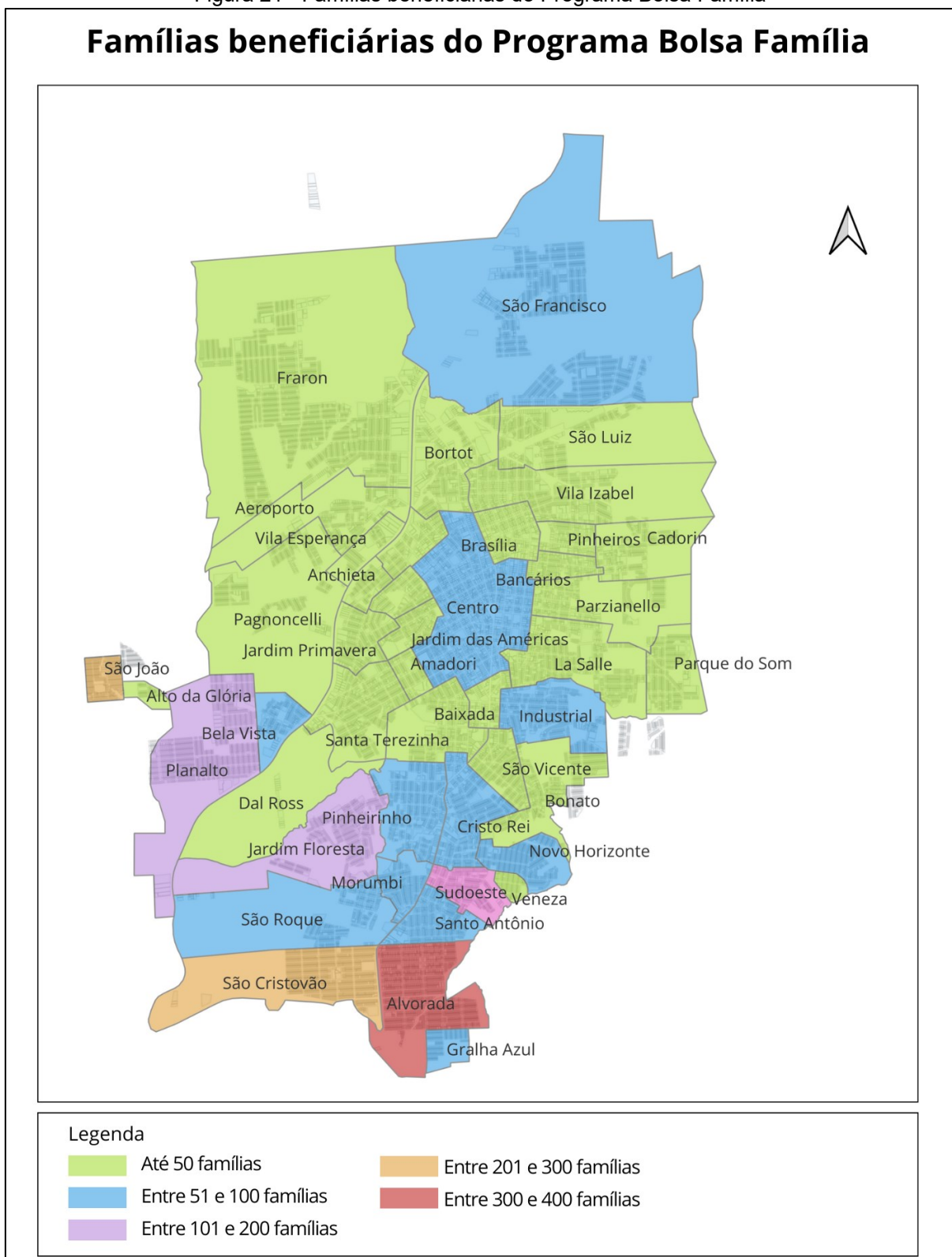


Fonte: Elaborado pelo Departamento de Monitoramento e Avaliação, 2024.



## 5.10. Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família

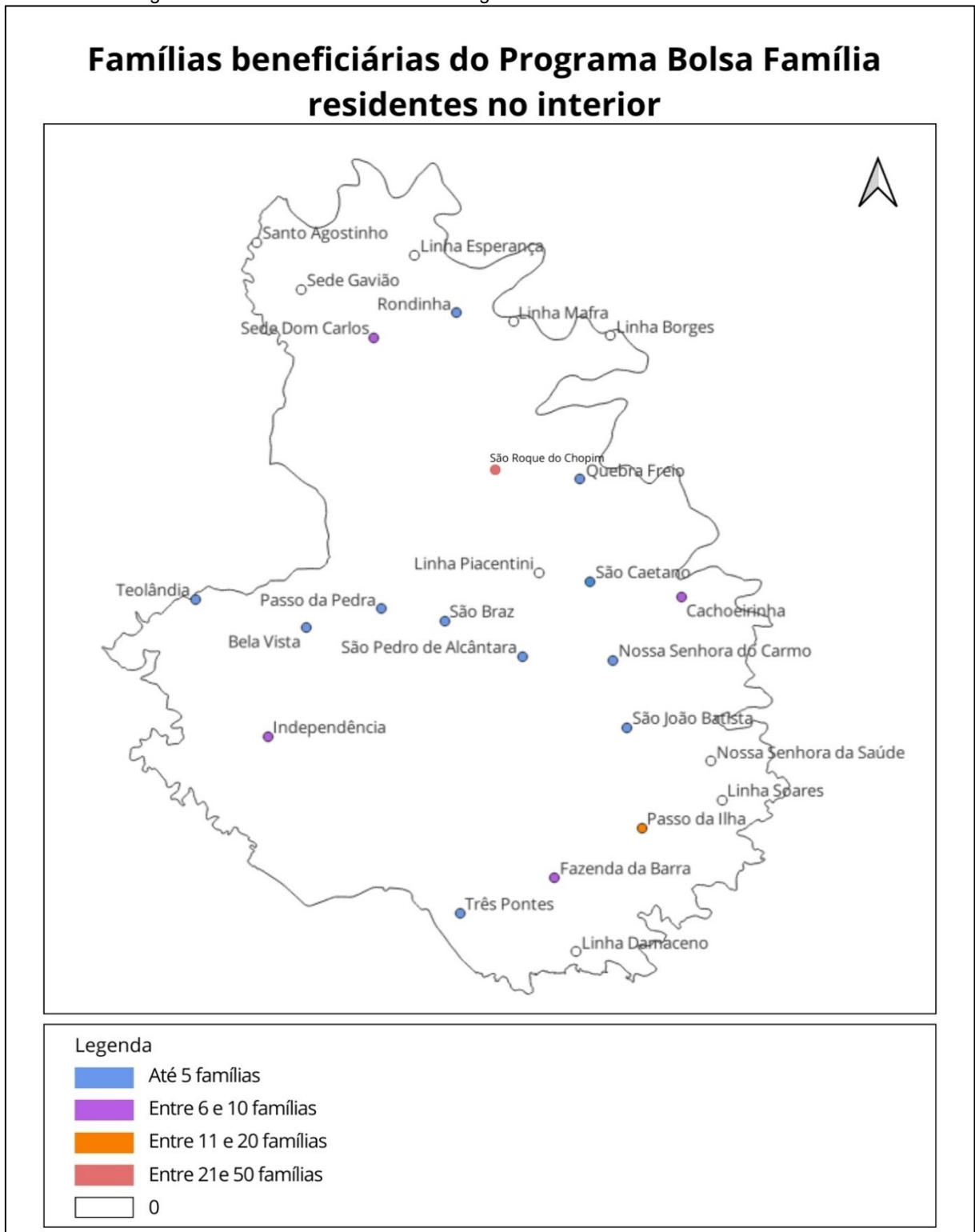
Figura 21 - Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família



Fonte: Elaborado pelo Departamento de Monitoramento e Avaliação, 2024.



Figura 22 - Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família residentes no interior

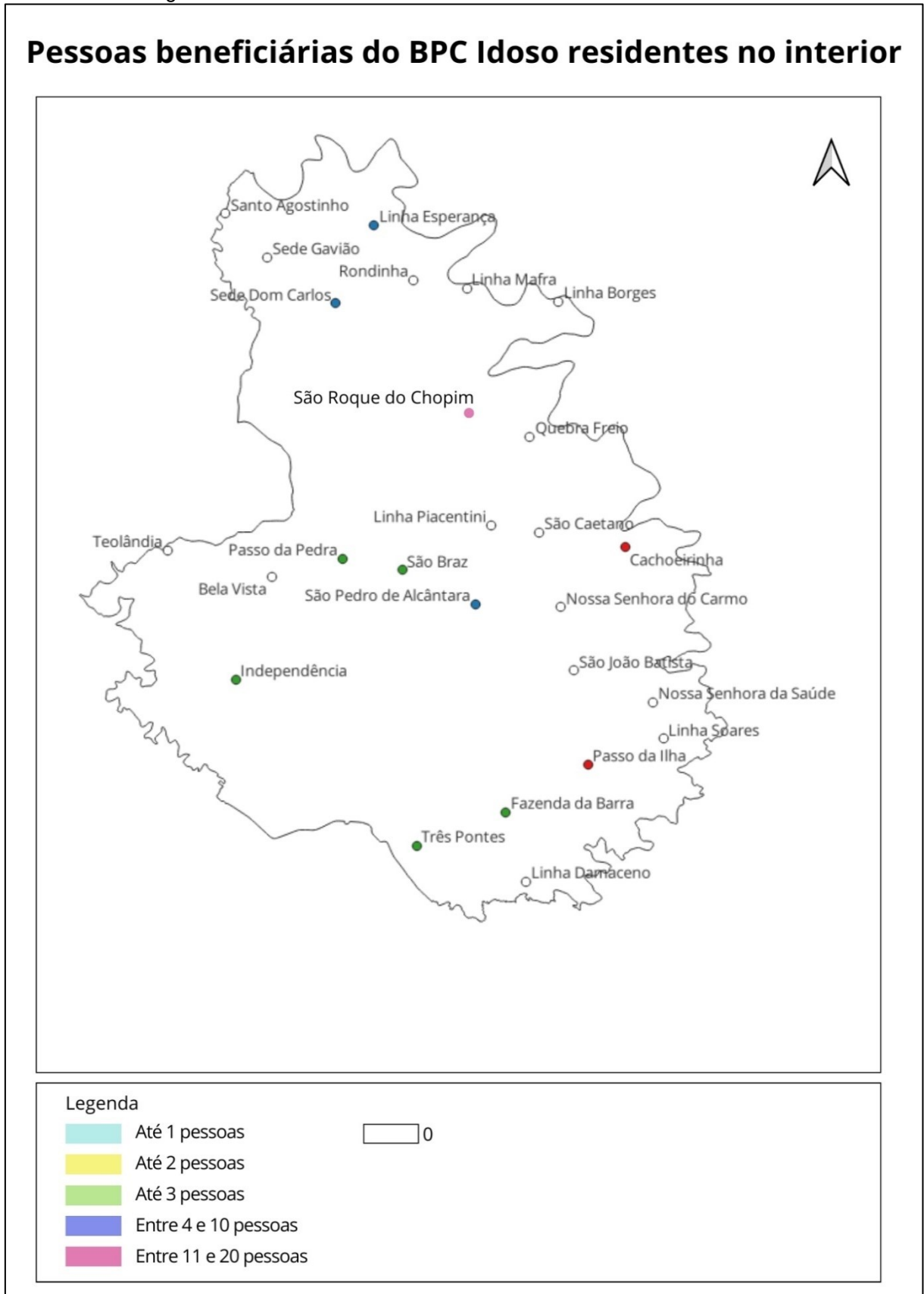


Fonte: Elaborado pelo Departamento de Monitoramento e Avaliação, 2024.





Figura 24 - Pessoas beneficiárias do BPC Idoso residentes no interior



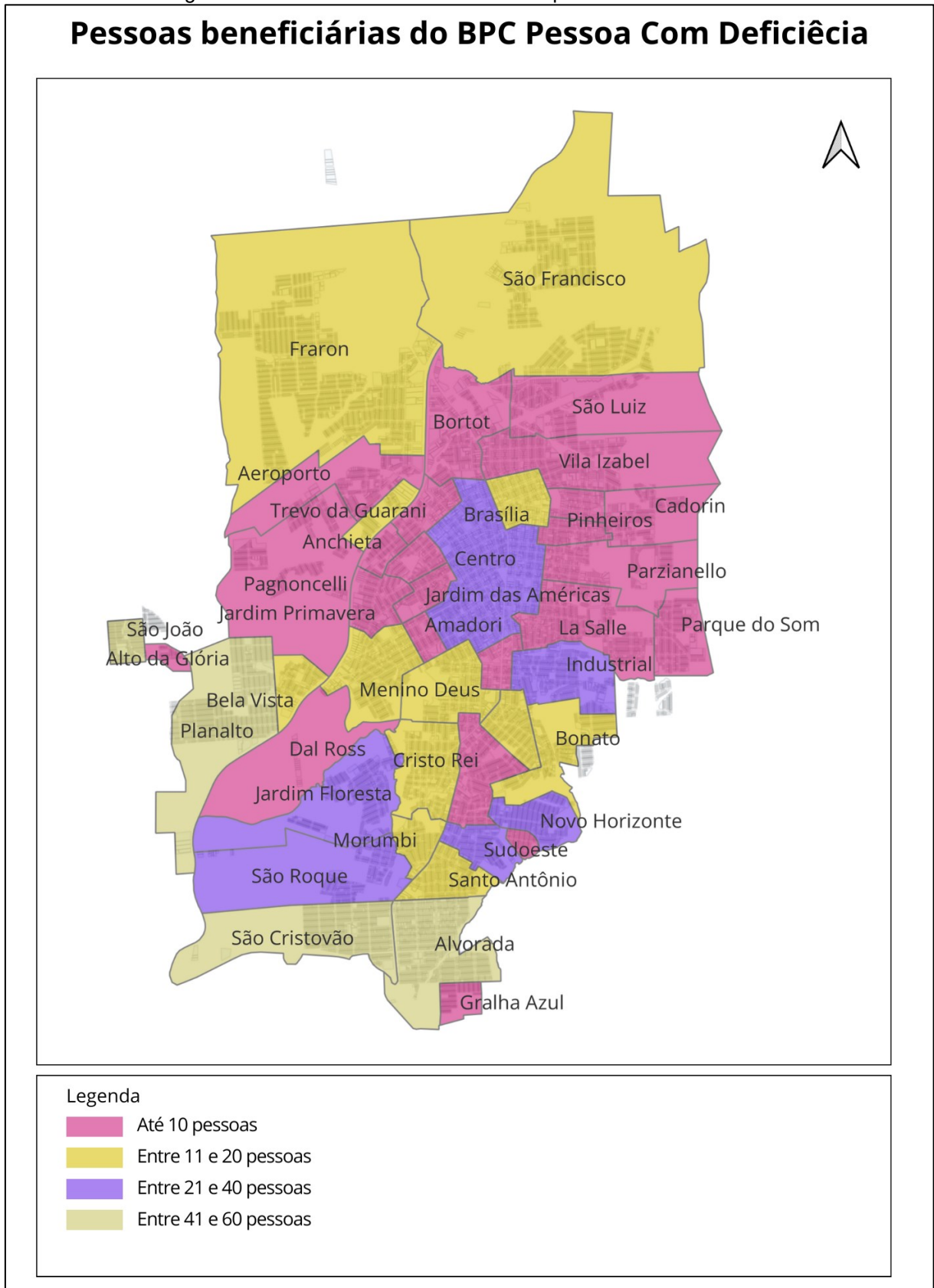
Fonte: Elaborado pelo Departamento de Monitoramento e Avaliação, 2024.





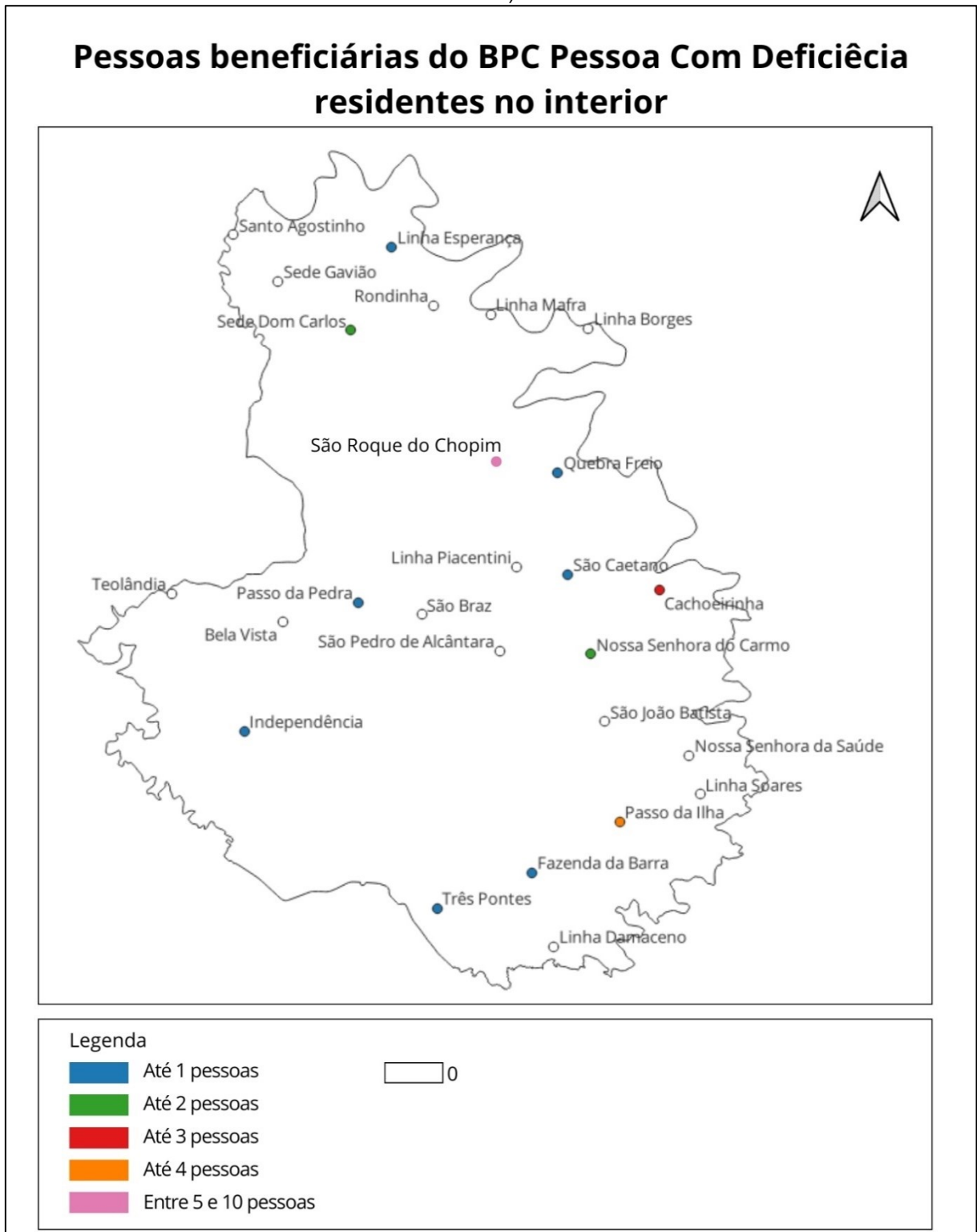
5.12. Pessoas beneficiárias do BPC pessoa com deficiência

Figura 25 - Pessoas beneficiárias do BPC pessoa com deficiência



Fonte: Elaborado pelo Departamento de Monitoramento e Avaliação, 2024.

Figura 26 - Pessoas beneficiárias do BPC Pessoa com Deficiência residentes no interior (2022 - 2023)

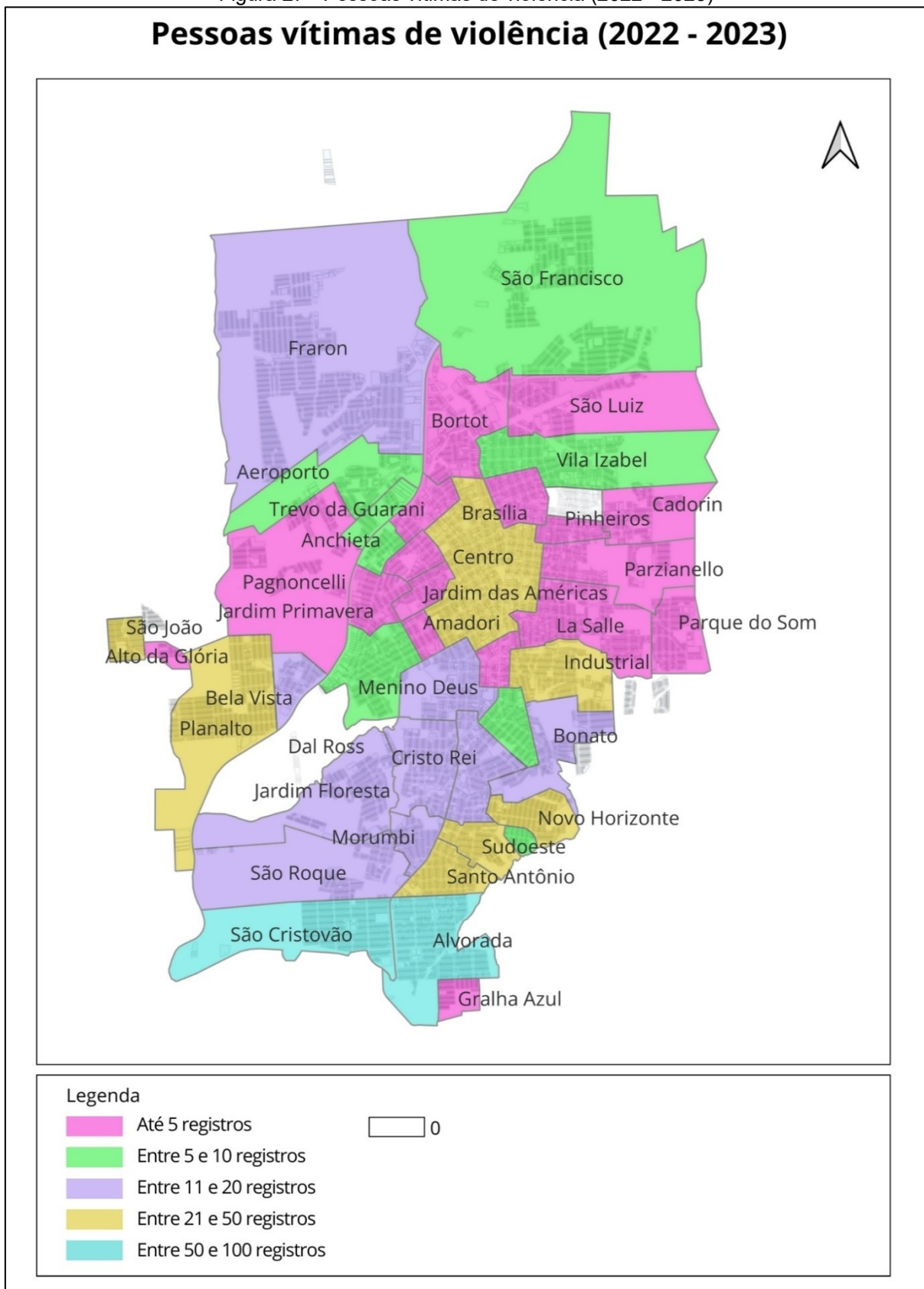


Fonte: Elaborado pelo Departamento de Monitoramento e Avaliação, 2024.



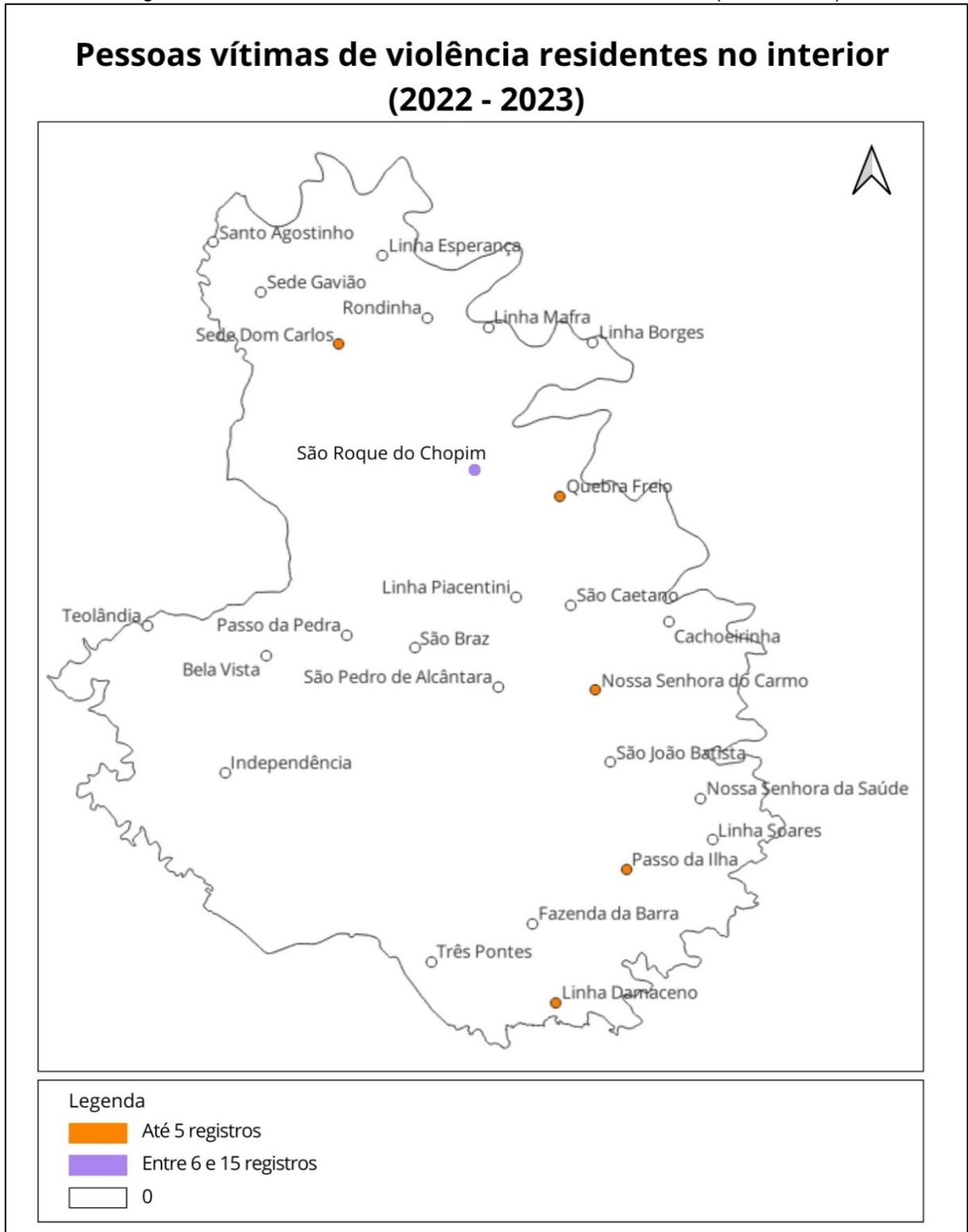
5.13. Pessoas vítimas de violência (2022 – 2023)

Figura 27 - Pessoas vítimas de violência (2022 - 2023)



Fonte: Elaborado pelo Departamento de Monitoramento e Avaliação, 2024.

Figura 28 - Pessoas vítimas de violência residentes no interior (2022 - 2023)

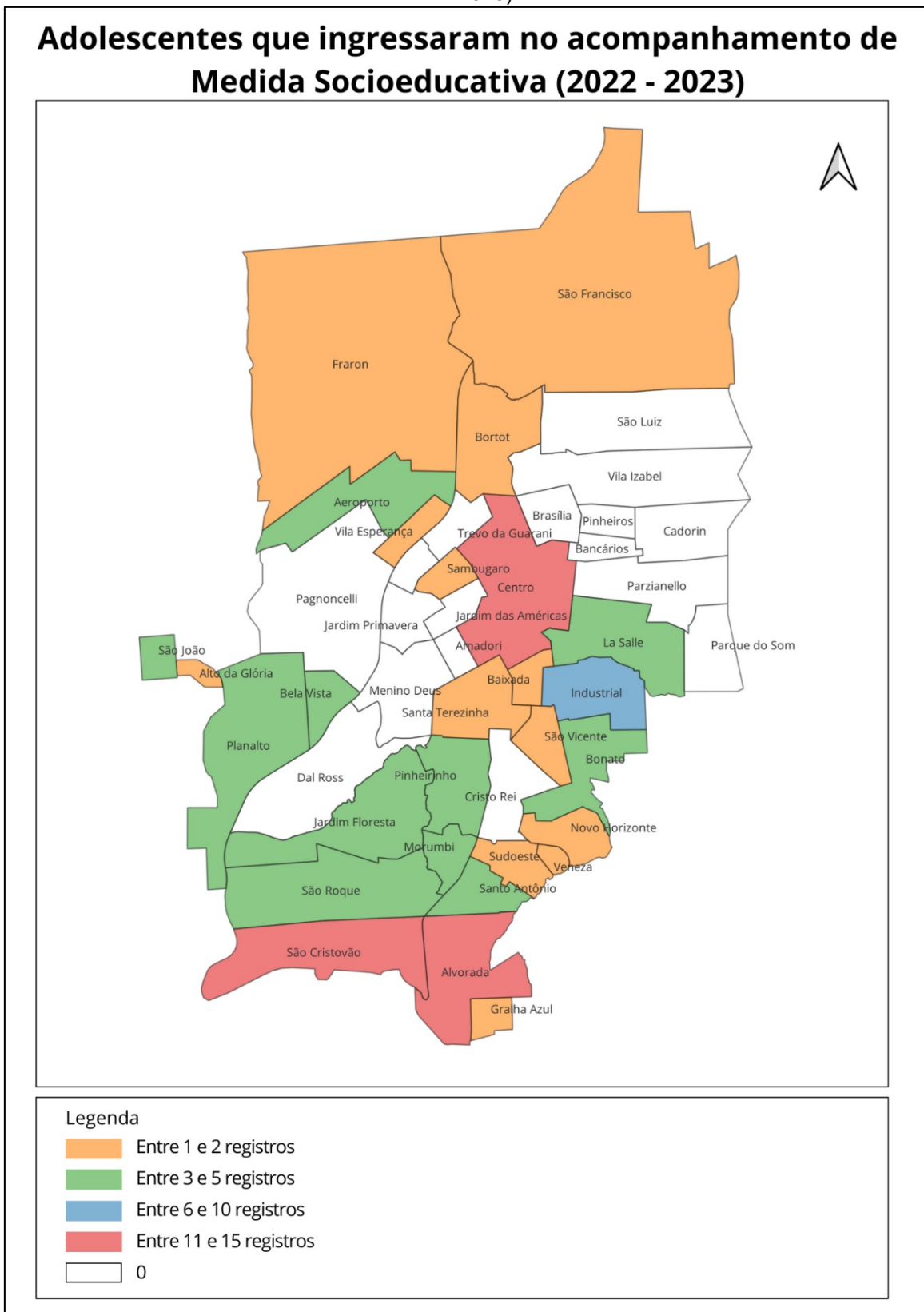


Fonte: Elaborado pelo Departamento de Monitoramento e Avaliação, 2024.



5.14. Adolescentes que ingressaram no acompanhamento de Medida Socioeducativa (2022 – 2023)

Figura 29 - Adolescentes que ingressaram no acompanhamento de Medida Socioeducativa (2022 - 2023)



Fonte: Elaborado pelo Departamento de Monitoramento e Avaliação, 2024.

Figura 30 - Adolescentes que ingressaram no acompanhamento de Medida Socioeducativa residentes no interior (2022 - 2023)



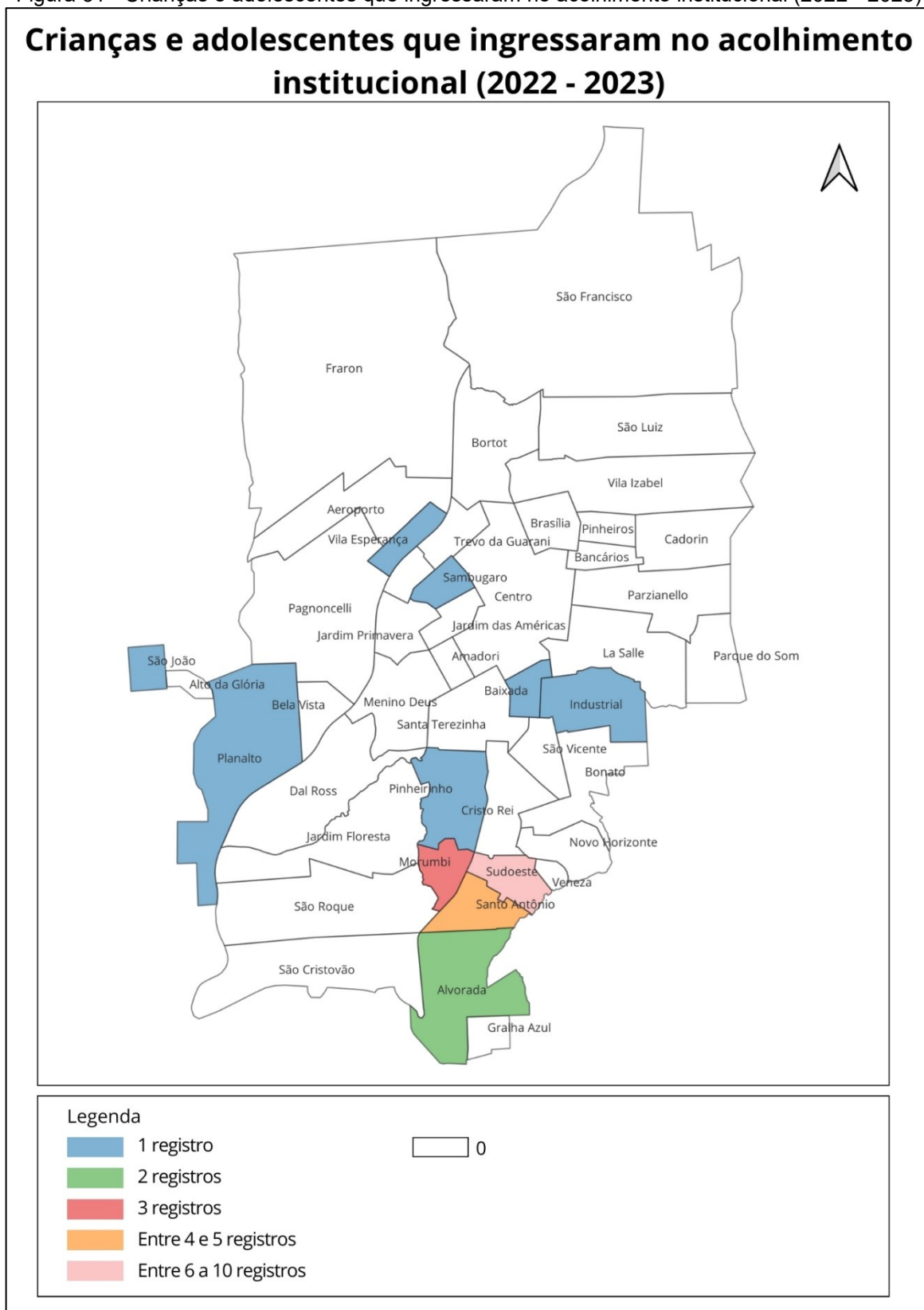
Fonte: Elaborado pelo Departamento de Monitoramento e Avaliação, 2024.





5.15. Crianças e adolescentes que ingressaram no acolhimento institucional (2022 – 2023)

Figura 31 - Crianças e adolescentes que ingressaram no acolhimento institucional (2022 - 2023)



Fonte: Elaborado pelo Departamento de Monitoramento e Avaliação, 2024.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Constituição Federal (CF), de 1988, em seus Artigos 203 e 204, define que a Assistência Social deverá ser prestada a quem dela depender, sem a necessidade de contribuição à seguridade social, cujo objetivo é proteger a família, a maternidade, crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência, promovendo a redução de vulnerabilidades sociais e econômicas que afetem esses grupos. Define que a organização político-administrativa da assistência social deve ser descentralizada, cabendo à esfera federal a coordenação e a criação de normas gerais e às esferas estaduais, municipais e as entidades beneficentes e de assistência social a coordenação e execução de programas. Além disso, menciona a participação popular na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1993, atualizada pela Lei 12.435 de 2011, estabelece que a assistência social é um direito do cidadão e dever do Estado. Trata-se de Política de Seguridade Social, que deve prover os mínimos sociais, que atendam às necessidades básicas dos cidadãos, por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade civil. Ou seja, visa a defesa e a garantia de direitos aos cidadãos brasileiros.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), de 2004, consolidou juntamente com a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS) a estruturação e regulamentação da Assistência Social no Brasil, de forma integrada às políticas setoriais considerando as desigualdades socioterritoriais, através de parâmetros e diretrizes. Seus objetivos são: a) Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem; b) Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural; c) Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária.

Esses marcos legais balizam a Assistência Social, desde a redemocratização do País, quando essa área deixa de estar vinculada ao assistencialismo, que não busca a mudança das situações de carência de pessoas ou grupos, passando a ser estruturada enquanto política pública, garantindo o acesso aos direitos fundamentais, à cidadania.



O campo da política de assistência social variou na história brasileira do lugar de desbravador para as demais políticas quando se assumia como assistência pública até o atual em que não desbrava, mas desvenda os esquecidos, invisíveis da bacia das almas de uma sociedade excludente e busca construir outra forma de proteção social pública que associe a atenção com o reconhecimento da cidadania. (SPOSATI, 2016, p. 9).

O Diagnóstico Socioterritorial do Município de Pato Branco – PR, possibilitou identificar, por meio do mapeamento das ofertas de serviços, programas, projetos e benefícios que rede socioassistencial atendeu nos territórios, a quantidade e o perfil das famílias e pessoas que demandam serviços, bem como correlacionar a demanda e a capacidade de atendimento. Desse modo, este documento será fundamental para a definição de estratégias no planejamento e gestão de futuras ações a serem implantadas pela rede socioassistencial do município, cujo objetivo é a proteção social e a garantia de direitos.

Antes de iniciar os apontamentos necessários, é oportuno destacar que algumas ações envolvem também o planejamento financeiro e orçamentário da Secretaria e que, para serem implementadas, deveram estar em consonância e previstos nos respectivos instrumentais que regem a execução orçamentária.

Abaixo pontuaremos os principais desafios que vêm sendo debatidos na Secretaria Municipal de Assistência Social e que envolve o atendimento das demandas dos serviços ofertados pela Proteção Social Básica e Especial de Média e Alta Complexidade, que compõe o Plano Municipal de Assistência Social 2022 - 2025, as deliberações da última conferência municipal de Assistência Social, realizada em 2023.

### **Proteção Social Básica**

Atualmente, o Município está caracterizado para o Governo Federal, como gestão básica, sendo identificado, através do quantitativo populacional de médio porte.

No que se refere a Proteção Social Básica, o Município possui duas unidades de CRAS, sendo um que abrange a região sul e ou parte da região oeste, ficando sem descoberto a região central, leste, norte e interior. Cabe apontar que ambas as unidades estão localizadas em territórios de vulnerabilidade. Contudo, a ausência de uma unidade de CRAS para a regiões descobertas agrava as vulnerabilidades locais.

Além destas, existe dois Centros de Convivência públicos, sendo um que atende pessoas com idade de 7 anos ou mais e outro destinado ao público com idade igual ou superior a 60 anos. Na rede privada, estão inscritas 3 instituições, sendo uma que atende a faixa etária de 6 a 15 anos, outra que atende crianças e adolescentes com idade entre 6 e 15 e de 15 e 17 anos e mais uma que atende adolescentes na faixa etária de 15 a 17 anos.

Assim, de acordo com os dados tabulados, aponta-se as seguintes necessidades:

- Complementação das equipes de atendimento das unidades existentes.
- Necessidade de reorganização dos territórios e ampliação da oferta de serviços socioassistenciais.
- Implantação de um novo equipamento de atendimento do Centro de Referência de Assistência Social na região sul do Município.
- Implantar o novo espaço de atendimento na região central do Município, retirando o atendimento do órgão Gestor.
- Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e adequação das equipes e espaços de Centros de Convivência, ampliando a oferta para o todos os territórios.
- Desenvolvimento de Protocolos de Gestão dos Serviços da Proteção Social Básica.

### **Proteção Social Especial de Média Complexidade**

No que se refere a Proteção Social de Média Complexidade, o Município possui uma unidade de CREAS que absorve toda a demanda de atendimento de pessoas que tiveram seus direitos violados, como também a inscrição de uma entidade privada no CMAS, que está referenciado o Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, pessoas idosas e suas famílias.

- Necessidade de rever os processos internos de atendimento e acompanhamento de famílias e indivíduos com direitos violados no CREAS.
- Desenvolvimento de protocolos para padronizar a inclusão, acompanhamento e desligamento dos usuários do Serviço.
- Fomentar a articulação entre as políticas de assistência social e saúde para intervenções focalizadas, principalmente no que se refere a atendimentos de

peças em situação de rua, em conformidade com a Política Nacional de Pessoa em Situação de Rua, como também aquelas abordadas pelo Serviço de Abordagem Social.

- Revisão e padronização dos procedimentos de abordagem social, conforme orientações técnicas dos Serviços.

### **Proteção Social Especial de Alta Complexidade**

No que se refere a Proteção Social de Alta Complexidade, o Município possui como execução direta uma instituição de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, um Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e a Casa de Passagem. Além destas, conta-se com a rede privada, sendo uma instituição de longa permanência para idosos – ILPI, outra que realiza acolhimento para pessoas em situação de rua e mais uma que atende pessoas que realizam tratamento fora do domicílio que não possuem condições de alto sustento. Neste sentido, aponta-se as seguintes considerações:

- Há necessidade de fortalecer o Serviço Acolhimento em Família Acolhedora, adequando a equipe e ampliando a divulgação do serviço para selecionar e habilitar novas famílias acolhedoras.
- É necessário desenvolver fluxos para acolhimento institucional de adultos, famílias, pessoas com deficiência e idosos, padronizando processos de inclusão e desligamento.
- Existe um número crescente de pessoas com deficiência (18 a 59 anos) acolhidas em outros municípios; e de cuidadores que estão envelhecendo e precisando de cuidados, indicando a necessidade de Serviços para atendimento de pessoas idosas e/ou pessoas com deficiência.
- É necessário fomentar o desenvolvimento de mais Serviços de acolhimento institucional, tanto na rede pública quanto privada, especialmente para idosos.

### **Benefícios Eventuais**

- Ampliar a divulgação e forma de acesso dos benefícios e serviços da Política da Assistência Social para a população.

- Avaliar a viabilidade e implantação de uma nova forma de concessão do benefício de situação de vulnerabilidade temporária, como também a oferta dos outros benefícios eventuais na modalidade de pecúnia/cartão/voucher.
- Elaborar um plano de contingência com outras políticas setoriais, a fim de estruturar os benefícios eventuais voltados ao atendimento de situação de emergência e de calamidade pública.

### **Gestão**

- Realizar monitoramento e avaliação dos planos e das deliberações das conferências municipais ligadas à Secretaria.
- Proporcionar supervisão técnica externa para os trabalhadores do SUAS, com a perspectiva de no médio/longo prazo, oferecer supervisão interna.
- Elaborar o Plano Municipal de Educação Permanente, como também estruturar o Núcleo de Educação Permanente.
- Padronizar os processos de registros de atendimentos no sistema municipal para garantir qualidade.
- Desenvolver um instrumental de monitoramento da rede socioassistencial, permitindo aferição da qualidade dos serviços com dados secundários.
- Revisar as funções e cargos dos novos serviços implementados após 2021 (ex. Centro de Convivência, Casa de Passagem, CRECI) no organograma da Secretaria.
- Garantir recursos para a contratação de equipe técnica efetiva para a execução dos serviços nos equipamentos, conforme a NOBRH/SUAS.
- Garantir o orçamento e o financiamento para a demanda de acolhimento para pessoas com deficiência e idosos;
- Garantir espaços com acessibilidade para os equipamentos socioassistenciais;



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Rafael Lorenzeto de. **Mapa do estado do Paraná**. 02/06/2006. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Parana\\_MesoMicroMunicip.svg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Parana_MesoMicroMunicip.svg). Acesso em: 20 mai. 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>. Acesso em: 30 abr. 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)**. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/>. Acesso em: 30 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Guia do BPC**. Orientações Gerais. Outubro, 2021. Disponível em: [http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2021/10/Guia\\_BPC-Orientacoes\\_Gerais\\_14.10.pdf](http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2021/10/Guia_BPC-Orientacoes_Gerais_14.10.pdf). Acesso em: abril out. 2024.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único para Programas Sociais (CECAD 2.0). **Série Histórica**. Paraná. Pato Branco. Disponível em: [https://cecad.cidadania.gov.br/agregado/resumovariavel\\_3a.php?uf\\_ibge=41&nome\\_estado=PR+-+Paran%C3%A1&p\\_ibge=4118501&nome\\_municipio=Pato+Branco&cabeca=88&id%5B%5D=129&id%5B%5D=130&id%5B%5D=131&id%5B%5D=132](https://cecad.cidadania.gov.br/agregado/resumovariavel_3a.php?uf_ibge=41&nome_estado=PR+-+Paran%C3%A1&p_ibge=4118501&nome_municipio=Pato+Branco&cabeca=88&id%5B%5D=129&id%5B%5D=130&id%5B%5D=131&id%5B%5D=132). Acesso em: 25 abril. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Departamento de Gestão do Sistema Único da Assistência Social. Coordenação-Geral de Planejamento e Vigilância Socioassistencial. **Registro Mensal de Atendimentos – CREAS**. Manual de instruções Versão Preliminar. Brasília, setembro de 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social Agrário. **Caderno de Orientações Técnicas**: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, Distrito Federal, 2016. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/caderno\\_MSE\\_0712.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/caderno_MSE_0712.pdf). Acesso em: 25 maio. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS) 2012**. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS\\_2012.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf). Acesso em: 20 abril. 2024.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Conselho Nacional dos Direitos



da Criança e do Adolescente. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/trinta-e-um-anos-do-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-confira-as-novas-acoes-para-fortalecer-o-eca/ECA2021\\_Digital.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/trinta-e-um-anos-do-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-confira-as-novas-acoes-para-fortalecer-o-eca/ECA2021_Digital.pdf). Acesso em: 27 mai. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Banco de Dados do Sistema Único de Saúde (DATASUS). **Informações de saúde**. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>. Acesso em: 19 março. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde**. Disponível em: [http://cnes2.datasus.gov.br/Mod\\_Ind\\_Unidade.asp](http://cnes2.datasus.gov.br/Mod_Ind_Unidade.asp). Acesso em: 20 março. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **Novo CAGED**. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br>. Acesso em: 18 março. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **Perfil do Município**. Disponível em: [https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_perfil\\_municipio/index.php](https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php). Acesso em: 18 março. 2024.

BRASIL, **Resolução n.º 109, de 11 de novembro de 2009**. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Diário Oficial da União ano CXI. VI n.º 225. Brasília – DF, quarta-feira, 25 de novembro de 2009. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao\\_CNAS\\_N109\\_%202009.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf). Acesso em: 14 maio. 2024.

BRASIL. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). **VIS DATA 3 betas**. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/data-explorer.php>. Acesso em: 15 abril. 2024.

INSTITUTO ÁGUA E TERRA. **Dados sobre as Unidade de Conservação**. Lista geral das Unidade de Conservação Estaduais. Disponível em: <https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Dados-sobre-Unidades-de-Conservacao>. Acesso em: 02 março. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**. Brasil/Paraná/Pató Branco. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/pato-branco/panorama>. Acesso em: 19 março. 2024.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Caderno Estatístico Município de Pató Branco**. Março 2024. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85500>. Acesso em: 16 março. 2024.

PATÓ BRANCO. **Informações gerais**. Disponível em: <https://patobranco.pr.gov.br/omunicipio/informacoes-gerais/>. Acesso em: 20 março. 2024.



PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD); INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Atlas Brasil**. Pato Branco/ PR. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/411850>. Acesso em: 20 abril. 2024.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006 – (Coleção Milton Santos; 1). Disponível em: <https://geographia.com.br/wp-content/uploads/2022/07/Milton-Santos-A-Natureza-do-Espaco.pdf>. Acesso em: 06 junho. 2024.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO (SNIS). **Painel de Saneamento**. Disponível em: [http://appsnis.mdr.gov.br/indicadores/web/agua\\_esgoto/mapa-agua/?cod=4](http://appsnis.mdr.gov.br/indicadores/web/agua_esgoto/mapa-agua/?cod=4). Acesso em: 22 março. 2024.